SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

ISSN 0034 - 723 X

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v.*54*, n.1, p. 1 - 180, jan./mar. 1992

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Órgão oficial do IBGE

Publicação trimestral, editada pelo IBGE, que se destina a divulgar artigos e comunicações inéditos de natureza teórica ou empírica ligados à Geografia e a campos afins do saber científico.

Propondo-se a veicular e estimular a produção de conhecimento sobre a realidade brasileira, privilegiando a sua dimensão espacial, encontra-se aberta à contribuição de técnicos do IBGE e de outras instituições nacionais e estrangeiras.

Os originais para publicação devem ser endereçados para:

Revista Brasileira de Geografia / Diretoria de Geociências
Av. Brasil, 15 671 - Prédio 3B - Térreo - Lucas - 21 250-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tel.: (021) 391-1420 - Ramal 223

A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Editorada e elaborada pelo sistema de Editoração Eletrônica na Divisão de Editoração/Departamento de Editoração e Gráfica - DEDIT/CDDI, em dezembro de 1993.

Criação: Programação Visual e Capa
Pedro Paulo Machado

© IBGE

Revista brasileira de geografia / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ano 1, n. 1(1939,jan./mar.)-
Rio de Janeiro: IBGE, 1939-
Trimestral.
Órgão oficial do IBGE.
Inserto : Atlas de relações internacionais, no período de jan./mar. 1967 - out./dez. 1976.
Números especiais: vol.47, n.1/2 (jan./jun. 1985) : Sumários e índices acumulados de autor e assunto dos vols. 1 ao 45 (1939-1983); vol. 50, t. 1(1988) : Clássicos da geografia; vol. 50, t. 2 (1988) : Reflexões sobre geografia.
ISSN 0034-723X = Revista brasileira de geografia.

1. Geografia - Periódicos. I. IBGE.

IBGE. Gerência de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/88-23 Rev.

CDU 91(05)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

SUMÁRIO

ARTIGOS

RESERVAS EXTRATIVISTAS: PARÂMETROS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA — 5

Mary Helena Allegretti

SANEAMENTO BÁSICO E PROBLEMAS AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM — 25

Stael Starling Moreira dos Santos (coord.)

Ciléa Souza da Silva

Nelly Lamarão Câmara

O SISTEMA URBANO NORDESTINO: ESTRUTURAÇÃO ATRAVÉS DO TEMPO—75

Maria do Socorro Alves Coelho

O LUGAR DA FEIRA LIVRE NA GRANDE CIDADE CAPITALISTA: RIO DE JANEIRO, 1964-1989—95

Gilmar Mascarenhas de Jesus

REORDENAÇÃO ESPACIAL E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA AGRÁRIA: O CASO DAS TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE - MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO—121

José Grabois

Mauro José da Silva

Caio Augusto Amorim Maciel

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DOS ORIGINAIS—179

RESERVAS EXTRATIVISTAS: PARÂMETROS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA*

*Mary Helena Allegretti***

INTRODUÇÃO

A grande repercussão alcançada pelo debate ambiental nos últimos anos, em todo o mundo, tornou questionável o que até então parecia óbvio: o desenvolvimento industrial esteve assentado, até hoje, na premissa da inesgotabilidade da oferta de recursos naturais e na pressuposição da inquestionável capacidade humana de controlar a natureza. O efeito dos desequilíbrios ambientais, ao atingir o cotidiano das pessoas e afetar as atividades econômicas (alterações climáticas, poluição, secas prolongadas, desastres nucleares), tornou obrigatória a análise dos custos econômicos e sociais da degradação ou do uso inadequado dos recursos naturais.

Nesse contexto de impacto e surpresa diante da "resposta agresiva da natureza" ao industrialismo, as cenas das queimadas na Amazônia causaram um impacto simbólico maior que todos os outros desastres ambientais contemporâneos. O fogo transmite a idéia de irreversibilidade e desperdício e a destruição da Amazônia transformou-se no ícone de tudo que de errado o homem moderno vem fazendo ao seu planeta.

Mas o resultado talvez mais imprevisto de todo esse fenômeno foi o debate que provocou sobre o papel dos recursos naturais no processo e nos objetivos do desenvolvimento. À idéia da natureza vista como objeto de matéria-prima para o obstáculo ao progresso, contrapôs-se o conceito de **sustentabilidade** através do qual, se define que a utilização dos recursos produtivos do planeta seja realizada segundo critérios de permanência, reprodução e temporalidade. Ou seja, o desenvolvimento deve incorporar como essenciais variáveis até então consideradas externas e condicionadoras; deve permitir retornos permanentes não somente hoje mas também para as futuras gerações; deve garantir a reposição dos recursos no tempo de forma a evitar a esgotabilidade. O novo parâmetro passa a ser definido com o nome de **desenvolvimento sustentável**.

Para a Amazônia, a mudança conceitual tem conseqüências decisivas. Explorada até então segundo os padrões tradicionais, suas florestas foram substituídas por pastagens em função do retorno econômico de curto prazo e do poder político que as atividades

* Recebido para publicação em 01 de fevereiro de 1991.

** Antropóloga do Instituto de Estudos Amazônicos - IEA.

agropecuárias passaram a representar no processo de ocupação da Região Norte do País. A queimada era vista, nesse contexto, como a forma mais barata e rápida de valorização do recurso produtivo fundamental, que era a terra.

A grande modificação introduzida nas análises sobre a Amazônia após as críticas ao desmatamento foi a percepção de que, ali, a natureza oferece ao homem uma infinidade de alternativas, todas elas presentes nos ecossistemas típicos das florestas tropicais: a **diversidade biológica**. Ou seja, no caso da Amazônia, a natureza em si, em sua potencialidade e especificidade, passa a ter valor econômico para o homem. E a natureza não pode ser vista, nesse caso, senão como componente central do desenvolvimento.

Mas o debate não encerrou aí. Adquiriu uma nova variável quando se somou às queimadas o assassinato do seringueiro e líder sindicalista Chico Mendes em dezembro de 1988. Esse crime revelou o outro lado da questão ambiental e amazônica, o dos conflitos pela posse da terra. Apontou também para o caráter inevitável da luta em defesa do meio ambiente em países como o Brasil - a busca, concomitante, da eqüidade social.

Desenvolvimento sustentável e socialmente justo - essa a equação que passou a se impor ao movimento ambientalista do Brasil e dos países em desenvolvimento em geral.

É nesse contexto que adquire especial relevância a proposta de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia, liderada pelos seringueiros, porque, como veremos, procura combinar desenvolvimento com proteção aos recursos naturais.

As Reservas Extrativistas são espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental do País Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária em 1987, a proposta recebeu a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista, tendo sido criadas sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - até 1989, dez áreas totalizando 889 548 ha e beneficiando 2 924 famílias. A partir de 1989 passou a fazer parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, tendo sido regulamentada através do Decreto-Lei nº 98.897 de 30/01/90, com a denominação de Reserva Extrativista. Sob a responsabilidade do IBAMA foram criadas quatro áreas totalizando 2 162 989 ha e beneficiando 6 250 famílias.

Formulada para atender demandas específicas de populações amazônicas, a proposta não está restrita àquela região. E, apesar de a denominação enfatizar a atividade econômica extrativista, como veremos neste artigo, as áreas para as quais o conceito foi formulado incluem outras atividades econômicas importantes ligadas à agricultura e à criação doméstica de animais formando um sistema integrado que tem na floresta sua base de sustentação.

Diferentemente de interpretações recentemente formuladas sobre esse conceito (Homma, A. 1990; Browder, J. 1990; Anderson, A. s/d) as Reservas Extrativistas têm na extração da borracha e da castanha apenas o ponto de partida do modelo econômico que se pretende ver implantado na Amazônia. A base extrativista atualmente existente na região assegura a ocupação e a proteção de largas extensões daquele território, e a modalidade de proteção formulada pelo decreto citado garante direitos sobre estes espaços. Não constitui, no entanto, a base exclusiva sobre a qual se pretende o desenvolvimento econômico regional. Ou seja, Reserva Extrativista define um território, um espaço e uma forma de regularizar o acesso a ele. Não define, porém, o tipo exclusivo de economia que se pretende ali desenvolver. Estabelece, sim, uma condicionalidade - a sustentabilidade.

A grande peculiaridade desta proposta é a reconciliação que permite entre desenvolvimento, conservação do meio ambiente e eqüidade social. Sua legitimidade provém do fato de ter sido formulada e demandada por populações regionais organizadas em torno do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS - e de ter sido incorporada pelo poder público sem perder suas características originais. Sua eficácia depende, porém, da incorporação de resultados de pesquisas específicas voltadas para a potencialidade do uso dos recursos existentes na floresta amazônica ou em outros ecossistemas para os quais possa vir a ser adaptada.

As Reservas Extrativistas podem ser, portanto, consideradas como **reservas de desenvolvimento sustentado**, cujas atividades econômicas, baseadas na extração de produtos da floresta, na agricultura, na criação de animais domésticos, assim como na industrialização destes produtos, podem ser desenvolvidas desde que atendam a critérios de sustentabilidade e de retorno social. Do ponto de vista econômico, portanto, busca-se a transformação de uma economia dependente do extrativismo para outra baseada em sistemas agroflorestais.

O objetivo deste artigo é, primeiro, recuperar a historicidade do conceito e demonstrar os objetivos para os quais foi formulado, assim como a metodologia envolvida na criação destas unidades de conservação/desenvolvimento. Além disso, o artigo discute a questão das alternativas econômicas para as reservas, de acordo com os produtos atualmente explorados, apontando para o perfil que se pretende introduzir no futuro próximo. Finalmente, discutem-se alguns dos argumentos contrários à proposta e estabelece-se a referência a partir da qual a Reserva Extrativista pode contribuir com o desenvolvimento regional.

PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

Reserva Extrativista é uma área ocupada por populações que utilizam, tradicionalmente, recursos de base extrativa para exploração de subsistência e comercial, transformada em área do poder público e administrada através da concessão de direito real de uso, por comunidades locais. Pode ser definida simultaneamente como área de conservação e de produção, uma vez que a exploração dos recursos naturais depende de plano adequado de manejo.

O conceito surgiu da necessidade de encontrar uma alternativa que promovesse de forma adequada a regularização fundiária dos antigos seringais (áreas de exploração da borracha nativa) na Amazônia e respondesse, ao mesmo tempo, as demandas dos grupos locais por melhores condições de vida. Foi elaborado no contexto do confronto entre tradicionais habitantes e novos grupos econômicos, que resultou da política de incentivo à implantação de projetos agropecuários, pelo governo brasileiro, na região.

É chave no conceito de Reserva Extrativista - RE - o reconhecimento da existência de populações tradicionais na região, que utilizam a floresta como meio produtivo, estimada, aproximadamente, em 300 mil pessoas, e a inexistência de alternativas econômicas e sociais que contemplem a especificidade histórica, econômica e social destes grupos sociais. Contrariamente à maioria dos planos governamentais para a região, a proposta surgiu dos grupos locais da Amazônia e foi, aos poucos, sendo incorporada pelo poder público, através da assessoria de pesquisadores identificados com as demandas locais.

Para compreender o alcance do conceito é preciso analisá-lo segundo as diferentes perspectivas que apresenta: histórica, econômica, social e ambiental. Uma síntese dos argumentos específicos a cada uma destas perspectivas está a seguir.

Aspectos Históricos

O conceito de áreas protegidas pelo poder público para exploração de grupos locais foi o resultado de mais de dez anos de confronto entre seringueiros e fazendeiros localizados no vale do rio Acre, na parte ocidental da Amazônia.

Os seringueiros desta região, como os demais, em toda a Amazônia, são descendentes de migrantes nordestinos que ocuparam a Amazônia no final do século passado para realizar a exploração comercial da borracha. As sucessivas crises econômicas que caracterizaram a história da borracha na região, especialmente após a introdução, no mercado, da borracha oriunda dos seringais de cultivo do Sudeste Asiático, nas primeiras décadas deste século, resultaram em dois processos específicos para a população nordestina. O primeiro foi o abandono dos seringais e a inserção de ex-seringueiros na força de trabalho urbana regional ou de outras áreas do País. O segundo foi a permanência na floresta e a introdução de modificações nas formas sociais de exploração econômica dos seringais nativos.

Mesmo decadente, a tradicional empresa seringalista permaneceu estruturada em muitas partes da Amazônia, em função da proteção aos preços da borracha nativa, política implantada pelo governo brasileiro durante a

Segunda Grande Guerra e mantida até hoje (Lei 5.277/67). Mas mudanças significativas surgiram na forma como a exploração econômica da borracha passou a ser feita, nos últimos anos.

Dois grupos sociais distintos existem, hoje, na Região Amazônica, explorando a borracha nativa: um, formado pela empresa seringalista, em pouco se distingue do modelo implantado no começo do século, pautado no controle sobre a força de trabalho através do endividamento permanente do trabalhador e na exclusividade da atividade extrativista. O outro, surgido na década de 70, com mais expressão no vale do rio Acre, é caracterizado pelo produtor autônomo, posseiro, que explora a borracha por conta própria e a comercializa com intermediários nos mercados locais, complementando sua sobrevivência com atividades agrícolas e criação de animais domésticos.

O conceito de RE surgiu especificamente entre este último grupo social e resultou de uma seqüência bem definida de estratégias por eles desenvolvidas visando a garantir direitos de posse sobre as áreas de floresta ocupadas por gerações seguidas.

Quatro diferentes momentos podem ser distinguidos nessa história:

1. Empates e expulsões (1973-1976)

O **empate** consiste em uma tática espontânea de defesa da floresta contra as derrubadas através da qual os seringueiros se reúnem, com suas famílias, e impedem, pela ação direta, a derrubada de árvores, planejada por algum fazendeiro. Vão até à área que está sendo preparada e desmontam os acampamentos dos peões impedindo que a derrubada seja iniciada. Depois de criado o fato, argumentam com os proprietários, através da justiça ou pela intermediação governamental. O primeiro **empate** foi realizado no Município de Brasiléia, perto da fronteira do Acre com a Bolívia, em 1973, no Seringal Carmem. Até 1988 haviam sido realizadas mais de 40 ações como esta em vários municípios da região.

O principal objetivo do **empate**, neste período, era impedir as expulsões que vinham ocorrendo, de forma cada vez mais freqüente, por parte de fazendeiros oriundos do Sul do Brasil que adquiriram antigos seringais nos quais habitavam tradicionalmente os seringueiros. Nas expulsões, geralmente realizadas com violência, os seringueiros não tinham outra alternativa a não ser abandonar a floresta e se refugiar na periferia das cidades.

2. Indenizações e acordos (1976-1980)

O resultado principal dos **empates**, no período de 1973 a 1983, foi o reconhecimento, pelo governo, dos seringueiros como posseiros, categoria jurídica que, pelo Estatuto da Terra, assegura o recebimento de indenizações pelas benfeitorias existentes na área ocupada. Os seringueiros continuavam sendo expulsos da floresta, recebendo, porém, um valor monetário pelo investimento que haviam feito no local.

A resistência de muitos em sair dos seringais deu origem a uma nova modalidade de equacionamento do conflito, através de acordos realizados entre posseiros, representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - e fazendeiros. Através destes acordos uma parte dos seringais passava a ser dividida entre os posseiros, que recebiam pequenos lotes, e a outra passava a ser explorada pelo fazendeiro através de projeto agropecuário.

3. Colonização (1980-1985)

A resolução de conflitos pela posse da terra através de acordos entre as partes, rapidamente, evoluiu para a criação, pelo poder público, de áreas especialmente destinadas para assentamento de seringueiros, juntamente com pequenos agricultores provenientes do Sul do Brasil, através de projetos de colonização formados de lotes de até 100 ha por família.

O objetivo da colonização era a transformação de seringueiros em produtores agrícolas, tarefa raramente viável em função da ausência de crédito, estradas, assistência técnica e tradição. Em muitas áreas ocorreu exatamente o inverso. Em decorrência das dificuldades de escoamento da produção agrícola, muitos colonos passaram a aprender com os seringueiros a utilizar os produtos da floresta (borracha e castanha) pelo fato destes terem mercado assegurado, não serem perecíveis e disporem de uma rede de intermediação garantida, assegurando, dessa forma, a renda monetária necessária para a subsistência.

4. Reserva extrativista (1985-1990)

Os componentes para a definição de uma nova alternativa econômica de uso da terra e uma nova modalidade de gestão dos recursos naturais já estavam presentes nas soluções anteriores: a permanência na floresta, o reco-

nhecimento dos direitos de posse, e a demanda por melhores condições de vida. Não estava, porém, resolvida a modalidade de uso e a forma de gestão que mais se adequassem à tradição e especificidade dos seringueiros.

Essa alternativa somente foi elaborada a partir do momento em que os seringueiros começaram a se organizar em um movimento próprio, em 1985, por ocasião do Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Definiram como objetivos principais do movimento a permanência na floresta, a realização de uma reforma agrária que respeitasse o modo tradicional de vida, a introdução de tecnologias novas para melhorar a produção e a implantação de um sistema educacional e de saúde adequado às necessidades das comunidades.

Esse conjunto de demandas passou a ser denominado de Reserva Extrativista, ou seja, a regularização das áreas tradicionalmente habitadas e a introdução de inovações no campo econômico e social que permitisse a modernização da produção e do estilo de vida. A partir da organização do movimento em vários estados da Amazônia, a proposta passou a adquirir conotações específicas conforme a tradição histórica local e característica dos recursos naturais em exploração.

Aspectos Jurídicos e Institucionais

Na ocasião em que o conceito de Reserva Extrativista foi definido pelo movimento dos seringueiros, inexistia, na legislação brasileira, uma figura legal que expressasse o ponto central do conceito: a regularização fundiária de áreas de posse mantendo as bases espaciais e tecnológicas sobre as quais se dava a produção e evitando a degradação dos recursos naturais na Amazônia. Algumas especificidades precisavam ser levadas em consideração para elaborar uma alternativa adequada aos seringueiros.

A base de recursos naturais

O primeiro problema a ser equacionado era o da expressão, a nível conceitual e jurídico, do uso social do espaço na economia extrativista.

Uma das características mais conhecidas das florestas tropicais é a alta incidência de espécies diversas por hectare. Assim, toda economia baseada na coleta de produtos nativos da floresta tropical, especialmente quando ocorre o monoextrativismo, como é o caso clássico da borracha, requer grandes extensões para que a exploração seja economicamente rentável. Isso significa que a capacidade de suporte populacional da floresta, considerando apenas sua base natural, sem a introdução de outras atividades complementares, é baixa e não adequada para usos intensivos.

Embora essa não seja uma situação estática, é, necessariamente, o ponto de partida para qualquer modelo de desenvolvimento que considere a floresta como principal recurso. E quando, neste artigo, for feita referência à floresta, não se está considerando unicamente o seu potencial madeireiro, mas o conjunto de produtos com potencial de comercialização chamados "menores" e que vêm sendo classificados, por falta de uma denominação mais adequada, de "produtos não derivados da madeira, ou não-madeiráveis". Trata-se de gomas, fibras, frutos, plantas medicinais, amêndoas, resinas, etc.

No caso das Reservas Extrativistas, em sua formulação preliminar, o que estava em questão era a formulação de um modelo de regularização dos espaços ocupados que tivesse como ponto de partida a base tradicional sobre a qual as principais atividades extrativistas vinham sendo desenvolvidas, no caso, a borracha e a castanha.

A forma tradicional de uso dos recursos extrativos na Amazônia esteve sempre centrada na **colocação** - unidade produtiva familiar formada pelas **estradas de seringa** (conjunto de seringueiras), e pelas áreas de caça, pesca, agricultura de subsistência, coleta de frutos. Os recursos explorados por uma unidade familiar não necessariamente estão restritos, espacialmente, à área exclusiva de uma **colocação**, podendo sobrepor-se às de outra, vizinha. Isso significa que rígidos limites de uso e propriedade, individuais, não correspondem à realidade dos seringais.

A exploração tradicional da borracha na Amazônia requer amplas áreas, na medida em que as seringueiras encontram-se espalhadas de forma aleatória na floresta. Para a produção mínima anual de um seringueiro, igual a 500 kg de borracha, é necessário que cada família utilize, em média, de 300 a 500 ha. Mesmo com a introdução de novas tecnologias, como é o caso da produção da "folha fumada", um produto absorvido diretamente pela indústria de artefatos de borracha, e que

aumenta a produtividade do trabalho do extrator, mantém-se a mesma proporção homem/hectare para que a sobrevivência do seringueiro esteja assegurada (sem entrar no mérito, neste momento, da política de proteção aos preços).

O próprio conceito de propriedade, medida em hectares, somente foi introduzido na Amazônia com as fazendas. Até então, media-se a floresta em números de seringueiras, as distâncias em horas de caminhada, e os limites entre seringais, através dos rios e igarapés.

A experiência dos seringueiros do vale do rio Acre, no início da década de 70, com um programa governamental coordenado pela então Superintendência da Borracha - SUDHEVEA -, de implantação de miniusinas de beneficiamento de borracha, é um bom indicativo que está se pretendendo demonstrar. Embora a tecnologia adotada pelo governo significasse um grande avanço em termos de produtividade, preços e melhoria das condições de trabalho nos seringais, tendo sido, inclusive, a única modificação tecnológica até hoje introduzida nos seringais nativos da Amazônia, não foram levadas em consideração as especificidades da base dos recursos naturais e as áreas destinadas aos seringueiros foram divididas em lotes de até 100 ha, geometricamente distribuídas. O resultado foi que as **estradas de seringa** foram cortadas ao meio, alguns lotes tinham vários igarapés e outros nenhum, áreas mais produtivas eram seguidas de outras com baixa produtividade, etc., tornando inviável o projeto em função da inequação entre a proposta tecnológica, a base dos recursos naturais e a proposta fundiária.

A única forma possível de equacionar essa questão, do ponto de vista da compatibilização do uso tradicional, dos direitos de posse sobre estas áreas, e da garantia de futuras explorações com novas tecnologias, foi a que os seringueiros adotaram: a delimitação de um perímetro em torno de um conjunto de **colocações**, respeitando os limites previamente existentes dos antigos seringais, sem divisões internas entre as **colocações**, o que não significa o não reconhecimento das unidades produtivas familiares.

Esse parâmetro foi pensado à semelhança das áreas indígenas e das unidades de conservação, como um território especialmente protegido, conceito posteriormente traduzido na legislação específica das Reservas Extrativistas.

A adoção de critérios de uso tradicional para definir a base espacial das REs não significa a cristalização deste conceito, de forma a impedir que novos modelos possam vir a ser considerados. Significa, primeiro, que estão sendo reconhecidos e assegurados aos extrativistas da Amazônia direitos que eles já possuem, historicamente, pelo fato de utilizarem, como posseiros, estas mesmas áreas. Segundo que somente a partir dessa definição espacial será possível pensar na exploração sustentável de um recurso como o das florestas tropicais; o contrário, ou seja, reservar pequenas áreas para futura exploração, tendo em volta grandes áreas desmatadas, tornaria inviável qualquer projeto nessa direção. Além disso, considera-se que as REs venham a fazer parte e contribuir para o desenvolvimento regional e não que constituam pequenas ilhas protegidas ao lado de outras nas quais predominam tecnologias destruidoras dos recursos naturais.

As alternativas de gestão

Outro aspecto relacionado ao anterior era o da definição do estatuto de propriedade e gestão das áreas protegidas.

A tradição de reforma agrária no Brasil sempre estabeleceu a propriedade privada de lotes familiares como a única possibilidade a ser considerada. Para os seringueiros foram apresentadas outras duas alternativas além da tradicional: a propriedade em regime condominal e a transferência das áreas ao poder público que as cederia, em regime de concessão real de uso, aos extrativistas. Os seringueiros, através de seu organismo representativo, optaram pela última alternativa, considerando que através dela poderiam vir a ter maior apoio do setor público assim como da sociedade, especialmente dos setores ligados à proteção ambiental.

Pesou bastante nessa decisão o reconhecimento, pelos seringueiros, de que seria necessário um mecanismo legal que impedisse o uso arbitrário, pautado em interesses individuais, dos recursos da floresta. A experiência de colonização já havia demonstrado que, frente ao rápido esgotamento dos nutrientes nos solos amazônicos, os agricultores passaram a utilizar seus lotes como fonte de renda, revendendo-os a migrantes recém-chegados e buscando áreas virgens para novas explorações. O risco de desmatamentos ou usos

não condizentes com a frágil base de recursos naturais da região levou o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS - a optar por uma alternativa que impedisse a fragmentação das **colocações**.

A RE passou a ser conceituada como área de propriedade da União em concessão de uso, por período não inferior a 60 anos, aos seringueiros. Restava definir, porém, a forma de gestão, na medida em que a concessão não poderia ser feita a indivíduos. Optou-se, então, pela organização, em cada reserva, de associações de moradores, e estas passariam a ser as concessionárias do direito de uso cedido pelo Estado. As associações passaram a ser, também, responsáveis pela gestão das áreas e pelo controle sobre a utilização dos recursos, as quais, pelo contrato, ficam sob a fiscalização do poder público.

Projeto de assentamento extrativista

Esse conjunto de conceitos, formulado no interior do movimento dos seringueiros em defesa da floresta, foi publicamente apresentado, no momento em que o órgão responsável pela reforma agrária no Brasil, o INCRA, passou a considerar a possibilidade de implantar as Reservas Extrativistas na Amazônia, no início do governo de José Sarney, em 1987.

O CNS propôs e o INCRA concordou e criou um grupo de trabalho especialmente destinado a dar forma legal e institucional à proposta de RE. Esse grupo, constituído em março de 1987, foi formado pelo CNS, pelo Instituto de Estudos Amazônicos - IEA - e por técnicos do INCRA e adequou os conceitos formulados pelos seringueiros aos parâmetros da reforma agrária. Pelo fato da reforma ser entendida como assentamento de pessoas em áreas vazias, e não existir a possibilidade de outro enquadramento institucional mais adequado, a RE passou a ser denominada, oficialmente, de Projeto de Assentamento Extrativista - PAE.

O PAE foi criado através da Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987, e corresponde, em tudo, ao modelo proposto pelos seringueiros. Com base nesse dispositivo legal foram criados, até dezembro de 1989, dez PAEs em vários estados amazônicos, como pode ser visto na Tabela 1.

Pelo fato das REs terem sido consideradas, inicialmente, no âmbito da reforma agrária, os projetos criados apresentam uma área média em torno de 40 000 ha (com exceção das do Estado do Amazonas), que pode ser

TABELA 1
PROJETOS DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA CRIADOS PELO INCRA, POR ÁREA ABRANGIDA E FAMÍLIAS ASSENTADAS, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROJETOS DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA	
	Área abrangida (ha)	Famílias assentadas
TOTAL	**889 548**	**2 924**
Acre	166 586	563
Projeto Cachoeira	24 973	80
Projeto Porto Dias	22145	83
Projeto Riozinho	35 896	120
Projeto Santa Quitéria	44 000	150
Projeto São Luiz do Remanso	39 572	130
Amapá	323 500	1 068
Projeto Maracá I	75 000	214
Projeto Maracá II	22 500	94
Projeto Maracá III	226 000	760
Amazonas	399 462	1 293
Projeto Antimari	260 227	867
Projeto Terruã	139 235	426

FONTE - Instituto de Estudos Amazônicos.

considerada pequena, se for comparada com as surgidas posteriormente, como se verá. A criação destas áreas seguiu o procedimento normal adotado pelo INCRA, de interferir em áreas de conflito, desapropriá-las e destiná-las aos antigos posseiros, que as recebem sem nenhum embaraço fundiário.

Reserva extrativista

Três dificuldades principais passaram a existir com o PAE: a frágil base legal sobre a qual estava instituído, uma portaria interna ao INCRA, que poderia ser anulada por um novo presidente do órgão; a perda do poder político da reforma agrária nos últimos anos do governo Sarney; as dificuldades de realizar as desapropriações necessárias e prévias à criação de um PAE.

Ao lado destes limites, o ano de 1989 significou, no Brasil, um grande avanço para a questão ambiental, em decorrência do enorme impacto causado pelo assassinato do líder desse movimento, Chico Mendes. A pressão internacional em torno dos desmatamentos na Amazônia levou o governo brasileiro a introduzir modificações importantes na legislação ambiental e à criação do IBAMA como órgão executor da política ambiental.

A modificação da Política Nacional de Meio Ambiente, através da Lei nº 7.804, de 18/07/89, trouxe uma possibilidade extremamente significativa para as REs através da inclusão de um item (Art. 9) definindo espaços territoriais a serem especialmente protegidos pelo poder público, dentre eles a Reserva Extrativista.

Com base nessa legislação, o IBAMA criou um grupo de trabalho formado pelo CNS, IEA, INCRA e técnicos do órgão, visando à regulamentação desse artigo da lei. Quatro meses depois, o grupo apresentou, para assinatura do Presidente da República, o Decreto-Lei nº 98.897, de 30/01/90, criando a Reserva Extrativista como unidade específica de proteção ambiental e de produção auto-sustentável.

Alguns pontos devem ser salientados para que se compreendam o alcance destas medidas e as possibilidades que passaram a existir, para as Reservas Extrativistas, a partir dessa nova legislação e posição institucional:

a - pelo Decreto-Lei nº 98.897/90 as Reservas Extrativistas são definidas como espaços territoriais especialmente protegidos para uso sustentável dos recursos naturais e em benefício das populações extrativistas sintetizando e mantendo os critérios definidos pelo CNS desde que esse conceito começou a ser esboçado. Ou seja, permite a regularização de áreas contínuas, tais como são os antigos seringais; define o uso dos recursos simultaneamente em termos de produção e conservação, não permitindo dicotomia entre ambos, e assegura que os beneficiados pelas áreas serão os habitantes que ali estão há muitas décadas;

b - a regulamentação legal das Reservas Extrativistas mantém os mesmos termos já previstos anteriormente pelo INCRA e propostos pelo CNS: como propriedade da União destinadas aos extrativistas através da concessão de direito real de uso. Este contrato deverá ser complementado com um plano específico de utilização dos recursos naturais na área que está sendo criada, aprovado pelo IBAMA, tendo como base critérios gerais de utilização previamente definidos. Busca-se compatibilizar formas tradicionais de uso com aquelas que se fazem necessárias para modernizar os seringais;

c - pelo mesmo decreto, devem constar do ato de criação de uma reserva os limites geográficos e a população destinatária, específicos para cada área, e as medidas a serem tomadas pelo Poder Público, comuns a todas as reservas;

d - o decreto permite a criação de Reservas Extrativistas independentemente da desapropriação prévia das áreas, o que agiliza bastante o processo e impede, imediatamente, o desmatamento destas áreas, uma vez que o uso daquele espaço somente pode ser feito em bases sustentáveis. Após a criação, passam a ser encaminhadas pelo IBAMA as desapropriações que se fizerem necessárias; e

e - a criação de Reservas Extrativistas no âmbito do IBAMA não elimina o mecanismo existente dentro do INCRA referente aos Projetos de Assentamento Extrativista. Ambos devem coexistir, uma vez que podem ser acionados alternativamente para casos diferenciados.

Com base nessa legislação, foram criadas, de janeiro a março de 1990, quatro importantes áreas na Amazônia, totalizando 2 162 989 ha e beneficiando 6 250 famílias (Tabela 2). Conforme foi salientado, a área média de cada reserva, nesse caso, igual a 540 ha, é sig-

TABELA 2

RESERVAS EXTRATIVAS CRIADAS PELO IBAMA, POR ÁREA ABRANGIDA E FAMÍLIAS BENEFICIADAS, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1990

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RESERVAS EXTRATIVAS	
	Área abrangida (ha)	Famílias beneficiadas
Total	**2 162 989**	**6 250**
Rondônia.....	204 583	650
Reserva Rio Ouro Preto	204 583	650
Acre.....	1 476 756	4 600
Reserva do Alto Juruá.....	506 186	1 600
Reserva Chico Mendes	970 570	3 000
Amapá.....	481 650	1 000
Reserva do Rio Cajari	481 650	1 000

FONTE - Instituto de Estudos Amazônicos.

nificativamente maior do que no PAE. Isso é possível, devido à característica de área de conservação que a RE apresenta, requerendo territórios contínuos para uso adequado de recursos.

Aspectos Econômicos e Sociais

Benefícios sociais

É importante salientar os efeitos imediatos de uma política de formação de estoques de áreas protegidas na Amazônia, sob a figura de Reservas Extrativistas:

a - reconhece direitos históricos dos seringueiros sobre áreas tradicionalmente ocupadas e protegidas de florestas, criando as condições necessárias para o estabelecimento de programas sociais, econômicos e tecnológicos de desenvolvimento sustentável;

b - cria um estoque de áreas preservadas que possibilitam manutenção de bancos genéticos para pesquisa, asseguram a diversidade biológica, o equilíbrio climático e representam um potencial econômico para futura exploração;

c - estabelece uma limitação imediata sobre os desmatamentos, fortalecendo medidas econômicas tomadas recentemente pelo governo, como a taxação de impostos sobre as atividades agrícolas;

d - provoca queda na especulação da terra nestas áreas, na medida em que os projetos de expansão de desmatamentos ficam proibidos;

e - estabelece um equilíbrio maior entre os segmentos sociais em conflito pela posse da terra na Amazônia, na medida em que, com o Decreto-Lei nº 98.897/90, os extrativistas podem requisitar proteção legal contra ameaças de expulsão, violência, ou desrespeito aos critérios de uso de recursos;

f - garante a permanência nas áreas criadas uma vez que somente o Congresso Nacional pode modificar os decretos de criação de áreas especialmente protegidas, como é o caso das Reservas Extrativistas;

g - permite a implantação de programas visando à melhoria das condições de vida dentro da floresta na medida em que a regularização fundiária constitui importante pré-requisito para programas mais abrangentes de apoio econômico à produção, tecnologia e serviços públicos básicos;

h - fixa a população na floresta na medida em que a estabilidade nas reservas fica assegurada e o êxodo para as cidades torna-se um atrativo menor;

i - diminui os custos de proteção das florestas e aumenta a garantia de sua eficácia, uma vez que os extrativistas constituem verdadeiros guardiões do Território Nacional, de suas fronteiras e dos recursos naturais; e

j - estabelece parâmetros claros de um novo modelo regional de desenvolvimento para a Amazônia baseada no estímulo econômico a novos produtos e novos mercados.

Alternativas econômicas

Paralelamente ao trabalho de regulamentação das Reservas Extrativistas o IEA e o CNS perceberam a necessidade de iniciar uma discussão e um estudo a respeito de política atualmente existente para a borracha vegetal no Brasil, com o objetivo de redefini-la e adequá-la à nova realidade dos seringais (IEA, 1990a).

A base em torno da qual o estudo foi realizado é a constatação de que, a curto prazo, as populações das Reservas Extrativistas dependem da borracha para sobreviver e que um conjunto de medidas podem ser adotadas com significativo efeito sobre a proteção da floresta e as condições de vida dos seringueiros.

Estimando uma produção média de 500 kg/ano, podemos concluir que existe um contingente de seringueiros diretamente ligados à produção de borracha igual a 79 200 indivíduos, para os quais a conservação da floresta é o único meio que assegura a continuidade de seu modo de vida. E se considerarmos cinco pessoas por família, cada família ocupando, em média, 500 ha, temos que 396 000 pessoas vivem e cuidam de 39 600 000 ha de florestas, ou seja, 396 000 km².

O Brasil consome hoje 113 000 toneladas de borracha vegetal, das quais importa 73%, o que significa que a produção nacional de borracha vegetal é de 30 510 toneladas, basicamente oriunda dos seringais nativos. O consumo da borracha vinda da Amazônia é assegurado através de uma política especial de proteção aos preços (Lei 5.277/67) que estabelece obrigatoriedade da União de comprar, a preços básicos prefixados, quantidades de borracha vegetal necessárias para estabilizar o mercado interno a um patamar competitivo com o mercado internacional. O mecanismo instituído para esta finalidade foi a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha - TORMB -, cobrada na comercialização de borracha e látices vegetais e sintéticos nacionais e estrangeiros. No caso de borrachas e látices naturais importados, a TORMB constitui a diferença entre o preço estabelecido para comercialização da borracha vegetal nacional e o preço CIF-Santos.

Em 1989 a TORMB significou uma média de 48,1% do preço de comercialização da borracha importada. Este valor adicional é incidente em mais de 70% da borracha vegetal comercializada no País, sendo o preço da produção nacional de borracha vegetal fixado para ser vendido nesta proporção de quase duas vezes o preço internacional.

Políticas de preço mínimo para produtos agrícolas vigoram em todos os países e são aplicadas a outros produtos no Brasil, como é o caso da soja ou do trigo. Por outro lado, os países do Sudeste Asiático, exportadores de borracha vegetal cultivada, realizam uma política permanente de rebaixamento dos preços visando a impedir o crescimento do consumo da borracha sintética, o que explica, em parte, a grande diferença entre os preços da borracha nacional e da importada (Schwartzman, S. 1989).

Duas questões são centrais: quem paga essa diferença e qual é o destino dado ao valor arrecadado. Em 1988, por exemplo, o valor arrecadado, somado à venda de estoques de borracha, atendeu a 85% das despesas globais do orçamento resultando em um valor de quase 6,7 bilhões de cruzados, que foi assim distribuído:

- 36,9% foi aplicado em financiamento para heveicultores, resultado de convênios de programas antigos (PROBOR) que deram origem a 132 000 ha de seringais de cultivo;
- 22,1% foi aplicado em aquisição de estoques de borracha para comporem reservas da União;
- 13,5% para custeio e comercialização da borracha;
- 8,6% para assistência técnica a heveicultores e assistência comunitária;
- 8,9% para manutenção do órgão público responsável pela política do setor (ex-SUDHEVEA, atual IBAMA) e por pagamento pessoal; e
- 10% restantes foram empregados em programas diversos.

É fácil perceber que, embora baseado no fortalecimento da produção nacional, esse mecanismo não destinou recursos para os produtores de borracha, os seringueiros, não existindo nenhum programa específico para este setor, seja no campo da assistência técnica, ou da infra-estrutura social.

A desproporção entre a arrecadação da TORMB e a realização de programas voltados para o extrativismo da borracha se mantém em todos os anos para os quais foi possível obter informações. Assim, no período de 1986 a 1990, destinou-se apenas 1,22% ao ano para apoio ao seringueiro, o que explica, em grande parte, a razão do grande atraso que ainda hoje persiste na estrutura econômica da borracha nativa na Amazônia.

A maior parcela de arrecadação da TORMB tem incidido sobre a importação de borracha natural (uma média de 82,2% entre 1986 e 1989) seguida pela borracha sintética importada (9,0%), cabendo proporções menos significativas para a borracha natural nacional (1,1%) e sintética nacional (7,7%) (Tabela 3). Quem paga, portanto, pelo diferencial de preços entre a borracha nacional e importada são as indústrias de artefatos de borracha, especialmente as de pneumáticos. Tudo indica, porém, que a política econômica de proteção aos preços não tem surtido efeitos graves sobre a demanda. O consumo está

TABELA 3

TAXA DE ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DA BORRACHA ARRECADADA NO MERCADO PARALELO, SEGUNDO A FONTE - 1986-1989

FONTE	TAXA DE ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DA BORRACHA ARRECADADA NO MERCADO PARALELO (US$)				MÉDIA DO PERÍODO	
					Valor	
	1986	1987	1988	1989	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	32 278 639	**32 474 926**	**40 892 880**	**49 358 033**	**38 751 120**	**100,0**
Borracha natural importada.....	26 270 127	24 338 832	33 483 807	43 388 932	31 870 425	82,2
Borracha natural nacional.....	440 539	410 127	440 128	345 403	409 049	1,1
Borracha sintética importada.....	2 890 756	3 890 778	4 109 308	3 071 121	3 490 491	9,0
Borracha sintética nacional.....	2 677 217	3 835 189	2 859 637	2 552 577	2 981 155	7,7

FONTE - Instituto de Estudos Amazônicos.

em franco aumento, a despeito da crise econômica nacional. Uma redução dos preços da matéria-prima melhoraria a capacidade do setor gerar lucros e eventualmente aumentar a exportação para mercados externos, já responsável por uma parcela significativa da produção destas firmas. Por outro lado, o repasse destas vantagens eventuais para o consumidor não está assegurado.

Estando assegurada a legislação que permite a criação de áreas para Reservas Extrativistas, torna-se imperativa uma redefinição, a curto prazo, dos recursos arrecadados pela TORMB visando ao estabelecimento de um Programa Nacional de Reservas Estrativistas. As medidas sugeridas são as seguintes:

- manter o preço mínimo para a borracha nativa segundo as atuais formas de cálculo, que asseguram um salário mínimo mensal para o produtor de borracha;

- manter o controle de mercado para que seja absorvida a produção de borracha natural;

- cobrar as taxas sobre a importação nos mesmos moldes atuais;

- redirecionar os recursos para a implantação de um Programa Nacional de Reservas Extrativistas; e

- institucionalizar a participação do Conselho Nacional dos Seringueiros na instância de governo que define o plano de investimento dos recursos gerados pela TORMB.

Esta política deve ser mantida até que esteja concluído e estabelecido por lei o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia e até que novos produtos e novos mercados, resultantes de pesquisas iniciadas recentemente em instituições nacionais e internacionais, possam se transformar em novas políticas públicas de desenvolvimento para a região.

Entende-se, assim, o sentido econômico principal das Reservas Extrativistas: elas constituem o ponto de partida de um novo modelo para a região, que tem como base inicial uma redefinição da política de utilização dos recursos atualmente em exploração, segundo critérios de sustentabilidade e de eqüidade social. Garantido esse ponto de partida, que assegura a manutenção da floresta, objetivo de interesse público, deve-se buscar a diversificação das atividades produtivas, mantendo, porém, a floresta e toda a variedade genética que apresenta, como recurso produtivo principal.

Para que esse modelo se complete será necessário modificar a forma de exploração (extração e beneficiamento) dos produtos não derivados da madeira, comercializados na Região Amazônica. Trata-se de mudar, radi-

calmente, o tradicional sistema de aviamento que predomina na região, através do qual os produtos extraídos não remuneram o extrator. Agregar valor aos produtos da floresta através de seu processamento pelas populações que o coletam é, hoje, uma das vias mais significativas de mudança do quadro de exploração social em que vivem as populações extrativistas da Amazônia.

Uma primeira experiência nesse sentido vem sendo feita no Município de Xapuri, no Acre, com a castanha. Foi criada, pela Cooperativa Agroextrativista daquele município, a primeira usina de beneficiamento de castanha, que exporta o produto diretamente para os Estados Unidos, não somente quebrando o sistema de intermediação, mas permitindo a remuneração do extrator. Projetos como esse devem ser repetidos em outras áreas da Amazônia e brevemente demonstrarão, não somente o sentido ambiental ou social das Reservas Extrativistas, mas também econômico.

METODOLOGIA: A GESTÃO SOCIAL DOS RECURSOS NATURAIS

Diretrizes Gerais

Na definição de diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia cabe enfatizar a metodologia que vem sendo utilizada pelo Instituto de Estudos Amazônicos, como uma das organizações não-governamentais que assessora o Conselho Nacional dos Seringueiros, na definição das Reservas Extrativistas como proposta de política pública adequada à região e à sua população.

O IEA parte de duas constatações de caráter geral: a primeira é a existência de uma divisão de competências na qual cabe ao setor governamental assegurar à sociedade o acesso a bens e serviços de caráter público como a terra, a educação, a saúde, etc., e cabe aos segmentos da sociedade civil a definição de como essas necessidades devem ser traduzidas em políticas específicas, em acordo com diferentes interesses sociais.

A segunda diz referência ao conceito de participação social. Entende-se que ela se dá, não somente pela identificação de interesses comuns, mas preferencialmente pela troca entre interesses e competências diferenciados. Isso significa que o IEA entende seu papel junto às comunidades com as quais trabalha na formulação de políticas públicas, como o de preencher os espaços de competência aos quais os setores menos privilegiados da sociedade não têm acesso. O principal deles é a informação, requisito essencial para a tomada de decisão e fonte básica do poder de pressão e demanda da sociedade sobre o setor público.

Com base nesses requisitos estabelece-se uma relação de troca entre competências diferenciadas, seja entre segmentos da sociedade civil e/ou entre estes e o Estado. E essa competência se estabelece na medida em que seja possível organizar informações chaves para a definição de políticas públicas que respondam às demandas sociais.

O IEA tem centrado sua ação, desde que foi criado, em 1986, no trabalho de formulação de estratégias e definição de novas e adequadas políticas públicas para a região, que culminaram em avanços significativos para as populações da Amazônia. No caso das Reservas Extrativistas o IEA tem se fundamentado em alguns conceitos que formam a metodologia que utiliza em seus projetos:

a - as Reservas Extrativistas dependem da atuação do Estado para serem criadas e é necessária, portanto, uma permanente articulação com as instituições e pessoas que decidem sobre o setor e que influenciam estas decisões;

b - as reservas não se consolidam, nem têm significado social e político concreto, se não resultarem de ações articuladas oriundas dos segmentos sociais para os quais são destinadas, o que demanda uma permanente articulação com o CNS e as comunidades locais;

c - a atuação do poder público no Brasil está permeada por autoritarismo, clientelismo, paternalismo, sendo raras as demonstrações de respeito aos direitos sociais e à democracia nas decisões, o que requer um permanente trabalho de educação, crítica e monitoramento; e

d - a eficácia de uma ação de articulação política depende também da legitimidade de quem a propõe, o que requer transparência, independência e capacidade técnica. As ações do IEA procuram basear-se na combinação de informação técnica correta com o posicionamento político independente.

Esses pressupostos se concretizam através da definição de objetivos claros, viáveis, permanentemente reformulados a depender das mudanças conjunturais na estrutura de poder, do avanço quando existem condições favoráveis e do recuo tático quando as ações previstas correm o risco de se transformarem em objeto de manipulação política de partidos, indivíduos, ou grupos externos àqueles envolvidos com este trabalho.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia aqui descrita permite que se perceba a dinâmica e, também, a complexidade do processo de criação de Reservas Extrativistas, na medida em que constitui uma intervenção planejada na realidade, no sentido de alterá-la sem, contudo, desintegrar a base natural e social já existente. Nesse sentido, é uma política pública totalmente oposta às que foram desencadeadas em momentos anteriores na Amazônia, que partiam do pressuposto de que era necessário implantar programas novos em regiões tidas como vazias de pessoas, de história e de cultura.

O processo de criação de uma Reserva Extrativista depende, como se viu, de decisão governamental e da organização das comunidades que as demandam, e se efetiva em três momentos distintos. O primeiro corresponde ao ato de criação propriamente dito, com a respectiva publicação do decreto no Diário Oficial da União; o segundo, ao da implantação, que se traduz na regularização fundiária das áreas, com a entrega definitiva da Concessão Real de Uso às associações legalmente constituídas com essa finalidade; e o terceiro, à consolidação, com a introdução de programas econômicos, sociais e tecnológicos.

Criação de reservas extrativistas

O primeiro passo para uma Reserva Extrativista é a existência de uma demanda ou reivindicação por parte de trabalhadores extrativistas que tradicionalmente fazem uso econômico sustentado dos recursos naturais existentes numa determinada área.

O decreto que regulamenta a criação de Reserva Extrativista determina que "do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para sua implantação, ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - as desapropriações que se fizeram necessárias". Este último aspecto refere-se à segunda etapa ou momento do processo - o de implantação das áreas.

Assim, numa primeira etapa, torna-se necessário um conjunto de dados e informações prévias para que se possa encaminhar formalmente, ao IBAMA, a solicitação de criação de uma Reserva Extrativista. Devem ser anexados a esta solicitação um Memorial Descritivo da área reivindicada com seus limites precisos plotados em mapa e uma Exposição de Motivos com uma síntese dos principais argumentos que justificam a criação da reserva. De forma a cumprir estes requisitos técnicos torna-se fundamental, portanto, a existência de um conjunto de informações detalhado a seguir:

- levantamento da base cartográfica da área em estudo e da sua região de influência, considerando as seguintes variáveis: composição dos solos, vegetação, potencial de recursos naturais, índices de desmatamento e limites geográficos da área;

- descrição detalhada dos limites da área reivindicada para elaboração do Memorial Descritivo e plotagem dos mesmos em mapas;

- levantamento, em cartório, da situação fundiária da área e dos conflitos e interesses econômicos existentes a nível local e regional;

- levantamento de dados relacionados com projetos regionais e nacionais de desenvolvimento que façam referência à área reivindicada;

- levantamento de dados secundários e históricos sobre a região visando a contextualizar a proposta; e

- levantamento socioeconômico para completar e precisar informações sobre a população beneficiada pela crição da reserva. Informações sobre a população beneficiada e uma caracterização das atividades econômicas desenvolvidas devem constar da exposição de motivos que vai justificar a criação da área.

A organização e sistematização desse conjunto de informações resultará na elaboração de dois documentos que devem acompanhar a solicitação ao IBAMA de criação de uma Reserva Extrativista: um relatório técnico com as justificativas jurídica, econômica, ambiental e social da reserva a ser criada, o qual consubstanciará a elaboração de uma Expo-

sição de Motivos que justifique a sua criação e um Memorial Descritivo da área com os seus limites plotados em mapas. Os critérios gerais de utilização dos recursos naturais devem ser anexados à documentação encaminhada.

A criação de Reservas Extrativistas, todavia, não depende tão-somente do preenchimento dos requisitos técnicos acima mencionados. Da existência de condições outras, de caráter político e institucional, também depende a criação de novas áreas. Ou seja, a criação de novas áreas e a implementação das já existentes condicionam-se à capacidade do órgão responsável - o IBAMA - em responder às demandas existentes, através da implementação de medidas necessárias à agilização do processo. Por outro lado, da prioridade que a política ambiental brasileira vai dar à questão do desenvolvimento da Região Amazônica, vai resultar a menor ou menor facilidade que o CNS e as entidades assessoras vão encontrar no sentido do encaminhamento das propostas.

Assim, a vontade política dos governos no sentido de trabalhar rumo a um modelo de desenvolvimento para a Amazônia capaz de contemplar as populações locais e a base de recursos sobre a qual se assenta a atividade extrativa; a capacidade organizativa do movimento social que deve gerar a demanda para a criação de novas reservas; a capacidade de articulação da sociedade civil, através de suas representações, com a instância governamental; a capacidade das entidades de assessoria aos movimentos sociais e entidades ambientalistas de pressionar no sentido da criação e implementação de novas áreas, são alguns dos elementos que devem ser considerados e, dada sua natureza, transcendem os aspectos meramente técnicos necessários para a criação das Reservas Extrativistas.

Implantação da proposta

Pelo Decreto-Lei nº 98.897 as Reservas Extrativistas podem ser criadas independentemente da prévia desapropriação das áreas, fato que, num dado momento, agiliza bastante o processo e impede, imediatamente, o desmatamento dessas áreas. Essa decisão está assentada no fato, comprovado no Acre e em outras áreas da região, de que grande parte da titulação das áreas rurais da Amazônia não tem sustentação jurídica. Após a criação, visando à efetiva implantação da proposta, algumas iniciativas devem ser tomadas tanto pelo Poder Público quanto pelas comunidades que vão receber o direito de uso.

Cabe ao IBAMA proceder ao estudo criterioso dos títulos apresentados pelos proprietários ou pretensos titulares daquelas áreas. Serão analisadas as formas de regularização fundiária cabíveis e adequadas a cada caso. Não está eliminada a possibilidade de serem reconhecidos e não desapropriados os títulos com validade, cabendo, nestes casos, aos proprietários desenvolverem exclusivamente atividades econômicas sustentáveis e com benefícios sociais.

Concluídos os trabalhos relativos à regularização fundiária das áreas que integram as reservas, será estabelecido um Contrato de Concessão Real de Uso entre o IBAMA (Concedente) e as Associações (Concessionárias), a título gratuito, pelo prazo de 60 anos. As associações devem estar registradas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas e no Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS.

Cabe ao IBAMA o direito de fiscalização das áreas, quanto à destinação das mesmas, prevista em Contrato: "o imóvel objeto deste contrato destina-se à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição extrativista, de acordo com o Plano de Utilização anexo, o qual faz parte integrante deste contrato". No caso de não haver interesse na renovação do contrato é de competência do IBAMA indenizar as benfeitorias existentes.

Ao Conselho Nacional dos Seringueiros cabe, 180 dias após a formulação do contrato, encaminhar ao IBAMA um cadastro da população residente na Reserva Extrativista. A partir da aprovação cadastral, é facultada a outorga - diretamente pelo CNS ou pelas Associações constituídas - de Títulos de Autorização de Uso àqueles que, aceitando os termos contratuais, dediquem-se às atividades extrativistas.

Desenvolvimento das reservas

A criação de uma reserva, a regularização fundiária através da entrega do documento de concessão, não esgota um dos aspectos mais importantes desta proposta: a mudança nas condições econômicas e sociais das populações que ali vivem, através da introdução de novos sistemas de comercialização, de escolas e de atendimento à saúde e de tecnologias inovadoras.

As regiões tradicionalmente ocupadas por populações extrativistas na Amazônia são extremamente carentes por duas razões fundamentais:

1 - nunca houve, por parte do Estado, qualquer programa econômico ou social para este setor da sociedade brasileira, desde que ele surgiu na economia nacional, no fim do século passado.

2 - o setor empresarial ligado a esta atividade na Amazônia beneficiou-se da proteção aos preços da borracha sem repassar, para os trabalhadores, os resultados dos ganhos obtidos com essa política.

O resultado, visível a qualquer pessoa que visite um seringal, é evidente. Nas áreas nas quais predomina, ainda hoje, a empresa extrativa tradicional, os seringueiros vivem confinados ao arcaico sistema de aviamento, que os obriga a entregar toda a produção ao **patrão**, dono do seringal, recebendo dele todos os produtos industrializados que consome. Não dispõe, portanto, de acesso a qualquer serviço público que possa melhorar sua vida. Nas áreas dos produtores autônomos ocorre o contrário. Embora as condições de vida não sejam muito diferentes, a liberdade de comercialização lhes permite auferir um nível de renda um pouco maior.

A criação de uma RE não modifica, por si só, este quadro histórico. Ao contrário, em muitos casos, tem criado situações extremamente delicadas para os moradores destas áreas, na medida em que o controle sobre os territórios que habitam tradicionalmente resulta em confronto com antigos comerciantes que não querem perder as regalias do monopólio na compra e venda de produtos. Além disso, uma reserva, quando de sua criação, é a mais clara expressão do sistema que sempre predominou na Amazônia: não existem escolas funcionando, não existe atendimento à saúde, não existem sistemas alternativos de comercialização.

A criação de uma RE interrompe, às vezes de uma hora para a outra, o tradicional sistema de relações econômicas e sociais, deixando as populações de uma comunidade em situação extremamente frágil e vulnerável. E não poderia ser de outra forma, ou, então, a RE não teria razão de existir. Ela foi formulada, exatamente, para estabelecer um novo sistema de produção que mantenha seu caráter tradicionalmente sustentável, mas que estabeleça condições novas e mais justas de exploração econômica dos mesmos recursos.

É absolutamente indispensável a presença do poder público, através de um Plano de Ação Emergencial, nas áreas transformadas em RE, regularizando em definitivo a situação fundiária e cumprindo seu papel de proporcionar o acesso da sociedade aos serviços básicos de educação e saúde. Até hoje, as soluções encontradas por estas populações têm surgido da intervenção das organizações não-governamentais que atuam na Amazônia, seja o Conselho Nacional dos Seringueiros, ou outras instituições que o assessoram, como o Centro dos Trabalhadores da Amazônia, com atuação no Acre, e o Instituto de Estudos Amazônicos, com atuação regional.

Intervenções a curto prazo, visando a solucionar impasses criados a nível de comercialização de produtos, e do atendimento social, constituem apenas o primeiro passo para um programa de desenvolvimento sustentável destas áreas. Em seguida, deve-se elaborar alternativas de longo prazo visando à agregação de valor aos produtos que já possuem mercado assegurado (como a borracha, a castanha, o açaí, por exemplo) e novos produtos que possam vir a ser introduzidos através da utilização do potencial econômico que apresenta a floresta tropical.

CONCLUSÃO: RESERVAS EXTRATIVISTAS OU RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO?

A proposta de implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia tem provocado inúmeras polêmicas, em reuniões nacionais e internacionais, no último ano. As principais críticas podem ser sintetizadas nos seguintes argumentos:

1 - o extrativismo é uma atividade econômica decadente na Amazônia, as populações que vivem desses recursos são pobres e exploradas, e a proposta de RE, portanto, produziria uma situação generalizada de atraso para a região.

2 - a Amazônia precisa ser desenvolvida e o modelo da RE visa a transformar toda a floresta em uma grande área reservada unicamente para a proteção ambiental.

3 - a borracha é um produto subsidiado pelo governo brasileiro, portanto, o modelo das REs somente seria viável à semelhança daquele ao qual surgiu como alternativa, o da agropecuária, também viabilizado com incentivos oficiais.

4 - a maior parte da população amazônica sobrevive de atividades agrícolas de pequena escala, com acentuado caráter predatório, e a prioridade seria, portanto, modificar as tecnologias utilizadas por este segmento social, e não privilegiar o extrativista que não tem representatividade regional. Nesse sentido, não se poderia pensar a RE como uma alternativa aos desmatamentos na Amazônia.

5 - a garantia, pelo governo, de amplas áreas para populações extrativistas, resultaria em uma espécie de grupo social privilegiado, dentro da estrutura econômica regional, marcada por grandes carências.

6 - as REs não são viáveis economicamente, ou porque as atividades que predominam nas áreas de economia extrativista dependem de subsídios governamentais, ou porque estão voltadas para mercados locais, restritos e oscilantes.

7 - as REs não constituem alternativa à conservação de recursos naturais ameaçados e ecossistemas frágeis, porque estão sustentadas em demandas sociais, baseadas na organização de grupos locais, e não em movimentos de caráter conservacionista.

Se, ao invés de terem sido denominadas de "extrativistas", as reservas tivessem recebido o título de "reservas de desenvolvimento sustentado" ou "reservas de ecodesenvolvimento", certamente grande parte dessa polêmica não existiria, uma vez que todos os argumentos até hoje apresentados contra essa proposta estão afetos aos problemas existentes com a economia extrativa, pressupondo-se, sempre, que as REs visam a congelar, permanecer e/ou incentivar o extrativismo como única e principal atividade econômica sustentável na Amazônia.

É falso esse argumento. O extrativismo, com todos os seus vícios e limites, é uma realidade, hoje, na Amazônia, simplesmente porque ele é o recurso econômico disponível e utilizado pela maior parte das pessoas que vivem dentro da floresta amazônica. Qualquer planejador que tivesse como objetivo o desenvolvimento sustentável da região teria que, necessariamente, iniciar um processo de mudança na região, considerando as bases atuais da economia regional, sua potencialidade, seus limites e possibilidades. Nunca foi objetivo da proposta de RE o congelamento das atividades econômicas em torno do extrativismo tal como ele é explorado hoje na Amazônia. E nem a realidade amazônica para a qual esta proposta foi formulada está exclusivamente assentada na economia extrativista.

As críticas sinteticamente apresentadas aqui têm como pressuposto o modelo extrativista clássico que predominou na região no começo do século quando havia preço e mercado para produtos como a borracha. O modelo que serviu de base para a proposta de RE, no entanto, está assentado nas transformações surgidas na região após a Segunda Guerra.

Apesar da grande diversidade de forma de utilização dos recursos extrativos na Região Amazônica, é necessário apontar para uma característica comum no que se refere a esse tipo de economia: o extrativismo está sempre, em maior ou menor grau, associado com a agricultura de subsistência e criação doméstica de animais, inclusive gado. Somente é encontrável o extrativismo puro nos lugares mais inacessíveis da região, naquelas áreas sob controle dos tradicionais seringalistas. Mesmo assim, nas últimas décadas, não tem sido possível, mesmo para estes, manter a exclusividade da mão-de-obra, em atividades de extração, como foi o modelo clássico.

Isso significa que a base sobre a qual vem se dando debate sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia, dentro da qual a proposta de RE é a mais desenvolvida, implica, sempre, a combinação entre atividades extrativas, agrícolas e criatórias, que podem variar desde situações nas quais o extrativismo é a atividade predominante e as demais são subordinadas (caso da Amazônia Ocidental, especialmente do Acre) e situações inversas, onde a agricultura predomina, juntamente ou não com a criação doméstica de animais, e o extrativismo exerce papel secundário (caso da Amazônia Oriental). O Estado do Amazonas é um exemplo ilustrativo: a depender da região, do período do ano, uma enorme variedade de produtos extrativos complementa a renda familiar, nas mais variadas situações. Mas sempre acompanhados de atividades agrícolas permanentes, na várzea ou na terra firme. Ou seja, o qualificativo "extrativista" exerce uma espécie de "camisa-de-força" em duas direções: ante a realidade amazônica, que é mais múltipla do

que o nome pretende expressar, e ante o debate teórico que a proposta vem produzindo. Se for feita uma análise rigorosa dos documentos produzidos desde 1985, quando o conceito surgiu pela primeira vez até hoje, seja aqueles produzidos pelo CNS ou pelo IEA, em nenhum momento deixa-se de considerar a importância das demais atividades atualmente existentes, e daquelas que poderiam vir a ser utilizadas no futuro.

Desse ponto de vista, as críticas arroladas no início, referentes à viabilidade econômica do extrativismo ou à sua representatividade social, não somente constituem preocupação daqueles que originalmente assessoraram na concepção da proposta, como, principalmente, dos líderes do movimento dos seringueiros. Seria grande ingenuidade supor que se pudesse falar de desenvolvimento sustentável para a Amazônia sem considerar o extrativismo em sua inserção no conjunto da economia regional. O fato dessa proposta referir-se a uma parcela pequena ou restrita da população regional em nada invalida sua importância. Ao contrário, foi exatamente após seu surgimento que o debate em torno da sustentabilidade de outras atividades econômicas (agricultura comercial e pecuária) se intensificou na região. Não há dúvida quanto à necessidade de extrapolar, para a pequena agricultura, vantagens econômicas e tecnológicas que advenham do extrativismo. Se as REs puderem produzir esse resultado, já cumpriram um de seus papéis, o de questionar a economia que se pretendia generalizar para a Região Amazônica nas últimas décadas, em nada fundamentada no potencial que a própria região apresenta.

Portanto, a leitura que vem sendo feita por alguns autores com relação às REs é limitada, restritiva e, até, preconceituosa, quando, por exemplo, questiona o possível elitismo que a criação de áreas reservadas poderia gerar na região. Não existe, no Brasil e, talvez, em nenhuma outra parte do mundo, um grupo social que tenha contribuído em tão grande escala com o desenvolvimento regional, durante décadas seguidas, como foi o caso dos produtores de borracha, desde o final do século passado até hoje, sem terem recebido nada, em troca. É essencial, portanto, entender que a RE é uma resposta, em primeiro lugar, a essa situação histórica, com diferentes projeções possíveis para o futuro, e não um conceito "congelado" como alguns autores têm apresentado.

Mas para que essa análise adquira a profundidade que merece, é importante recuperar o contexto dentro do qual a denominação "extrativista" surgiu e as razões pelas quais foi adotada.

A denominação Reserva Extrativista resultou da tradução quase literal da realidade indígena para a dos seringueiros, substituindo o qualificativo da primeira, pela característica da atividade econômica principal do grupo social que vive do extrativismo. A similaridade está presente na forma de ordenamento espacial e também na atribuição de competência ao Estado, como detentor da propriedade das áreas. A outra vertente inspiradora da RE são as áreas de conservação, também de propriedade do poder público e com funções de conservação ou preservação do patrimônio natural da sociedade.

Na época em que o conceito foi formulado, muito se discutiu a respeito da necessidade de ser criada uma nova figura legal quando já existia uma unidade de conservação - a Floresta Nacional - com definição similar, ou seja, com a possibilidade de nestes espaços poderem ser desenvolvidas atividades de exploração econômica, sob determinadas restrições, critérios e regulamentos.

A contestação à similaridade entre o que queriam os seringueiros e a Floresta Nacional é da mesma ordem da distinção que existe entre as áreas indígenas e as áreas de conservação: a questão dos direitos históricos (no caso dos seringueiros) e de precedência (no caso dos indígenas), sobre espaços do Território Nacional. Ou seja, em princípio, todos os grupos indígenas possuem práticas conservacionistas, o que aproxima mas não inclui suas áreas na mesma categoria das de conservação. Porque as práticas de uso dos recursos naturais fazem parte de um sistema cultural e social próprio que os distingue da nossa sociedade; formando uma outra, específica, baseada em territórios que se equivalem a nações dentro de uma outra nação. Também os seringueiros aspiravam a áreas nas quais pudessem continuar desenvolvendo suas atividades, de caráter sustentável, mas assegurando, ao mesmo tempo, seus direitos de posse, o que não se enquadra no conceito de Floresta Nacional, cujos recursos qualquer pessoa ou empresa pode explorar economicamente.

Assim, embora possa se dizer que as Reservas Extrativistas são áreas de conservação, elas se distinguem, em essência, das

demais, pelo fato de reconhecerem direitos de posse sobre áreas ocupadas; e se aproximam, ao definirem o Estado como proprietário permanente destas áreas e estabelecerem critérios de exploração que devem ser seguidos por todos.

Mas, fundamentalmente, o que as REs buscam atingir, em seu propósito essencial, é o benefício social para populações que já habitam estas áreas e a proteção da floresta pelo fato de ser este um requisito fundamental à sobrevivência destes grupos sociais. Por acréscimo e, em decorrência do tipo de atividade ali desenvolvida, as REs prestam um grande serviço à proteção da floresta como um todo e poderiam justificar sua existência, única e exclusivamente, em razão do benefício que prestam ao País e à humanidade, em função disso.

A questão, portanto, da viabilidade econômica destas áreas não pode ser analisada isoladamente do contexto econômico geral do País. É claro que, se não forem priorizadas pesquisas, se não forem acompanhadas de outras políticas de caráter regional, se os mesmos parâmetros de sustentabilidade não se estenderem para outras atividades produtivas na região, as REs deixarão de cumprir um papel potencial que apresentam de geração de renda e emprego, não somente dentro, mas também fora da floresta, através da industrialização local dos produtos regionais. Mas, mesmo assim, não deixarão de atender aos objetivos centrais para os quais foram delineadas: sociais e fundiários.

É preciso distinguir, com bastante clareza, funções que passaram a ser atribuídas às REs, por outros segmentos da sociedade, nacional e internacional, à revelia de seus autores, e por determinantes externos à Amazônia. A "histeria extrativista" que passou a tomar conta do debate sobre a Amazônia em vários auditórios dos países do primeiro mundo, segundo vários intelectuais brasileiros, é de responsabilidade do primeiro mundo, pois, para justificar a ausência de bons argumentos para a questão ambiental em seus próprios países, ou a ausência de propostas, ali formuladas, para serem sugeridas aos países detentores das florestas tropicais, transformaram a RE na grande panacéia do final do século.

Mas os elementos que fascinaram os ambientalistas dos países ricos são os mesmos que, na devida dimensão, e com a adequada racionalidade, constituem o grande "charme" desta proposta: não foi formulada em gabinetes tecnocráticos, não foi formulada por "intelectuais" para beneficiar o "povo", delimita de forma criativa o papel do Estado e o da sociedade civil, e incita a imaginação dos mais ortodoxos especialistas, principalmente porque, desde que foi aberto o debate sobre as alternativas ao desmatamento das florestas tropicais, não surgiu outra proposta que, de forma tão contundente, expressasse o conjunto de parâmetros necessários para se estabelecer a conciliação entre desenvolvimento e conservação na definição de uma política para a Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Anthony B. *Alternatives to deforestation* - steps toward sustainable use of the Amazon rain forest. Columbia University Press, New York, 1990, 281p.

_____. *Estratégias de uso da terra para reservas extrativistas da Amazônia.* s.d., 16p. (Manuscrito).

BROWDER, John O. *Social and economic constraints on the development of market-oriented extractive systems in Amazon rain forest.* Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg, Virginia, 1990, 27p. (Manuscrito).

HOMMA, Alfredo. Deixem Chico Mendes em paz. *Revista Veja*, n 50, 19 dez. 1990, p. 106.

INSTITUTO de Estudos Amazônicos - IEA. *Redefinição da política para a borracha nativa na Amazônia.* Convênio IBAMA/IEA, out. 1990a, s.p. (Manuscrito).

_____. *Identificação de áreas prioritárias e regulamentação do decreto de criação de reservas extrativistas na Amazônia.* Convênio IBAMA/IEA, v.1, set. 1990b, 104p. (Manuscrito).

_____. *Identificação de áreas prioritárias e regulamentação de reservas extrativas na Amazônia.* Convênio IBAMA/IEA, v. 2, set. 1990c, 199p.

SCHWARTZMAN, Stephen. The rubber tappers strategy for sustainable use of the Amazon rainforest. In: FRAGILE LANDS OF LATIN AMERICA - STRATEGIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 1989, 301p.

RESUMO

Reservas Extrativistas são espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações com tradição no uso de recursos extrativos, reguladas por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo órgão responsável pela política ambiental brasileira, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA - e dos Recursos Naturais Renováveis. Formulada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros visa à regularização fundiária de espaços historicamente ocupados por seringueiros e outras populações extrativistas e tem como objetivo beneficiar estes grupos sociais com projetos de desenvolvimento econômico e social, sob gestão comunitária e com base em critérios de sustentabilidade. O artigo desenvolve aspectos históricos e conceituais referentes à proposta, apresenta a metodologia que vem sendo desenvolvida para implementá-la na Amazônia, analisa alternativas econômicas atuais e o perfil futuro que se espera alcançar e discute alguns dos argumentos contrários à idéia surgidos em debates recentes a nível nacional e internacional. A autora procura contextualizar as Reservas Extrativistas de acordo com os objetivos para os quais foi formulada, entendendo que esta proposta estabelece os parâmetros necessários para reconciliar desenvolvimento e conservação na Região Amazônica.

ABSTRACT

Extractive Reserves are territorial spaces protected by the Public Sector. They are designated for the self-sustaining harvest and conservation of rennovative national resources by populations with a tradition based upon the usage of extractive resources. Such usage is regulated by a contract of real concession of usage by means of a utilization plan approved by the government branch responsible for Brazilian environmental policy: IBAMA. The proposal for Extractive Reserves was formulated by the National Council of Rubber Tappers with the following objectives: to regulate land areas, historically used by rubber tappers and other extractive populations and to benefit these social groups through economic and social development projects under community management and based upon a criteria of sustainability. This article: develops the historical and conceptual aspects regarding the proposal for Extractive Reserves; presents a methodology which is being developed for implementation in Amazonia; analyzes actual economic alternatives and/o a profile of those alternatives hoped to be reached in the future; and discusses some of the opposing arguments and ideas which have emerged from debates held at the national and international level. The author seeks to put Extractive Reserves into a context congruent with the objectives for which they were formulated. She does so with the understanding that the proposal establishes the parameters necessary for the reconciliation of the development and conservation of the Amazon region.

SANEAMENTO BÁSICO E PROBLEMAS AMBIENTAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM*

*Stael Starling Moreira dos Santos (coordenadora)***
*Ciléa Souza da Silva****
*Nelly Lamarão Câmara****

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, elaborado pela equipe técnica da Divisão de Estudos Ambientais, do Departamento de Recursos Naturais e Meio Ambiente, faz parte de uma série intitulada "Saneamento Básico e Problemas Ambientais nas Regiões Metropolitanas", sendo este o segundo ele apresenta informações em nível de município, tendo como área de observação a Região Metropolitana de Belém.

Tem por objetivo examinar a questão Saneamento Básico e sua interrelação com o meio ambiente, avaliando a repercussão dessas relações na saúde da população.

O meio ambiente é analisado tanto em relação a alguns aspectos físicos considerados importantes para o desenvolvimento do setor quanto no que se refere aos usos da água para abastecimento público e para a diluição de esgotos sanitários.

Para alcançar o objetivo do estudo, foram feitos levantamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza pública e coleta de lixo prestados pelas entidades ligadas ao setor e a conseqüente identificação dos problemas resultantes da deficiência ou ausência desses serviços no meio ambiente e na saúde da população.

A exposição é feita com o auxílio de tabelas, esquemas e cartogramas. Para a sua elaboração foram utilizadas informações constantes de bibliografia especializada, destacando-se os relatórios produzidos pelo Con-

---

* Recebido para publicação em 11 de abril de 1991. Este trabalho contou com a colaboração de:
MAURÍCIO BATISTA DOS SANTOS - Bases Cartográficas
ANIBAL DA SILVA CABRAL NETO - Desenho Final
JULIA MARCIA MAIA CAMPOS - Edição do texto em Carta Certa III

** Engenheira Química da Divisão de Estudos Ambientais do Departamento de Recursos Naturais e Meio Ambiente - DERNA -, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

*** Geógrafas da Divisão de Estudos Ambientais, do Departamento de Recursos Naturais e Meio Ambiente - DERNA -, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A equipe agradece a DULCE MARIA ALCIDES PINTO, JOSÉ CEZAR DE MAGALHÃES FILHO E YARA MATTOS DE SIMAS ENÉAS - IBGE - pelo apoio e inúmeras sugestões prestadas. Agradece também a CARLOS ALBERTO LOPES e demais colegas da DEGE-Pará e ao Engº ALCIONIDES SIQUEIRA - COSANPA - pelo decisivo apoio e presteza no envio das informações necessárias à produção deste trabalho.

sórcio Tecnosan - Rede, Cia. de Saneamento do Pará - COSANPA -, Secretaria de Saúde do Pará - SESPA - e Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN - e dados produzidos pelo IBGE. Além disso, foram realizadas entrevistas abertas com técnicos das instituições supracitadas e observações de campo que permitiram constatar o real estado dos serviços e os aspectos ambientais importantes à compreensão do tema.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ÁREA

A Região Metropolitana de Belém é constituída pelos Municípios de Belém e Ananindeua, pertencentes à Microrregião Homogênea nº 25, segundo o IBGE. A área possui uma extensão total de 1 221 km², assim distribuídos: Município de Belém com os Distritos de Mosqueiro, Val-de-Cães, Icoraci e Belém, perfazendo um total de 736 km², e o Município de Ananindeua, com 485 km². Em seu conjunto, 335 km² ocupam terrenos continentais e 866 km² são insulares.

Para melhor entendimento das soluções adotadas nessa área, no campo de saneamento básico, é necessário o conhecimento de algumas das características desta região com relação aos aspectos físicos, em especial a sua topografia, malha hidrográfica e, ainda, a população e ocupação urbana.

Esta caracterização foi feita com base no trabalho realizado pelo consórcio formado entre a Tecnosan Engenharia e a Rede Engenharia Empreendimentos e Participações, denominado Consórcio Tecnosan-Rede, resultante de contrato da Cia. de Saneamento do Pará - COSANPA -, em maio de 1986.[1]

Características Físicas

Sua topografia é predominantemente plana e baixa, resultado de uma superfície levemente acidentada, com poucas elevações, como é comum encontrar no imenso território amazônico. Nesta superfície encontram-se os dois elementos básicos desse território: as planícies com suas várzeas e a terra firme. As terras firmes da área metropolitana correspondem à porção mais rebaixada e fragmentada do baixo platô terciário, que teve a maior parte de seus vales fluviais colmatados por sedimentos recentes depositados pelos próprios igarapés ou carreados pelo rio Guamá. As planícies constituíram patamares de três níveis: níveis dos altos, intermediários e baixos patamares.

Ao se examinar a área urbanizável, verifica-se que ocorre maior representação dos níveis de altos e dos médios patamares, enquanto os baixos apresentam faixas bastante estreitas, de transição para as baixadas, assumindo maior representação nas porções terminais do baixo platô fragmentado. Num desses fragmentos nasceu a cidade de Belém, junto à foz do rio Guamá, espraiando-se pela margem da baía de Guajará. A partir daí, a cidade cresceu para o interior, até o patamar dos terraços intermediários e, penetrando ainda mais, atinge atualmente o nível dos altos terraços. Ao lado desse conjunto de patamares fragmentados, Belém tem 40% da área urbana ocupando as baixadas que ficam alagadas devido ao efeito retensivo das marés sobre os rios; quando essa alagação atinge a cota de 4 m, oferece à ocupação urbana as piores condições, pois as casas, geralmente palafitas, ficam semi-submersas. Apesar disso, dada a dificuldade de crescimento populacional nas áreas favoráveis, e já saturadas, as baixadas passaram a ser densamente ocupadas, resultando em sério problema, uma vez que as áreas inundáveis são utilizadas como receptoras de esgoto sanitário da cidade.

Conforme informações obtidas no relatório da Tecnosan, "o problema existente de ocupação não é propriamente topográfico, mas ligado à ação retentora da hidrografia pelas marés, o que resulta em inundação das baixadas e leva as autoridades competentes em saneamento a terem que necessariamente realizar obras de canalização nos igarapés e diques de retenção das marés nas baixadas, melhorando assim suas condições topográficas de ocupação".[2]

A hidrografia da região metropolitana e da área periférica é constituída principalmente pelas bacias do rio Guamá, Acará e dos rios que correm diretamente para o oceano Atlântico. Uma série de braços e canais, denominados paranás e furos, ligam respectivamente

[1] Convênio COSANPA/TECNOSAN - Rede de Engenharia. Plano Diretor de Esgoto da Região Metropolitana de Belém. Belém, 1986, 4v.
[2] Convênio COSANPA/TECNOSAN - Rede de Engenharia. Plano Diretor de Esgoto da Região Metropolitana de Belém. Belém, 1986, 4v.

uma parte do rio a outra e um rio a outro, possibilitando o surgimento de numerosas ilhas, dando à paisagem um aspecto compartimentado. Entre elas destacam-se as do Mosqueiro, Outeiro, João Pilato, Santa Rosa e Sororoca.

Ao sul de Belém, na foz do rio Guamá, formaram-se, também, ilhas: Cumbu, Murucutu e Ilha Grande.

O rio Capim, afluente do Guamá, foi destacado no supracitado trabalho, por formar uma bacia semi-independente e conjunta denominada rio Capim-Guamá.

Os rios Guamá e Acará desembocam na baía de Guajará, reentrância menor da baía de Marajó, esta formada pelo continente e pela ilha de Marajó. Mais ao sul, encontra-se o rio Tocantins, separado da baía de Guajará pelas ilhas das Onças, Arapiranga, Papagaio, Cotijuba e outras de menor extensão.

A baía de Guajará conta com 3 km de largura, contendo três canais, a saber: canal de acesso ao porto de Belém, e, paralelo a este, o canal do Meio e, mais para o centro do estuário, o canal de Minas Gerais ou canal da ilha das Onças. Suas águas se mantêm doces dada a grande massa fluvial que avança para o mar, impedindo deste modo a penetração de água salgada na baía.

Em seguida transcrevemos os principais componentes hidrográficos da região metropolitana, identificados no trabalho da Tecnosan - Rede Engenharia S.A. Trata-se de rios pequenos, afluentes dos grandes rios citados, que percorrem em sua maior parte as áreas urbanizadas:

- rio Aurá, afluente do rio Guamá, a sudeste da Região Metropolitana de Belém;

- nascentes dos lagos Água Preta e Bolonha (igarapé Murutucum), na área centro-sul, afluentes do rio Guamá;

- igarapé Tucunduba, na área centro-sul, fluindo para o rio Guamá;

- igarapé do Una, fluindo no sentido sul-oeste para a baía de Guajará;

- igarapés São Joaquim e Val-de-Cães, percorrendo o sentido norte-oeste até a baía de Guajará;

- iguarapé do Cajé, contribuindo para a baía de Guajará na direção oeste;

- igarapés 40 Horas, Magari, Icuí Guajará e Itabira, fluindo para o norte em direção ao rio Maguari;

- igarapés Aurá, das Toras, do Pato Macho, afluentes do rio Mocajuba com direção nordeste; e

- igarapés Boca Feia e do Alemão, formadores do rio Ananindeua, com direção leste-nordeste.

O Esquema 1 mostra a malha hidrográfica da Região Metropolitana de Belém e de sua periferia, bem como a localização dos postos fluviométricos.

População

O processo demográfico da Região Metropolitana de Belém, em seu caráter espacial e estrutural, reflete a evolução histórica da ocupação da Região Amazônica.

A valorização da borracha no mercado mundial, no final do Século XIX e início do atual, favoreceu a migração de nordestinos para a Amazônia, para a exploração dos seringais nativos.

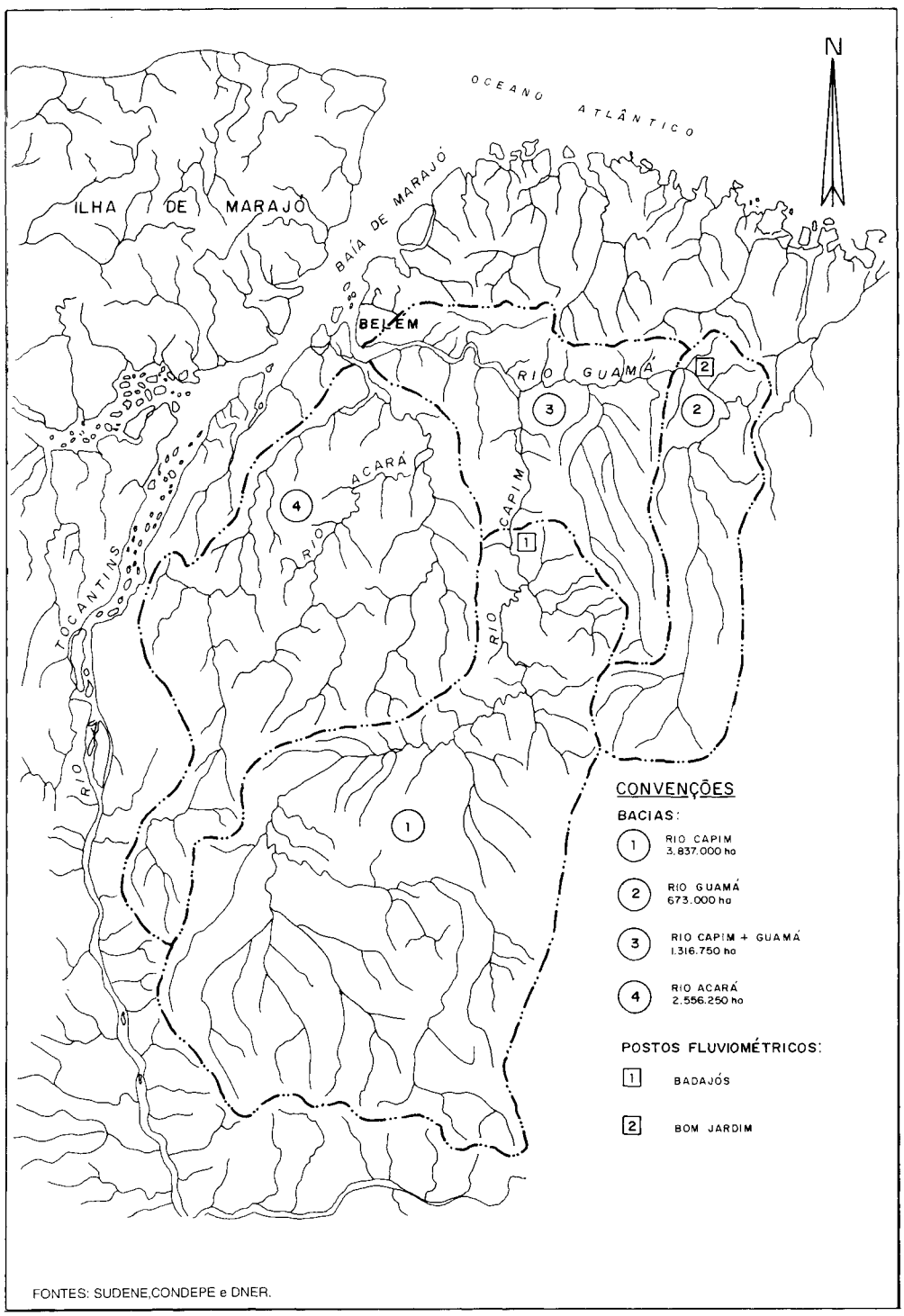
O contexto econômico então traçado é responsável pela estrutura ocupacional que dá a Belém a característica de metrópole pela sua função comercial de entreposto da região, tornando-se um dos centros polarizadores da vida econômica e administrativa, onde se verificam concentrações quase absolutas de geração de bens e serviços e das relações com o mundo extra-amazônico, favorecida sobretudo pela posição da cidade a 100 km do oceano Atlântico.

Neste período de grande dinamismo econômico, verificou-se uma significativa melhoria urbana em Belém, sendo dessa época (1906) as primeiras medidas destinadas a dotar a cidade de um sistema de esgotos sanitários, ressaltando-se que já existia o serviço de abastecimento de água, assunto que será abordado com detalhes nos capítulos subseqüentes.

Entre 1911 e 1914 a Amazônia perde o monopólio da borracha no mercado internacional, em face da entrada da produção do Oriente. Com isso, ocorre uma forte redução na atividade extrativista e, como conseqüência, passa a se verificar o refluxo de nordestinos e a migração de habitantes naturais, ocasionando em Belém grande "inchamento", resultando uma estrutura populacional com desníveis.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com a ocupação japonesa no Oriente, há uma retomada da extração da borracha da região amazônica, prolongando-se até o início da

ESQUEMA 1
DELIMITAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS



FONTES: SUDENE,CONDEPE e DNER.

implantação da indústria brasileira de pneumáticos e de outros derivados. Essa nova fase da borracha, que se manteve com alto preço no mercado internacional, mais uma vez repercute em Belém, que se beneficia com os lucros auferidos, refletindo em melhores condições de desenvolvimento de infra-estrutura urbana.

A integração de Belém com o sistema econômico nacional deu-se nos anos 40 pela atuação simultânea com a frente industrial paulista, devido à complementaridade de interesses. Outro fator importante no aumento das relações de Belém com o restante do País foi a implantação do eixo viário Belém-Brasília, na década de 60, através da política de integração implementada pelo Governo Federal.

O processo socioeconômico ocorrido na região amazônica é refletido na variação da população nos municípios da Região Metropolitana de Belém, cujos dados podem ser observados na Tabela 1.

Já a Tabela 2 apresenta a população urbana e rural nos municípios da Região Metropolitana de Belém, onde Ananindeua reflete a situação da região amazônica com a população concentrada na área rural, e Belém a situação inversa por suas características de metrópole.

TABELA 1
VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, DA POPULAÇÃO TOTAL NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1890-1980

ANOS	VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL			
	Ananindeua		Belém	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
1890-1900	...	...	46 496	92,87
1900-1920	...	...	139 842	144,82
1920-1940	...	...	(-) 30 071	(-) 12,72
1940-1950	...	...	48 618	23,56
1950-1960	7 027	52,82	144 273	56,58
1960-1970	2 197	10,80	234 152	58,65
1970-1980	43 351	192,41	299 913	47,35

FONTE - Anuário Estatístico do Brasil - 1987/88.

TABELA 2
POPULAÇÃO TOTAL E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM URBANA E RURAL, NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1872-1980

ANOS	ANANINDEUA			BELÉM		
	População	Distribuição da população (%)		População	Distribuição da população (%)	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
1872	...	...	...	61 997	...	...
1890	...	...	...	50 064	...	...
1900	...	...	...	96 560	...	...
1920	...	...	...	236 402	...	...
1940	...	...	...	206 331	85,86	14,14
1950	13 303	15,92	84,08	254 949	94,57	5,43
1960	20 330	16,49	83,51	399 222	94,63	5,37
1970	22 527	12,98	87,02	633 374	95,18	4,82
1980	65 878	10,39	89,61	933 287	88,34	11,66

FONTE - Anuário Estatístico do Brasil - 1978/88.

Analisando-se o quadro demográfico da Região Metropolitana de Belém, segundo o último Censo (1980), tem-se na Tabela 3 a seguinte densidade demográfica:

TABELA 3
DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km^2)
Ananindeua.....	135,83
Ananindeua	135,83
Belém	1 268,05
Belém.....	5 314,19
Icoraci	324,89
Mosqueiro	50,91
Val-de-Cães.....	348,13

FONTE - Censo Demográfico - Dados Distritais - IBGE - 1980.

Em nível de distrito, constata-se que a maior densidade se dá em Belém, onde, portanto, existe maior necessidade de serviços de saneamento básico.

Com seus 999 165 habitantes, a Região Metropolitana de Belém em 1980 tinha 83,2% da população na área urbana e 16,8% na área rural. A Tabela 4 apresenta os dados populacionais por distrito e, a Tabela 5, os dados dos domicílios ocupados nas respectivas áreas.

TABELA 4
POPULAÇÃO TOTAL, DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM URBANA E RURAL E TAXA DE OCUPAÇÃO DOMICILIAR, NOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO (%)		TAXA DE OCUPAÇÃO DOMICILIAR
		Urbana	Rural	
Ananindeua	65 878	10,40	89,60	5,31
Ananindeua....	65 878	10,40	89,60	5,31
Belém	933 287	88,34	11,66	5,55
Belém.....	807 757	93,59	6,41	5,58
Icoraci	82 523	70,62	29,38	5,51
Mosqueiro	14 460	60,71	39,29	5,67
Val-de-Cães...	28 547	5,08	94,92	5,24

FONTE - Censo Demográfico - Dados Distritais - 1980 - IBGE.

TABELA 5
DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, NOS MUNICÍPIOS E DISTRITOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES		
	Números absolutos	Números relativos (%)	
		Urbana	Rural
Ananindeua	12 358	9,74	90,26
Ananindeua.....	12 358	9,74	90,26
Belém.....	167 652	88,10	11,90
Belém.....	144 693	93,52	6,48
Icoraci	14 956	70,38	29,62
Mosqueiro	2 554	62,34	37,66
Val-de-Cães.....	5 449	4,46	95,54

FONTE - Censo Demográfico - Famílias e Domicílios - 1980 - IBGE.

Ocupação Urbana

A ocupação inicial da cidade se fez ao longo do rio Guamá e da baía de Guajará e penetrando para o interior do continente com ocupação progressiva dos espigões divisores de água. A expansão se deu com o uso das áreas de terras altas dentro de uma légua, contada a partir do Forte do Presépio e definida pelos colonizadores como Primeira Légua Patrimonial. As áreas baixas foram inicialmente ocupadas para atividade pastoril e, na década de 40, invadidas por famílias de baixa renda, que não tinham condições de adquirir terrenos nas partes altas, posto que a implantação nesta ocasião do "Cinturão Institucional" provocou adensamento populacional nos terrenos altos, esgotamento das terras firmes da Primeira Légua Patrimonial e conseqüente valorização por especulação imobiliária.

Este tipo de ocupação, aliado ao alto crescimento demográfico, trouxe como conseqüência para a Região Metropolitana de Belém:

- aumento de densidade populacional, nas terras altas, com desaparecimento de boa parte das áreas verdes da cidade;

- ocorrência de áreas não disponíveis à urbanização devido a sua localização inadequada

com terras alagáveis ou em áreas institucionais; e

- ultrapassagem do "Cinturão de áreas institucionais por conjuntos habitacionais, indústrias e habitação de baixo padrão construtivo, com surgimento de ocupação da área compreendida entre os Municípios de Belém e Ananindeua, dando origem aos bairros da Guanabara e Águas Lindas".[3]

Este fato acarretou sérios problemas ambientais, posto que, nesta área, se encontram as nascentes do Utinga, dos lagos Bolonha e Água Preta, principais fontes de abastecimento de água de Belém. A questão é ainda agravada pelo fato de aquelas áreas não serem de propriedade da COSANPA, ficando portanto as nascentes e represas sujeitas à contaminação por substâncias tóxicas e seres patogênicos provenientes de lançamento de esgotos domiciliares, dejetos de fábricas e lixo à margem da represa. A população desta área encontra-se por isto exposta à incidência de doenças gastrintestinais por bactérias e vírus causadores de disenteria, febre tifóide, hepatite infecciosa, etc.

Por outro lado, a ocupação das baixadas por segmentos populacionais de baixa renda traz problemas ambientais, como a obstrução do escoamento hídrico do deficiente sistema de macrodrenagem existente, e a impossibilidade de implantação de sistemas convencionais de água potável, de esgotos sanitários e de coleta de lixo. A situação é crítica, dadas as soluções alternativas encontradas pela população, através de lançamento de dejetos nas áreas alagadas, sobre as quais se erguem as palafitas.

As fotografias a seguir, feitas em trabalho de campo na baixada situada no bairro do Telégrafo, acusam estes problemas.

FOTO 1 - Vista parcial da ocupação onde a água chega ao usuário através de uma mangueira.

FOTO 2 - Lixo acumulado abaixo das estivas e rente aos domicílios.

[3] Sistema de Abastecimento de Água da Grande Belém. Análise Econômico-Financeira, Belém, COSANPA, 1987, p.4-39.

FOTO 3 - Situação dos domicílios sobre os alagados contendo esgoto sanitário e lixo.

Essas áreas funcionam portanto dentro do espaço urbano, como verdadeiras barreiras, impedindo a distribuição racional dos equipamentos urbanos.

Em busca de soluções para esses problemas, a Prefeitura Municipal de Belém apresentou, em 1986, à Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN -, proposta de solicitação de financiamento parcial, para dar início ao Programa de Saneamento para a recuperação das baixadas de Belém. Deste programa, conforme relatório da SESAN,[4] consta a execução de diversas obras de macrodrenagem e de saneamento, ficando definida a bacia do Una como área prioritária a ser beneficiada, em razão de a área ser habitada por uma parcela representativa da população de baixa renda e também em conseqüência da sua área de abrangência corresponder a 60% do total da área das bacias do Município de Belém, sendo que 797,8 ha se apresentam continuamente inundados pelas marés e pelas chuvas, enquanto que 2 866,3 ha sofrem inundações periódicas.

A intervenção na bacia do Una visa portanto à eliminação do alagamento em uma das áreas prioritárias da baixada de Belém, ao disciplinamento do uso do solo e à melhoria das condições de saúde da população de baixa renda.

Historicamente, a ocupação dessa área se deu, em grande parte, por migrantes vindos na sua maioria do interior do estado, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Atualmente, a população residente está estimada em 465 520 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 127,05 habs./ha.

Pesquisas especiais realizadas pelo projeto mostram que, do total de pessoas entrevistadas, 86% informaram a existência de rede pública de água nas suas respectivas ruas; desse conjunto, porém, 36% ainda não possuíam instalações domiciliares, abastecendo-se em locais distantes. Ressalta-se ainda que, na área em questão, a baixa pressão da água na rede tem levado a população a furar o encanamento para se abastecer diretamente, expondo deste modo o líquido à contaminação.

Quanto aos esgotos domiciliares, observou-se que 82% da população pesquisada na

[4] Programa de Saneamento para Recuperação das Baixadas de Belém, 1986.

área em estudo permanecem fora de quaisquer sistema adequado. Desse total, 35,4% vêm escoando seus esgotos através de fossas negras e 64,6% fazem o lançamento diretamente na água.

No caso da limpeza pública, o serviço prestado é deficitário e mais da metade daquela população lança nos canais todos os resíduos acumulados. Na área das palafitas, em especial, o lixo é lançado diretamente no leito dos igarapés.

No Esquema 2 têm-se definidas para o Município de Belém as áreas alagáveis e sua ocupação, bem como destacadas na bacia do Una as sete subáreas de influência do projeto com a identificação dos canais que são objeto do Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Os dados mensurados em cada uma dessas subáreas podem ser vistos na Tabela 6.

ESQUEMA 2
DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS NAS BAIXADAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

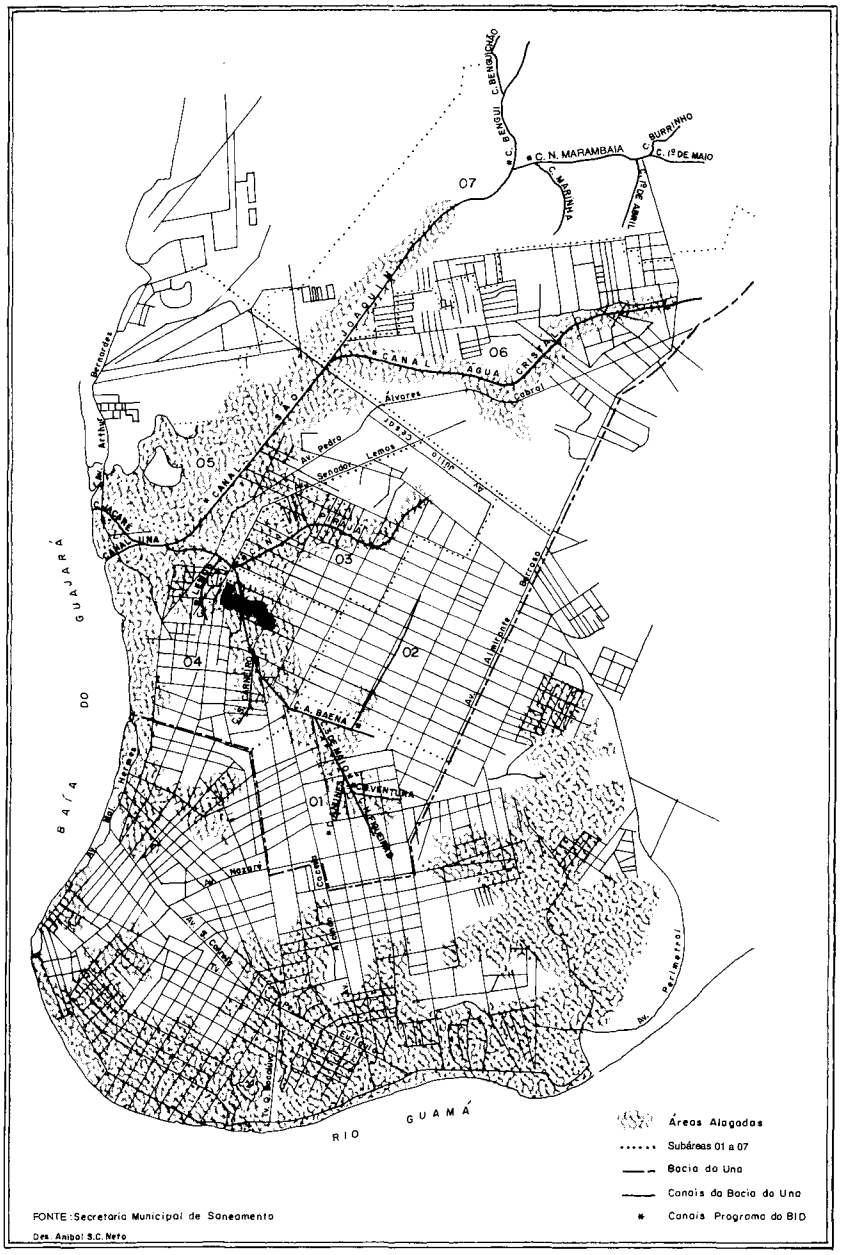


TABELA 6
DADOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DA BACIA DO UNA, SEGUNDO SUBÁREAS - 1986

SUBÁREAS	POPULAÇÃO	EXTENSÃO (m)			CANAIS	
		Das galerias	Das vias		Denominação	Extensão (m)
			Sem pavimentação	Com pavimentação		
TOTAL	**404 877**	**49 780**	**103 069**	**10 708**		**21 500**
					Antônio Baema	760
					3 de Maio	520
01	62 088	4 840	8 056	273	Antônia Nunes	400
					H. Filgueiras	680
					Boaventura da Silva	620
02	61 232	2 050	3 811		Visconde de Inhaúma	1560
03	47 668	14 380	20 178	2 875	Pirajá	2 460
04	70 425	12 895	30 640	3 135	Soares Carneiro	740
05	39 157	3 860	19 313	3 134	São Joaquim	2 400
06	85 755	6 235	9 350	209	Água Cristal	4 280
					São Joaquim	2 900
07	38 552	5 520	11 721	1 082	Bengui	2 020
					N. Marambaia	2 160

FONTE - Programa de Saneamento para Recuperação das Baixadas de Belém. Bacia do Una . Belém, SESAN, v. 1, 1986.

USOS DA ÁGUA

De acordo com o exposto no item Características Físicas, a área em estudo está praticamente cercada pela baía de Guajará, foz do rio Guamá, rio Maguari e afluentes. A Região Metropolitana de Belém tem sua drenagem natural escoando da parte interior para as suas partes menos elevadas, constituídas pelos acidentes geográficos acima citados, que dão à região uma configuração acentuadamente radial.

Assim, o rio Guamá e seus afluentes são pela sua adequada localização, favoráveis à sua utilização, tanto para abastecimento público de água como para seus outros usos benéficos.

Por outro lado, a baía de Guajará, contornando em parte a área urbana e recebendo água proveniente do diversos rios, constitui, juntamente com eles, corpos receptores de esgotamento sanitário.

Nesse estudo, as águas superficiais serão observadas em relação aos usos preponderantes para abastecimento de água e para a diluição de esgotos sanitários produzidos pela população e escoados para as bacias hidrográficas.

Abastecimento de Água

Descrição dos mananciais

Os mananciais de superfície de abastecimento de água potável para a população da Região Metropolitana de Belém são os lagos Bolonha e Água Preta, com tomada de água no rio Guamá. São utilizados, ainda, mananciais subterrâneos.

De acordo com a legislação vigente, as águas destinadas ao abastecimento doméstico são classificadas como classe 1, após tratamento simplificado, e classe 2, após tratamento convencional. No caso em estudo, as águas de superfície foram classificadas como classe 2 e recebem tratamento em estações de tratamento (ETAs) antes de sua distribuição à população da zona central e da localidade de Marambaia, enquanto os demais núcleos da zona de expansão recebem água

proveniente de poços profundos, sem tratamento (Quadro 1).

QUADRO 1
ABASTECIMENTO DE ÁGUA
ÁREAS E LOCALIDADES SERVIDAS

MANANCIAL	ÁREA - LOCALIDADE	TRATAMENTO	
		EXISTENTE	PROPOSTO
RIO GUAMÁ	Setores: 4º, 9º, 7º, e 8º	Convencional (ETA Bolonha)	Convencional
	Setores: 1º, 2º, 3º, 6º e 7º	Convencional (ETA São Braz)	Convencional
	Setores: 5º e 9º	Convencional (ETA 5º setor)	Convencional
POÇOS PROFUNDOS	Marambaia	Convencional (ETA 1 e ETA 2)	Convencional
	Cidade Nova	Não tem	Não tem
	Marituba	Não tem	Não tem
	Ananindeua	Não tem	Não tem
	Ipasep	Não tem	Não tem

FONTE - Sistema de Abastecimento de Água da Grande Belém. Análise Econômico-Financeira. Belém, COSANPA, 1987, v.1, p. 4-39.
NOTA - O núcleo de Icoraci é atendido pelo sistema Fundação SESP.

Síntese histórica do serviço de abastecimento de água

A Região Metropolitana de Belém, como descrito na parte inicial deste trabalho, está situada às margens de um porto no estuário do Amazonas, distante apenas cerca de 100 km do mar, de altitude baixa e predomínio de topografia plana, e sujeita aos fenômenos das marés. Em conseqüência, a água de subsolo, sobretudo na ocasião das grandes marés, torna-se salobra e imprópria ao consumo humano, levando a população à dependência de um adequado serviço de abastecimento público de água. É importante observar ainda que 40% de sua área urbana situam-se nas aluviões recentes, abaixo da cota 4 m e propensa a inundações. É nessas áreas alagáveis, as baixadas de Belém, onde se aglomera cada vez mais a população pobre da cidade, que em 1989 contava aproximadamente 465 520 pessoas e, que, na ausência de um adequado serviço público de água, não podem recorrer a poços devido ao alagamento e à péssima qualidade da água de subsolo.

De fato, desde a criação da cidade, seus cronistas registraram a preocupação das autoridades públicas com a qualidade da água consumida.

No final do Século XIX, a Companhia das Águas do Grão-Pará busca um serviço de abastecimento com melhores condições de segurança à população, iniciando então os trabalhos de canalização. Esta companhia utiliza-se do manancial do Utinga, bem como constrói o depósito de São Braz, existente até hoje.

No início do novo século, procura-se melhorar o abastecimento através da captação do Buissuquara, Catu e Maria, além da construção de várias obras. No entanto, em 1930, o atendimento à população ainda era motivo de preocupação da administração pública, devido sobretudo à obstrução de alguns encanamentos da rede geral, à pouca água em alguns bairros afastados do Centro e à baixa pressão das redes.

A partir dos anos 50, o crescimento de Belém superou todas as estimativas e, como resultado, a ocupação não se limitou às áreas de cota alta e cada vez mais as camadas de baixa renda da população se aglomeram nas baixadas alagadiças, locais onde a abertura de poços para abastecimento é inviável devido à péssima qualidade da água de subsolo.

Na década de 70, a Companhia de Saneamento do Pará encontrava dificuldade em suprir, satisfatoriamente, a população de Belém com água potável. Com efeito, o sistema de abastecimento existente apresentava precárias condições de funcionamento do canal adutor de água Preta-Utinga, além da adutora de água bruta Utinga-São Braz ter sua seção reduzida pelas incrustações por contar com mais de 80 anos de uso e por ter sido construída com tabulações de ferro fundido. Para solucionar o problema, a COSANPA buscou, em 1979, um manancial que melhor atendesse ao processo de ampliação do sistema. Após estudos, opta-se pelo manancial superficial do Guamá, utilizando-se a captação existente como parte integrante do sistema a ser ampliado, contribuindo com uma vazão de 5 091 l/s e água subterrânea - poços profundos com 767 l/s.

O projeto foi aprovado pelo Banco Nacional da Habitação em dezembro de 1980 e suas obras foram iniciadas visando a atender à população da Zona de Expansão até o ano 2000, dividido em duas fases: a primeira para 1990, com população abastecível de 1 310 489 ha-

bitantes e vazão de 5 858 l/s e a segunda fase para o ano 2000, com a população abastecível de 2 094 320 habitantes e vazão de 9 030 l/s.

Este projeto teve os seus primeiros benefícios alcançados em 1984. Para minimizar o déficit de produção que, em 1979, era de 143 893 m³/dia, para uma demanda de 309 373 m³/dia, foi feita a limpeza da adutora de água bruta Utinga-São Braz, bem como a construção de poços profundos. Essas providências reduziram o déficit para 86 701 m³/dia em dezembro de 1982. No início de 1984, a região metropolitana com uma população urbana de 1 013 277 habitantes contava com atendimento a 782 063 habitantes, o que resultava em um nível de atendimento de 77,18% e um déficit na produção da ordem de 92 600 m³/dia. Naquele ano o projeto de maior significado na COSANPA foi a ampliação do sistema de abastecimento de água para a região, que aplicou os seus recursos financeiros basicamente nas seguintes obras: tomada de água no lago Água Preta; canal Água Preta-Bolonha; tomada de água no lago Bolonha; elevatória de água bruta do lago Bolonha; adutora de água tratada e oficina de hidrômetros.

Os principais dados do sistema de abastecimento de água na fase anterior à sua ampliação estão representados na Tabela 7.

Em 1985, a COSANPA iniciou a construção da nova estação de tratamento de água, localizada próxima ao lago reservatório Bolonha. Essa ETA tem por finalidade reforçar o sistema de abastecimento de água da Grande Belém, incluindo o Município de Ananindeua e o Distrito de Icoraci. Foi projetada com capacidade para tratar no final de 1987, na primeira etapa, a vazão de 2 480 l/s; na segunda etapa, até 1990, 3 200 l/s; e, na terceira, com alcance até o ano 2 000, de 6 400 l/s.

Caracterização dos sistemas existentes

O serviço de abastecimento de água é prestado em Belém, Val-de-Cães, Ananindeua e parte do Mosqueiro pela Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA. Em Icoraci e no restante de Mosqueiro o atendimento é de responsabilidade da Fundação SESP, através dos serviços autônomos de águas e esgotos. Segundo a Tecnosan-Rede, a área urbana de Belém é servida por sistema integrado de captação e adução e dividida em setores de distribuição com níveis de atendimento atingindo 80% da população sediada nas áreas de cotas mais altas, 50% à medida que delas se afastam e chegando a 2% nas áreas alagáveis. Atualmente é constituído pelas seguintes unidades: Sistema do rio Guamá-Tomada e estação elevatória de água bruta; adutora Guamá-lago Água Preta, canal Iúna, estação elevatória de água bruta do Utinga, adutoras do Utinga para São Braz e 5º setor, estação de tratamento de água São Braz, subadutoras, reservatórios de rede de distribuição; sistemas de água subterrânea da Terra Firme; Marambaia-Cidade Nova; Marituba, Ananindeua, IPASEP, Icoraci e outros independentes.

Para fins de abastecimento, a região metropolitana está dividida em Zona Central, compreendendo nove setores, e a Zona de Expansão, abrangendo os núcleos: Marambaia, Cidade Nova, Guanabara, Coqueiro, Marituba/Ananindeua, Bengui, IPASEP, Val-de-Cães e Icoraci.

A Tabela 8 apresenta os setores da Zona Central e os respectivos bairros, área, popu-

TABELA 7
DADOS DO SISTEMA PARA A PRODUÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1984

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA	NÚMERO DE LIGAÇÕES	POPULAÇÃO ATENDIDA	NÍVEL DE ATENDIMENTO	EXTENSÃO TOTAL DA REDE (km)
Ananindeua	...	...	...	...	...
Belém	1 013 277	137 381	782 063	77,18%	1 071

FONTE - Sistema de Esgotos Sanitários de Belém: Diagnóstico. Belém, COSANPA, 1984, v. 2.

TABELA 8
DADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ZONA CENTRAL
DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1990

SETORES E BAIRROS	ÁREAS (km^2)	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ABASTECÍVEL	VAZÕES (l/s)
1º Setor	181,20	43 670	34 936	169,85
Reduto		20 383	16 307	79, 29
Comércio		16 496	13 197	64,15
Cidade Velha		6 791	5 432	26,41
2º Setor	151,20	39 551	31 641	153,81
Cidade Velha		25 176	20 141	97,91
Batista Campos		14 375	11 500	55,90
3º Setor	445,40	120 482	96 386	468,54
Matinha		7 539	6 031	29,31
Nazaré		18 234	14 587	70,91
Umarizal		86 040	68 832	334,60
Reduto		8 669	6 936	33,72
4º Setor	402,20	88 427	70 741	343,88
Guamá		87 588	70 070	340,62
São Braz		839	671	3,26
5º Setor	708,00	137 040	109 632	532,93
Marco		108 482	86 786	421,88
Souza		17 613	14 090	68,49
Pedreira		10 945	8 756	42,56
6º Setor	403,50	121 378	97 142	472,23
Canudos		17 820	14 256	69,30
São Braz		69 145	55 316	268,90
Matinha		3 219	2 575	12,53
Nazaré		31 194	24 995	121,50
7º Setor	110,90	110 043	88 034	427,94
Terra Firme				
8º Setor	542,20	180 253	144 202	700,98
Jurunas		61 587	49 269	239,50
Cremação		44 685	35 748	173,77
Condor		37 092	29 674	144,25
Batista Campos		36 889	29 511	143,46
9º Setor	1 406,70	336 490	269 192	1 308,57
Telégrafo		88 740	70 992	345,10
Pedreira		121 485	97 188	472,44
Sacramento		126 265	101 012	491,03

FONTE - Emenda Técnica do Relatório Preliminar. Abastecimento de Água da Grande Belém. Belém, COSANPA, 1980, p.6-21.

lação, população abastecível e vazões para o ano de 1990, enquanto a Tabela 9 apresenta as mesmas informações para os diferentes núcleos da Zona de Expansão. A Tabela 10 informa as vazões em l/s de água subterrânea e de água superficial necessária para suprir cada sistema da Zona de Expansão. A Zona Central acusa forte tendência a crescimento vertical em bairros como São Braz, Nazaré, Reduto, Umarizal e Batista Campos, enquan-

TABELA 9
DADOS GERAIS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA ZONA DE EXPANSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1990

NÚCLEOS	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO ABASTECÍVEL	VAZÕES (l/s)
Marambaia	172 403	137 922	478,90
Cidade Nova	135 001	108 001	375,00
Marituba/Ananindeua	6 250	5 000	17,36
Bengui	72 000	57 500	200,00
IPASEP	14 005	11 204	38,90
Val-de-Cães	3 865	3 092	10,74
Icoraci	57 253	45 802	159,03

FONTE - Emenda Técnica do Relatório Preliminar. Abastecimento de Água da Grande Belém. Belém, COSANPA, 1980, p.6-21.

TABELA 10
SÍNTESE DOS DADOS SOBRE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ZONA DE EXPANSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1990

NÚCLEOS	ÁGUA SUBTERRÂNEA		ÁGUA SUPERFICIAL
	Vazão existente (l/s)	Vazão complementar (l/s)	Vazão complementar (l/s)
Marambaia	416,00	-	-
Cidade Nova	125,00	10,74	160,00
Guanabara	-	-	132,90
Coqueiro	-	-	20,00
Marituba	16,70	0,66	-
Bengui	-	-	200,00
IPASEP	38,90	-	-
Icoraci	95,80	63,20	-

FONTE - Emenda Técnica do Relatório Preliminar. Abastecimento de Água da Grande Belém. Belém, COSANPA, 1980, p. 6-21.

to a Zona de Expansão tem se caracterizado por um crescimento bastante horizontal devido à cooperativa e mesmo pelo incentivo imobiliário da região.

Descrição do sistema

A tomada de água e elevatória de água bruta situam-se na margem do rio Guamá e são dotadas de bombas centrífugas verticais que trabalham afogadas, recalcando para o lago Água Preta. Este lago é utilizado como um reservatório de água bruta, de modo a permitir eventual parada de elevatória do rio Guamá. Essas paradas são recomendáveis à época em que a salinidade da água do rio torna inconveniente a sua utilização. A adutora de água bruta Guamá-Água Preta, construída em tubulação de aço carbono, atende uma vazão atual de 3 000 l/s.

O lago Água Preta foi interligado ao lago Bolonha através de um canal aberto, controlado por comportas formando um enorme reservatório de água bruta, possibilitando o armazenamento de um grande volume de água, além de garantir a sua qualidade. Às margens do lago Bolonha foram construídas tomada e elevatória de água bruta com recalque para a estação de tratamento do sistema. A adutora de água bruta Bolonha que interliga a elevatória à ETA foi construída para atender à vazão final do plano de 6 720 l/s e vazão de água tratada de 6 400 l/s.

A ETA compõe-se basicamente de casa de química, câmaras de chegada de água bruta, calha Parshall, floculadores, decantadores, filtros, sistema de desinfecção, fluoretação e correção final de pH. Outra adutora, por gravidade, Bolonha-Utinga, capta 2 200 l/s, que atende às elevatórias já existentes do Utinga, responsáveis até hoje pela alimentação das ETAs de São Braz e do 5º setor. A ETA de São Braz é constituída de estação de tratamento convencional com floculadores mecanizados, decantadores de fluxo horizontal e filtro rápido de areia; a capacidade nominal é de 1 200 l/s, com operação atual de 1 400 l/s. A outra ETA do 5º setor é dotada de flocos decantadores do tipo *accelator* e filtros com vazão nominal de 700 l/s.

A elevatória de água tratada do Bolonha recalca água para a Zona Central de Belém e para a Zona de Expansão, enquanto a elevatória de água tratada de São Braz fica responsável pelo recalque intermediário até os reservatórios do 1º, 2º e 3º setores da rede de distribuição. As adutoras de água tratada na Zona de Expansão atenderão na primeira etapa os bairros da Cidade Nova, Coqueiro, Guanabara e Bengui. Na segunda etapa será construída nova adutora com trajeto inicial paralelo ao da primeira etapa, com a finalidade de reforçar o abastecimento daqueles bairros e atender ainda Marambaia, Marituba/Ananindeua (sistema intrega), IPASEP, Icoraci e Val-de-Cães (veja Esquema 3 do sistema de abastecimento de água).

As principais obras do projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de Belém, já executadas e concluídas em dezembro de 1989, são as seguintes:

1 - Obras do Bolonha:

- tomada de água e elevatória de água bruta no lago Bolonha (captação);
- adutora de água bruta, EAB-ETA (extensão 400 m, diâmetro 1 750 mm);
- extravasor do lago Bolonha:

Início das obras: 05/04/82
Término: 30/10/84

2 - canal de interligação dos lagos Água Preta e Bolonha (comprimento: 1 037 m):
Início das obras: 01/05/82
Término: 30/03/85

3 - ETA do Bolonha (1ª etapa do projeto, capacidade 3,2 m³/s);

4 - 6º setor de distribuição de água (reservatórios e elevatória):
Início das obras: 17/12/85
Término: 15/03/88

5 - 9º setor de distribuição de água (reservatório e elevatória):
Início das obras: 17/12/85
Término: 15/03/88

6 - subestação elétrica central do complexo Bolonha:
Início das obras: 01/09/83
Término: 30/09/84

O Cartograma 1 mostra as principais características do sistema. As áreas do Município de Belém, abastecidas pelas ETAs Bolonha, São Braz e ETA 5º setor, podem ser melhor observadas no Esquema 4.

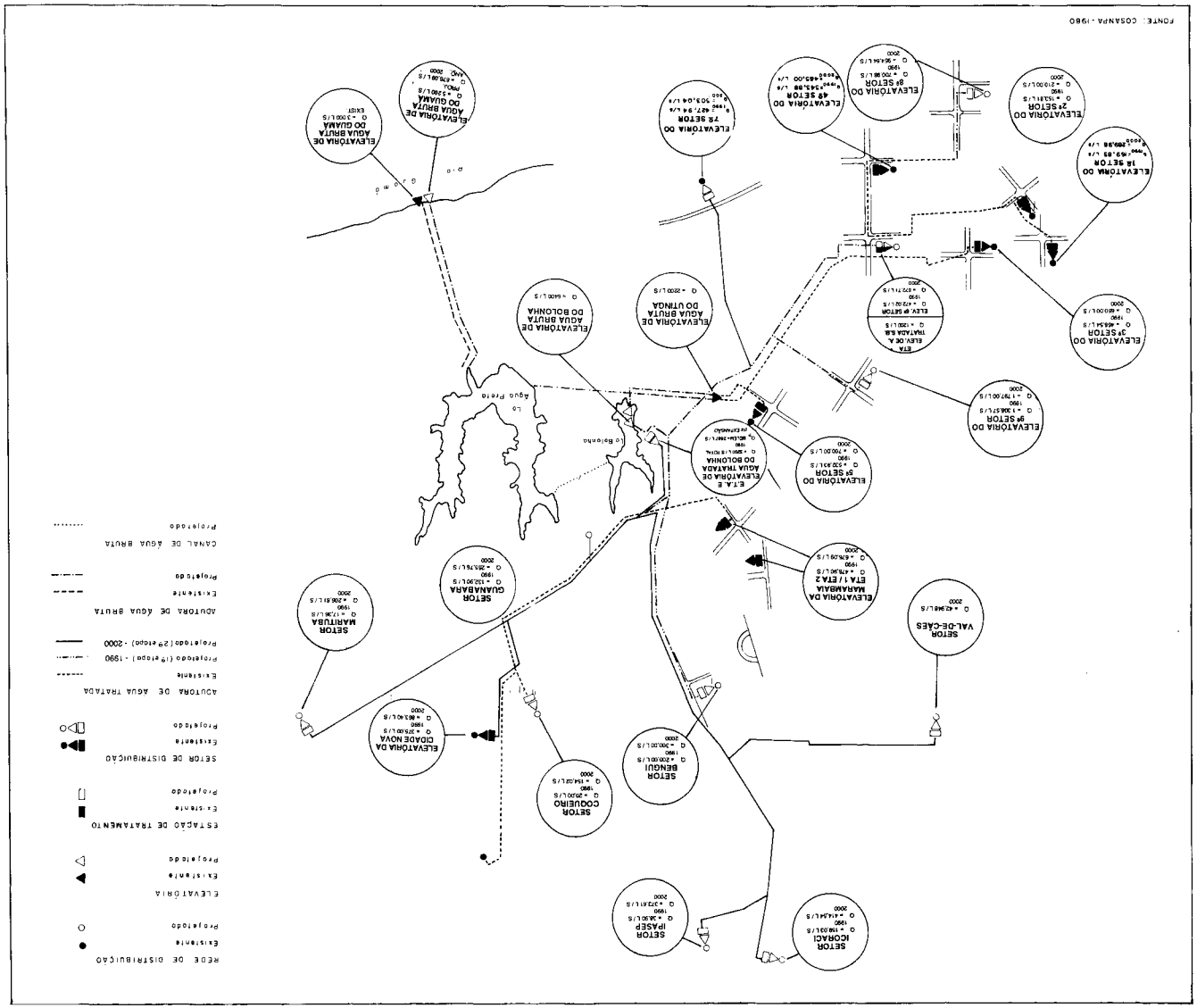
Per capita para a Zona Central e Zona de Expansão e nível de atendimento

Per capita para a Zona Central

Segundo consta da Emenda Técnica do Relatório Preliminar - Abastecimento de água

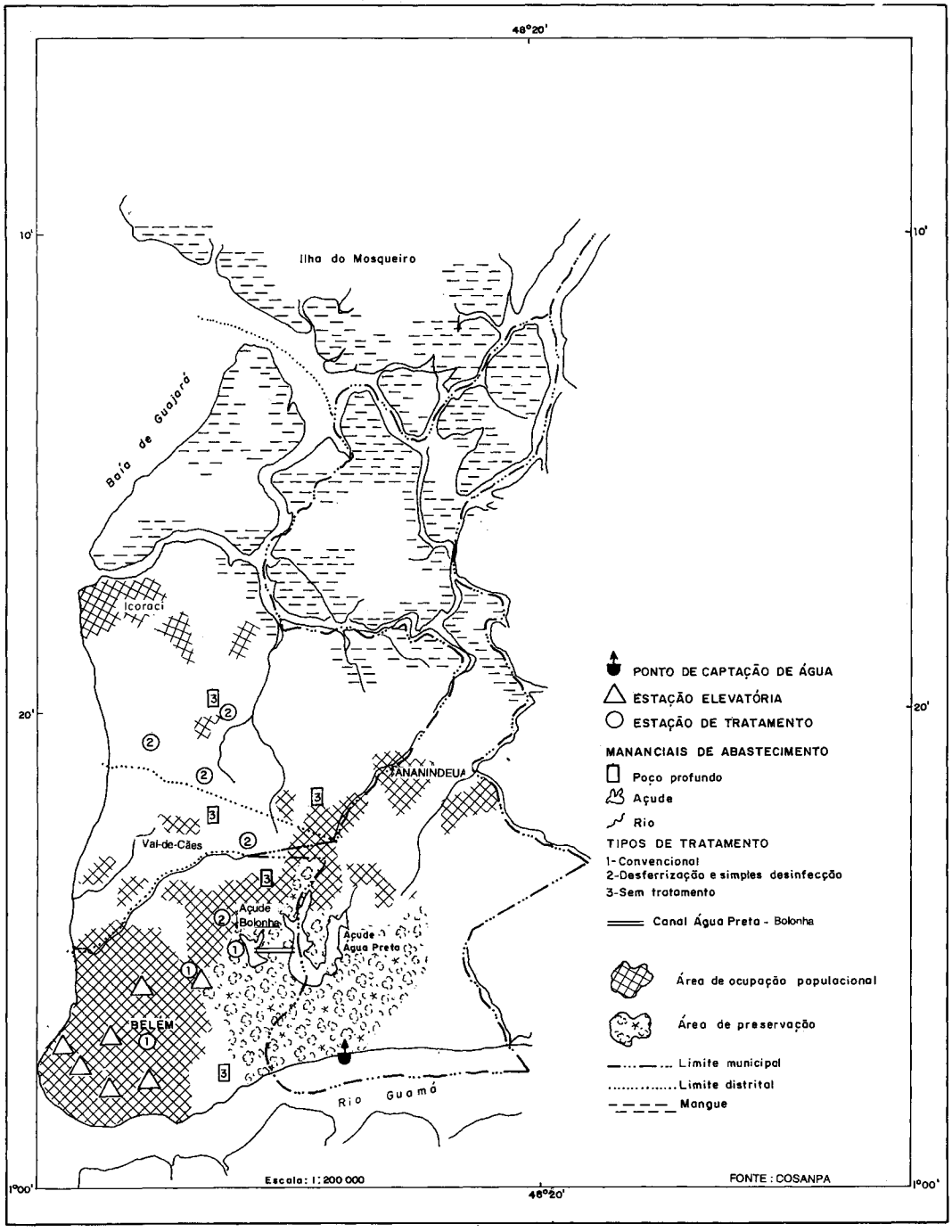
ESQUEMA 3

ESQUEMA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM



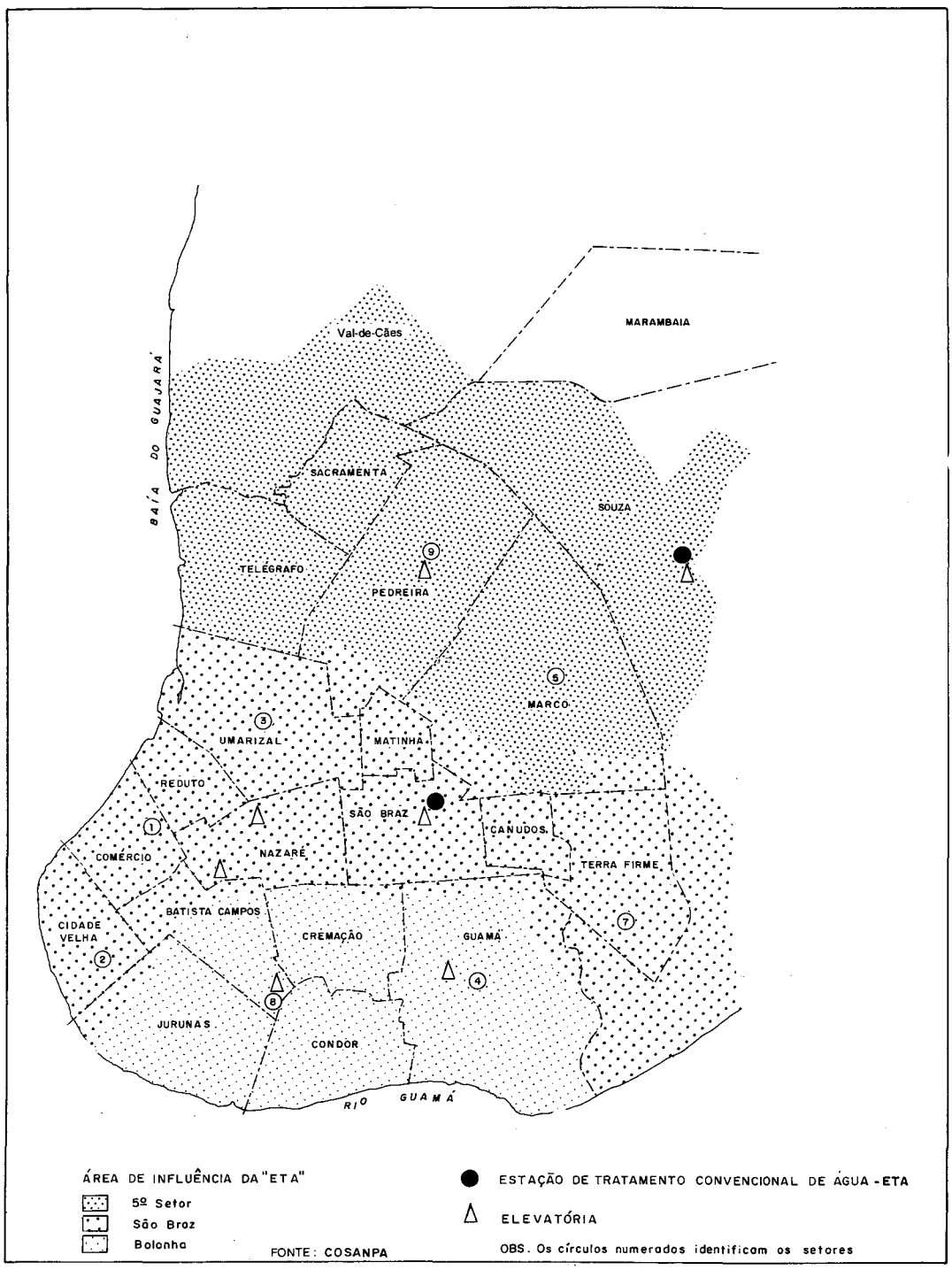
CARTOGRAMA 1

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO
DE ÁGUA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM



ESQUEMA 4

ZONA CENTRAL DE BELÉM - Abastecimento de Água - Tratamento e Área de Influência



para a Grande Belém [5] em 1980 o consumo médio de água era de 444 l/hab./dia, com perda de 43,2%, sendo portanto nesta ocasião o *per capita* de 252 l/hab./dia. As perdas foram reduzidas para 35% em 1985, devido a medidas adotadas como: implantação de nova estrutura de cadastro, reduzindo deste modo o número de ligações clandestinas; incremento de micromedições, diminuindo o desperdício; implantação de serviço de macromedição; treinamento de pessoal na pesquisa de vazamentos e substituição parcial das redes obsoletas. No ano de 1990, as perdas passaram a ser de 30%, conforme projeção prevista e confirmada em trabalho de campo.

TABELA 11
CONSUMO MÉDIO DE ÁGUA DA ZONA CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980-1990

ANOS	CONSUMO MÉDIO DE ÁGUA		
	Per capita sem perdas (l/hab./dia)	Perdas (%)	*Per capita*, com perdas (l/hab./dia)
1980	252	43,2	444
1985	260	35,0	400
1990	260	30,0	370

FONTE - Emenda Técnica do Relatório Preliminar. Abastecimento de Água da Grande Belém. Belém, COSANPA, 1980, p.6-21.

Per capita para a Zona de Expansão

Pesquisas feitas pela COSANPA determinaram o *per capita* de 200 l/hab./dia, com perda de 26% para o ano de 1980, que deverá ser reduzida, conforme projeções subseqüentes em 1990 para 23% e de 20% no ano 2000. Esta perda menor para a Zona de Expansão é explicada por se tratar de sistemas menores, com redes novas e portanto mais fáceis de serem operadas, bem como de se detectar ligações clandestinas (Tabela 12).

A partir desses *per capita*, adotaram-se, nesse trabalho, para fins de cálculo de estimativas, os seguintes valores:

TABELA 12
CONSUMO MÉDIO DE ÁGUA DA ZONA DE EXPANSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980-2000

ANOS	CONSUMO MÉDIO DE ÁGUA		
	Per capita sem perdas (l/hab./dia)	Perdas (%)	*Per capita*, com perdas (l/hab./dia)
1980	200	26,0	270
1990	200	23,0	260
2000	200	20,0	250

FONTE - Emenda Técnica do Relatório Preliminar. Abastecimento de Água da Grande Belém. Belém, COSANPA, 1980, p.6-21.

- Zona Central - 350 l/hab./dia
- Zona de Expansão - 250 l/hab./dia

População total e abastecida

A população abastecida no ano de 1987, tanto na Zona de Expansão quanto na Zona Central, foi obtida a partir do número de economias residenciais do cadastro da COSANPA (outubro de 1987) e taxa de ocupação domiciliar média de 5,0.

A evolução do índice de população abastecida, considerado como 80% a partir de 1987, foi feita com base nos dados do período de 1988/89, adotando-se, tanto na Zona de Expansão como na Zona Central, valores compatíveis com o cronograma de obras do sistema de ampliação de abastecimento de água para a Grande Belém e observando-se o atual índice de atendimento.

As Tabelas 13, 14 e 15 apresentam, respectivamente, a evolução anual da população total da Zona de Expansão, Zona Central e total ao longo do período 1987/90, dados para as Zonas Central e de Expansão com nível de atendimento de 80%.

Situação dos domicílios abastecidos

Os dados levantados no Censo Demográfico - Famílias e Domicílios fornecem uma visão das condições habitacionais com rela-

[5] Emenda Técnica do Relatório Preliminar. Abastecimento de Água da Grande Belém. Belém, COSANPA, 1980, p.6-21.

TABELA 13
EVOLUÇÃO ANUAL DO ABASTECIMENTO DE
ÁGUA PARA A POPULAÇÃO DA RMB - 1987- 90

ANO	EVOLUÇÃO ANUAL DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA A POPULAÇÃO					
	Total	Abastecida	Da Zona Central		Da Zona de Expansão	
			Total	Abastecida	Total	Abastecida
1987.....	1 421 277	909 046	359 387	242 767	1 061 890	666 279
1988.....	1 489 478	990 123	390 425	242 767	1 099 053	747 356
1989.....	1 561 669	1 164 118	424 146	322 351	1 137 523	841 767
1990.....	1 638 116	1 310 493	460 781	368 625	1 177 335	941 868

FONTE - Sistema de Abastecimento de Água da Grande Belém, Análise Econômico-Financeira, Belém, COSANPA, 1987, v.1.

TABELA 14
EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
PARA A POPULAÇÃO DA ZONA CENTRAL DA RMB - 1980 - 1990

ANO	EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
	População		Vazão (1/s)
	Total	Abastecida	
1980.....	814 764	651 811	3 168,53
1985.....	991 285	793 028	3 855,00
1990.....	1 177 335	941 868	4 578,53

FONTE - Emenda Técnica do Relatório Preliminar, Abastecimento de Água da Grande Belém, Belém, COSANPA, 1980, p.6-21.

TABELA 15
EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA A POPULAÇÃO DA ZONA
DE EXPANSÃO DA RMB - 1980-1990

ANO	EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
	População		Vazão (1/s)
	Total	Abastecida	
1980	210 260	168 208	584,06
1985	304 517	243 614	845,88
1990	460 777	268 621	1 279,93

FONTE - Emenda Técnica do Relatório Preliminar, Abastecimento de Água da Grande Belém, Belém, COSANPA , 1980, p.6-21.

ção a domicílios servidos por abastecimento de água, através da razão: rede geral/domicílios e de soluções individuais/domicílios.

A Tabela 16 mostra que, em 1980, 76,65% dos domicílios localizados no Município de Belém eram abastecidos através de rede geral, enquanto que em Ananindeua esta proporção era de apenas 16,87%.

TABELA 16
DOMICÍLIOS ABASTECIDOS - 1980

MUNICÍPIOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS	REDE GERAL (%)	POÇO OU NASCENTE (%)	OUTRA FORMA (%)
Ananindeua	12 358	16,87	74,63	8,34
Belém	167 652	76,65	16,96	6,24

FONTE - Censo Demográfico - Famílias e Domicílios. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. v.1, t.6, n.6, p.96-108.

Através do Cartograma 2 pode-se ter uma visão espacial do quanto as soluções coletivas (rede geral) e individuais (poço ou nascente e outra forma) eram responsáveis pelo abastecimento de água dos domicílios em cada município da Região Metropolitana de Belém no ano de 1980.

Água para consumo humano

Os engenheiros B. L. Batalha e A.C. Parlatore, em seu livro *Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano*[6], apresentam algumas questões que consideramos importantes na interpretação da qualidade da água destinada ao abastecimento público e que abordaremos a seguir:

"A água para suprimento humano é um produto que deve ser distribuído adequadamente, quanto à sua quantidade, qualidade, continuidade e economia". Neste enfoque, dois fatores merecem particular atenção: o primeiro, com relação à crescente demanda exigida pelo aumento populacional, e, o segundo, diz respeito ao comprometimento dos mananciais provocado pela poluição hídrica.

A escolha do manancial depende, portanto, basicamente da quantidade de água (vazão) e da qualidade, que deve ser a mais próxima possível daquela estabelecida pelos padrões de potabilidade. De acordo com o Drinking Water Standards do USPHS, o "abastecimento de água deve ser obtido do manancial mais adequado e viável economicamente e esforços devem ser feitos para prevenir a poluição do manancial". Ainda a respeito desta questão, o Manual for Evaluating Public Drinking Water Suplies afirma: "A água bruta deve satisfazer aos limites estabelecidos pela classe, em conformidade com o seu uso para abastecimento doméstico". Isto significa que a água utilizada na captação não deve conter substâncias químicas em concentrações que excedam aos limites estabelecidos pela Resolução nº 20, de 18 de junho de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - , devido às limitações na capacidade técnico-econômica do tratamento convencional da água para abastecimento público.

Deste modo, o certificado de qualidade da água potável só é possível ao serviço de abastecimento se a qualidade da água bruta for garantida, e, em conseqüência, o controle da qualidade deve guardar estreita inter-relação com o controle da poluição das águas superficiais.

Isto posto, e para que se possa analisar a qualidade da água para consumo humano na Região Metropolitana de Belém, é necessário que se conheça o controle de qualidade feito pela entidade responsável pelo suprimento de água, nos seguintes casos:

. água bruta, na captação, antes do tratamento convencional, e comparar os resultados obtidos com aqueles estabelecidos como limites máximos permissíveis pelo CONAMA, segundo o uso preponderante para abastecimento público;

. água tratada a ser distribuída para a população e comparar os resultados com os estabelecidos pela portaria do Ministério da Saúde nº 56/BSB, de 14 de março de 1976.

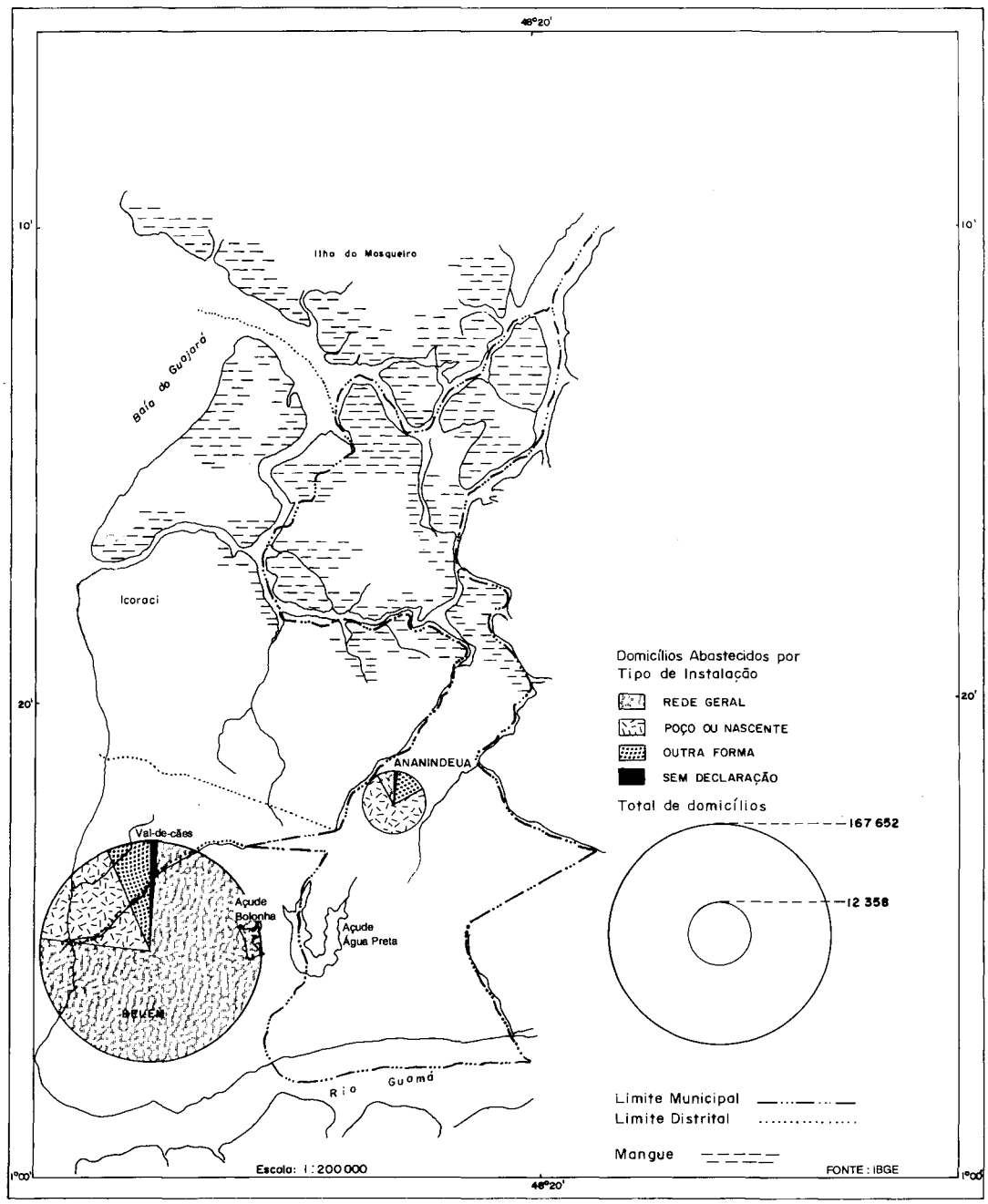
Controle da qualidade da água na Região Metropolitana de Belém

Na Região Metropolitana de Belém, o controle da qualidade da água bruta e da tratada, proveniente das ETAs, ou da água de subsolo

[6] Convênio COSANPA/TECNOSAN - Rede de Engenharia. Plano Diretor de Esgotos da Região Metropolitana de Belém. Belém, 1986. 4v.

CARTOGRAMA 2

ABASTECIMENTO DE ÁGUA - DOMICÍLIOS ABASTECIDOS POR TIPO DE INSTALAÇÃO
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980



dos poços profundos, é feito pela COSANPA através da Divisão de Tratamento, na Seção do Laboratório Central, nos seguintes pontos:

1 - Água Bruta

- captação do Guamá - água de manancial de superfície;
- captação do Água Preta - água de manancial de superfície;
- captação do Bolonha - água de manancial de superfície; e
- Benjamin Sodré - água de subsolo.

2 - Água Tratada

- saída da ETA Bolonha - água de manancial de superfície;
- saída da ETA São Braz - água de manancial de superfície;
- saída da ETA Tavares Bastos - água de subsolo;
- saída da ETA Marambaia - água de subsolo;
- panorama XXL - água de subsolo;
- saída da ETA do Satélite - água de subsolo;
- bombeamento do Bengui - água de subsolo;
- ETA Cordeiro de Farias - água de subsolo; e
- bombeamento Benjamin Sodré - água de subsolo.

Em ambos os casos, ou seja, tanto a água bruta quanto a tratada são analisadas nos seguintes parâmetros: odor a frio, odor a quente, aspecto, pH, cor, turbidez, nitrogênio amoniacal, nitratos, nitritos, cloretos, dureza total, cálcio, magnésio, alcalinidade à fenolftaleína, alcalinidade ao metilorange, ferro total, matéria orgânica (O_2 consumido) e cloro residual.

Dos resultados dessas análises, conclui-se que os valores obtidos das amostras de água tratada encontram-se dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, enquanto para as amostras de água bruta na captação do rio Guamá, Água Preta e Bolonha encontram-se com teores de cor e turbidez fora dos padrões estabelecidos pela legislação.

Ressalta-se ainda que, para um adequado serviço de abastecimento público, a qualidade da água deveria ser examinada não somente do ponto de vista dos parâmetros físico-químicos, mas também segundo as características químicas, tais como metais pesados, pesticidas, fenóis e radioatividade, posto que a poluição das águas superficiais por substâncias químicas podem, acima de certas concentrações, representar perigo para a saúde e o bem-estar da população.

Vale também notar que o principal manancial de superfície para abastecimento doméstico da Região Metropolitana de Belém, o rio Guamá, não é monitorado sistematicamente pelo órgão estadual de controle da qualidade ambiental, apesar de aquela bacia hidrográfica ser receptora de esgotos e despejos de diferentes atividades humanas e agropastoris, resultantes da expansão urbana na direção do manancial responsável pela água bruta para suprimento da população.

Diluição de Esgotos Sanitários

Síntese histórica do sistema de esgotamento

Em Belém, as primeiras medidas destinadas a dotar a cidade de um sistema de esgotos sanitários datam de 1906, com a criação da Pará Improvements Co., que encarregou a Firma Fox e Pathers da elaboração de um projeto de estudos para esse fim.

O projeto previu a adoção de um sistema do tipo separador absoluto, sendo no entanto mais tarde, e em função de novos estudos, substituído pelo sistema do tipo separador parcial ou misto. As obras de implantação do novo sistema beneficiariam uma área de 690 ha, correspondendo na época à totalidade do espaço ocupado pela cidade, bem como a uma população de 105 000 habitantes.

Em 1915, por força de rescisão de contrato com a firma construtora, as obras foram definitivamente paralisadas, quando já haviam sido construídos 45 000 m de rede, ou seja, 56% do total previsto. A execução dessas obras em trechos isolados, somada à falta de coletores-tronco, de interceptores, elevatórias, emissários e lançamento final, inviabilizou a entrada dessa rede em carga.

A necessidade de se prover a cidade de Belém de um sistema de remoção de esgotos sanitários, levou o Serviço Especial de Saúde Pública - SESP -, que já atuava na área desde 1942, a contratar, em 1955, a Byington e Cia. para desenvolver um projeto de estudos completos sobre a questão.

Foi com base no resultado desse estudo que se estabeleceu o limite da Primeira Légua Patrimonial, abrangendo uma área de 3 660 ha e uma população estimada de 472 015 habitantes, a ser atingida em 1985, ano de alcance do projeto.

A área a esgotar foi dividida em quatro bacias sanitárias e as obras, iniciadas em abril de 1967, se estenderam até 1976, cons-

tando basicamente da restauração e da expansão da rede coletora já existente, implantação de coletores-tronco, interceptores e a construção de uma elevatória final e emissário subaquático.

As Bacias 1 e 4, ambas situadas na porção sudoeste da região, foram as primeiras a contar com obras civis de esgotamento. Em 1971, por iniciativa do Departamento de Águas e Esgotos do Estado - DAE - e, com vistas a adaptar o sistema à nova realidade da cidade, foram reformulados os projetos da Byington e Cia., referentes às Bacias 1-2 e do Sistema de Esgotos Sanitários das Bacias 3 e 4 de Belém.

No período entre 1975/76, quando da transformação do DAE em Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA - foram autorizadas contratações de firmas especializadas com vistas aos estudos sobre as características da baía de Guajará como corpo receptor final. Coube à Censa - Consultores de Engenharia e à Hidroconsult - Consultoria de Engenharia S.A. apresentar, em 1977, relatório técnico preliminar do Sistema de Disposição Final dos Esgotos de Belém, Projeto Final de Engenharia da Estação de Precondicionamento e o Projeto Final do Emissário Subaquático, já dimensionados para capacidade máxima de 2,8 m^3/s e alcance estimado para o ano de 1984.

Conquanto as obras de construção do Interceptor-Emissário hajam sido realizadas e o sistema coletor entrado em carga, permaneceu a questão da insuficiência do nível de atendimento populacional, em razão da pouca abrangência da rede, limitada apenas ao esgotamento da Zona Central da cidade.

Considere-se como um dos fatores de agravamento dessa situação o processo contínuo de expansão da área urbana de Belém, com a saturação populacional dos espaços mais valorizados e localizados em cotas mais altas e a conseqüente ocupação das baixadas alagadiças, até então receptoras de esgotos, pela camada mais pobre da população.

Sabe-se que ali a prática intensiva de aterramento para o assentamento maciço de habitações rústicas, desacompanhada das técnicas apropriadas, tem trazido graves prejuízos ao processo de escoamento natural das águas pluviais da região, transformando essas áreas em bacias de acumulação permanente de águas e foco de doenças infecto-contagiosas.

A crescente deterioração da microdrenagem da área urbana de Belém nos últimos anos e as graves repercussões no setor da saúde pública, como será analisado no Capítulo 5, passaram a exigir das entidades ligadas aos setores de saneamento e saúde medidas urgentes e definitivas com vistas à redução das más condições sanitárias da cidade.

Dentre essas medidas destaca-se a formulação do Plano Diretor do Sistema de Esgotos Sanitários da Região Metropolitana de Belém; contratado em 1986 pela COSANPA ao Consórcio formado entre a Tecnosan-Engenharia S.A. e a Rede Engenharia Empreendimentos e Participações Ltda., havendo sido excluídos da área de planejamento os Distritos de Mosqueiro e de Icoraci.

O Projeto contemplou uma área de 22 054,30 ha, a maior até então considerada em estudos dessa natureza e onde tanto a diversidade das suas características físicas como dos problemas ligados ao processo de urbanização constituíram fatores de fundamental importância para a concepção do sistema de esgotos sanitários a ser implantado.

Há que se destacar, no estudo, a definição de 17 bacias de esgotos, caracterizadas quanto à localização geográfica, à mensuração e aos diferentes tipos de vazão, distribuídas em quatro pólos de esgotamento denominados: Belém, Ananindeua, Cidade Nova e Val-de-Cães, conforme Tabela 17.

Estes pólos de esgotamento da Região Metropolitana de Belém foram concebidos levando-se em conta as condicionantes físicas ligadas ao sistema de drenagem natural e a possibilidade futura de ocupação do solo e sua interferência nas áreas de valor ecológico.

Cumpre lembrar ainda que as necessidades de atendimento na região foram avaliadas por bacias de esgotamento, com base nas densidades demográficas médias dos setores de abastecimento de água. Esta decisão teve por finalidade manter maior identidade entre o estudo das referidas bacias e a Emenda Técnica do Relatório Preliminar do Projeto de Abastecimento de Água da Grande Belém. A correspondência entre esses setores e as bacias aparecem descritas no Quadro 2 e representadas no Esquema 5.

Com relação às vazões contribuintes ao sistema de esgotos da Região Metropolitana de Belém, o estudo considerou principalmen-

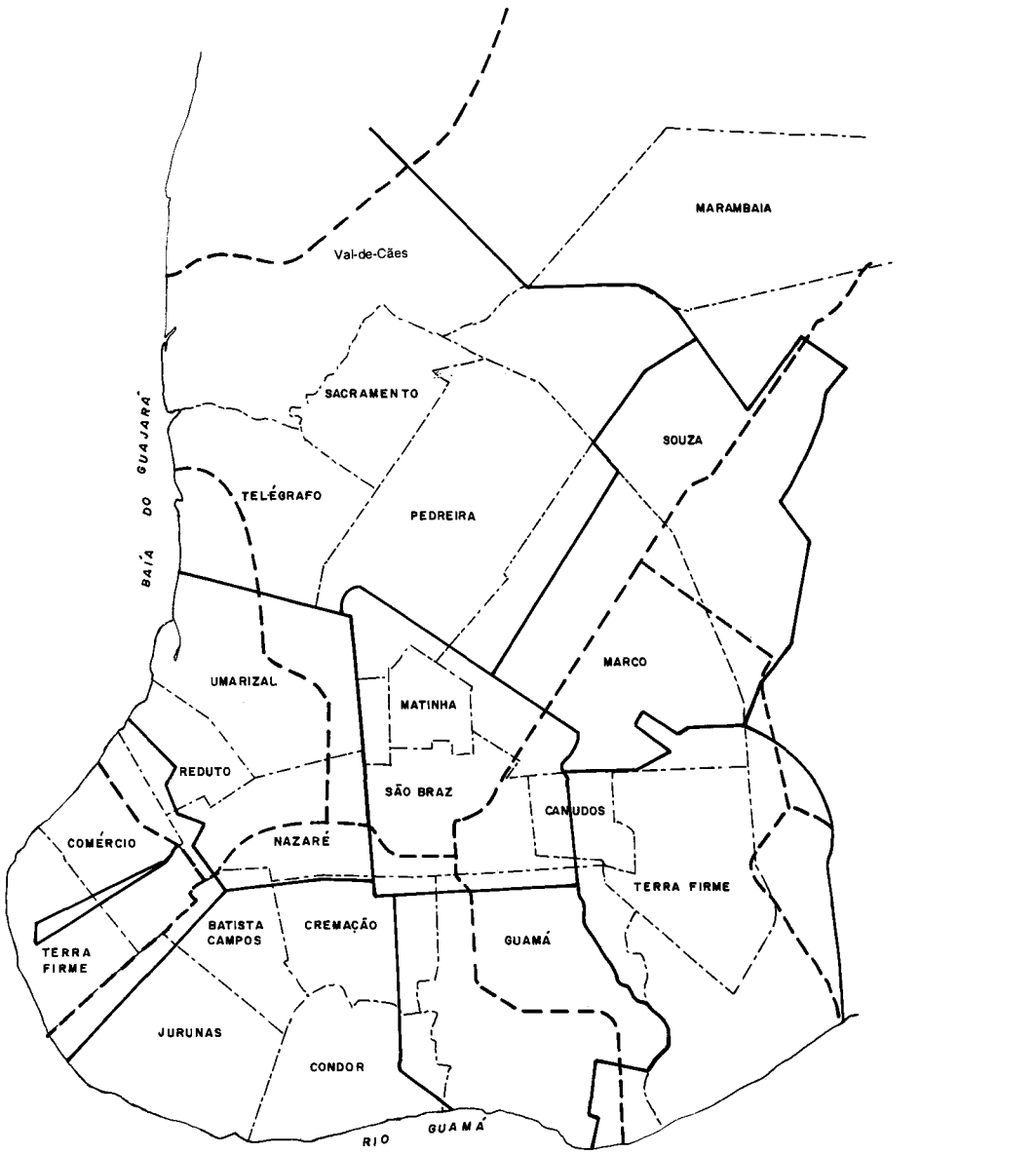
TABELA 17
DADOS GERAIS DO PROJETO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1986-1996

PÓLOS E BACIAS DE ESGOTAMENTO	DADOS GERAIS						
	Área de atendimento (ha)	População atendida			Densidade demográfica média (hab./ha)		
		1986	1991	1996	1986	1991	1996
Belém	10 465,6	1 140 553	1 393 416	1 656 408	...	...	...
I	240,7	52 299	62 025	72 492	217	258	301
II	397,2	90 324	107 603	128 209	227	271	383
III	3 498,6	509 418	639 620	771 309	165	207	250
VII	950,3	243 341	289 431	342 411	256	305	360
VIII	1 055,1	187 891	221 427	251 671	230	271	308
IX	150,9	...	...	...	...	...	...
X	1 432,5	45 129	55 401	65 979	117	144	172
XI	1 824,6	12 151	17 909	24 337	33	49	67
XII	915,7	...	...	...	...	...	...
Ananindeua	5 000,2	37 245	57 926	97 387	...	...	...
XIII	3 254,7	4 865	10 402	34 060	2	4	12
XIV	1 745,5	32 380	47 524	63 327	19	27	36
Cidade Nova	3 756,3	70 407	107 885	171 958	...	...	...
XV	688,9	18 678	26 891	32 596	27	39	47
XVI	3 067,4	51 729	80 994	139 362	17	26	45
Val-de-Cães	2 832,2	67 485	93 251	139 191	...	...	...
IV	1 432,9	63 011	83 061	103 890	70	92	115
V	604,4	747	1 973	8 050	1	4	16
VI	206,6	...	187	1 405	...	1	7
XVII	588,3	3 727	8 030	26 566	6	14	46

FONTE - Convênio COSANPA/TECNOSAN - Rede Engenharia. Plano Diretor de Esgotos da Região Metropolitana de Belém, 1986, 4v.

ESQUEMA 5

ZONA CENTRAL DE BELÉM - Correlação entre as bacias de esgotamento e os setores de abastecimento de água - 1987



FONTE : COSANPA

QUADRO 2
CORRELAÇÃO ENTRE AS BACIAS DE ESGOTAMENTO E OS SETORES DE ABASTECIMENTO

BACIA DE ESGOTAMENTO	SETOR DE ABASTECIMENTO
I	BELÉM Central 1º Central 2º
II	Central 1º Central 2º Central 3º Central 9º
III	Central 3º Central 6º Central 9º Central 5º Marambaia Área Militar Bengui Coqueiro Guanabara
VII	Central 2º Central 3º Central 4º Central 6º Central 7º Central 8º
VIII	Central 4º Central 5º Central 6º Central 7º
IX	Instituc. Área Lagos
X	Guanabara Instituc. Central 5º Área Lagos Marambaia
XI	Guanabara Área Lagos
XII	Área Lagos
XIII	ANANINDEUA Área Lagos Marituba Ananindeua Guanabara
XIV	Marituba Ananindeua Guanabara Cidade Nova
XV	CIDADE NOVA Cidade Nova
XVI	Cidade Nova Coqueiro Guanabara Bengui IPASEP
IV	VAL-DE-CÃES Central 9º Marambaia Área Militar Bengui IPASEP Val-de-Cães
V	VAL-DE-CÃES IPASEP Área Militar Val-de-Cães
VI	Val-de-Cães
XVII	IPASEP Área Militar Val-de-Cães

FONTE - Convênio COSANPA/TECNOSAN - Rede Engenharia - Plano Diretor de Esgotos da Região Metropolitana de Belém. Belém, 1986, 4v.

te o esgoto de origem doméstica, de vez que as poucas indústrias de porte existentes nessa região e localizadas no Município de Ananindeua se utilizam de fonte própria de abastecimento, enquanto o Distrito Industrial de Icoraci, ainda que fazendo parte das bacias XVI e XVII, se encontra fora da área de planejamento.

Cumpre destacar que, no caso específico das vazões domésticas, foi adotado o procedimento usual que considera essa vazão como sendo 80% daquela proveniente da taxa *per capita* de água produzida pela unidade de tratamento.

Na Tabela 18 pode-se verificar que no ano de 1986 as maiores vazões e os mais altos índices de infiltração ocorreram nas bacias III e VII, integrantes do Pólo Belém e com mais de 71% de suas populações atendidas por serviços de abastecimento.

O Plano Diretor prevê a execução de obras, ao longo do alcance dos projetos, a serem realizadas oportunamente, iniciando pelo Pólo Belém onde estão concentrados 81% do total da população residente na região metropolitana, bem como as áreas de proteção dos mananciais e a parte mais significativa da rede de esgotos.

Quanto à utilização dos corpos de água como receptores de efluentes sanitários, o único estudo realizado diz respeito às condicionantes da baía de Guajará.

Em trabalho de campo constatou-se que, até o presente momento, as obras para realização deste projeto não foram iniciadas. Por essa razão, as metas a serem alcançadas, segundo os dados apresentados nas tabelas, estão prejudicadas.

Caracterização do sistema existente

Como se pode observar no Esquema 6, em termos de unidades operacionais, o sistema de esgotos da Região Metropolitana de Belém aparece caracterizado por uma rede coletora pouco expressiva quanto à abrangência, uma elevatória e um interceptor-emissário.

Utilizando ainda as antigas bacias 1, 2 e 4, definidas pelos estudos da Byington Cia., o sistema que atende apenas a Zona Central de Belém apresenta-se atualmente com capacidade para coletar um volume diário estimado em 7 000 m^3 de efluentes domésticos, não sendo realizado na rede coletora qualquer lançamento de resíduo industrial.

A rede assentada na bacia 1 é interligada ao interceptor, que promove o afastamento

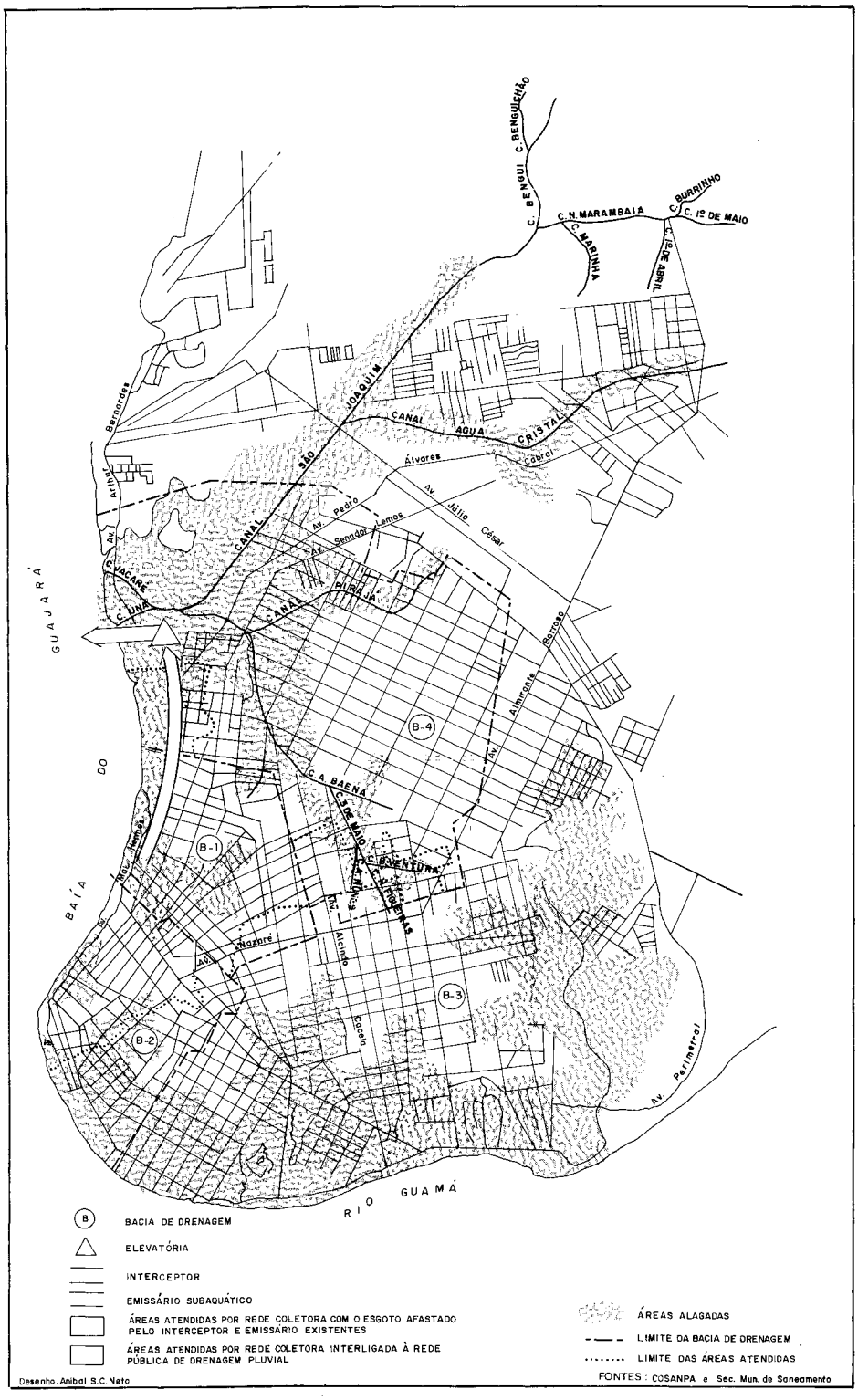
TABELA 18
VAZÕES CONTRIBUINTES ÀS BACIAS DE ESGOTOS DA RMB - 1986

PÓLOS E BACIAS DE ESGOTAMENTO	POPULAÇÃO			VAZÃO DOMÉSTICA (l/s)			VAZÃO POR INFILTRAÇÃO
	Total	Abastecimento	Atend. (%)	Mínimo	Média	Máx. H.	
Belém							
I	52 299	37 132	71,0	60,2	120,3	216,6	5,1
II	90 324	64 130	71,0	103,9	207,8	374,1	6,2
III	509 418	365 551	71,0	548,1	1 096,4	1 973,5	49,8
VII	243 341	172 772	71,0	280,0	559,9	1 007,8	31,4
VIII	187 891	133 403	71,0	216,2	432,4	778,2	25,9
X	45 129	32 251	71,5	49,9	99,7	179,5	5,0
XI	12 151	8 992	74,0	10,4	20,8	37,5	1,5
XII	...	...	...	...	...	...	...
Ananindeua							
XIII	4 865	3 600	74,0	4,2	8,3	15,0	3,1
XIV	32 380	23 961	74,0	27,7	55,5	99,8	12,3
Cidade Nova							
XV	18 678	13 822	74,0	16,0	32,0	57,6	6,3
XVI	51 729	38 279	74,0	44,3	88,6	159,5	11,9
Val-de-Cães							
IV	63 011	45 627	72,4	63,8	127,5	229,6	12,0
V	747	553	74,0	0,6	1,3	2,3	0,4
VI	...	...	...	...	...	...	...
XVII	3 727	2 758	74,0	3,2	6,4	11,5	0,6

FONTE - Convênio COSANPA / TECNOSAN - Rede Engenharia. Plano Diretor de Esgotos da Região Metropolitana de Belém. Belém, 1986, 4v.

ESQUEMA 6

PLANTA ESQUEMÁTICA DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO
DA CIDADE DE BELÉM



dos dejetos para lançamento final subaquático. As redes existentes nas bacias 3 e 4 fazem o lançamento *in natura*, respectivamente, no Canal da Avenida Almirante Tamandaré e na caixa do sistema de drenagem pluvial, localizada na Travessa 3 de Maio.

Nessas bacias, também a rede de drenagem pluvial tem sido utilizada na recepção de dejetos não só em função da sua interligação com as redes públicas de esgotos, mas ainda através das ligações prediais clandestinas.

Com 75 829 m de extensão, a rede coletora de esgotos apresenta tubulações que variam de 200 mm a 1 000 mm, sendo constituída por uma parte mais antiga, elaborada em manilha vidrada e em carga há 69 anos, e outra parte, de implantação mais recente, construída em cimento-amianto e/ou concreto, operando desde 1970 (Tabela 19).

De acordo com os últimos relatórios da COSANPA, no período entre 1982 e 1984, não foi realizado pelo setor de saneamento investimentos em obras de expansão no sistema de esgotos. Embora os dados estatísticos informados na Tabela 20 mostrem um pequeno crescimento no total da população

TABELA 19
CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REDE COLETORA DE ESGOTOS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1984

BACIAS SANITÁRIAS	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REDE COLETORA DE ESGOTOS		
	Extensão em manilha vidrada (m)	Extensão em amianto concretado (m)	Extensão total (m)
TOTAL	**40 107**	**35 722**	**75 829**
1	23 879	8 337	32 216
2	9 335	2 262	11 597
4	6 893	5 073	11 966
Zona de expansão	...	20 050	20 050

FONTE - Sistemas de Esgotos Sanitários de Belém: Diagnóstico. Belém: COSANPA, 1984, v.2.

TABELA 20
EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS, NA ZONA CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1982-84

ANO	EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS		
	Número de ligações de esgotos	População servida (1)	Investimentos (2)
Dezembro de 1982	11 452	71	27
Dezembro de 1983	11 781	74	...
Dezembro de 1984	11 818	...	...

FONTE - Sistemas de Esgotos Sanitários de Belém: Diagnóstico. Belém: COSANPA, 1984, v.2.
(1) (1 000 habs.). (2) (1 000 UPC).

servida, pode-se considerar tal resultado como uma decorrência do aumento do número de ligações domiciliares com a rede existente.

No ano de 1984, a oferta de serviços de esgotos sanitários na Zona Central de Belém atingia somente 10% da população urbana residente.

Com relação às ligações prediais, embora o Decreto-Lei nº 56, de 22 de agosto de 1960, preveja a taxação por serviços, de todos os prédios situados nas vias públicas ou logradouros atendidos por rede coletora de esgotos, atualmente 90% dos domicílios na região estudada utilizam-se de soluções individuais para o afastamento de seus dejetos.

No caso da Zona de Expansão, apesar de não existir ali os benefícios de um sistema público de esgotos sanitários, ou mesmo de estudos e projetos, alguns conjuntos habitacionais contam com redes coletoras próprias, a maioria despejando os dejetos *in natura* no igarapé Água de Cristal.

Destaque-se, no entanto, o caso do Conjunto Habitacional Tropical, por ser o único que drena todo o esgoto produzido para as nascentes do lago Água Preta, comprometendo a qualidade das águas do principal manancial de abastecimento da região.

Com relação à situação de funcionamento dessas redes, sabe-se que na Zona Central é bom o estado de conservação, não havendo problemas de vazamento, enquanto que na Zona de Expansão têm sido freqüentes os entupimentos por material sólido conduzido às tubulações.

Instalações domiciliares - nível de atendimento

Tomando-se como referência os dados publicados pelo Censo Demográfico de 1980, observa-se que na Região Metropolitana de Belém foram contados 180 307 domicílios, dos quais 82% estavam na área urbana do distrito-sede.

Os dados relativos ao grau de utilização desses serviços pelos domicílios, naquele ano, informam que o percentual de domicílios ligados à rede geral na Zona Central de Belém, apesar de ser baixo, exprime as melhores condições de esgotamento sanitário, uma vez que a oferta desse serviço esteve sempre limitada a essa área da região metropolitana.

TABELA 21
EVOLUÇÃO DAS LIGAÇÕES DOMICILIARES DE ESGOTOS SANITÁRIOS, NA ZONA DE EXPANSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1985-87

ANO	EVOLUÇÃO DAS LIGAÇÕES DOMICILIARES DE ESGOTOSSAITÁRIOS		
	Total	Capital	Interior
1985	12 198	11 667	531
1986	12 660	11 605	1 055
1987	13 652	11 590	2 062

FONTE - Relatório de Atividades. Belém, COSANPA, 1987, p.4-39.

TABELA 22
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS SERVIDOS PELO SISTEMA DE ESGOTOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980

MUNICÍPIOS	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS SERVIDOS PELO SISTEMA DE ESGOTOS						
	Total de domicílios	Área urbana			Área rural		
		Números absolutos		Números relativos	Números absolutos		Números relativos
		Total	Rede geral		Total	Rede geral	
TOTAL	**190 901**	**149 135**	**26 304**	**1,6**	**41 766**	**...**	**...**
Ananindeua	12 398	1 208	...	...	11 190	...	...
Belém	178 503	147 927	26 304	1,6	30 576	...	...

FONTE - Censo Demográfico. Famílias e Domicílios. Rio de Janeiro. IBGE, 1980, v.1, 7.6, n.6, p.96-108.

Com base nos dados da Tabela 23, verifica-se que, do total dos domicílios sem atendimento na região como um todo, 92% pertenciam ao Município de Belém, e, no que se referia à forma alternativa mais danosa ao ambiente, destacava-se, a par dos resultados expressivos apresentados por Belém, o Município de Ananindeua, com o maior percentual de domicílios ligados a fossa rudimentar.

Também no Cartograma 3, que ilustra a proporção de domicílios servidos pelas diferentes formas de escoadouro, aparecem diferenciações intra-urbanas que destacam não apenas os aspectos da ocupação propriamente dito, mas também os desequilíbrios no grau da oferta dos serviços de esgoto.

Embora a situação do Município de Ananindeua possa parecer mais crítica, pela au-

TABELA 23
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS LIGADOS A FORMAS ALTERNATIVAS DE ESGOTAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980

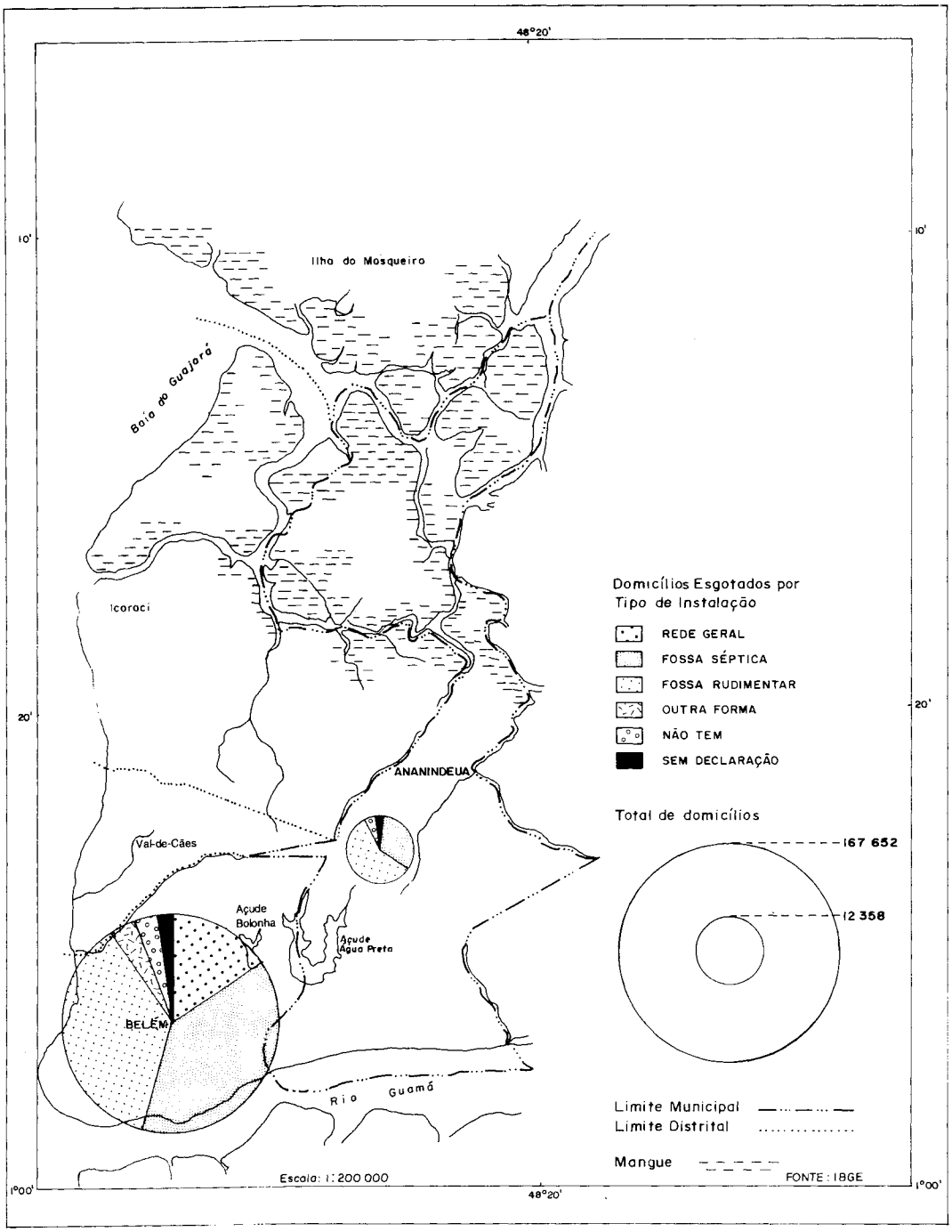
MUNICPIOS	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS LIGADOS A FORMAS ALTERNATIVAS DE ESGOTAMENTO				
	Domicílios sem atendimento	Ligados a fossa séptica		Ligados a fossa rudimentar	
		Números absolutos	Números relativos	Números absolutos	Números relativos
TOTAL	**153 706**	**67 737**	**45,0**	**69 515**	**44,0**
Ananindeua	12 358	4 311	35,0	7 232	58,0
Belém	141 348	63 426	44,0	62 283	45,0

MUNICÍPIOS	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS LIGADOS A FORMAS ALTERNATIVAS DE ESGOTAMENTO					
	Outra forma		Não tem		Sem declaração	
	Números absolutos	Números relativos	Números absolutos	Números relativos	Números absolutos	Números relativos
TOTAL	**6 214**	**4,0**	**6 685**	**5,0**	**3 555**	**2,0**
Ananindeua	27	0,0	449	4,0	339	3,0
Belém	6 187	4,0	6 236	5,0	3 216	2,0

FONTE - Censo Demográfico. Famílias e Domicílios. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. v.1, t.6, h.6, p.96-108.

CARTOGRAMA 3

ESGOTO SANITÁRIO - INSTALAÇÕES DOMICILIARES
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980



sência completa do serviço, sabe-se que, em razão da baixa densidade demográfica ali observada, os problemas ambientais e de saúde parecem menos graves, de vez que o lançamento de esgoto *in natura* tem-se mostrado compatível com a capacidade de autodepuração do ambiente. Em Ananindeua, até 1980, não havia notícia da existência de áreas degradadas por lançamento de esgotos, como no caso das baixadas, em Belém.

Outro aspecto a ser informado refere-se ao nível de atendimento populacional, estimado a partir da Taxa de Ocupação Domiciliar - TOD - para cada município e que a Tabela 24 mostra em termos percentuais, somente para Belém, em virtude de não haver em Ananindeua rede pública de esgoto.

Disposição de esgotos

Na Região Metropolitana de Belém não existe tratamento dos esgotos domésticos. Os rios e o solo são responsáveis pela estabilização dos efluentes líquidos produzidos pela população, sendo, contudo, a baía de Guajará o principal corpo receptor final de toda a área.

Caracterizada por um comportamento hidráulico de estuário, essa baía é formada pelo deságue dos rios Moju, Acará, Guajará, Capim e do Guamá, sendo este último o único que banha a região. Em 1980, a estimativa do volume diário de esgotos lançados nas suas águas era da ordem de 81 683 m^3, o que corresponde a uma carga diária de 22 578 kg de DBO. Cabe notar que aproximadamente 10% desse volume eram coletados pela rede pública, propiciando naquela época o saneamento de parte da Zona Central de Belém.

Nesse estudo, onde os problemas ambientais decorrentes da ausência e/ou carência de serviços de saneamento básico serão vistos a partir da produção e lançamento de esgotos nas águas de superfície e no solo, vale lembrar que as estimativas informadas nas Tabelas 25, 26 e 27 estão baseadas em fatores coligidos na literatura, ou seja, *per capita* de 0,054 kg DBO/dia e 4 x 10 [11] NMP coliformes totais.

TABELA 24
NÍVEL DE ATENDIMENTO POPULACIONAL PELA REDE PÚBLICA DE ESGOTO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980

MUNICÍPIOS	NÍVEL DE ATENDIMENTO POPULACIONAL PELA REDE PÚBLICA DE ESGOTO					
	Total de domicílios	População residente	Taxa de ocupação domiciliar	Domicílios servidos	População servida (1)	Nível de atendimento (1)
TOTAL	**180 307**	999 165	**5,54**	**26 304**	**145 987**	**15,64**
Ananindeua	12 398	65 878	5,31	...	...	...
Belém	167 909	933 287	5,55	26 304	145 987	15,64

FONTE - Censo Demográfico. Famílias e Domicílios. Rio de Janeiro, IBGE, 1980, v.1, t.6, h.6, p.96-108.

(1) Dados estimados com base nos resultados do Censo Demográfico de 1980.

TABELA 25
PRODUÇÃO E LANÇAMENTO EM REDE DO ESGOTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE BELÉM - 1980

MUNICÍPIOS	DADOS GERAIS					
	População		Produção estimada (m^3) (1)	Carga orgânica residual (kg DBO/dia)	Coliformes (NMP/dia) x 10^{12}	
	Total	Servida			Total	Fecal
Belém	933 287	145 987	29 197	7 883	58 394	14 598

FONTE - IBGE, Dados Básicos.

(1) *Per capita* 200 l/hab./dia.

TABELA 26
PRODUÇÃO DE ESGOTOS E TRATAMENTO EM FOSSA SÉPTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980

MUNICÍPIOS	DADOS GERAIS						
	População servida	Produção diária estimada (m^3) (1)	Eficiência (%)	Volume diário tratado (m^3)	Carga orgânica residual (kg DBO/dia)	Coliformes (NMP/dia) x 10^{12}	
						Total	Fecal
TOTAL	**374 905**	**74 980**	**30**	**22 493**	**14 171**	**149 961**	**37 490**
Ananindeua	22 891	4 578	30	1 373	865	9 156	2 289
Belém	352 014	70 402	30	21 120	13 306	140 805	35 201

FONTE - IBGE, Dados Básicos.

(1) *Per capita* 200 l/hab./dia.

TABELA 27
PRODUÇÃO DE ESGOTOS E LANÇAMENTOS EM FOSSA RUDIMENTAR NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1980

MUNICÍPIOS	DADOS GERAIS				
	População		Carga orgânica residual (kg DBO/dia)	Coliformes (NMP/dia) x 10^{12}	
	Total	Servida		Total	Fecal
TOTAL	**999 165**	**384 071**	**20 739**	**153 628**	**38 407**
Ananindeua	65 878	38 401	2 073	15 360	3 840
Belém	933 287	345 670	18 666	138 268	34 567

FONTE - IBGE, Dados Básicos.

Sabe-se que, além da disposição realizada pelo emissário subaquático, para a baía de Guajará convergem ainda outras vazões de esgotos, conduzidas de modo geral pelas galerias de águas pluviais, valas, igarapés, fundo de vales, etc., e que a maior parte desses efluentes corresponde ao volume produzido pela população servida por fossa séptica.

Em 1980, na região como um todo, 45% dos domicílios sem atendimento apresentavam essa forma alternativa para o afastamento de seus dejetos.

Considerando que os efluentes dessas fossas escoam predominantemente para as galerias pluviais, córregos e rios, pode-se concluir pelos resultados informados na Tabela 26 que, se adotando uma eficiência de remoção da carga orgânica de 30%, essa forma de esgotamento estaria sendo na região aquela que mais vem contribuindo para a degradação das águas de superfície, mantendo altos os níveis de coliformes fecais no ambiente.

No caso da degradação do solo, estima-se para 1980, Tabela 27, uma carga orgânica diária de 20 739 kg de DBO, lançados através das fossas rudimentares. Sabe-se que esse sistema prevê a absorção pelo solo da maior parte do material esgotado. Contudo, em áreas onde uma grande concentração dessas fossas promove a saturação do terreno, a contribuição das mesmas também na degradação das águas de superfície pode ser significativa, especialmente por ocasião das chuvas fortes, quando o material é dissolvido e carreado para os rios.

Em Belém, 40% da população residente ocupam as baixadas alagáveis. Nessas áreas, a forma predominante de esgotamento é a fossa rudimentar, fator que, dentre outros, tem se apresentado como um dos mais favoráveis à degradação daquele ambiente, trazendo sérias conseqüências à saúde da população. Nessas baixadas especificamente, além das reinfestações por doenças parasitárias, as maiores incidências dizem respeito

às infecções intestinais e às inflamações respiratórias agudas - IRA -, esta última agravada certamente pela má qualidade do ar, fortemente afetado pelo odor desprendido das águas deterioradas pela presença de grande quantidade de matéria orgânica em decomposição.

Lançamento final de esgotos

O interceptor existente na Região Metropolitana de Belém é o responsável pelo afastamento dos esgotos coletados pela rede coletora assentada na bacia 1. Atuando por gravidade, conduz os efluentes através dos seus 3 532 m até a Estação Elevatória Final - EEF -, construída em área urbanizada, de propriedade da COSANPA e localizada na bacia do Una no bairro do Telégrafo.

O lançamento desses afluentes da EEF para o emissário subaquático é feito sem tratamento, através de uma calha Parshall, ocorrendo nesse ponto freqüentes extravasamentos, sobretudo quando coincide a falta de energia elétrica com chuvas intensas. As tubulações do emissário foram construídas em concreto armado e possuem uma extensão total de 334,75 m, sendo 200,75 m em trecho terrestre. O lançamento final é feito na baía de Guajará, a 12 km a montante da Vila Icoraci, não havendo determinações periódicas das características dos esgotos, nem para o corpo receptor, nem para o ponto de lançamento.

Embora o controle da poluição da baía de Guajará e o tratamento dos efluentes domésticos da cidade tenham sido previstos no ano de 1975, em projeto da Censa Consultores de Engenharia, na região, o contínuo aumento do volume de esgotos lançado *in natura* no ambiente está a requerer a definição de rotinas para a determinação das características das águas da baía, com vistas ao controle da sua qualidade para seus diversos usos.

LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

Síntese Histórica da Destinação Final do Lixo

Segundo informações obtidas na Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN - e do Plano Diretor do Sistema de Limpeza Pública da Região Metropolitana de Belém[7], Belém foi a primeira cidade brasileira a contar com uma instalação para queima de lixo, em 1900, processando 70 t/dia. Esta instalação, localizada no bairro da Cremação, foi posteriormente ampliada com mais 19 câmaras de combustão. Com o crescimento da população, e o conseqüente aumento de produção de lixo, o equipamento teve a sua capacidade incineradora exaurida. Devido ainda à manutenção inadequada e acúmulo de lixo nos pátios de recepção, surgiram vários incômodos à população, produzidos principalmente pela fumaça, mau cheiro e vetores de doença, como ratos e moscas. Por estas razões, o incinerador veio a ser desativado em 1978.

Em 1973, também no bairro da Cremação, foi construída uma usina de compostagem, que utilizava o sistema Dano e teve início de operação em dezembro de 1974. A unidade era composta de duas linhas paralelas, totalmente independentes, com capacidade de 75 t/dia cada, e capacidade nominal total de 150 t/dia. Esta usina operou até outubro de 1977, quando foi desativada por falta de reposição de equipamentos e de manutenção adequada; recuperada, voltou a funcionar em 1978, sendo definitivamente paralisada em junho de 1986, em conseqüência da pressão da comunidade vizinha à usina, além de problemas operacionais e de manutenção.

Paralelamente, o lixo coletado na área metropolitana era total ou parcialmente destinado a um lixão, denominado Curió e localizado perto da Universidade no NPI. Este vazadouro foi desativado em 1978 e a partir de novembro desse mesmo ano até hoje os resíduos sólidos produzidos na região metropolitana têm sua destinação final em um vazadouro a céu aberto, localizado no km 9 da BR-316.

Atualmente, a Prefeitura vem desenvolvendo estudos e buscando recursos financeiros para a implantação do chamado complexo de destino final de resíduos sólidos, em uma área de terreno de 1 000 000 m^2, de propriedade da Prefeitura Municipal de Belém, localizada no Município de Ananindeua, no lugar denominado Santana do Aurá, distante 4,5 km da BR-316.

Este Complexo será constituído por uma usina de reciclagem e compostagem de lixo, com capacidade de 600 t/dia para tratamento

[7] Plano Diretor do Departamento de Limpeza Pública da Região Metropolitana de Belém. São Paulo; SEPLAN; CODEM; CETESB, 1979, p. 18 - 92.

do lixo domiciliar, de feiras e mercados e de uma usina de incineração para a queima dos resíduos hospitalares e animais mortos, com uma capacidade diária de 21 toneladas, o que eliminará os riscos de poluição ambiental que atualmente ocorre pela disposição deste perigoso lixo no solo a céu aberto. Esta usina já se encontra em fase final de construção, devendo estar em operação em 1990. A coleta do lixo hospitalar, feita pelo Departamento de Resíduos Sólidos, já vem sendo feita de forma seletiva, o que propicia a sua destinação para esta usina de incineração, no complexo.

Será ainda construído um aterro sanitário, para receber rejeitos provenientes das duas usinas, bem como de materiais provenientes da limpeza dos logradouros públicos.

O complexo será provido de infra-estrutura básica, como guarita de vigilância e casa de balanças de 30 e 40 toneladas; subestação abaixadora de alta tensão; sistema de proteção contra incêndio; núcleo de administração e controle do complexo com 700 m^2 de área construída e abastecimento de água e energia elétrica.

O Cartograma 4 informa espacialmente a localização das diferentes formas adotadas ao longo de sua história, pela Região Metropolitana de Belém, de disposição final dos resíduos sólidos.

De acordo com estudos desenvolvidos por técnicos da SESAN, da Prefeitura Municipal de Belém, a escolha do local do complexo de destino final do lixo da área metropolitana foi feita com base na economia com o custo de transporte, devido a sua distância ao centro de produção de resíduos sólidos de Belém (16 km) e de Ananindeua (9 km), bem como de fatores ambientais favoráveis à implantação do complexo, ou seja, condições favoráveis de solo, topografia, cobertura vegetal, cursos de água, ventos dominantes e ausência de vizinhança.

Caracterização dos Serviços Existentes

As atividades relativas à limpeza urbana em Belém são de competência do Departamento de Resíduos Sólidos - DRS -, órgão subordinado à Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN.

Ao DRS cabe, portanto, a varrição de logradouros públicos, compreendendo parques, praças e ruas urbanizadas com mais de 50% de passeio pavimentado, a varrição e coleta em feiras e mercados, a raspagem, a capinação, a coleta diferenciada de resíduos hospitalares e a coleta especial, ou seja, a remoção de entulhos jogados pela população em pontos críticos da cidade. Além destas atividades, são ainda de responsabilidade deste Departamento a fiscalização dos serviços de coleta de lixo domiciliar, efetuada por empresas particulares contratadas pela Prefeitura Municipal de Belém, a coleta noturna em roteiro extra, isto é, remoção de lixo programada para complementar os roteiros diurnos de coleta especial e de varrição, além de promover repasse da coleta domiciliar nas artérias principais da cidade e a destinação do lixo coletado.

Serviço de limpeza pública

Segundo informações obtidas na SESAN[8], são varridas, diariamente, uma média de 167 252 m lineares de ruas, 25 feiras e 38 praças e parques, o que resulta em uma produção média mensal de 554 toneladas de resíduos. No que se refere à varrição de ruas, cerca de 150 154 m lineares são varridos em horário diurno, enquanto aproximadamente 17 098 m lineares em período noturno.

O DRS conta atualmente com 30 circuitos de varrição, divididos em quatro setores distintos, além de um circuito especial para a varrição de feiras. Cada circuito é realizado por uma turma de 13 funcionários, o que totaliza portanto 390 pessoas trabalhando diariamente no serviço de varrição de logradouros públicos. Na varrição são utilizados, pelos trabalhadores, vassouras, enxadas, paneiros. O lixo resultante é acumulado em montes nos pontos preestabelecidos pelo DRS, para posteriormente ser recolhido por caminhões do tipo caçamba de 6,0 m^3. Para a execução desta tarefa são utilizados quatro caminhões que dão em média nove viagens por dia.

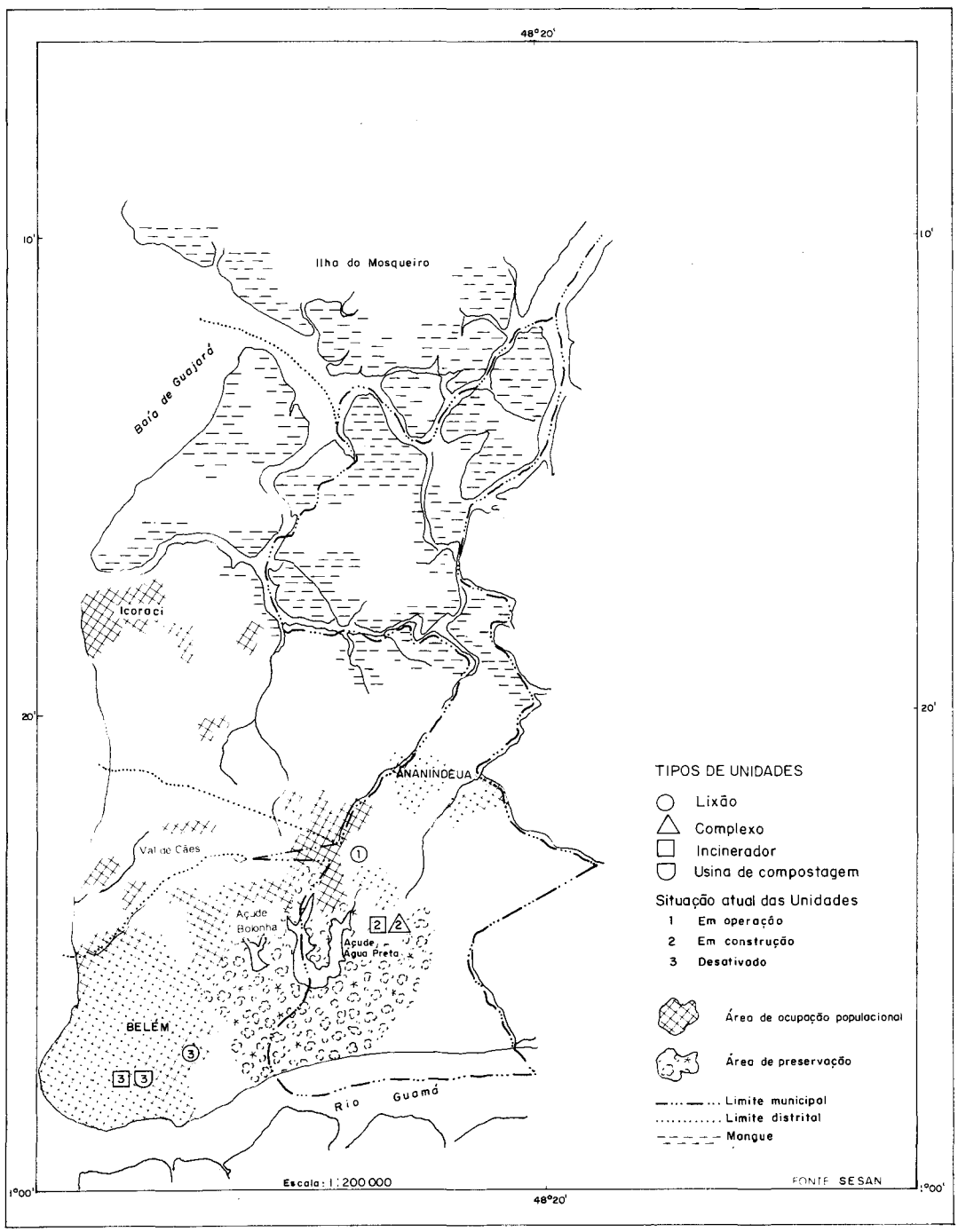
Sistema de coleta de resíduos sólidos

A coleta e o transporte de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e de feiras livres são efetuados por duas empresas privadas: a LIMPAR - Tecnologia e Comércio de Resíduos Sólidos Ltda. e o grupo BELAUTO

[8] Sistema de Coleta Domiciliar, Departamento de Resíduos Sólidos. Belém, SESAN, 1988, p.3-82.

CARTOGRAMA 4

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1987



através de sua Superintendência de Serviços Especiais.

De acordo com o contrato estabelecido com o DRS, as atividades são executadas pela modalidade de empreitada por preço unitário e a coleta é regular com freqüência de três vezes por semana, sendo recolhidos os seguintes tipos de resíduos:

- resíduos sólidos domiciliares em geral;
- resíduos sólidos gerados em estabelecimentos comerciais e industriais;
- restos da limpeza e da podação de jardins, desde que caibam em recipientes de 100 litros;
- entulho, terra e sobras de materiais de construção, desde que caibam em recipientes de 50 litros;
- restos ou partes de móveis, de colchões, de utensílios de mudanças e outros similiares, que fiquem contidos em recipientes de até 100 litros; e
- animais mortos de pequeno porte.

As áreas de atuação das duas empresas privadas, responsáveis pela execução dos serviços, são bem definidas, e como instrumentos para acompanhamento da qualidade dos serviços prestados, as empresas contratadas obrigam-se a fornecer basicamente ao DRS, sob forma de planilhas, o movimento de descarga de lixo coletado (diário); a situação da frota de coletores (quinzenal); a situação da mão-de-obra (quinzenal) e a quantidade de lixo coletado (quinzenal).

Foram identificados 37 roteiros de coleta domiciliar, dos quais 15 são atendidos pela LIMPAR (três diários noturnos, oito alternados diurnos e quatro alternados noturnos) e 22 são de responsabilidade da BELAUTO (um diário noturno, três diários noturnos, dez alternados diurnos e oito alternados noturnos).

A média mensal de lixo domiciliar coletado em Belém, referente ao ano de 1987, é de 8 191 toneladas, das quais aproximadamente 46% são coletados pela LIMPAR e os restantes 54% pela BELAUTO. O Departamento de Resíduos Sólidos estima estar coletando cerca de 80% do lixo domiciliar produzido na cidade de Belém.

Nas baixadas, dadas as dificuldades que esta área, por suas características físicas e de ocupação, traz à coleta, está sendo adotada uma prestação de serviço alternativo, que se processa utilizando microtratores que, acoplados a uma carreta de madeira, percorrem as áreas alagáveis até as palafitas. Neste ponto, a coleta é realizada manualmente pelos garis, cuja carga diária de lixo corresponde a 50 toneladas. A coleta domiciliar do Distrito de Icoraci, em Belém, e do Município de Ananindeua é realizada por estruturas próprias.

As Tabelas 28 e 29 apresentam dados do lixo coletado nos anos de 1987 e 1988, agrupados por lixo domiciliar, feiras e mercados,

TABELA 28
COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM - 1986-87

MESES	COLETA (t)						
	Total	Domiciliar	Feiras e mercados	Hospitalar	Lixo comercial e industrial	Lixo público	Outros
1986	**278 208**	**86 175**	**10 068**	**1 318**	**...**	**142 142**	**38 505**
1987	**308 997**	**98 302**	**11 464**	**1 608**	**1 240**	**151 571**	**44 812**
Janeiro	26 764	7 629	866	137	...	14 032	4 100
Fevereiro	20 357	7 307	817	131	...	8 406	3 696
Março.	23 900	8 449	994	135	124	10 641	3 557
Abril	22 083	8 045	915	134	123	9 816	3 050
Maio	26 377	7 939	905	136	131	13 641	3 625
Junho	25 925	7 567	826	135	131	13 476	3 790
Julho	24 249	6 910	807	129	126	12 184	4 093
Agosto	26 950	7 907	989	132	127	13 647	4 148
Setembro	27 776	8 784	1 053	137	123	14 039	3 640
Outubro	29 887	9 582	1 207	134	120	15 436	3 408
Novembro	27 208	8 459	1 018	136	115	13 850	3 630
Dezembro	27 521	9 724	1 067	132	120	12 403	4 075
Variação anual	**11,0**	**14,1**	**13,8**	**22,0**	**100**	**6,6**	**16,38**

FONTE - SESAN, Núcleo de Programação, Coordenadoria Geral e Planejamento, Belém, Prefeitura Municipal de Belém, 1987.

TABELA 29
COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM - 1987-88

MESES	COLETA (1)						
	Total	Domiciliar	Feiras e mercados	Hospitalar	Lixo comercial e industrial	Lixo público	Outros
1987	**308 997**	**98 302**	**11 464**	**1 608**	**1 240**	**151 571**	**44 812**
1988	**365 354**	**120 848**	**10 491**	**1 579**	**1 988**	**163 965**	**66 483**
Janeiro	29 437	8 948	960	134	133	14 351	4 911
Fevereiro	32 589	9 801	821	132	141	17 286	4 408
Março	35 703	9 358	1 043	133	159	19 549	5 461
Abril	30 920	9 070	911	134	177	15 504	5 124
Maio	28 999	9 581	943	135	182	12 236	5 922
Junho	29 424	9 100	848	137	185	13 577	5 577
Julho	32 283	9 560	771	136	174	15 759	5 883
Agosto	31 725	10 441	749	134	182	14 785	5 434
Setembro	28 701	10 607	785	132	178	12 216	4 783
Outubro	28 952	11 402	856	137	180	10 726	5 651
Novembro	28 975	11 256	826	135	173	9 808	6 777
Dezembro	27 646	11 724	978	100	124	8 168	6 552
Variação anual	**18,2**	**22,9**	...	...	**60,3**	**8,2**	**48,3**

FONTE - SESAN, Departamento de Resíduos Sólidos, Divisão de Coleta de Resíduos, Quadro XXI, Belém, SESAN, 1988.

lixo hospitalar, lixo comercial e industrial, lixo público e outros, bem como os respectivos percentuais de aumento na coleta com relação ao ano anterior para a manutenção do nível de atendimento de 80%.

Equipamentos disponíveis

A limpeza Urbana conta com a seguinte frota de equipamentos, incluindo-se os das firmas prestadoras de serviços:

- 21 veículos coletores compactadores;
- 33 caminhões basculantes de caçamba aberta;
- 08 caminhões basculantes de caçamba fechada (baú ou prefeitura);
- 02 carros-caixas (eram utilizados na Usina de Compostagem);
- 06 pás-mecânicas;
- 03 tratores de esteira; e
- 08 carros leves para apoio operacional.

SANEAMENTO BÁSICO E A SAÚDE DA POPULAÇÃO

Nível Geral da Saúde da População

Com base nos dados informados pela Divisão de Epidemiologia da Secretaria de Estado de Saúde - SESPA - a ocorrência de doenças preveníveis por serviços de saneamento básico na Região Metropolitana de Belém - diarréia aguda, hepatite por vírus, febre tifóide, esquistossomose e leptospirose - será analisada no presente estudo, a partir do coeficiente de morbidade, calculado pela taxa de incidência do ano de 1987, conforme Tabela 30. No que diz respeito à mortalidade por causa, a informação deverá ficar restrita aos dados disponíveis e que se referem ape-

TABELA 30
OCORRÊNCIA DE DOENÇAS PREVENÍVEIS PELOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NA POPULAÇÃO ESTIMADA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM - 1987

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	OCORRÊNCIA DE DOENÇAS PREVENÍVEIS				
	População estimada	Diarréia aguda		Hepatite infecciosa	
		Número de casos	Coeficiente de morbidade (10 000 habs.)	Número de casos	Coeficiente de morbidade (10 000 habs.)
TOTAL	**1 595 082**	**10 187**	**63,86**	**1 814**	**11,37**
Ananindeua	89 594	1 394	155,59	236	26,34
Belém	1 335 000	7 264	54,41	1 316	9,85
Icoraci	112 000	846	75,53	222	19,82
Mosqueiro	19 665	349	177,47	12	6,10
Val-de-Cães	38 823	334	86,03	28	7,21

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	OCORRÊNCIA DE DOENÇAS PREVENÍVEIS					
	Febre tifóide		Leptospirose		Esquistossomose	
	Número de casos	Coeficiente de morbidade (10 000 habs.)	Número de casos	Coeficiente de morbidade (10 000 habs.)	Número de casos	Coeficiente de morbidade (10 000 hab.)
TOTAL	**126**	**0,0**	**116**	**0,0**	-	-
Ananindeua	1	0,0	...	...	-	-
Belém	120	0,0	103	0,0	-	-
Icoraci	4	0,0	9	0,0	-	-
Mosqueiro	...	...	1	0,0	-	-
Val-de-Cães	1	0,0	3	0,0	-	-

FONTE - SESPA, Centro de Informações de Saúde Unificada do Estado do Pará, Casos de Doenças Transmissíveis por Faixa Etária e Zona, Belém, 1987.

nas ao total das ocorrências registradas pelos hospitais.

Os resultados relativos aos coeficientes de morbidade na região estudada destacam com as maiores taxas a diarréia aguda e a hepatite por vírus, ambas conhecidas por suas estreitas relações com as más condições de higiene dos domicílios.

Especificamente na Região Metropolitana de Belém, e em função de algumas situações dos segmentos espaciais adversos à ocupação humana, tais condições estariam a refletir a interação entre os fatores de ordem econômico-social e de localização inadequada.

Ainda que o Distrito-Sede de Belém haja notificado a maior ocorrência de casos em 1987, foi no Distrito de Mosqueiro, com população estimada em 19 665 habitantes, que a situação se mostrou mais crítica, sendo observado ali o coeficiente de morbidade de 177,47 por 10 000 habitantes.

Sabe-se que, de modo geral, as doenças diarréicas atingem com mais freqüência a faixa etária infantil e, em especial, aqueles indivíduos que residem em comunidades desassistidas por serviços de saneamento. Sendo assim, e de acordo com as informações contidas nos capítulos anteriores, é provável que, pelo menos no caso de Belém, as estatísticas relativas a cada doença estejam bastante influenciadas pelas ocorrências nas baixadas.

Quanto à hepatite por vírus, a sua incidência na região ainda é preocupante, por quanto a forma mais comum de disseminação tem sido através da veiculação hídrica, podendo se dar tanto pela ingestão como pelo contato prolongado da pele e mucosa com água contaminada por matéria fecal.

Na região metropolitana como um todo, a área mais crítica em termos de ocorrência de hepatite aparece representada pelo Município de Ananindeua, com população estimada de 89 593 habitantes e um coeficiente de morbidade de 26,34 por 10 000 habitantes.

Nesse município, o sistema predominante de abastecimento é o poço artesiano, solução individual que carece, mesmo em nível de domicílios do tratamento de desinfecção.

Com relação às demais doenças aqui tratadas, o que se verifica é que, embora apresentem coeficientes de morbidade relativamente baixos ou mesmo nem apareçam na estatística, como no caso da esquistossomose, ainda assim são capazes de contribuir de alguma forma para o aumento da mortalidade geral por causa, conforme se observa na Tabela 31.

Ainda com relação à esquistossomose, embora a SESPA não haja apontado nenhum caso humano no ano de 1987, a Superintendência de Campanhas do Ministério da Saúde - SUCAM - constatou a presença de dois tipos do caramujo vetor nos bairros do Distrito-Sede de Belém, distribuídos de acordo com o Quadro 3. Com relação ao exame de coproscopia, realizado pelo setor de epidemiologia daquela superintendência, foi identificada na área a situação descrita na Tabela 32.

TABELA 31
MORTALIDADE GERAL LIGADA À FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO NA RMB - 1987

MUNICÍPIOS	CAUSAS					
	Total	Diarréia aguda	Hepatite infecciosa	Febre tifóide	Leptospirose	Esquistossomose
TOTAL	**518**	**479**	**3**	**8**	**27**	**1**
Ananindeua	19	19	...	...	...	...
Belém	499	460	3	8	27	1

FONTE - SESPA, Centro de Informações de Saúde Unificada do Estado do Pará, Casos de Doenças Transmissíveis por Faixa Etária e Zona, Belém, 1987.

QUADRO 3
DISTRIBUIÇÃO DOS VETORES DA ESQUISTOSSOMOSE NO DISTRITO-SEDE DE BELÉM

BAIRROS	B. ISTRAMINEA	B. GLABRATA
Guamá	"	...
Reduto	"	...
Umarizal	"	...
Sacramento	"	...
Telégrafo	"	...
Terra Firme	"	...
Cidade Velha	"	...
Batista Campos	"	...
Canudos	"	...
Condor	"	...
Cremação	"	...
Jurunas	"	...
São Braz	"	...
Pedreira	"	...
Marambaia	"	...
Marco	"	...
Nazaré	"	...
Souza	"	...
Matinha	"	...

Fonte - SUCAM/1987
"existência ...inexistência

TABELA 32
LEVANTAMENTO DE ATIVIDADES COPROSCÓPICAS PARA A ESQUISTOSSOMOSE NO MUNICÍPIO DE BELÉM - 1987

BAIRROS	ATIVIDADES COPROSCÓPICAS		
	Exames realizados	Exames positivos	% Positivo
TOTAL	**66 626**	**456**	**0,7**
Guamá	15 430	18	0,1
Telégrafo	50 680	436	0,9
Terra Firme	516	2	0,4

FONTE - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, 1987.

Identificação de Áreas com Problemas de Doenças Preveníveis por Serviços de Saneamento Básico

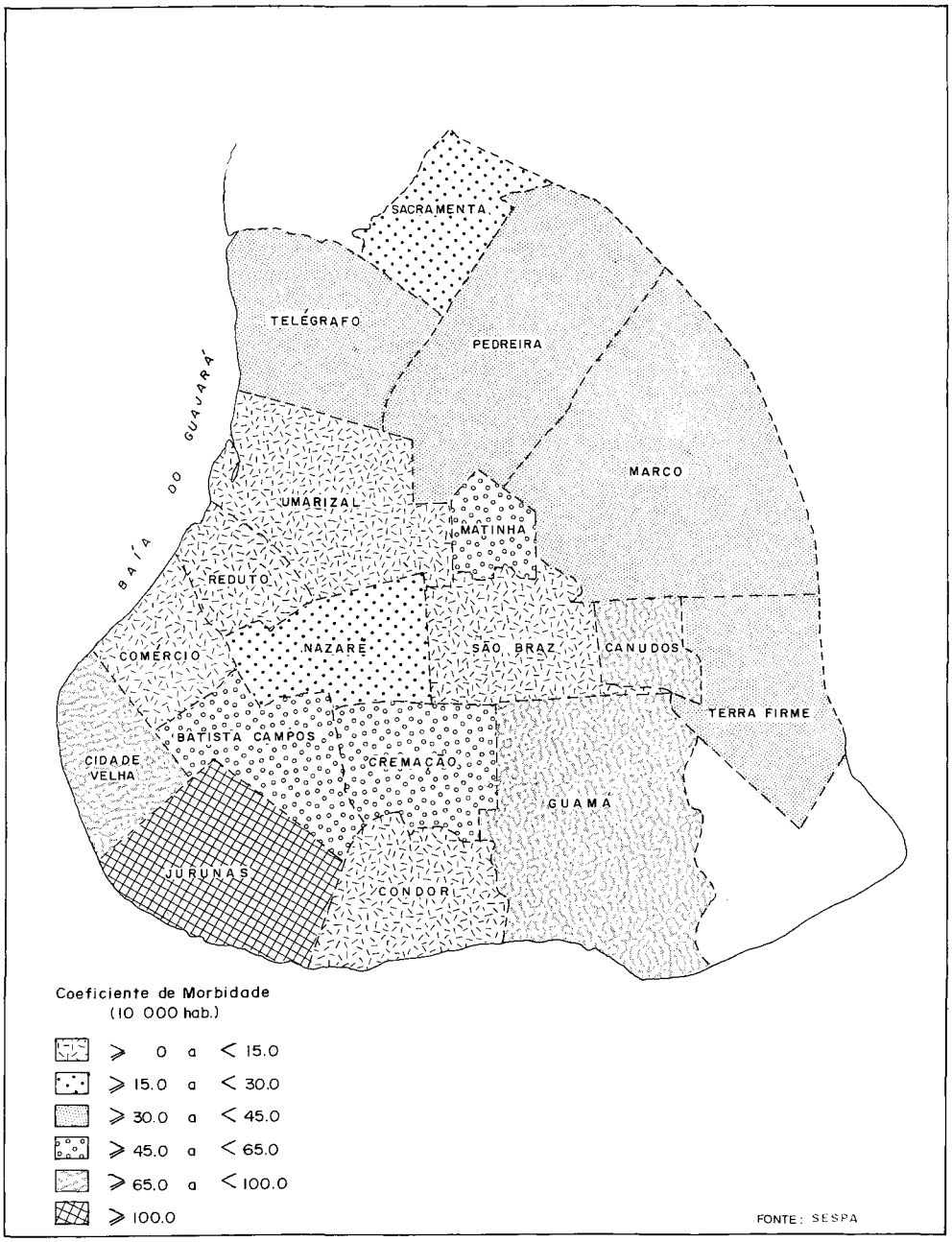
Num estudo particularizado para o Distrito-Sede de Belém, foi possível identificar, a nível de bairro, o comportamento de cada doença em termos de incidência, procurando

correlacionar as áreas que apresentam as situações mais críticas, à presença de fatores físicos adversos ali existentes.

A partir da leitura da Figura 1, pode-se considerar como verdadeiramente crítica as situações observadas nos bairros Jurunas, Cidade Velha, Canudos e Guamá, todos localizados na baixada da porção sul da região e, portanto, com maior parte de suas áreas situadas em terrenos alagáveis.

No conjunto, esses bairros reúnem uma população estimada de 196 000 habitantes, a

FIGURA 1
ZONA CENTRAL DE BELÉM - DIARRÉIA AGUDA - 1987

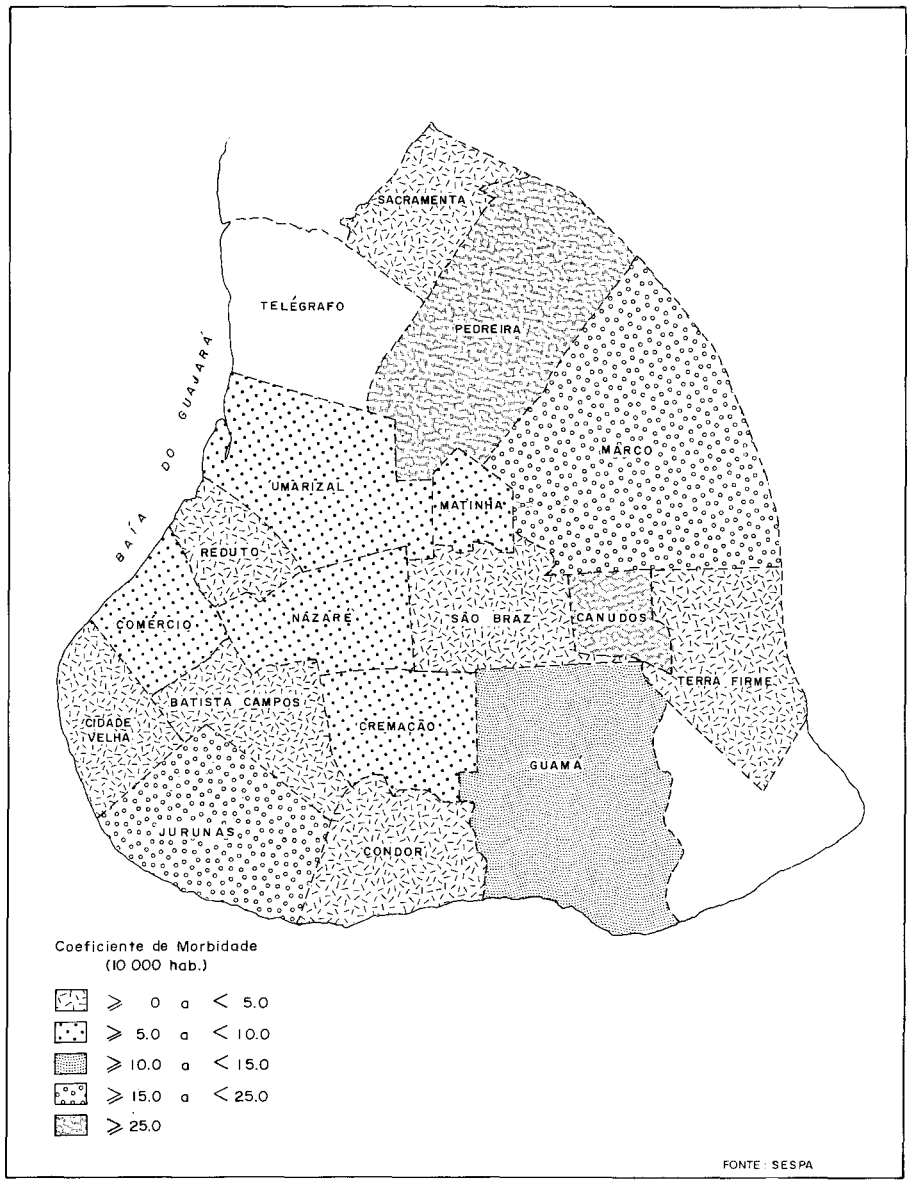


maior parte de baixa renda, ocupando submoradias sobre palafitas, onde as instalações sanitárias variam de precárias a inexistentes.

Nessas áreas, o esgoto e o lixo são lançados diretamente nas águas sob as palafitas, permanecendo no local da disposição por longo tempo até ser diluído e carreado pelas sucessivas marés. Além dos usuais problemas de ordem estética, a acumulação desses detritos cria focos permanentes de infecções, dando ensejo a reinfestações de doenças diversas e ao surgimento de casos de lesões broncopulmonares pela exposição permanente daquelas populações ao forte odor oriundo da decomposição da matéria orgânica.

Embora a hepatite se apresente como a segunda causa de morbidade na área, os coeficientes são menos significativos que aqueles observados para a diarréia aguda. Pode-se observar na Figura 2 que no conjunto dos bairros observados apenas Canudos, na parte centro-sul da região, e Pedreira, na por-

FIGURA 2
ZONA CENTRAL DE BELÉM - HEPATITE POR VÍRUS - 1987



ção norte, apresentaram taxa de incidência entre 25,0 e 30,0 por 10 000 habitantes.

Sabe-se que a veiculação dessa doença se processa de pessoa a pessoa pelo uso comum de utensílios e roupas e, em nível ambiental, pela utilização de água contaminada com esgoto.

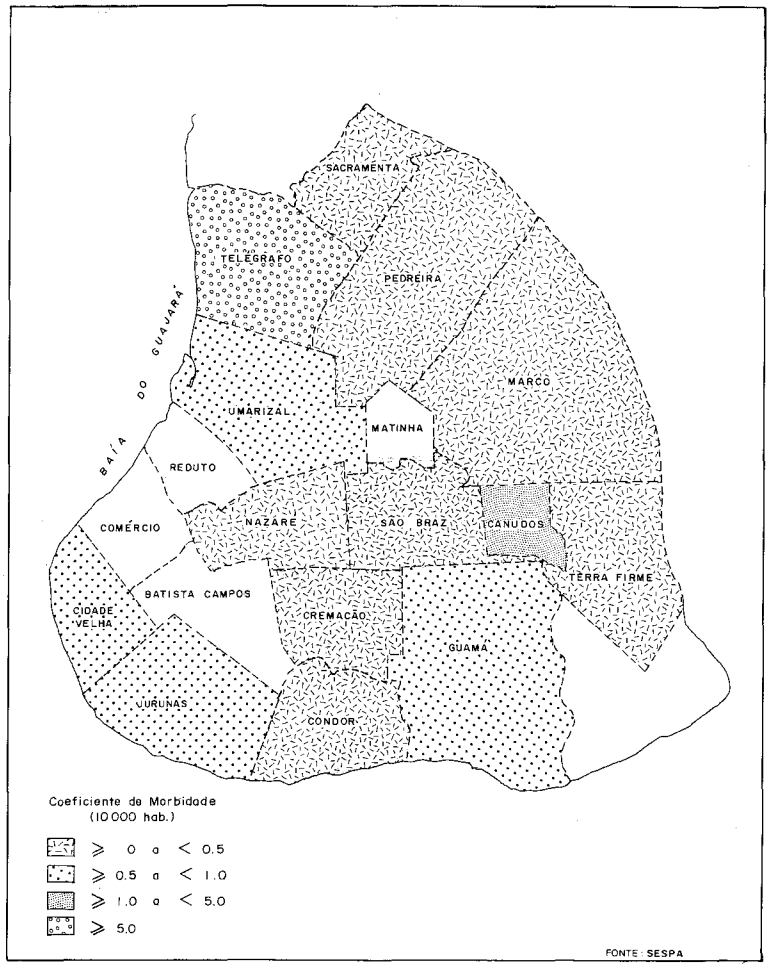
Em razão das circunstâncias, na área das palafitas o contato direto e permanente da população, sobretudo a infantil e a dos animais domésticos, com a água contaminada por esgoto e lixo é inevitável. Some-se, ao fato, a forma precária de captação, condução e acondicionamento da água potável para uso do domicílio, constatado em trabalho de campo.

A captação é geralmente feita junto a uma bica pública ou clandestinamente a um cano cortado, existente em terra firme e levada por gravidade a centenas de metros adentro da favela, em mangueiras ou mesmo pedaços de canos frágeis, na maioria apresentando sinais de ruptura e emendas precárias. Dentro do domicílio essa água é condicionada em vasilhames domésticos ou latas, geralmente em quantidade bem inferior às necessidades da família.

Na verdade, a própria estrutura dos domicílios não permite a sustentação de encanamentos ou suportam o peso dos reservatórios do tipo convencional. Assim, o controle dessa e das demais doenças de veiculação hídrica, nas baixadas, tem sido garantido pela atuação da SUCAM, presente na implantação de postos de saúde dentro e na periferia dessas comunidades.

Com relação à febre tifóide, percebem-se, na leitura da Figura 3, taxas de incidência

FIGURA 3
ZONA CENTRAL DE BELÉM - FEBRE TIFÓIDE - 1987



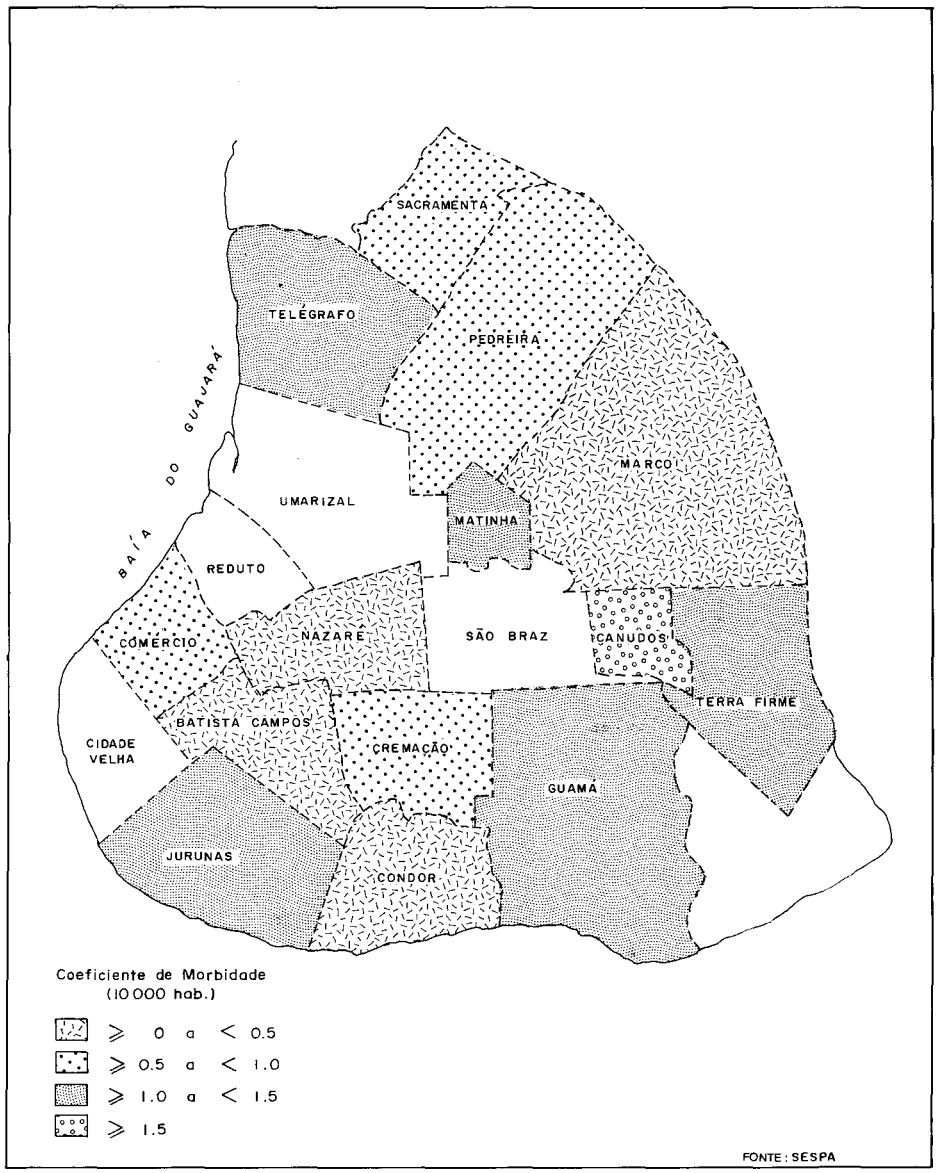
muito baixas para a maioria dos bairros ali localizados, e até a ausência de registro para alguns deles.

Por se tratar de uma infecção onde a forma de transmissão se dá fundamentalmente pela ingestão de água e/ou alimentos contaminados por material fecal, pode-se concluir que, na Zona Central de Belém, predominantemente abastecida por água tratada, tais resultados estariam refletindo eventuais ocorrências em bairros de periferia e/ou pouco infra-estruturados.

Tal conclusão aparece reforçada pelos resultados ilustrados na Figura 3, onde os coeficientes de morbidade mais expressivos são verificados nos bairros de Canudos e Telégrafo, ambos localizados em áreas alagáveis e onde a maioria da população habita palafitas.

Com relação à leptospirose (Figura 4), a sua ocorrência nos bairros centrais de Belém,

FIGURA 4
ZONA CENTRAL DE BELÉM - LEPTOSPIROSE - 1987



também relacionada às condições precárias de saneamento básico, apresenta comportamento de distribuição semelhantes às demais, onde os maiores coeficientes de morbidade aparecem registrados nos bairros de Canudos, Guamá, Terra Firme, Matinha, Telégrafo e Jurunas, todos situados em região de baixada e portanto sujeitos a uma disseminação maior da doença.

Estudos realizados pelo Serviço de Epidemiologia da SESPA nessa área informam que há registro da presença de leptospirose em todos os bairros da cidade, fator de grande preocupação para o setor de Saúde Pública por se tratar de doenças com alto grau de letalidade.

É no período invernoso, onde as fortes chuvas acarretam enchentes, que se observa o aumento da incidência. O grupo etário mais suscetível é o de 24 a 49 anos - faixa de maior atividade elaborativa. A população exposta a risco mais imediato é aquela residente nas palafitas, uma vez que as péssimas condições de saneamento resultam na proliferação de vetores e portanto da permanência de focos desencadeadores de surtos.

CONCLUSÃO

A ocupação até a saturação das terras firmes resultou em valorização por especulação imobiliária e a conseqüente ocupação das baixadas por segmentos populacionais de baixa renda. Este processo de urbanização da Região Metropolitana de Belém dificultou a realização de projetos pelo setor de saneamento básico que fossem compatíveis com a ocupação do solo. Esta situação foi ainda agravada com o crescimento da população urbana nas baixadas, atualmente ocupando 40% do total da área, em habitações do tipo palafitas, dificultando, assim, a implantação do sistema convencional de água potável, esgotos sanitários e coleta de lixo. Isto trouxe como conseqüência dificuldades para o controle ambiental dos igarapés, canais de drenagem e demais recursos hídricos locais. Por outro lado, o aumento da densidade populacional das terras altas fez desaparecer parte da reserva de áreas verdes da cidade, advindo diminuição da percolação no solo das águas precipitadas e maior escoamento superficial das águas pluviais e, em conseqüência, o assoreamento do sistema secundário de drenagem da área.

Em 1970, o quadro de oferta dos serviços de saneamento básico era totalmente precário, e as pressões de demanda avolumavam-se com reflexos cada vez maiores nas condições de saúde e bem-estar da população, quando, através da criação do PLANASA, o setor obteve maiores recursos financeiros, permitindo a COSANPA desenvolver projetos de ampliação do sistema de abastecimento de água. A entidade priorizou este serviço, uma vez que, por questões topográficas, a área metropolitana está sujeita aos fenômenos das marés quando então a água de subsolo se torna salobra e portanto imprópria ao consumo humano, dificultando, por esta razão, as soluções individuais de abastecimento.

Os resultados apresentados pelo setor, no que diz respeito a um adequado serviço de abastecimento de água, revelam um atendimento de 80% da população sediada nas áreas de cotas mais altas, 50% à medida que delas se afastam e chega apenas a 2% nas áreas alagáveis. A situação é ainda mais crítica quando se observam os serviços prestados de esgotamento sanitário que acusam apenas 10% da população esgotando em rede e todo o efluente *in natura*, lançado nos igarapés, tendo a baía de Guajará como principal corpo receptor final de toda a área. Vale ressaltar ainda que, em função do crescimento da população na direção de Ananindeua, as nascentes do Utinga, dos lagos Bolonha e Água Preta, principais mananciais de superfície para o suprimento de água da região metropolitana, estão sujeitos a contaminação por seres patogênicos provenientes do lançamento em bruto de esgotos domiciliares, produzidos por aquela população.

Com relação à limpeza pública e coleta de resíduos sólidos, a SESAN vem prestando adequado serviço à população, uma vez que 80% do lixo produzido na região são coletados. O mesmo não se pode afirmar com relação ao destino final dado a estes resíduos, posto que todo o lixo coletado vem sendo disposto em vazadouro a céu aberto, resultando em sérios problemas ambientais. Como se sabe, além da possibilidade de contaminação das águas superficiais ou subterrâneas, pela ação do chorume, o lixo disposto no solo sem qualquer controle é responsável pela formação de vetores de doenças como moscas, mosquitos, baratas e roedores, que são

responsáveis pela transmissão de doenças como febre tifóide, disenteria, febre amarela, leptospirose, diarréias, etc. A situação é ainda agravada com a criação de favelas ao lado do vazadouro, com uma população de baixo nível socioeconômico, que se ocupa recolhendo refugos do lixo, em condições insanitárias.

Os dados de ocorrência de doenças preveníveis por serviços de saneamento básico como diarréia aguda, hepatite por vírus, febre tifóide e leptospirose, obtidos da Fundação SESP, em Belém, acusam como verdadeiramente críticas as situações observadas, principalmente nos bairros localizados na baixada da porção sul da região, que têm a maior parte de suas áreas situadas em terrenos alagáveis.

Nos últimos anos, é notório o progresso feito pela COSANPA e pela SESAN, ao reformularem seus planos de desenvolvimento, com relação à proteção ao meio ambiente e à saúde da população. Esta dedução pode ser feita a partir da análise de seus planos diretores, contendo projetos até o ano 2000, nos setores de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza pública e coleta de lixo, onde a preocupação com o meio ambiente é sempre elemento relevante.

Isto nos leva a concluir que o bem-estar físico, mental e social depende de valores ambientais, cabendo portanto à administração pública a prestação de serviços de saneamento básico de boa qualidade, contribuindo deste modo para a redução do impacto da degradação ambiental e das conseqüências negativas que isto traz para a saúde da população.

BIBLIOGRAFIA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1987-1988. Rio de Janeiro, IBGE. 1988, p. 59.

BATALHA L. Ben Hur, PARLATORE, A.C. *Controle da qualidade da água para consumo humano.* Bases conceituais e operacionais. São Paulo, CETESB, 1977, p. 42-64.

CENSO DEMOGRÁFICO, Dados Distritais. Rio de Janeiro, IBGE. 1980, v. 1, t. 3, n. 4, p. 5.

_____. Famílias e domicílios. Rio de Janeiro, IBGE, 1980, v. 1, t. 6, n. 6, p. 96-108.

CENTRO de Informações de Saúde Unificada do Estado do Pará. *Casos de doenças transmissíveis por faixa etária e zona.* Período 1987. Belém, 1987.

CONVÊNIO COSANPA/Tecnosan - Rede Engª. Plano diretor esgotos da região metropolitana de Belém. Belém, 1986. 4 v.

DEPARTAMENTO de Resíduos Sólidos. Divisão de coleta de resíduos. Quadro XXI, Belém, SESAN, 1988.

EMENDA Técnica do Relatório Preliminar. *Abastecimento de água da Grande Belém.* Belém, COSANPA, 1980. p. 6-21.

KELLER, E. C. de Souza. *Geografia do Brasil*, Região Norte, População. Rio de Janeiro, IBGE. 1977, v. 1. p. 167-98.

NÚCLEO de Programação Coordenadoria Geral e Planejamento, Belém, Prefeitura Municipal de Belém, 1987.

OLIVEIRA, A. de Engracia, et al. *Amazônia.* Desenvolvimento-Integração. Ecologia, São Paulo, 1983, v. 1.

PLANO Diretor do Sistema de Limpeza Pública da Região Metropolitana de Belém. São Paulo, SEPLAN, CODEM, CETESB, 1979. p. 18-92.

PROGRAMA de Saneamento para Recuperação das Baixadas de Belém. Bacia do UNA. Belém, SESAN, 1986. v. 1.

RELATÓRIO de Atividades Belém. COSANPA, 1987. p. 18.

SISTEMA de abastecimento de água da Grande Belém. Análise Econômico Financeira. Belém, COSANPA, 1987, v. 1, p. 4-39.

SISTEMA de Coleta Domiciliar. Departamento de Resíduos Sólidos. Belém, SESAN, 1988. p. 3-82.

SISTEMA de Esgotos Sanitários de Belém: diagnóstico. Belém, COSANPA, 1981, v. 2.

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é examinar a questão saneamento básico e suas relações com o meio ambiente, avaliando a repercussão dessas relações na saúde da população.

Inicialmente trata da caracterização geral da área metropolitana de Belém, dando conhecimento de algumas das características físicas da região e da ocupação urbana, componentes importantes para o entendimento das soluções adotadas no campo de saneamento básico. Mostra ainda a dificuldade apresentada pelo sítio urbano na realização de projetos de implantação do sistema convencional de água potável, esgotos sanitários e coleta de lixo, trazendo como conseqüência dificuldades para o controle ambiental dos igarapés, canais de drenagem e demais recursos hídricos locais.

Em seguida trata dos usos da água para abastecimento público e para a diluição de esgotos sanitários, produzidos e esgotados para as bacias hidrográficas.

Finalmente, foi possível identificar, em nível de bairro, o comportamento das doenças preveníveis por serviços de saneamento básico em termos de incidência, procurando correlacionar sua incidência às áreas que apresentam situações mais críticas.

O SISTEMA URBANO NORDESTINO: ESTRUTURAÇÃO ATRAVÉS DO TEMPO*

*Maria do Socorro Alves Coelho***

INTRODUÇÃO

A estruturação do sistema urbano nordestino foi diretamente condicionada pelo processo histórico de produção do espaço regional.

De fato, o padrão de desenvolvimento econômico que ao longo do tempo se estabeleceu na Região Nordeste levou a uma concentração das atividades produtivas em alguns poucos pontos - os pólos regionais. Esta concentração determinou o caráter desigual e pouco articulado do sistema de cidades que passou a ter como características:

- polarização pelas três metrópoles regionais - Recife, Salvador e Fortaleza - que estabelecem os vínculos de toda a rede urbana nordestina com o pólo central da economia brasileira, localizado na Região Sudeste;
- fraqueza e reduzido dinamismo das cidades médias que são pouco numerosas e possuem uma fraca base produtiva para atender à demanda das suas extensas áreas de influência. Parcela significativa dessas cidades são capitais estaduais e devem sua dimensão atual, sobretudo, às funções político-administrativas que desempenham; e
- pobreza estrutural das cidades pequenas, núcleos elementares de escoamento da produção agrícola que hoje representam aproximadamente 90% das cidades nordestinas.

Essa estrutura atual da rede urbana do Nordeste tem suas raízes históricas ligadas às diferentes funções que a economia da região vem desempenhando dentro do processo de acumulação e reprodução capitalista, ou seja, às formas de sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho.

Na fase de acumulação primitiva, durante o período mercantil, quando a Região Nordeste era o centro da economia brasileira, a dinâmica interna da ocupação e produção do seu espaço, ou seja, as relações que ali se processaram, implicando o surgimento de centros urbanos, dependeram, sobretudo, da função agroexportadora que esse espaço desempenhava com relação ao núcleo de acumulação internacional.

*Recebido para publicação em 27 de maio de 1991.
Este trabalho contou com o apoio de Alenir Mendonça Veiga e Edna Oliveira Barreto.
**Analista Especializada do Departamento de Geografia - DEGEO - da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
A autora agradece a Olga Buarque de Lima Fredrich e Maristella de Azevedo Brito pelas críticas e sugestões.

Com a expansão do capitalismo industrial europeu, lançando as bases de uma nova divisão internacional do trabalho, no Século XIX, delineou-se no Brasil uma divisão regional do trabalho em que o Nordeste passou a desempenhar uma nova função - de complementaridade ante o núcleo nacional de acumulação que passou a se localizar no Sudeste do País. Os impactos provocados na economia da região, pela redefinição de funções ante os novos padrões de acumulação e reprodução capitalistas, bem como pelo seu processo de integração na economia nacional, refletiram-se sobre a organização espacial da região, afetando o seu tradicional sistema de cidades que sofreu transformações, se reestruturando e se adaptando ao desempenho de novas funções.

Dentro dessa perspectiva, a compreensão da dinâmica atual da rede urbana nordestina exige a sua inserção dentro de um contexto histórico, tendo por base a dinâmica da economia regional e o seu papel dentro da divisão nacional e internacional do trabalho.

EVOLUÇÃO HISTÓRICO-ECONÔMICA DA REGIÃO NORDESTE E ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA URBANO REGIONAL

Economia Agroexportadora e Origens do Sistema Urbano

Ao marcar profundamente a estrutura atual da economia nordestina, a herança agroexportadora foi, ao mesmo tempo, responsável pela construção dos fundamentos da rede urbana regional dos dias atuais[1].

A economia colonial, que dominou até pelo menos os fins do Século XIX, por ser, antes de tudo, agroexportadora, concentrou a riqueza basicamente nos pólos comerciais-portuários, centros urbanos que estabeleciam os vínculos da Colônia com a Metrópole. Salvador e Recife foram, desde cedo, os pólos econômicos da região.

A inserção do espaço nordestino no processo de acumulação internacional se deu com a instalação da economia açucareira (agroindústria do açúcar). O início da organização do espaço regional esteve, portanto, ligado ao desenvolvimento do capitalismo comercial das economias centrais européias que necessitavam, para a sua acumulação primitiva, da ocupação de espaços com atividades econômicas que atendessem aos seus interesses.

A Zona da Mata, onde se concentrou a cana-de-açúcar - setor chave da economia colonial -, tornou-se, desde cedo, a área econômica mais importante do Nordeste, dando margem a uma formação urbana de certa importância. A economia de mercado baseada num intenso processo de valorização do capital comercial necessitava de atividades urbanas para se desenvolver. Isto permitiu a formação de núcleos como Olinda e Salvador, que, além das funções administrativas, assumiram o papel de centros comerciais de exportação e importação ligando a Colônia à Metrópole. À medida que foi se expandindo a economia canavieira e, conseqüentemente, a acumulação gerada na agroindústria do açúcar, esses centros adquiriram maior dinamismo, passando a comandar, junto com Recife, o povoamento da região.

O interesse de produzir açúcar foi, durante quase dois séculos, decisivo na exploração dos espaços povoados, tanto a partir de Olinda-Recife (toda a faixa úmida do Nordeste Oriental), quanto nos espaços da expansão colonizadora de Salvador (Recôncavo Baiano).

O caráter agroexportador da atividade canavieira não favoreceu, no entanto, o desenvolvimento da vida urbana local. As relações das unidades produtoras realizavam-se, primordialmente, com Recife e Salvador e, secundariamente, com os pequenos portos de embarque, dificultando, assim, o desenvolvimento dos aglomerados no interior da região açucareira[2].

Na verdade a função polarizadora da cana-de-açúcar foi, antes de tudo, grande estimuladora ou geradora de cidades-pólos no litoral. Não só os dois grandes pólos regionais, Recife e Salvador, mas também outros pólos menores, como Natal (RN), João Pes-

[1] A reconstituição da formação histórica do sistema urbano nordestino foi apoiada essencialmente nos estudos de Manuel Correia de Andrade e de Paul Singer, citados nas notas subseqüentes e na bibliografia.

[2] Melo, Mário Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento*. O caso de Recife. Recife, 1978, p. 79-85.

soa (PB), Goiana (PE), Porto Calvo e Penedo (AL), São Cristóvão (SE) e Valença (BA) beneficiaram-se da produção canavieira de sua hinterlândia. Dessa forma, a rede urbana regional foi se estruturando de forma hierarquizada, uma vez que as povoações já surgiam vinculadas ao sistema de polarizações que se implantara e que se estendia à proporção que o povoamento caminhava para o interior[3].

A ocupação do interior da região, iniciada durante o Século XVI e prolongando-se até o Século XVIII, apoiou-se numa economia de subsistência baseada essencialmente na pecuária superextensiva. O surgimento dessa atividade, complementar e dependente da região açucareira, veio permitir que fosse constituída a base da divisão do trabalho própria da economia colonial agroexportadora: de um lado, um setor externo monopolizador de recursos intensamente utilizados para produzir gêneros necessários às economias metropolitanas e, de outro, um setor de subsistência, supridor de bens alimentícios necessários à reprodução da força de trabalho utilizada no setor externo.

Os espaços da vasta hinterlândia sertaneja foram, dessa forma, pouco a pouco se incorporando às áreas de influência dos dois grandes focos iniciais da colonização nordestina - Olinda-Recife e Salvador -, os quais passaram também a controlar e comandar as trocas que se realizavam entre o Sertão (produtos de subsistência) e o Litoral (produtos manufaturados de valor superior, oriundos do exterior). O caráter desigual dessas trocas tornou extremamente débil o processo de acumulação de capital na atividade pecuarista da hinterlândia sertaneja, concorrendo para o inexpressivo desempenho dos seus centros urbanos.

De fato, o povoamento do Sertão, pela base econômica que aí se constituiu, não deu lugar à formação de uma malha urbana relevante. Até o Século XVIII, surgiram apenas pequenas vilas e povoações, que se inter-relacionavam com as cidades portuárias, as quais constituíam o escalão intermediário da Colônia, abaixo de Recife e Salvador. Cidades-portos como Parnaíba (PI), Aracati (CE), Goiana (PE), Valença e Ilhéus (BA) funcionavam como entrepostos comerciais, dando escoamento aos produtos de exportação e efetuando as trocas de bens produzidos pela economia de subsistência do interior. Dessa forma, somente com a posterior intensificação das trocas entre a economia sertaneja e a da Zona da Mata é que se processou o desenvolvimento de centros urbanos como Caruaru (PE), Campina Grande (PB) e Feira de Santana (BA) que, localizados no contato entre as duas regiões, funcionavam como pontos de passagem no escoamento das mercadorias.

A dependência aos interesses externos vai propiciar a economia colonial nordestina fases de expansão ou retração, refletindo-se esta instabilidade no processo de formação e crescimento dos centros urbanos da região. O exemplo das flutuações no dinamismo de Recife, principal pólo da economia agroexportadora regional, retrata bem essa situação. O monopólio que desfrutou o Nordeste no mercado mundial do açúcar até meados do Século XVII fez de Recife, segundo Paul Singer[4], a segunda cidade brasileira e uma das mais modernas do continente. No entanto, a crise desencadeada nesse período, com o surgimento de novos centros produtores no mercado mundial do açúcar, refletiu-se sobre o crescimento e o dinamismo da cidade, que perdeu a sua intensidade.

Nos fins do Século XVIII e início do Século XIX, a recuperação do setor açucareiro, em função da demanda provocada pela expansão urbano-industrial da Europa, não foi muito importante para o desenvolvimento das atividades econômicas urbanas regionais. O crescimento manifestado pelo Recife e a prosperidade que gozava essa cidade no início do Século XIX deviam-se mais, nas palavras de Paul Singer[5], à diversificação das suas exportações, principalmente pelo surgimento de um outro produto - o algodão - que acabaria por eliminar a dependência unilateral da cidade, com relação ao açúcar.

O progresso da indústria têxtil, nos países onde a Revolução Industrial estava em curso, induziu o desenvolvimento do cultivo do algodão em várias partes do mundo, inclusive no Nordeste. Com a crise política nas colônias inglesas da América do Norte e a conseqüente guerra pela independência, o algodão nor-

---

[3] Andrade, Manuel Correia de. *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo, 1974, p. 184-185.
[4] Singer, Paul. Recife. In: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, 1974, p. 274.
[5] Singer, op. cit., p. 281.

destino substituiu o americano no mercado internacional.

O surto algodoeiro, no final do Século XVIII, atingiu quase todo o espaço nordestino. O algodão tornou-se um dos principais produtos do Agreste e do Sertão (sobretudo cearense), chegando mesmo a substituir, na Zona da Mata, a lavoura canavieira, quando o aumento dos preços internacionais o tornou mais lucrativo do que o açúcar.

O cultivo do algodão, ao mesmo tempo em que pôs fim à dependência comercial e econômica da região a um único produto - o açúcar -, produziu significativas transformações no contexto regional. Ao associar-se às culturas de subsistência no Agreste e à pecuária no sertão e ao propiciar o aparecimento de atividades tipicamente urbanas, complementares ao seu cultivo (descaroçamento e indústria têxtil), o algodão expandiu as atividades regionais, colaborando para uma maior diferenciação na divisão social do trabalho. Por outro lado, os seus efeitos positivos sobre o desenvolvimento urbano geraram significativas mudanças nas relações cidade-campo.

De fato, a cultura do algodão teve repercussões notáveis sobre a estrutura da rede urbana da região. Ao intensificar o povoamento do interior e ao promover uma maior integração das áreas interioranas à economia de mercado, o cultivo do algodão veio colaborar para a expansão da hinterlândia e da rede urbana comandada por Recife. Essa cidade, em função do aumento dos fluxos intra-regionais em sua direção, teve também ampliadas as suas funções comercial e portuária. Por outro lado, a grande extensão das áreas de domínio do algodão, levando-se em conta a precariedade dos transportes, antes da implantação da ferrovia, possibilitou o surgimento e/ou o desenvolvimento de centros urbanos intermediários, a exemplo de Campina Grande (PB), Crato (CE) e Caicó (RN), entre as áreas interioranas e os pólos exportadores[6]. Cabe ainda ressaltar a importância que teve a cultura do algodão na dinamização das funções comercial e portuária da cidade de São Luís, no Maranhão.

Embora a introdução do cultivo do algodão tenha representado o término do domínio quase exclusivo da cultura canavieira na economia da Região Nordeste, esse produto teve, como a cana-de-açúcar, sua expansão condicionada por períodos favoráveis e desfavoráveis, conforme as oscilações da demanda do mercado internacional.

Transformações na Economia Agroexportadora e Desenvolvimento do Sistema Urbano

Transição para a indústria

Durante o Século XIX, a economia mundial sofreu transformações revolucionárias com fortes repercussões sobre o Brasil e, conseqüentemente, sobre o Nordeste. A expansão do capitalismo industrial europeu, ao lançar as bases de uma nova divisão internacional do trabalho, permitiu uma formidável expansão do comércio mundial para assegurar, à Europa, mercados externos para a sua indústria e o suprimento de suas necessidades em matérias-primas e bens alimentares. No Brasil, as repercussões dessa expansão capitalista não se deram de forma homogênea; enquanto no Nordeste ela implicou transformações radicais na tradicional economia agroexportadora, no Sudeste ela possibilitou um extraordinário desenvolvimento da lavoura cafeeira, a qual iria permitir, mais tarde, a consolidação da base econômica urbano-industrial do País.

Com relação ao Nordeste, dois fatores repercutiram, nesse período, de forma significativa na posterior evolução da região: a revolução que se processou na indústria do açúcar e a crise do setor algodoeiro, com suas conseqüências sobre o desenvolvimento da indústria têxtil.

De fato, para que o açúcar nordestino pudesse assegurar a sua posição no mercado mundial, tornava-se imprescindível a execução de mudanças na economia agroexportadora. As mudanças realizadas, além de envolverem melhoramentos tecnológicos nos processos produtivos agrícolas e industriais, implicaram ainda a modernização do sistema de transporte da região.

Graças a essas transformações registradas na economia açucareira, o Nordeste conseguiu, na primeira metade do Século XIX, aumentar a produção e enfrentar os seus concorrentes no mercado internacional. Por outro lado, a introdução de métodos industriais na fabricação do açúcar veio repercutir positivamente sobre o desenvolvimento de

[6] Andrade, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. Recife, 1979, p. 45.

Recife. A cidade, que era o grande centro de comercialização do produto, teve suas funções ampliadas com a introdução de empreendimentos industriais de certa expressão, entre esses a primeira fundição do Brasil, criada em 1829 e destinada a atender às necessidades de equipamentos mecânicos dos engenhos[7].

No entanto, esse primeiro impulso industrializador fracassou ao mesmo tempo em que a própria indústria açucareira não conseguiu realizar a transformação fundamental que seria a introdução da máquina a vapor. Desta forma, durante a primeira metade do Século XIX, a estrutura colonial da economia do Nordeste ainda se reforçou e se ampliou, e só a partir de 1850 é que a Revolução Industrial do Açúcar teve um prosseguimento mais impetuoso.

Até 1861, o açúcar predominou na pauta de exportação do Nordeste. No entanto, o processo de industrialização da manufatura açucareira, que vinha avançando vigorosamente, foi enfraquecido pelo ciclo do algodão, só se recuperando na década seguinte (1876).

Esse atraso na Revolução Industrial do Açúcar no Nordeste resultou em sérias dificuldades quando o Brasil tentou recuperar o seu lugar no mercado mundial, a partir do último quartel do Século XIX. Nesse período, a feição do mercado mundial do açúcar tinha se alterado consideravelmente. O açúcar de beterraba fabricado na Europa tomara impulso e o Nordeste, que, uma vez passado o surto algodoeiro, voltara a depender primordialmente da exportação desse produto, teve que dar à sua produção moldes capitalistas, a fim de competir no mercado internacional.

Assim, somente a partir de 1877, com o início da implantação dos engenhos centrais, é que se iniciou, de fato, a transformação da indústria açucareira nordestina.

O projeto dos engenhos centrais, cujo fundamento consistia na separação entre a fase manufatureira da produção e a fase agrícola, objetivava a construção de unidades industriais por grupos capitalistas europeus, com garantias dadas pelo governo brasileiro. Esses grupos se encarregariam da indústria açucareira propriamente dita e da construção de estradas de ferro, enquanto o fornecimento da cana ficaria a cargo dos senhores de engenho. Esperava-se, enfim, que um pequeno número de engenhos centrais de grande capacidade de produção pudesse reduzir os custos da fabricação do açúcar a nível internacional.

O projeto dos engenhos centrais, apesar da aplicação de capitais estrangeiros, constituiu sério fracasso à medida que a tentativa de separar a indústria da agricultura resultou numa série de dificuldades. A solução encontrada foi, a partir de 1890, a implantação da usina, que passou a reunir a agricultura e a indústria canavieiras em grandes unidades produtivas e que permanecem até os dias atuais.

A modernização da produção açucareira apresentou conseqüências que foram fundamentais no processo de urbanização do Nordeste. Além de provocar mudanças profundas nas relações de produção no campo, a Revolução Industrial do Açúcar veio colaborar para lançar as bases para a formação de um parque industrial de bens de consumo no Nordeste, dinamizando e redefinindo a dinâmica urbana regional. A expansão da economia de mercado em detrimento do setor de subsistência, ao mesmo tempo em que ampliou o mercado de bens de consumo, colaborou para a formação do mercado de trabalho ao expulsar número substancial de trabalhadores agrícolas para as cidades onde se converteram na mão-de-obra necessária à expansão industrial.

A nova dinâmica da economia agroexportadora vai repercutir sobre a expansão urbana do Recife que, no decorrer do Século XIX, começa a se processar de forma acelerada. A cidade sofreu um nítido processo de industrialização, a partir de 1875, com ampla diversificação, contando com estabelecimentos para a satisfação de quase todas as necessidades de consumo[8].

Esse movimento industrial de Recife e do Nordeste foi particularmente favorecido pelo desenvolvimento da indústria têxtil, induzido pela conjuntura do mercado mundial do algodão, nos fins do Século XIX.

De fato, com o término da Guerra da Secessão, os Estados Unidos recuperaram a sua posição no mercado mundial, em detrimento do algodão nordestino, enquanto o estabelecimento do protetorado inglês sobre o Egito, grande produtor de algodão, dificultou ainda mais a condição do produto nordestino

[7] Singer, op. cit., p. 289.
[8] Id. ibid., p. 274-331.

no mercado. Em função dessa nova situação, o capital comercial, antes investido nas atividades de exportação do algodão, foi revertido para o setor industrial, transformando os antigos mercadores em novos empresários das indústrias de tecido.

Dessa forma, no final do Século XIX, o setor têxtil era dos mais importantes da indústria nordestina. Recife, além da Companhia de Fiação de Pernambuco, contava com mais três fábricas de fiações e tecelagens. Paulista e Goiana, municípios mais próximos da capital, contavam, cada um, com uma unidade fabril[9].

Além da região de Recife e da cidade de Salvador, outros segmentos da rede urbana da região também foram beneficiados com o desenvolvimento da indústria têxtil. A localização de estabelecimentos industriais nos centros de comercialização do algodão permitiu a dinamização de pequenos centros do interior como Caxias (MA), Caicó e Mossoró (RN), Arcoverde (PE), Juazeiro (BA) e Sobral (CE) e de pequenas cidades portuárias como Penedo e Pilar (AL), Valença (BA), Goiana (PE) e São Cristóvão (SE), através das quais se exportava e/ou se comercializava a produção[10]. No entanto, convém afirmar que eram os centros regionais de Recife e Salvador que, já contando com posição privilegiada na rede urbana do Nordeste, concentravam as atividades industriais da região.

Esse crescimento industrial do Nordeste pouco representou, no entanto, se comparado ao conjunto nacional, uma vez que a indústria nordestina não se beneficiou amplamente das vantagens regionais, contando com sérias limitações, principalmente no que se refere à formação de amplo mercado de bens de consumo.

Implantação das ferrovias e reestruturação dos subsistemas urbanos

A modernização do sistema de transportes, que se iniciou com as transformações da economia açucareira e prosseguiu com o surto algodoeiro, implicou uma reorganização dos subsistemas urbanos existentes no Nordeste, alterando de forma significativa a dinâmica das polarizações.

Até o ano de 1850, as numerosas cidades-portos que existiam no litoral comandavam hinterlândias relativamente pequenas, das quais recebiam a produção através de rios e caminhos. Desses portos, eram os produtos enviados, por via marítima, para os dois portos principais - Recife e Salvador - de onde eram exportados. A implantação das ferrovias, a encargo de grupos estrangeiros, visando, sobretudo, a elevar os níveis de produtividade dos setores econômicos mais ligados ao mercado externo, veio mudar consideravelmente a direção dos fluxos urbanos. Partindo dos principais portos das capitais de províncias, as estradas de ferro conectava-os às áreas do interior que se destacavam como produtoras de artigos destinados ao mercado externo. Essa reorientação da rede de transportes resultou na integração de subsistemas urbanos, implicando a ampliação da polarização de vários centros, no revigoramento de núcleos situados ao longo das ferrovias, como também na marginalização, sobretudo das antigas cidades portuárias[11]. As cidades de Recife e Salvador - principais focos de difusão das ferrovias - tiveram ampliadas as suas áreas de influência, uma vez que, ligando-se ao interior diretamente ou através das demais capitais de províncias, captavam os fluxos de vastas hinterlândias. No Estado do Ceará, a expansão de ferrovias condicionada pelo surto algodoeiro ampliou a área polarizada por Fortaleza, que passou, a partir da segunda metade do Século XIX, a assumir o comando dos fluxos econômicos da hinterlândia cearense, antes sob o domínio de Aracati. Por outro lado, cidades situadas no Sertão, como Quixeramobim (CE), ou no contato entre o Agreste e o Sertão, como Campina Grande (PB), Caruaru, Garanhuns e Arcoverde (PE), ou ainda mais próximas do litoral, como Sobral (CE) e Mossoró (RN), desenvolveram-se graças à posição de pontas de trilhos, ponto de partida ou parada de ferrovias. Já as antigas cidades-portos, como Mamanguape (PB), Goiana (PE), Porto Calvo e Valença (BA) e Rio Formoso (PE), não sendo beneficiadas pelas ferrovias, tiveram suas funções comerciais prejudicadas pelo desvio dos fluxos de mercadorias para outros centros portuários de escoamento.

---

[9] Id. ibid., p. 306.
[10] Andrade, op. cit., 1974, p. 188.
[11] Andrade, op. cit., 1979, p. 76.

Integração do Nordeste na Economia Nacional e Transformações na Organização Urbana Regional

As crises e transformações que se processaram no capitalismo mundial, a partir do final do Século XIX, prejudicaram o setor de mercado externo nordestino, afastando a economia regional do mercado internacional.

A partir daí, o Nordeste desvinculou-se pouco a pouco de uma divisão de trabalho internacional, na qual se mantivera durante três séculos, para se inserir paulatinamente numa divisão do trabalho nacional.

De fato, com a perda dos mercados externos, fortaleceu-se o processo de integração da economia do Nordeste à economia que se vinha reestruturando no Sudeste do País, em função do desenvolvimento industrial do eixo Rio-São Paulo.

Como alternativa para a perda dos mercados externos, o Nordeste conseguiu, num primeiro momento, colocar sua produção açucareira e algodoeira no mercado interno, já que a crescente urbanização do País, notadamente do Centro-sul, bem como o desenvolvimento da indústria têxtil asseguravam demanda para os seus produtos. Este deslocamento do mercado consumidor, no entanto, não se fez vantajoso para o Nordeste, uma vez que o mercado interno apresentava-se muito menos dinâmico e bem mais restrito do que o mercado internacional, ao mesmo tempo em que ficava reservado à região o mesmo papel que lhe coubera na divisão internacional do trabalho, ou seja, de fornecedor de alimentos e matérias-primas.

Como conseqüência do deslocamento do mercado, a agricultura que tradicionalmente voltava-se para o mercado externo sofreu uma relativa estagnação. Ao lado do fato da sua participação no mercado mundial passar a ser apenas marginal, o mercado interno, como assinalado anteriormente, por seu pouco dinamismo, apresentava pequena capacidade de absorção. Já a agricultura produtora de alimentos passou a experimentar uma significativa expansão em termos de área cultivada, devido à necessidade de expandir a produção de gêneros alimentícios para atender a uma crescente demanda criada pelo processo de urbanização em curso no País. Foi, porém, no que se refere à nascente atividade industrial da região, que a transferência do mercado teve conseqüências mais restritivas. O surto industrial que vinha se processando no Nordeste, principalmente em Recife, no final do Século XIX, se viu seriamente prejudicado, não conseguindo acompanhar o ritmo do observado em outras áreas do País. A substituição do mercado internacional pelo interno, para a indústria açucareira e para a cotonicultura, somou-se ao debilitamento do mercado regional da indústria, provocando o desaquecimento do setor manufatureiro da região.

Embora a modernização da agroindústria açucareira tenha se constituído no impulso básico para a industrialização que ocorreu no Nordeste, o seu papel foi bastante reduzido no que se refere à constituição de mercado para os produtos da indústria. Ao tornar mais agressiva a concentração de renda e ao substituir o trabalho por capital na produção do açúcar, a usina acarretou a queda na propensão a consumir a redução no nível de emprego, colaborando mais para criar uma massa de desempregados crônicos ou temporários do que para aumentar o número de empregados no setor mais dinâmico da economia[12].

A partir de 1930, é criada uma nova dinâmica nacional, com a passagem de um desenvolvimento voltado para fora em favor de um desenvolvimento voltado para dentro. O longo período de depressão que transcorreu logo seguido pela Segunda Guerra Mundial obrigou a economia brasileira a voltar-se sobre si mesma. Sob a pressão de uma redução drástica na capacidade de importar, iniciou-se, então, o processo de substituição de importações, propiciando uma considerável diversificação industrial. A transferência de capitais paulistas do café para a atividade industrial, somada à abundância relativa de economias externas já existentes no eixo Rio-São Paulo, entre outros fatores, transformaram o Centro-sul do País numa região fortemente polarizadora, através de um mecanismo cumulativo que facilitou extremamente a dinâmica do processo de substituição de importações. Assim, a industrialização que se vinha processando desde o início do século se firma e passa a comandar o processo de acumulação, propiciando ao Centro-sul, notadamente São Paulo, a hege-

[12] Singer, op. cit., p. 274-331.

monia econômica e política sobre o espaço nacional. Os desequilíbrios regionais se acentuam cada vez mais, enquanto para o Nordeste e demais regiões é imposta uma redefinição de funções ante os novos padrões de acumulação e reprodução de capital que passam a exigir a estruturação de uma nova divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional.

As implicações do desenvolvimento industrial do Centro-sul se fizeram sentir na economia nordestina através de limitações à expansão dos seus produtos agrícolas tradicionais e da entrada de produtos manufaturados do Sudeste no mercado nordestino.

Crescente peso que a agricultura do Nordeste passou a ter dentro da divisão inter-regional do trabalho se deveu, na verdade, à notável expansão do seu setor de subsistência. A agricultura tradicional de exportação, constituída pelo açúcar e o algodão, não conseguiu se recuperar no mercado externo, senão em alguns anos específicos, caracterizados por conjuntura excepcionalmente favorável no mercado mundial. No que se refere ao seu desempenho no mercado interno, esse setor tradicional se viu amplamente prejudicado pelas limitações do mercado regional e nacional, contando, neste último, com a ameaça de competidores internos de outras áreas do País que possuíam a vantagem de estarem mais próximos dos grandes centros de consumo. Já com relação à agricultura de subsistência, a sua expansão se deu em função da necessidade de aumentar a produção de alimentos para atender à crescente demanda requerida pelo processo de urbanização regional e nacional. Num primeiro momento, a agricultura de subsistência desenvolveu-se no Agreste, onde se apoiou numa maior utilização das terras disponíveis, ou seja, incorporando áreas de baixa produtividade, anteriormente não cultivadas (expansão horizontal). Num segundo momento, a impossibilidade de expandir a produção do Agreste, devido aos limites impostos pela estagnação das técnicas de produção utilizadas, levou à expansão da fronteira agrícola que veio a constituir a principal alavanca do processo da produção de alimentos.

No que diz respeito à atividade industrial nordestina, os seus fortes laços com a economia agroexportadora não lhe permitiram crescer ante a concorrência dos produtos manufaturados paulistas, que dispunham de [illegible] vantagens em termos de produtivida-

de, ou seja, maior tamanho de mercado regional e técnicas de produção mais modernas, caracterizadas por economias de escala.

Convém lembrar que, ao iniciar-se o processo de industrialização brasileira, no final do Século XIX, o espaço nacional encontrava-se compartimentado pelas economias regionais. A indústria existente espalhava-se pelas várias regiões, as quais se mantinham relativamente autárquicas. A inexistência de um mercado nacional integrado possibilitou o surgimento de empresas industriais com mercado regional, espalhadas espacialmente e estruturadas, principalmente, em pequenas e médias unidades. Iniciado o processo de industrialização/concentração, o aumento da demanda por bens e serviços incentivou, num primeiro momento, a concentração e a expansão das empresas no Centro-sul do País. Num segundo momento, porém, a necessidade de viabilizar o próprio processo de acumulação impulsionou as empresas industriais a conquistarem novos mercados.

Dessa forma, a produção industrial paulista passou a concorrer com os produtos nordestinos, vindo essa concorrência a se firmar, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial, quando o Estado dotou o País de uma ampla rede rodoviária. As indústrias com sede em São Paulo começaram a invadir os demais mercados regionais, enquanto as indústrias nordestinas, sem condições de enfrentar a concorrência, começam a trocar os insumos que produziam por produtos industrializados no Centro-sul do País.

O período pós-guerra marcou um novo momento da estruturação da economia brasileira que se caracterizou, principalmente, pela expansão e mudança da sua estrutura industrial. Esgotada a fase de substituição de bens de consumo não-duráveis, a estrutura industrial orientou-se para a produção de bens intermediários e de consumo duráveis.

Com o aprofundamento da inserção da economia brasileira na economia capitalista mundial a partir da segunda metade da década de 50, a industrialização se expandiu, comandada pelo capital internacional, exacerbando-se os movimentos concentracionistas, enquanto o modelo econômico que se firmava no País exibia uma estrutura econômica e política fortemente centralizada no Sudeste. Essa região, como pólo de acumulação do sistema capitalista do País, passou a adequar a divisão social e territorial do trabalho às necessidades de acumulação de

capital em nível internacional, exigindo, ao mesmo tempo, a consolidação da economia nacional.

Na verdade, com essa mudança qualitativa na economia do País, intensificou-se o processo de integração que articulou as regiões brasileiras, destruindo as antigas economias regionais, estruturadas ao longo do período primário exportador. A integração que se vinha processando pela via concorrencial se arrefeceu e passou a se fazer, crescentemente, sob a forma de transferência de capital reproduzindo, sobretudo no meio urbano das regiões, inclusive do Nordeste, a expansão de atividades modernas iniciadas no Sudeste[13].

Dessa forma, teve início uma nova fase de integração da economia nordestina na economia nacional. A perda de poder econômico e político levou a região a reformular sua estrutura produtiva e procurar saídas para acompanhar a evolução do resto do País.

De fato, as distâncias econômicas e sociais causadas pelo desigual desenvolvimento do capitalismo aprofundaram-se, cada vez mais, entre o Sudeste e o Nordeste, levando o Governo Federal a criar propostas e alternativas para amenizar as disparidades econômicas e promover o desenvolvimento regional.

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - marcou o início da intervenção planejada do Estado no Nordeste, e trouxe em seu bojo a proposta, com base no relatório do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste - GTDN -, de uma estratégia de desenvolvimento para a região com ênfase na industrialização complementada com sugestões referentes a transformações na organização da agricultura regional.

Como tem sido amplamente divulgado, os esforços de industrialização do Nordeste foram notáveis. Os investimentos fiscais e financeiros, dirigidos para a criação, expansão e modernização das unidades produtivas, levaram, na verdade, a uma acentuada expansão e diversificação do setor industrial da região. No entanto, a política de desenvolvimento posta em prática pela SUDENE foi marcada por fortes distorções. Concentrou-se, de forma marcante, na industrialização e infra-estrutura produtiva, enquanto o desenvolvimento agrícola e a colonização, que constituíam as outras duas metas da SUDENE, foram relegadas a segundo plano.

Mesmo no que se refere à industrialização, o Nordeste não conseguiu implantar o centro autônomo de expansão manufatureira, proposto pela SUDENE. A ênfase numa industrialização de base regional ou de substituição de importações foi completamente abandonada, dando lugar a uma estratégia de maior complementaridade das estruturas produtivas inter-regionais.

Na verdade, a predominância que passaram a ter, na produção industrial, os bens intermediários, em detrimento dos bens tradicionais, bem como a forte tendência a buscar demanda extra-regional definem o papel que a nova indústria implantada no Nordeste passou a desempenhar - o de fornecedora de insumos básicos a serem transformados em outras regiões do País, especialmente no Sudeste.

Como assinala Tania Bacelar[14], o crescimento industrial do Nordeste, nos últimos anos, foi marcado pela dependência e complementaridade em relação à expansão industrial brasileira, liderada pelo Sudeste.

De fato, o processo de industrialização ocorrido na Região Nordeste veio representar a penetração industrial do Sudeste na Região Nordeste tendo como principal veículo o mecanismo de incentivos fiscais 34/18 e posteriormente o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR. Esses incentivos constituíram o instrumento básico da transferência de capitais extra-regionais para o Nordeste, comandando a maior dependência e complementaridade entre os segmentos industriais dessa região e os do Sudeste.

Cabe, ainda, ressaltar o fato de que a industrialização do Nordeste se deu de forma extremamente desequilibrada espacialmente. Concentrou-se, preferencialmente, nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza, o que veio colaborar para o aumento das disparidades intra-regionais, notadamente daquelas registradas entre cidade-campo. Por outro lado, a presença de indústrias baseadas em tecnologias intensivas de capital, ao gerar número relativamente limitado de empregos, incorporou, conseqüentemente, baixa quantidade de mão-de-obra, não colaborando para a redução do subemprego urbano na região.

---

[13] Araujo, Tania Bacelar de. Industrialização do Nordeste: Intenções e resultados. In: A QUESTÃO NORDESTE. Silvio Maranhão. Org. São Paulo, 1984, p. 79.
[14] Id. ibid., p. 75.

Quanto às transformações ocorridas no setor agrícola nordestino, induzidas pelas políticas da SUDENE, essas vieram acelerar, ainda mais, o processo de desarticulação das relações de produção na região.

A penetração capitalista no campo implicou um processo de proletarização crescente que, liberando o trabalhador rural dos seus vínculos com a terra, subordinou-o completamente ao capital, através do assalariamento.

Os processos de modernização e tecnificação, de pecuarização e de proletarização, que vêm atuando no espaço agrícola nordestino, dificultam cada vez mais a fixação produtiva da população rural no campo, ao mesmo tempo em que concorrem para o aumento do monopólio sobre a propriedade da terra. Nesse sentido, as políticas agrícolas postas em prática pela SUDENE e através dos inúmeros programas especiais implantados a partir de 1970 têm intensificado os referidos processos, colaborando para a expulsão de grandes contingentes da força do trabalho agrícola das regiões tradicionais do Nordeste.

Na Zona da Mata, a expansão e modernização da agroindústria açucareira, favorecida por políticas creditícias, têm provocado a proletarização da força do trabalho, que, expulsa das suas terras, vem-se inserindo no contingente de assalariados permanentes ou temporários, residentes nas periferias urbanas.

Por outro lado, a política de incentivos fiscais 34/18 e FINOR, ao privilegiar a grande propriedade, favoreceu, nas áreas tradicionais do Agreste, a substituição de lavouras pela pecuária, destruindo, em grandes proporções, os empregos preexistentes. Já nas áreas agrícolas novas e/ou de fronteira, notadamente nos Estados do Piauí, Maranhão e Bahia, os incentivos fiscais reforçaram o processo de pecuarização e/ou tecnificação da agricultura, causando o fechamento das fronteiras para os pequenos proprietários e camponeses.

Os programas de colonização nos perímetros irrigados da região semi-árida, que poderiam promover uma reestruturação fundiária, têm apresentado, como grande limitação, o fato de atingirem um estrato de pequenos e médios produtores relativamente privilegiados, excluindo a maioria da população camponesa residente nessas áreas. Por outro lado, o elevado nível de produtividade da agricultura aí implantada e a natureza da produção ligada a bens vinculados ao consumo de camadas de rendas altas e médias, ou mesmo para exportação, desvinculam a produção das necessidades da maioria da população sertaneja.

Desse modo, pode-se concluir que as políticas de desenvolvimento agrícola aplicadas no Nordeste, em suporte à expansão capitalista no campo, vêm acelerando a concentração de riqueza e da renda rural, beneficiando a grande propriedade em detrimento da pequena e colaborando para a proletarização e, conseqüentemente, para a expulsão de grandes contingentes de população rural. Estes, como tentativa de solucionar o problema de desemprego estrutural do campo, são impelidos para a periferia dos grandes centros urbanos regionais ou extra-regionais, onde constituem reserva de força de trabalho.

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA URBANO ATUAL

Concentração Espacial das Atividades Econômicas Urbanas

O processo de integração da economia do Nordeste na economia nacional, especialmente a partir da ação da SUDENE, produziu um forte impacto na estrutura tradicional da rede urbana nordestina, ampliando as distorções e exigindo desta uma adequação para o cumprimento de novas funções.

Na verdade, o padrão de desenvolvimento agrícola e industrial imposto à região, orientado a partir de diretrizes e interesses do Centro-sul, teve como principal conseqüência, em nível espacial, a concentração das atividades produtivas. Essa concentração levou, antes de tudo, a uma macrocefalia dos três sistemas urbanos regionais, a qual se traduz na extrema polarização das atividades econômicas urbanas pelas três metrópoles - Recife, Salvador e Fortaleza (Tabela 1).

A intensificação das correntes migratórias e a dinâmica industrial foram fatores que se combinaram para acelerar a urbanização de forma concentrada.

A desarticulação das relações de produção vigentes na área rural, que passou a liberar mão-de-obra em decorrência, sobretudo, da modernização da agricultura ou das transformações na estrutura fundiária, veio colaborar para elevar consideravelmente o efetivo das populações metropolitanas. As grandes aglo-

TABELA 1

INDICADORES DA CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICO-ECONÔMICA, NAS REGIÕES METROPOLITANAS, EM RELAÇÃO ÀS RESPECTIVAS REGIÕES DE INFLUÊNCIA - 1980

REGIÕES METROPOLITANAS	INDICADORES DA CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICO-ECONÔMICA (%)						
	População urbana	Valor			Pessoal ocupado		
		Da transformação industrial	Da receita no comércio	Da receita nos serviços	Na indústria	No comércio	Nos serviços
Recife	18,4	45,6	30,3	42,6	26,0	49,3	33,0
Salvador	16,7	78,9	38,9	55,7	25,7	56,1	32,8
Fortaleza	13,8	49,9	43,8	40,7	18,4	45,0	33,2

FONTE - IBGE, Censo Demográfico de 1980 e Regiões de Influência de Cidades de 1980.

NOTA - Os percentuais referem-se à participação das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza em relação às áreas por elas polarizadas, a saber: Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, no caso da área metropolitana de Recife; Estados de Sergipe e Bahia, no caso da área metropolitana de Salvador; e Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, no caso de Fortaleza.

merações urbanas regionais tornaram-se, assim, receptoras de grandes contingentes de migrantes do mundo rural, uma vez que foram elas que apresentaram maior expansão da capacidade de produção e, conseqüentemente, da oferta de trabalho. Em 1980, as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza concentravam, respectivamente, 18,4%, 16,7% e 13,8% da população urbana das suas regiões de influência, enquanto que, com relação aos seus respectivos estados, a concentração populacional atingia 56,3%, 36,4% e 53,4% (Tabelas 1 e 2).

De fato com a reorientação da política industrial, especialmente a partir da introdução dos incentivos fiscais (sistema 34/18 e FINOR), a concentração espacial foi enormemente favorecida. Esses mecanismos institucionais, criados para viabilizar a política industrial, atenderam, em primeiro lugar, aos anseios do capital e a industrialização teve como *locus* preferido as regiões metropolitanas. Na verdade, essas grandes aglomerações urbanas favorecem as altas taxas de lucro, uma vez que, constituindo manifestações físicas da concentração de população e recur-

TABELA 2

INDICADORES DA CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICO-ECONÔMICA NAS REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERAÇÕES SUBMETROPOLITANAS, EM RELAÇÃO AOS RESPECTIVOS ESTADOS - 1980

REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERAÇÕES SUBMETROPOLITANAS	INDICADORES DA CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICO-ECONÔMICA (%)						
	População urbana	Valor			Pessoal ocupado		
		Da transformação industrial	Da receita no comércio	Da receita nos serviços	Na indústria	No comércio	Nos serviços
Recife (PE)	56,3	72,6	71,3	80,6	58,2	48,7	60,8
Salvador (BA)	36,4	83,0	60,4	61,9	45,3	28,4	36,8
Fortaleza (CE)	53,4	68,8	68,2	72,6	62,7	38,0	58,6
São Luís (MA)	21,2	27,0	43,1	39,8	19,9	18,7	33,0
Teresina (PI)	43,9	51,1	56,2	49,9	43,1	31,7	40,1
Natal (RN)	39,2	42,4	58,2	57,7	38,7	36,8	46,6
João Pessoa (PB)	31,6	46,1	42,0	45,6	34,9	24,4	33,9
Maceió (AL)	40,2	32,2	59,6	82,1	22,8	37,0	46,9
Aracaju (SE)	47,5	49,8	63,4	63,6	35,8	45,2	43,1

FONTE - IBGE, Censo Demográfico de 1980.

sos, contêm em seu bojo as próprias condições de acumulação e reprodução do capital.

Dessa forma, as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza concentravam, em 1980, 45,6%, 78,9% e 49,9% do valor da transformação industrial das suas regiões de influência, enquanto que, com relação aos seus respectivos estados, essa concentração abrangia 72,6%, 83,0% e 68,8% (Tabelas 1 e 2).

Apesar de as metrópoles nordestinas terem se constituído em principal *locus* de atração do capital industrial, a base produtiva desses centros ainda detém uma forte participação do capital comercial e financeiro. Na verdade, as regiões metropolitanas do Nordeste são importantes espaços de circulação e realização de mercadorias produzidas em outras regiões, o que justifica a importância que assumem as atividades terciárias (comércio e serviço) na estrutura produtiva desses centros (Tabelas 1 e 2).

Pobreza Urbana: Fragilidade do Mercado de Trabalho e Precariedade dos Bens de Consumo Coletivo

Ao se constituírem em principais espaços de atração de capital e de força de trabalho, as metrópoles nordestinas tornaram-se, contraditoriamente, concentradoras de pobreza.

A situação de carência que hoje caracteriza o cenário urbano nordestino, envolvendo condições de vida e de trabalho da sua população, encontra-se relacionada ao desenvolvimento do capital na região. Esse não só determinou as possibilidades produtivas e o nível de remuneração dos trabalhadores, como teve papel decisivo na criação e atendimento de necessidades (equipamentos e serviços) relacionados à reprodução da força de trabalho.

Na Região Nordeste, onde a urbanização se deu não apenas em função do processo de crescimento industrial e da concomitante modernização da agricultura, mas, principalmente, à custa da expulsão da população camponesa em virtude da desarticulação das relações de produção, a quantidade de migrantes que chegam às metrópoles excede, de longe, a capacidade de absorção do setor industrial.

Na verdade, a dinâmica industrial responsável por uma concentração cada vez maior das atividades econômicas urbanas não resolveu o descompasso entre o crescimento da população urbana e o crescimento da capacidade produtiva, em função da adoção, pelas indústrias, de técnicas poupadoras de mão-de-obra. Essa incapacidade do setor moderno da economia nordestina de incorporar parcelas cada vez maiores da força de trabalho que, liberadas das formas tradicionais de produção no campo, demandam as cidades, superdimensionou o setor terciário ao mesmo tempo em que deu origem a novas formas de inserção da população urbana na divisão social do trabalho. Surgiram, dessa forma, atividades não tipicamente capitalistas, mas que constituem parte integrante do processo de acumulação que as articula e delas se alimenta. Essas novas atividades, de grande expressão atualmente no meio urbano regional, estão presentes em parte significativa das atividades integrantes do setor terciário, onde, sob o nome de setor informal da economia, agregam, de modo especial, as ocupações autônomas do comércio de mercadorias (vendedores ambulantes), os pequenos serviços de reparação e manutenção (biscates), os empregos domésticos remunerados, além das várias formas de subemprego e desemprego que incorporam trabalhadores ocasionais e/ou intermitentes. Aliás, as formas de subocupação ou ocupação de baixa remuneração se fazem presentes no meio urbano nordestino também através de empregos na construção civil, notadamente na construção habitacional. O caráter artesanal desse setor, onde o trabalho encontra-se bastante parcelado e desqualificado, favorece o engajamento, nos seus quadros, de significativas parcelas de mão-de-obra urbana marginalizada.

Dessa forma, diante da reduzida e concentrada base produtiva regional, delineia-se um frágil quadro ocupacional, que, acrescido aos baixos níveis de renda, compromete seriamente as condições de vida da população. Assim, em 1980, segundo dados do IBGE, a participação da população de baixa renda na PEA urbana total correspondia, nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza, a 63%, 53% e 69%, respectivamente.[15] Por outro lado, estimativas colhidas através

[15] A PEA de baixa renda refere-se à População Economicamente Ativa que em 1980 recebeu rendimentos de até dois salários mínimos, segundo tabulação especial do Censo Demográfico do IBGE.

de pesquisas realizadas nas três aglomerações urbanas[16] evidenciam que, entre 1977 e 1978, a participação da PEA urbana engajada diretamente no Setor Informal da economia representava em Recife, Salvador e Fortaleza, no mínimo, 30%, 37% e 41% da PEA urbana total, sem contar com a grande parcela da força de trabalho subutilizada neste mesmo setor.

A esse débil quadro do mercado de trabalho urbano acrescenta-se, por outro lado, a frágil ação do Estado, quanto à criação e ao atendimento de equipamentos e serviços necessários à reprodução da força de trabalho.

Na verdade, a incapacidade da iniciativa privada de arcar com a implantação dos bens de consumo coletivo levou o Estado a se responsabilizar pela provisão da maior parte desses bens e serviços nas metrópoles nordestinas. No entanto, a intervenção estatal, além de ter privilegiado a oferta daqueles serviços mais diretamente ligados à acumulação de capital, tornou-se, também, bastante seletiva no que se refere à provisão dos bens de consumo coletivo, ficando os investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos marcadamente concentrados em áreas mais próximas ao centro da cidade e/ou bairros residenciais das classes mais abastadas.

Dessa forma, esses processos vieram colaborar para que a população de baixa renda dos grandes centros urbanos nordestinos viesse a se localizar em áreas periféricas - cada vez mais longínquas ao centro urbano ou em áreas mais acessíveis, porém com problemas de insalubridade ou dificuldades para a construção - onde o preço da terra é mais baixo também em virtude da ausência de infra-estrutura. Em conseqüência, grande parte da classe trabalhadora aloja-se em habitações precárias de mocambos ou favelas, sofrendo carências permanentes em termos de acesso a serviços de transporte, saneamento, saúde, educação e outros equipamentos urbanos.

Uma visão aproximada do quadro de carência material que atinge as populações nordestinas pode ser obtida através da observação da Tabela 3 que mostra a precariedade da infra-estrutura habitacional nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza e nos municípios a estas integrados.

É importante lembrar que, apesar dos efeitos da pobreza urbana se tornarem mais visíveis no quadro urbano das metrópoles, ela representa uma característica de todo o panorama urbano regional.

Desarticulação do Sistema de Cidades: Existência de Três Redes Urbanas

O atual sistema de cidades nordestino encontra-se compartimentado em três redes distintas, estruturadas a partir dos centros metropolitanos macrorregionais - Recife, Salvador e Fortaleza. São esses centros, portanto, que, através de extensas áreas de influência, dividem entre si o comando político e econômico do espaço regional, estabelecendo os seus vínculos com o pólo central da economia, localizado no Sudeste.

A ascendência desses centros sobre o espaço regional surgiu, como foi visto, com a estruturação da rede urbana ainda no período agroexportador, quando os três pólos comerciais estabeleciam os vínculos Colônia-Metrópole e/ou comandavam o povoamento e as trocas no interior da região. A concentração demográfica e econômica que hoje lhes são características acentuaram-se, sobretudo, com os grandes desequilíbrios inter-regionais e rural urbano que acompanharam o período mais recente de integração da região à economia nacional - o período urbano-industrial.

Tal concentração, numa região onde prevalece uma fraca divisão territorial e social do trabalho, inibiu o desenvolvimento do sistema urbano como um todo, dando lugar a uma rede de cidades truncada, fracamente hierarquizada e pouco articulada.

Esse desequilíbrio urbano se traduz, essencialmente, através:

a - da existência de três redes desarticuladas;

b - do reduzido número e/ou ausência de centros do escalão intermediário em determinados segmentos da rede urbana;

c - da fraca e/ou incompleta articulação funcional entre centros do mesmo porte e nível hierárquico, estabelecendo-se as ligações, preferencialmente, dos centros menores para os maiores; e

---

[16] Cavalcanti, Clóvis. *Viabilidade do setor informal:* a demanda de pequenos serviços no Grande Recife. Recife, Série Estudos e Pesquisas, 11, p. 120.
___; Duarte, Renato. *A procura de espaço na economia urbana*: o setor informal de Fortaleza. Recife, 1980, p. 38.

TABELA 3
INDICADORES DE PRECARIEDADE NA INFRA-ESTRUTURA HABITACIONAL, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS E MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS - 1980

REGIÕES METROPOLITANAS E MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS	INDICADORES DE PRECARIEDADE NA INFRA-ESTRUTURA HABITACIONAL NOS DOMICÍLIOS (%)		
	Com abastecimento de água sem canalização interna	Com instalação sanitária rudimentar ou sem instalação	Permanentes com construção do tipo rústico (1)
Região Metropolitana de Recife	48,16	66,50	12,40
Recife	41,68	61,21	8,08
Municípios periféricos	55,23	72,27	17,13
Jaboatão	61,50	68,02	10,99
Olinda	41,44	63,93	12,97
Paulista	36,36	52,47	14,98
São Lourenço da Mata	72,85	93,65	21,77
Cabo	64,99	89,60	28,20
Igarassu	73,02	91,89	36,92
Moreno	62,90	97,32	22,89
Itamaracá	63,88	91,44	42,94
Região Metropolitana de Salvador	33,21	47,21	11,65
Salvador	26,95	43,58	8,57
Municípios periféricos	68,30	67,61	28,91
Itaparica	65,53	85,61	47,79
Camaçari	55,63	63,09	28,42
Candeias	71,02	65,55	16,88
Vera Cruz	75,15	84,73	31,93
Lauro de Freitas	84,33	65,05	18,64
São Francisco do Conde	86,53	86,68	47,90
Simões Filho	70,84	65,20	41,52
Região Metropolitana de Fortaleza	63,73	37,70	16,50
Fortaleza	59,46	32,12	11,96
Municípios periféricos	85,03	65,48	39,11
Aquiraz	91,84	75,41	46,10
Caucaia	85,04	64,06	45,41
Maranguape	78,14	58,97	26,92
Pacatuba	92,37	71,75	44,01

FONTE - IBGE, Censo Demográfico de 1980.

(1) Domicílios localizados em prédios em cuja construção não predominam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada.

d - da crescente vinculação com o Sudeste, que, atualmente, passa a se processar, também, diretamente, através das capitais regionais.

Na verdade, os centros metropolitanos nordestinos polarizam e comandam três redes urbanas distintas. Enquanto a região de influência de Recife abrange os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, a de Salvador integra os Estados da Bahia e Sergipe, estendendo-se a de Fortaleza pelos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

Essa desconexão do sistema urbano nordestino e a sua conseqüente compartimentação em três redes pouco articuladas refletem, na realidade, a forma como se processou o desenvolvimento da região, voltado para interesses externos. A ausência de um mercado regional forte e unificado resultou não só do passado agroexportador da região, mas, sobretudo, da sua vinculação atual com o Centro-sul do País, enfraqueceu as relações intra-regionais, dificultando conseqüentemente a interação entre o conjunto urbano como um todo e realçando, cada vez mais, o seu caráter voltado para fora.

Dessa forma, é a polarização/concentração que passa a orientar a estruturação do conjunto do sistema urbano, porquanto é, ao mesmo tempo, a sua maior ou menor intensidade que define o papel e a importância de cada centro na hierarquia de cidades.

Assim é que, além de caracterizar as três metrópoles regionais, a concentração se repete com menor intensidade em centros do segundo escalão da rede urbana - centros submetropolitanos (Tabela 2).

A função de capital estadual desses centros lhes proporciona o controle sobre os vastos espaços dos seus respectivos estados, propiciando a concentração de população e atividades. A política de incentivos fiscais dirigida, sobretudo, para a implantação de distritos industriais, favoreceu, também, a concentração econômica nesses centros, os quais, ao constituírem ao mesmo tempo receptores de migrantes do meio rural, passaram a abrigar grande número de subempregados e desempregados, exibindo em seu interior situações de pobreza e de fragilidade do mercado de trabalho urbano, comparáveis às constatadas nos centros metropolitanos.

O alto grau de centralidade ou polarização dos dois grupos de centros urbanos anteriormente referidos enfraquece substancialmente o papel das capitais regionais[17]. Estes centros que se caracterizam por concentrar atividades vinculadas a amplas regiões agrícolas, além de ocorrerem em número reduzido, apresentam uma fraca base produtiva para atender à demanda que parte dos inúmeros centros de hierarquia inferior, incluídos nas suas extensas áreas de influência. Essa deficiência funcional das capitais regionais colabora, em grande parte, para os desequilíbrios e para a desarticulação dos fluxos urbanos no interior das suas regiões de influência. Estes passam, freqüentemente, a se processar diretamente dos centros sub-regionais e/ou dos centros de zona para os centros submetropolitanos ou metropolitanos, quebrando, assim, a ordem hierárquica das ligações. Por outro lado, a fraca interação das capitais regionais entre si enfraquece as relações nos segmentos mais interiorizados da rede urbana, favorecendo, cada vez mais, a centralidade de seu escalão superior.

Cabe ressaltar que, à medida que se desce no escalão da rede urbana, torna-se cada vez mais frágil o quadro ocupacional e mais baixos os níveis de renda da população. Nas capitais regionais, a participação da PEA de baixa renda no mercado de trabalho oscila entre 62% e 80%, aproximadamente [18].

Foi, no entanto, para as pequenas cidades (centros de zona e centros locais) que a polarização/concentração apresentou-se mais nociva. Praticamente determinou a função que esses núcleos exercem dentro da estrutura do sistema urbano nordestino - a de servirem de escoadouro da produção agrícola. A economia desses centros urbanos, que representam mais de 90% das cidades nordestinas, além do comércio e serviços necessários ao atendimento da sua própria população, é constituída, basicamente, pelas atividades do tipo urbano, requeridas pela dinâmica de uma economia agrícola, ou seja: mercados periódicos (feiras), pequenos serviços necessários ao escoamento da produção agrícola e/ou beneficiamento industrial de produtos agrícolas. Por outro lado, constituem, ainda, estes pequenos centros, lugar de residência da força de trabalho agrícola - pe-

[17] Capitais regionais: Imperatriz (MA), Floriano (PI), Sobral (CE), Crato (CE), Juazeiro do Norte (CE), Iguatu (CE), Mossoró (RN), Patos (PB), Caruaru (PE), Garanhuns (PE), Arcoverde (PE), Petrolina (PE), Feira de Santana (BA), Alagoinhas (BA), Ilhéus (BA), Itabuna (BA), Jequié (BA), Vitória da Conquista (BA), Jacobina (BA), Juazeiro (BA), Arapiraca (AL).

[18] Censo Demográfico, 1980. Tabulação Especial. Rio de Janeiro, IBGE.

quenos proprietários, rendeiros e de mão-de-obra assalariada flutuante -, que se desloca de uma atividade para outra, em função da sazonalidade das colheitas. Os mais baixos níveis de renda da região são encontrados nestes centros, onde a população de baixa renda atinge participação de até 89% no mercado de trabalho [19].

CONCLUSÃO

O desequilíbrio estrutural, que marca o atual sistema urbano nordestino, deriva, como se viu, da forma através da qual se organizou a base produtiva regional nas suas vinculações com a economia nacional e internacional.

As características essenciais deste sistema de cidades - a concentração espacial das atividades econômicas, a pobreza urbana e a compartimentação do espaço urbano em três redes distintas e pouco articuladas - têm, na verdade, os seus fundamentos na herança colonial.

A função polarizadora da economia canavieira e o seu caráter agroexportador foram responsáveis pelo maior dinamismo da urbanização da Zona da Mata, onde cidades-pólos concentraram desde cedo a riqueza regional, estabelecendo os vínculos Colônia-Metrópole. Já nos segmentos mais interiorizados do espaço nordestino, os reduzidos excedentes proporcionados pela economia de subsistência foram incapazes de gerar trocas significativas para criar ou dinamizar um número significativo de centros urbanos de maior importância. Desta forma, o caráter agroexportador e a desarticulação da economia que caracterizou todo o período colonial resultou na formação de compartimentos econômico-espaciais, os quais se articulavam com o exterior através de um centro urbano litorâneo mais importante. Recife e Salvador constituíram, desde cedo, os principais pólos econômicos regionais, concentrando a riqueza colonial e comandando as trocas e o povoamento do interior.

Essa orientação inicial da rede urbana nordestina definiria posteriormente o seu caráter desequilibrado, desarticulado e voltado para fora. Na verdade, o novo modelo de desenvolvimento imposto à Região Nordeste a partir de 1950, através da divisão inter-regional do trabalho operada no País, veio ampliar ainda mais as distorções já observadas no seu sistema de cidades.

A dinâmica urbana regional foi influenciada pelas transformações que se operaram no campo e pela forma como se orientou a política industrial. O crescimento urbano acelerado e desigual induziu à concentração da população e das atividades econômicas urbanas nas cidades de maior porte, especialmente nas três metrópoles - Recife, Salvador e Fortaleza.

No entanto, o crescimento populacional e as modificações operadas na estrutura produtiva - que se fizeram acompanhar de um processo de modernização e expansão das atividades industriais e terciárias, nestes centros - não foram seguidos por investimentos significativos em serviços sociais necessários à população.

Os resultados mais gerais desses processos foram a deterioração das condições de vida da maioria da população e a favelização que atinge médias e grandes cidades. Nos setores secundários e terciários, ao lado de uma grande expansão, mantém-se um conjunto de atividades informais onde predominam a sub-remuneração e subutilização de amplo contingente da força de trabalho regional.

Por outro lado, a concentração/polarização pelas três metrópoles regionais veio favorecer a macrocefalia do sistema urbano regional, consolidando a fragmentação do espaço regional em três redes.

Na verdade, ao privilegiar os centros urbanos de maior porte, a nova política econômica regional veio colaborar para a pobreza estrutural das pequenas cidades nordestinas, localizadas em regiões agrícolas onde a frágil divisão social e territorial do trabalho não favorece a existência de atividades urbanas significativas capazes de neutralizar os efeitos polarizadores dos centros do escalão urbano superior, notadamente das três metrópoles regionais.

[19] Censo Demográfico, 1980. Tabulação Especial. Rio de Janeiro, IBGE.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste.* 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973, 251 p.

_____. *Cidade e campo no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1974, 223 p.

_____. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste.* 2 ed. Recife, SUDENE - Coord. Planej. Regional, 1979, 142 p. (Série Estudos Regionais, 1).

_____. *Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco.* Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 114p. (Coleção Agricultura e Sociedade).

_____. *Poder político e produção do espaço.* Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Massangana, 1984, 122 p. (Estudos e Pesquisas n. 30).

AVENA FILHO, Armando. *Nordeste e Bahia: os caminhos do desenvolvimento.* Salvador, Universidade Católica de Salvador - UCSAL, 1986, 196 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. *Revista do Departamento de Geografia.* Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,São Paulo, USP, 1982, p. 105 - 11.

CASIMIRO, Liana Maria Carleial de, GONDIM, Linda Maria de Pontes. Mercado de trabalho, condições de vida e relações de poder na região metropolitana de Fortaleza. *Espaço e Debate. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano VII, v. 1, n. 20, São Paulo, p. 27 - 51, 1987.*

CAVALCANTI, Clóvis. Compreensão e perspectiva do setor informal urbano. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento.* Recife, 5 (1): 125-42. jan./jun. 1978.

_____. *Viabilidade do setor informal*: a demanda de pequenos serviços no grande Recife. Recife, IJNPS, 1978, 158 p. (Série Estudos e Pesquisas, 11).

_____, DUARTE, Renato. *A procura de espaço na economia urbana*: o setor informal de Fortaleza. Recife, SUDENE/FUDAJ, Brasília, M. T., 1980, 176 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, ano 50, n. 2, p. 107-24, abr./jun. 1988.*

DAVIDOVICH, Fany; FREDRICH, Olga Buarque de Lima. Urbanização no Brasil. In: BRASIL, UMA VISÃO GEOGRÁFICA NOS ANOS 80. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, 1988, p. 15-85.

DINIZ, Clelio Campolina, LEMOS, Maurício Borges. Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. *Análise Conjuntural* 8 (2), Curitiba, p. 33, fev. 1986.

DUARTE, Aluízio Capdeville. Regionalização - considerações metodológicas. *Boletim de Geografia Teorética*, v. 10, n. 20. Rio Claro (SP), Associação de Geografia Teorética, 1980, p. 5-32.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros, V v., Rio de Janeiro, IBGE, 1960.

FURTADO, Celso. Nordeste: o tempo perdido. *Ciência Hoje.* v. 3, n. 18, p. 18-24, maio/jun. 1985.

GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira.* Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1963, 462 p. (Coleção O Brasil Urbano).

GEOGRAFIA do Brasil. As grandes regiões Meio-norte e Nordeste, v. III, série A. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, 1962, 562 p.

_____. Região Nordeste. v. 2. Rio de Janeiro, IBGE, 1977, 454 p.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO. Formulação de política urbana. Recife, CONDEPE, 1987, 5 v.

LYRA, Flavio Tavares. Uma nova política industrial para o Nordeste. *Espaço e Debate*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano VII, v. 1, n. 20, São Paulo, p.53-63, 1987.

MARANHÃO, Silvio (Org.). *A questão Nordeste.* Estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, 137 p. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 16).

MELO, Mario Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento.* O caso de Recife. Recife, UFPE-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas, 1978, 256 p.

_____. *O meio-norte.* Recife, SUDENE, CPR,Divisão de Política Espacial, 1983, 478 p. Convênio SUDENE/Universidade Federal de Pernambuco. (Estudos Regionais, 9).

NEVES, Laert Pedreira. *O crescimento de Salvador e das demais cidades baianas*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1985, 100 p. (Estudos Baianos, 15).

OLIVEIRA, Cristiam Dennis Monteiro de. Terciarização e espaço metropolitano. *Boletim Paulista de Geografia,* 65, 2. sem. 1987. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, 1987, p. 49-77.

OLIVEIRA, Evangelina Xavier Gouveia de. Indústria. In: BRASIL, UMA VISÃO GEOGRÁFICA NOS ANOS 80. Rio de Janeiro, IBGE, 1988, p. 127-80.

OLIVEIRA, Francisco de. *O terciário e a divisão social do trabalho*. Estudos CEBRAP, n. 24. Petrópolis, Vozes, p. 139-68. (Estudos CEBRAP, n. 24).

_____. *Elegia para uma re(li)gião*. Planejamento e conflito de classe. SUDENE, Nordeste. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 137 p.

_____, REICHSTUL, Henri-Philippe. *Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil*. São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, 1973, p. 133 - 68. (Estudos CEBRAP, 4).

REGIÕES de influência das cidades. Departamento de Geografia, Rio de Janeiro. IBGE, 1980.

SANTOS, Milton. Passado e presente das relações entre sociedade e espaço e localização pontual da indústria moderna no estado da Bahia. *Boletim Paulista de Geografia*, 65, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 2. sem. 1987, , p. 5-27.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Avaliação do Prohidro e do Programa de irrigação. Instituto de Planejamento Econômico e Social, Ministério do Interior, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 1985.

SILVA, Marlene Maria de. (Coord.) O norte cearense. Recife, SUDENE, 1985, 303 p. (Estudos Regionais, 12).

SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo e, SILVA, Bárbara Christine M. Nentwig, LEÃO, Sonia de Oliveira. *O subsistema urbano/regional de Feira de Santana*. Recife, SUDENE, CPR, 1985, 375. (Estudos Regionais, 13).

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. A questão regional. Gênese e evolução. *Espaço e Debate.* Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano VII, v. 1, 1987, n. 20, São Paulo, p. 7-25.

SINGER, Paul. *Recife*. In: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EVOLUÇÃO URBANA. São Paulo, Nacional, 1. reimpressão, 1974, p. 271-357.

_____. *A economia dos serviços*. Petrópolis (RJ), Vozes, p. 129-35. (Estudos CEBRAP, n. 24).

SUDENE, Superintendência Adjunta de Desenvolvimento Social e Infra-Estrutura, Coordenação de Emprego e Mão-de-Obra. Dinâmica da economia e absorção de mão-de-obra. In: SEMINÁRIO SUDENE/CNPq. Recife, 1984, Anais... SUDENE, Recife, Massangana, 1984, 80 p. (População e Emprego, n. 18; Cursos e Conferências, n.15).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. *Relatório de Pesquisa n. 7.* Expansão capitalista, o papel do Estado e o desenvolvimento regional no Brasil. Curso de Mestrado em Economia - PIMES, nov. 1978, 79 p.

_____. *Necessidades e potencialidades da pequena produção no Brasil*. Programa Integrado de Mestrado e Doutorado em Economia e Sociologia. PIMES.Recife, 1986, 166 p. Pesquisa Convênio UFPE/FIA.

TAVARES, Hermes M. *Observações sobre a questão regional.* IPUR, UFRJ, 18 p. (mimeo)

RESUMO

O presente estudo focaliza a estruturação do sistema urbano nordestino considerando as suas vinculações com as formas de inserção da Região Nordeste na divisão nacional e internacional do trabalho.

Assim, são abordados três períodos. O primeiro refere-se às origens do sistema urbano associadas ao período agroexportador no qual o surgimento de centros urbanos dependeu, sobretudo, da função agroexportadora que o espaço regional desempenhava com relação ao núcleo de acumulação internacional.

O segundo período corresponde ao desenvolvimento do sistema urbano regional em função das transformações operadas na economia agroexportadora a partir do Século XIX, que estiveram ligadas às mudanças ocorridas na economia mundial com a expansão do capitalismo industrial europeu. Neste período três fatores repercutiram sobre o processo de urbanização da Região Nordeste: a revolução que se processou na indústria do açúcar, a crise do setor algodoeiro com suas conseqüências sobre o desenvolvimento da indústria têxtil e a modernização do sistema de transportes regional (implantação das ferrovias).

Finalmente, o terceiro período abrange as transformações que se processaram na organização urbana regional vinculadas à integração da Região Nordeste na economia nacional, a partir da qual passaram a se consolidar as atuais características do sistema regional de cidades, ou seja: a concentração das atividades econômicas urbanas, a pobreza urbana e a desarticulação do sistema de cidades (existência de três redes urbanas).

ABSTRACT

The present paper focalizes the structuration of the urban system in Northeast of Brazil, taking into consideration its several linkages with the insertion forms of national/international labor division in the region.

Thus three different periods are here approached. The first one refers to the origin of the urban system associated to the agrarian-exporting period, in which the arising of urban centers depends, overall on the agrarian-exporting function that the regional space used to play in what concerns to he international accumulation nucleous.

The second period corresponds to the development of the regional urban system due to transformations verified in the agrarian-exporting economy since XIX Century, which had been linked to the changes in world economy with the expansion of European industrial capitalistm. Three factors had strong repercussion over Northeast Region's urbanization process: the revolution processed on sugar industry, the crisis on cotton sector with its consequences on the development of textile industry and modernization of the regional transport system (railroad implantation).

Finally, the third period embodies the transformations in regional urban organization linked to the integration of Northeast Region to national economy, throug which it started to consolidate thepresent characteristics of the regional city system, this is: concentration of urban economic activities: urban poverty and disconection of city system (existence of three urban networks).

O LUGAR DA FEIRA LIVRE NA GRANDE CIDADE CAPITALISTA: RIO DE JANEIRO, 1964-1989*

*Gilmar Mascarenhas de Jesus***

INTRODUÇÃO

A feira livre consiste em modalidade periódica de comércio varejista amplamente dispersa pela cidade do Rio de Janeiro, desempenhando importante papel no abastecimento urbano, sobretudo no setor alimentar. De sua relevância e magnitude pretendemos falar antes de adentrar pelos aspectos trabalhados neste artigo.

Dos bairros de elite da Zona Sul aos mais longínquos subúrbios da Zona Oeste, a feira livre encontra-se indiscutivelmente integrada ao cotidiano da vida social carioca. Segundo informações do Departamento de Feiras Livres, órgão da Secretaria Municipal de Fazenda encarregado de administrar as feiras da cidade, existiam, em 1989, nada menos que 206 feiras livres funcionando nos mais diversos pontos da malha urbana, numa média de 30 feiras diárias. A dimensão desta tradicional atividade no abastecimento alimentar da cidade pode ser avaliada pelo parecer do referido órgão competente: ela é responsável pela distribuição da maior parte dos hortigranjeiros, frutas e pescado consumidos diariamente pela população carioca, superando nestes setores todas as demais formas de varejo somadas: supermercados, quitandas, peixarias, hortomercados, etc.

Além de seu surpreendente desempenho no abastecimento, a feira livre se destaca também pela grande quantidade de empregos que gera, absorvendo significativa parcela da mão-de-obra desqualificada que vaga na maré inconstante do subemprego. São 15 mil feirantes matriculados na municipalidade, e outra quantidade provavelmente semelhante de clandestinos. Considerando-se que a feira livre demanda toda uma rede de apoio envolvendo vários serviços como frete, transporte e aluguel das barracas, vendedores ambulantes de giz, saco plástico, alimentos, além dos fiscais da municipalidade, pode-

* Recebido para publicação em 16 de julho de 1991.

O artigo é um resumo da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia, defendida em abril de 1991 e entitulada "O Lugar da Feira Livre na Grande Cidade Capitalista: Conflito, Mudança e Persistência (Rio de Janeiro: 1964-1989)", sob orientação do Prof. Roberto Lobato A. Correa.

** Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do 2º grau da rede pública estadual.

mos dimensionar razoavelmente o grande contingente que sobrevive direta ou indiretamente desta atividade.

Os dados que acabamos de apresentar denunciam os contornos de uma ampla teia de relações que sustenta e emana das feiras cariocas, num diversificado conjunto de ocupações, fluxos e mercadorias. De forma não muito diferente, o quadro se repete pelo Brasil urbano, pois um informal levantamento preliminar indica-nos que a feira livre está presente em praticamente todas as cidades brasileiras com mais de 250 mil habitantes[1], desaparecendo progressivamente conforme nos dirigimos aos centros de menor porte.

A ubiqüidade de nosso objeto de estudo emerge francamente quando se verifica estar diante de um fenômeno universal, que se espraia no tempo e no espaço. Largamente difundido no Brasil e em todos os continentes, perpassando diversos níveis de desenvolvimento socioeconômico, como registra a literatura sobre os mercados periódicos, a feira nos remete à sua origem certamente remota, que "desaparece no ignoto de um passado distante" (Costa, 1950, p.32).

As feiras também se fazem presentes em nosso passado colonial, como uma importante tradição cultural ibérica implantada pelo elemento colonizador. Muito famosas as feiras medievais portuguesas, cuja periodicidade poderia ser até semestral ou anual, dada a intensa e cuidadosa preparação que exigiam. No Brasil, as tradicionais feiras de gado contribuíram no século passado para a formação de núcleos de povoamento que posteriormente se transformaram em centros urbanos de grande dinamismo, sobretudo no interior paulista e nordestino. Também merecem destaque as até hoje existentes feiras regionais nordestinas, um grande evento econômico e cultural.

O fato de ser a feira livre uma atividade economicamente expressiva, considerando-se sua atual extensão, não significa que esta venha cumprindo uma trajetória tranqüila e gloriosa na cidade do Rio de Janeiro. O período que estudamos, que se estende entre 1964 e 1989, contém momentos de forte pressão exercida por poderosos grupos econômicos no sentido de reduzir ou mesmo extinguir as feiras livres.

A partir de meados da década de 50, o Brasil acelerou sua industrialização através de uma nova inserção do País na divisão internacional do trabalho. O crescimento urbano atingiu níveis inéditos, principalmente na Região Sudeste, modificando inteiramente a fisionomia urbana do País. A brutal expansão do tráfego rodoviário intra-urbano fez o automóvel monopolizar a via pública, e dela extinguir paulatinamente as atividades comunitárias tradicionais como o carnaval de rua, a convivência vicinal, o folguedo das crianças, os serenos passeios e outras formas de lazer e trabalho, dentre elas a feira livre.

No mesmo período, e beneficiando-se do aumento repentino da mobilidade espacial da classe média (via automóvel), surgem os supermercados, um grande adversário para as feiras no varejo da cidade. Adaptados ao moderno sistema urbano, desfrutando de prestígio e apoio governamental, os supermercados se expandem rapidamente, formando extensas redes que atuam a nível nacional e até internacional, a exemplo do Grupo Pão de Açúcar, que já em 1974 possuía quase 100 estabelecimentos, atuando também em Portugal, Espanha e Angola, formando uma poderosa cadeia internacional.

Nosso objetivo é exatamente entender como a feira livre resistiu diante das pressões sofridas. Que estratégias funcionais e locacionais teve de utilizar para garantir seu lugar na grande cidade contemporânea? Em outras palavras, como se deu seu processo de adaptação às novas condições engendradas pela natureza de nosso crescimento urbano-industrial? Estamos diante de um fato: nos últimos 25 anos, a feira livre carioca percorreu uma confusa - e em certos casos dramática - trajetória espaço-temporal, resistindo às forças adversas da onda modernizante. Mudou sua geografia na cidade, reestruturou-se internamente, passando a assumir novas funções. Com sua versatilidade, própria das atividades do circuito inferior, se adaptou ao novo contexto e persiste com uma vitalidade impressionante.

Acreditamos que esta pesquisa traz contribuições em duas frentes distintas. Uma se refere ao próprio tema, literalmente desprezado pelos geógrafos, sobretudo nas duas últimas décadas, não obstante sua importância na vida urbana, tal como procuramos salien-

[1] Desta lista obviamente se exclui Brasília, a ser comentada no item "OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA" desta dissertação.

tar. Uma nova pesquisa sobre o assunto não vem apenas informar sobre algo ausente em estudos recentes da Geografia Urbana, mas principalmente colocá-lo sobre novo patamar de reflexão, já que os estudos existentes baseiam-se em fundamentos teóricos diferentes dos que utilizamos. Em síntese, acreditamos estar contribuindo para redefinir a feira livre e sua inserção no cotidiano da grande cidade capitalista contemporânea.

A outra contribuição que alvejamos se refere à própria Geografia em sua dinâmica evolução. A Geografia brasileira vivenciou nos últimos 15 anos um processo de reestruturação de suas bases epistemológicas. Considerada por alguns como o último reduto do positivismo nas Ciências Sociais, a Geografia mergulhou em profundo debate interno que ainda não terminou, mas que desde o início orientou as pesquisas para a vertente do materialismo histórico[2].

Além de novas luzes para a análise espacial, a Geografia estabeleceu novas frentes temáticas, inaugurando campos de investigação já bastante familiares à Sociologia e à Ciência Política: os movimentos e conflitos sociais; a expansão do capitalismo e o padrão espacial das atividades dominantes; as desigualdades socioespaciais; o socialismo e as perspectivas de transformação estrutural da sociedade.

Neste universo temático a feira livre aparece como algo insignificante, perdido no cotidiano alienado das massas, longe das geopolíticas e das lutas revolucionárias. A feira livre não se encaixa na temática privilegiada por uma ciência politicamente engajada na transformação social, resultando daí as lacunas bibliográficas já brevemente referidas.

A adoção de uma perspectiva holística não foi bem assimilada, sofrendo deturpações posteriormente criticadas. A busca exclusiva de macroestruturas, desprezando a microescala, o lugar e o cotidiano conferiram sérias limitações de abordagem, pois neste tipo de explicação "cabe tudo mas não sobra lugar para nada fora da simplicidade das lógicas determinadas"[3]. A Geografia contemporânea, aliada ao conjunto das Ciências Sociais, busca o resgate da escala local dos fenômenos, pondo em relevância o cotidiano, as micropolíticas, e a sociabilidade em esferas fragmentadas no multifacetado tecido urbano hodierno. Várias iniciativas acadêmicas vêm sendo tomadas neste sentido, e acreditamos que também a nossa se inscreva neste movimento, ainda que com as limitações metodológicas que comentamos anteriormente. Trata-se de um importante desejo de arejar o debate teórico, colocando a Geografia em consonância com as questões atuais.

Nossas investigações sobre a feira livre carioca e suas transformações recentes respaldam-se em grande parte na contribuição teórica de Milton Santos acerca dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos. Por esta razão, iniciamos o texto com um breve comentário acerca desta e outras teorizações afins. A seguir, oferecemos sumariamente elementos históricos relativos à feira livre e à problemática geral do abastecimento. Mais adiante, apresentamos a conflituosa relação entre feiras livres e supermercados, para depois analisar as mudanças sofridas por aquelas a partir do duelo travado no espaço intra-urbano. Na conclusão, algumas considerações gerais e uma breve listagem dos chamados elementos de persistência, aqueles que justificam e balizam a sobrevivência das feiras livres na grande cidade contemporânea.

OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

A teoria dos dois circuitos da economia urbana oferece-nos elementos significativos para se compreender a coexistência de formas e processos espaciais contrastantes e aparentemente contraditórios nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos. Enquanto proposição metodológica, insere-se num amplo conjunto de esforços empreendido por geógrafos, economistas, historiadores e outros, no sentido de compreender melhor um dramático e acelerado processo de urbanização que se verifica no Terceiro Mundo nesta segunda metade de século.

O processo de industrialização, que se verifica a partir dos anos 50 em determinados

---

[2] Sobre o movimento de transformação radical na Geografia a nível internacional, ver duas obras que se tornaram importantes marcos desta mudança: Milton Santos, *Por Uma Geografia Nova*, São Paulo, Hucitec, 1979, e David Harvey, *A Justiça Social e a Cidade*, São Paulo, Hucitec, 1980 (trad. do original de 1973).

[3] Santos, Carlos Nelson. *Movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro*, 1977, p.20.

países subdesenvolvidos, engendra um modelo específico de crescimento urbano-industrial voltado para o exterior, isto é, para necessidades, muitas vezes conjunturais, do capitalismo central. Sob o rótulo de "modernização", a penetração maciça de capitais estrangeiros vem acentuar as desigualdades já existentes, modificando profundamente a fisionomia urbana destes países, ao compasso de um acelerado crescimento.

> *"Os espaços dos países subdesenvolvidos (...) não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação (...) as forças de modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e seus efeitos (...) Essa seletividade do espaço ao nível econômico, assim como social, é, ao nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial". (Santos, 1977, p.15)*

Milton Santos se refere à natureza das modificações que acabamos de discutir tomando-as como um processo de modernização incompleta, que somente se implanta nos pontos e situações que interessam ao grande capital, gerando um espaço "descontínuo". Diante dos contrastes que dão o tom do espetáculo imperialista em palcos tropicais, edificaram-se debates e teorizações, na tentativa de explicar a marginalidade e pobreza urbana. Dentre estes, emerge a obra de Milton Santos, geradora de várias pesquisas aplicadas, como esta que ora realizamos sobre as feiras livres[4].

Examinando as diferenças entre feira livre e supermercado, percebemos que estes se distinguem em muitos aspectos, e que grande parte destes está contemplada no quadro ilustrativo de Santos, elaborado para expor de maneira didática e sumária as principais diferenças entre os dois circuitos (quadro a seguir).

É óbvio que o mero exame do quadro ilustrativo não é suficiente para admitir que uma determinada atividade pertença a um ou outro circuito. Faz-se necessário conhecer as formulações teóricas subjacentes à diferenciação formal entre os dois circuitos.

Avaliando-se o comportamento e a natureza da feira livre carioca a partir dos elementos contidos no referido quadro, percebemos que esta se encaixa no circuito inferior, destoando apenas em dois itens: *organização* e *estoques.*

QUADRO
CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

CARACTERÍSTICAS	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	fixo (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (*haggling*)
Crédito	bancário institucional	pessoal não institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	direta, personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos bens	nula	freqüente
Overhead capital	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula e quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

FONTE - SANTOS. op. cit., 1977.

[4] A obra de Santos é internacionalmente conhecida. A publicação original desta teoria, elaborada a partir de debates com pesquisadores afins como Bernard Kaiser e T. G. McGee, foi feita em língua francesa, no início dos anos 70. Um exemplo de aplicação desta teoria no caso do abastecimento e relação cidade-campo encontramos em Logan e Missen (1977).

No que se refere à organização, atribui-se ao circuito inferior um estágio ainda primitivo em comparação ao circuito superior. Em nosso caso, esta afirmação não corresponde totalmente à realidade, pois vimos que a atividade que estudamos está, em princípio, submetida à fiscalização do poder público, sendo por ele gerida. Por outro lado, o feirante administra sua barraca de maneira informal, não registrando sua contabilidade, contratando ajudantes sem carteira assinada e utilizando serviços de apoio próprios do circuito inferior.

No que diz respeito à qualidade dos estoques, também não podemos concordar plenamente que ao circuito inferior cabe operar com produtos e serviços de qualidade inferior. A feira livre carioca tem como característica a oferta de produtos frescos que lhe garantem a clientela junto à classe média. No entanto, considerando-se que o "freguês" fica exposto às intempéries, sujeira, possibilidade de furtos e outros elementos indesejáveis quando vai à feira, poderemos admitir que esta oferece, no plano geral, um serviço de qualidade inferior ao grande supermercado.

As ressalvas que acabamos de fazer em relação à inserção da feira livre no circuito inferior, acreditamos, em nada compromete tal operação. A ciência elabora modelos teóricos que não necessariamente estarão em perfeita adequação à complexidade do chamado mundo real. Trata-se de uma generalização abstrata que desenha a forma pura nunca encontrada em sua plenitude na realidade concreta, e que devemos lapidar e adequar ao real.

A Razão Dualista

O já muito discutido crescimento desigual do sistema capitalista constitui a base da estruturação dualista do espaço em suas várias escalas. A questão está presente em famosos clássicos do pensamento dialético como Lenin, Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky. No entanto, a dimensão e a gênese das desigualdades espaciais nem sempre foram tomadas como elemento constituinte ou resultante da maneira como funciona o modo de produção capitalista, e da forma específica e localizada como este se traduz historicamente em formas espaciais concretas.

Para alguns autores, a existência de contrastes que determinam na paisagem a convivência de formas modernas e arcaicas foi encarada como uma questão basicamente cultural. Nesta linha de abordagem, haveria diferentes espaços vivendo em tempos diferentes, devido à capacidade também diferenciada dos diversos grupos sociais em assimilar a inovação e conseqüentemente modernizar suas estruturas de produção e consumo. Examinaremos brevemente o conteúdo de um clássico do pensamento dualista, elucidando alguns elementos fundamentais desta ótica, sobre a qual várias críticas ulteriores alicerçaram a teoria de Milton Santos.

> "Os brasileiros estão divididos em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como nos métodos de vida (...) Estas duas sociedades não evoluíram no mesmo ritmo e não atingiram a mesma fase. Não estão separadas por uma diferença de natureza mas por idade (...) por vários séculos". (Lambert, 1971, p.101-103)

Na opinião do autor, as diferenças existentes no País refletem ritmos locais diferenciados de evolução. Nesta perspectiva, lugares e regiões caminham isoladamente, cada uma em seu compasso evolutivo, rumo ao desenvolvimento. Trabalha com a noção de evolução linear e universal para todos os espaços, não considerando a articulação entre estes. Trata-se de uma ótica diametralmente oposta à do desenvolvimento desigual e combinado, que veremos mais adiante.

Críticas ao Dualismo

Segundo Santos (1979, p.24), a teoria do dualismo foi criada antes da Segunda Guerra Mundial e aplicada inicialmente na Indonésia, em condições históricas específicas que não convém generalizar para o Terceiro Mundo atualmente.

Francisco de Oliveira, um dos maiores críticos do pensamento dualista no Brasil, elaborou vários trabalhos de grande repercussão, enfatizando principalmente a estreita interdependência entre o que Lambert chama de moderno e atrasado.

> *"O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação próprio da expansão do capitalismo no Brasil nos anos pós-trinta. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada,* ***é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós anos trinta, que da existência de setores 'atrasado' e 'moderno'"*** [5]

O fenômeno da marginalidade urbana se expressa sobretudo na expansão do chamado setor terciário da economia, que abrange

[5] Oliveira, Francisco de, 1977, p.28. O autor ataca a abordagem cepalina (da CEPAL, órgão de apoio econômico para a América Latina, ligado à ONU), acusando-a de adotar a filiação teórica marginalista, neoclássica e keinesiana, que muito contribuiu para que o Estado planejador emergisse no Brasil pós-64 dotado de uma ótica dualista e desenvolvimentista.

o comércio e a prestação de serviços. A análise empírico-formal deste fenômeno nas cidades do Terceiro Mundo sugere a existência de um "terciário inchado", por este apresentar muitos empregos e baixa produtividade. Em outras palavras, envolve grande percentual da população ativa sem que apresente igual expressão na formação do produto interno bruto. Francisco de Oliveira (1977, p.84-85) discorda radicalmente da noção de terciário inchado, acusando-a de ser fruto de procedimento teórico equivocado, que tenta aplicar ao Terceiro Mundo modelos de desenvolvimento próprios do capitalismo central. Em síntese, para a capitalização intensa dos setores industriais relacionados à dependência estrangeira, faz-se necessário o crescimento não-capitalístico do setor terciário nos países subdesenvolvidos.

A preocupação de Oliveira é compartilhada por Santos: ambos pretendem entender a existência dos setores "marginais" a partir da análise de nossa formação histórica e social, nela balizando a especificidade da urbanização nos países subdesenvolvidos. Em linhas gerais, um processo de industrialização acelerado, porém incompleto, voltado para o exterior, gerando grandes distorções internas, que se manifestam, ou se resolvem, enquanto circuitos diferenciados de produção, circulação e consumo.

Basicamente, o circuito inferior emerge da incapacidade do sistema capitalista em oferecer o pleno emprego, o que entraria em contradição com os princípios da economia de mercado. Os desempregados recorrem assim a expedientes diversos e improvisados, resultando daí o grau primário de organização e o baixo grau tecnológico das atividades deste setor.

Outro fator importante a viabilizar atividades informais é o fato de que o circuito superior tende a operar apenas onde existam condições mínimas de rentabilidade, pois sua implantação decorre de determinado volume de investimento inicial e razoáveis despesas de manutenção da atividade. Já o circuito inferior admite operar com rentabilidade menor, atuando nas áreas periféricas e em situações adversas. Vide o "camelô" e, em muitos casos, a própria feira livre carioca. Segundo Santos (1979, p.206) a modernização não acarreta necessariamente o desaparecimento da atividade informal quando esta se submete à concorrência com o circuito superior. Esta pode subsistir graças às suas condições próprias de funcionamento.

BREVE HISTÓRICO

Até o início do Século XIX, talvez não se possa falar na existência de um sistema de abastecimento propriamente dito, dado não apenas o reduzido tamanho da cidade, mas também as limitações de sua dieta alimentar e o hábito de cultivar nos quintais e criar pequenos animais pelas ruas (porcos, galinhas, etc.). Desta forma, os citadinos pouco dependiam dos escravos quitandeiros que percorriam a cidade ou assentavam tabuleiros para vender legumes, hortaliças e frutas. Linhares (1979, vol. 1, p.159) adverte que havia poucos e muito precários caminhos que ligavam o porto ao interior, como decorrência da política colonial de controlar severamente os fluxos e assim coibir o contrabando de ouro e diamantes de Minas Gerais.

A partir de 1808, com a chegada da Família Real, novos hábitos alimentares se implantam na cidade, aumentando e diversificando sensivelmente a demanda por abastecimento regular de gêneros alimentícios. Diante de uma rígida e inerte estrutura fundiária, e toda a precariedade do sistema viário de então, o abastecimento realiza-se de forma um tanto ineficiente, vivendo uma crise crônica que se estende até o início do século seguinte[6].

A partir de meados do século passado, o Rio de Janeiro passa a viver um acelerado crescimento físico e populacional, impulsionado por uma série de fatores[7]. A expansão da mancha urbana em direção aos atuais subúrbios foi paulatinamente modificando o uso do solo nas freguesias rurais, com arruamentos substituindo chácaras e estábulos. Desde então, até os dias atuais, o que se

[6] Linhares, op. cit., p.159. Segundo a autora, várias leis foram criadas para garantir o abastecimento da Corte, tornando obrigatório por exemplo o cultivo de mandioca em solos mais fracos nos canaviais fluminenses. Raramente porém eram aplicadas, pela corrupção geral do sistema colonial. Ser fiscal de abastecimento era visto como um meio de enriquecimento rápido (p.87), através de propinas. A crise crônica a que se refere a autora termina ao final da Primeira Guerra Mundial, quando medidas radicais são tomadas, conforme veremos mais adiante.

[7] Ver Abreu, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*, 1987. Segundo Delgado de Carvalho (*História da Cidade do Rio de Janeiro*, Biblioteca Carioca, v.6, 1988, p. 86), até o fim do século passado ainda havia chácaras em pleno centro atual da cidade, porém com os dias contados em face da intensa urbanização.

verifica é um contínuo processo de migração do cinturão verde da cidade, expulso pela especulação imobiliária. Após vencer os terrenos pantanosos da Baixada Fluminense e as íngremes escarpas da Serra do Mar, parte deste cinturão se estabeleceu em caráter permanente na região serrana, que ainda hoje abastece parcialmente a cidade em produtos hortícolas. A outra parte, referente a cítricos, frutas e legumes em geral, migrou para áreas distantes, localizando-se hoje em sua maioria no Estado de São Paulo.

O processo que acabamos de sumariar consiste basicamente num aumento de distâncias entre o produtor e o consumidor de alimentos, e tem fortes efeitos sobre a feira livre, como veremos a seguir.

Durante a Primeira Guerra Mundial, os países beligerantes naturalmente necessitavam de maior quantidade de produtos importados, atraindo assim os esforços de produtores brasileiros, que então desguarneceram o já sofrido mercado interno (Linhares, 1979, v.1, p.30). Havia na época grande mobilização da classe trabalhadora, motivada sobretudo pelos ideais anarquistas, gerando intensa revolta contra a carestia dos alimentos. Não é por acaso que, entre 1914 e 1916, respectivamente em São Paulo e Rio de Janeiro, são oficializadas feiras livres durante todos os dias da semana[8]. A intensão desta medida é facilitar ao pequeno produtor da periferia urbana o escoamento de sua produção, colocando-o diretamente em contato com o consumidor. A este produtor é garantido licença gratuita nas recém-criadas feiras livres. Por outro lado, a criação da feira livre representa a culminância de um longo e acirrado processo de disciplinarização da vida urbana, banindo da via pública usos considerados sujos, como o comércio ambulante de víveres.

Lima Barreto (1953, p.11-12), escritor de reconhecida e aguçada crítica à sociedade de sua época, assim se pronunciou naquele momento, elogiando as feiras livres e repudiando o Estado coletor de impostos.

> *"O princípio da feira livre é profundamente socialista: ela visa eliminar o intermediário entre o produtor e o consumidor mas, para os sábios iniciadores, o intermediário é só o varejista, escorchado de impostos, coisa que não acontece com a feira, que quase não paga nada de emolumentos ao governo".*

Nas primeiras décadas deste século, quando a feira livre prestou "relevantes serviços à alimentação pública da capital do País",[9] era comum a figura do chacareiro chegando ao local da feira antes do amanhecer, trazendo em carroças de tração animal as mercadorias frescas para expor ao consumidor, de acordo com rigorosas normas de higiene pública, e a preços convidativos.

O decorrer do processo histórico se incumbiu de demonstrar que este modelo frugal de abastecimento estava com os dias contados. Em poucas décadas, o Município do Rio de Janeiro passou por grande transfiguração, na qual as lavouras são substituídas por loteamentos, ao mesmo tempo em que persistem milhares de lotes vazios no interior da mancha urbana. Trata-se de um processo de urbanização capitalista que não cabe aqui esmiuçar, mas apenas frisar que desmantelou o cinturão verde existente e toda uma rede de abastecimento.[10]

A FEIRA LIVRE E OS SUPERMERCADOS

Gênese e Expansão dos Supermercados

Segundo Pintaudi (1981), a Grande Depressão de 1929 vivida pelos norte-americanos e com efeitos danosos sobre a economia de todo o Ocidente corresponde ao marco inicial dos supermercados. A forte recessão econômica transformou radicalmente a próspera paisagem urbana do já

---

[8] O Decreto 997, de 13/10/1904, institui "feiras ou mercados livres" aos domingos e feriados, demonstrando seu caráter experimental. Em 1916, o Decreto 1.752 estabelece que as feiras funcionarão diariamente. Segundo Abreu (1987, p.83) e Delgado de Carvalho (1988, p.100), havia na administração municipal do período (gestão do Prefeito Amaro Cavalcante) forte preocupação em melhorar a qualidade das estradas que demandavam às freguesias rurais e suburbanas, para amenizar a crise de abastecimento através do escoamento facilitado da produção agrícola do Distrito Federal.

[9] Silva, Antonio C. Feiras Livres no Districto Federal - hábitos e costumes populares, Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1936, p.10. O autor salienta a intensa fiscalização sanitária sobre os feirantes.

[10] Em situação excepcional estão os terrenos pertencentes à Light e que se situam sob os fios de alta tensão, área não edificante. Estes terrenos são geralmente arrendados para culturas temporárias, que basicamente escoam através da feira livre.

então poderoso e complexo parque industrial do nordeste dos EUA, que passou a apresentar vários galpões, fábricas e armazéns abandonados. Aproveitando-se da conjuntura de baixo nível geral de rendimentos da maioria da população, alguns capitalistas passaram a utilizar os referidos espaços abandonados para amontoar alimentos e oferecê-los a preços acessíveis. Tal operação foi viabilizada pelo reduzido custo do empreendimento: supressão total de qualquer serviço à freguesia, uso de local desvalorizado conjunturalmente e simplificação extrema do processo de venda, através do auto-serviço. Semelhante processo foi verificado na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Estava lançada a semente dos modernos supermercados.

Aproveitando-se criativamente de uma situação adversa, o capitalismo descobriu nova forma de acumulação. Em 1934, havia nos EUA 94 estabelecimentos varejistas de auto-serviço. Dois anos mais tarde, elevava-se o número para *1 200*, demonstrando o grande sucesso do novo empreendimento (Pintaudi, 1981, p.27).

Passada a conjuntura recessiva, as chamadas "lojas populares" foram perdendo sua concepção original e transformando-se gradativamente em novidade de varejo para a classe média dos países desenvolvidos. Passam a ocupar instalações amplas e espaçosas, a apresentar produtos estandardizados e a oferecer cortesias como carrinho e sacolas. Assumem então uma forma muito semelhante à que encontramos atualmente no Brasil. Diversifica-se a linha de produtos comercializados e aperfeiçoam-se técnicas de venda e publicidade, para satisfazer a demanda da nova clientela, bem mais exigente que a inicial (Pintaudi, 1981, p.27).

O primeiro supermercado brasileiro surge em São Paulo, em 1953. O segundo aparece no ano seguinte, também em São Paulo, e apresentando tal qual o primeiro, que se denominava "Sirva-se", um nome bastante sugestivo: Peg-Pag. Ao consumidor basta pegar e pagar, sem precisar abrir a boca para falar qualquer coisa. É a era da impessoalidade.

No Rio de Janeiro, a aceleração do crescimento dos supermercados se dá a partir de 1969,[11] enquanto em São Paulo o *boom* se inicia em 1963, segundo dados encontrados por Pintaudi (1981, p.84). Em 1972, já se verificam grandes redes atuando principalmente nas áreas privilegiadas, mantendo no subúrbio mercearias pertencentes a estas mesmas redes, à espera do momento adequado para transformá-las em sistema de auto-serviço.

As Casas Sendas possuíam na época 20 unidades, metade na Baixada Fluminense, operando ainda como mercearias. As Casas da Banha somente passaram a utilizar o sistema de auto-serviço, a partir de 1970. A rede Mar e Terra contava com 27 filiais, sendo que outras nove estavam em construção, num vertiginoso processo de expansão. A rede Peg-Pag contava com 11 lojas no Rio de Janeiro e 25 em São Paulo, que sediava a matriz. A rede Mercearias Nacionais contava com 18 supermercados, sendo quatro fora do Estado do Rio de Janeiro, em Juiz de Fora e Belo Horizonte. Na Zona Norte da cidade, a mesma rede mantinha 17 mercearias. A rede Disco (Distribuidora de Comestíveis S/A) reunia 38 filiais, 80% delas na Zona Sul carioca, seguindo o padrão locacional dominante na época.

Verifica-se que o processo de expansão dos supermercados se dá em moldes capitalistas, através da formação de poderosos oligopólios a comandar redes que extrapolam os domínios físicos da cidade. Percebe-se que a maioria dos proprietários destas redes começaram com pequenas mercearias, já formando filiais. A família Velloso, portuguesa, proprietária da rede Casas da Banha, já em 1955 possuía várias mercearias, inclusive uma na Avenida Rio Branco. De certa forma, antes do advento dos supermercados já se verificava a existência de algumas redes varejistas, sob a forma de mercearias.

A década de 70 assiste ao surgimento dos chamados hipermercados, também copiados do modelo americano. Dotados de grande área de estacionamento, diversificada linha de produtos (inclusive brinquedos e autopeças) e desfrutando de amplas instalações, estes novos estabelecimentos destinam-se a uma classe média detentora de veículo próprio, disposta a andar alguns quilômetros a mais para obter vantagens de preço, conforto e sobretudo poder adquirir grande quantidade de produtos em um único estabelecimento. Para os empresários, existe a alternativa vantajosa de recorrer a locais distantes, de baixo

[11] "Supermercados ocupam área de 34 Maracanãs e ditam hábitos de consumo e comportamento" (*Jornal do Brasil*, RJ, 10/12/1972).

custo imobiliário, cujo acesso se torna facilitado pela criação de grandes vias de tráfego rápido, financiadas pelo Estado, em detrimento de setores sociais básicos como educação e saúde[12]. Como exemplo, podemos citar o Porcão da Penha, na Avenida Brasil, primeiro hipermercado da cidade, construído em 1972 e pertencente à rede Casas da Banha.

A recessão econômica dos anos 80 reduziu o ímpeto de expansão dos supermercados. Ainda assim, cabe destacar, em 1989, a presença marcante de três hipermercados na Barra da Tijuca: Carrefour, Freeway e Paes Mendonça, este último inaugurado em dezembro daquele ano. Diariamente, 40 mil pessoas, provenientes até mesmo de cidades situadas a mais de 100 km, passam por esta "trinca de gigantes", comprando, por exemplo, 44 toneladas diárias de carne, volume suficiente para abastecer por mês uma cidade de 44 mil habitantes[13].

Para termos uma vaga idéia do alcance dos supermercados no Brasil contemporâneo, podemos citar alguns dados extraídos do artigo "Poder em Exibição" (Revista *Veja*, ano 22, nº 49, de 13/12/1989, p.114-16): a fatia dos supermercados no mercado de venda de alimentos no Brasil é de 78,2%. Empregam mais de meio milhão de pessoas em 32 mil lojas espalhadas pelo País. A indústria automobilística, com toda a sua pujança, fatura anualmente apenas 2/3 do que faturam os supermercados. O Pão de Açúcar é a nona maior empresa do Brasil. E o negócio continua em plena expansão: segundo a Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS -, os supermercados crescem a uma taxa de 15% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce apenas 5% ao ano.

O Conflito no Plano Jurídico-Político

Pretendemos trabalhar a esfera jurídico-política da sociedade brasileira contemporânea considerando suas três instâncias básicas: federal, estadual e municipal. Verificaremos a atuação do Estado, através da legislação pertinente e de planos governamentais, e analisaremos os efeitos destes na trajetória do conflito entre feira livre e supermercado.

Elaborado no auge do período ditatorial, o I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento - deixa explícito como objetivo o da "expansão nos grandes centros urbanos de redes de supermercados e outros sistemas de autoserviço". Na esfera municipal também se verifica uma posição generalizada em favor da substituição das feiras pelos supermercados[14].

Em 1970, no Rio de Janeiro, o Decreto-Lei 311 enfatiza a eficiência dos supermercados ao afirmar que "as atividades exercidas nas feiras livres ... destinam-se ao abastecimento *supletivo* ... enquanto, a critério da administração pública, a rede de estabelecimentos locais for considerada insuficiente para suprir as necessidades das respectivas regiões administrativas ou bairros isolados" (o grifo é nosso). Traduzindo, o que se afirma é que a sobrevivência das feiras em cada bairro está condicionada à *performance* dos supermercados no local. Se este for bem-sucedido, ou apenas manifestar interesse em se apoderar do mercado local, a feira poderá ser extinta ou remanejada. O mesmo instrumento jurídico diz que "as vagas não serão preenchidas salvo interesse público". Entenda-se como interesse público aquele de um Estado controlado por grupos capitalistas, ou seja, representante de interesses minoritários e privados[15].

Em 1975, o Decreto 166 do recém-criado município (o Estado da Guanabara fora extinto com a fusão com o Estado do Rio de Janeiro) dá plena continuidade à política de retração das feiras ao fixar que o número de matrículas não poderá exceder o então existente. Estabelece rígido horário de montagem e desmontagem das barracas e também de comercialização: os produtos que estiverem expostos na barraca a partir das 13 horas serão integralmente tomados pela fiscalização, além do feirante pagar uma multa de 3 salários mínimos. Várias outras medidas dis-

---

[12] Trata-se da chamada "febre viária". Ver Abreu (1987) sobre as políticas de intervenção no espaço urbano carioca no período ditatorial.

[13] "O consumidor vai ao paraíso" (*Revista Domingo*, suplemento especial do *Jornal do Brasil*, ano 14, nº 718, 04/02/1990). Aos sábados, a freqüência atinge a casa dos 300 mil consumidores. Moradores de cidade do interior fretam ônibus para facilitar o acesso a este aglomerado varejista, e garantem que os preços e o lazer compensam o sacrifício. Sendo considerado o maior hipermercado do Brasil, o Paes Mendonça oferece 35 mil itens ao consumidor.

[14] No município gaúcho de Caxias do Sul, as feiras livres foram extintas em 1968. Sobre a forte pressão exercida pela Prefeitura de São Paulo sobre as feiras paulistanas ver Guimarães (1968).

[15] Este decreto determina também que os itens 6 a 15 (Anexo 3) somente poderão ser vendidos por feirante-produtor. Dada a excepcionalidade desta rara condição, os feirantes, segundo depoimentos do sindicato, se revoltaram e conseguiram a supressão deste dispositivo.

ciplinares são tomadas, e o não cumprimento de muitas delas leva à cassação de matrícula do infrator[16]. É exigido novo recadastramento, no qual o feirante que não apresentar vasta documentação fica afastado e o que não se recadastrar perde a matrícula.

Aumentando demasiadamente o valor das multas e a gravidade das sanções cabíveis, o Estado torna a feira livre uma atividade pouco compensadora, e em determinados casos até inviável, pois o mercador se vê cerceado diante de tantas limitações às suas atividades. Digno de nota é o fato de a maioria destas limitações impostas não apresentar qualquer justificativa técnica razoável.

Em 1977, o Decreto 1.174 surge propondo um zoneamento urbano, fazendo com que as medidas de restrição à feira livre passem a assumir um caráter espacial diferenciado. Vejamos dois artigos denunciadores deste propósito.

- Art. 6º: "não serão preenchidas as vagas que vierem o ocorrer nas feiras livres da II (Centro), IV (Botafogo), V (Copacabana), VI (Lagoa), VIII (Tijuca) e XXIII (Santa Tereza) Regiões Administrativas" (Mapas 1 e 2).

Sintetizando, em toda a Zona Sul e área central da cidade, além dos bairros de classe média da Zona Norte (Tijuca e adjacências), não haverá renovação de pessoal das feiras ali existentes, estando estas condenadas à extinção gradual.[17]

- Art. 7º: determina que produtos podem ser vendidos em cada uma das três áreas em que a cidade foi dividida. A Zona Sul (IV, V e VI Regiões Administrativas) e Tijuca (VIII R.A.) constituem a primeira destas três áreas, se caracterizando por altos rendimentos e grande adensamento populacional, isto é, apresenta imenso potencial enquanto mercado consumidor, colocando-se na mira do capital varejista. Nesta área, os feirantes somente poderão comercializar produtos pertencentes aos grupos 1, 2, 3, 5 e 6, sendo que estes dois últimos somente em veículos especiais (os frigomóveis) (Anexo 3).

Numa área intermediária, que abrange o Centro (II R.A.), Vila Isabel (IX R.A.) e Santa Tereza (XXIII R.A.), pode-se vender, além do permitido na zona privilegiada, artigos dos grupos 7 e 8 (mercearia e artigos de limpeza). Nesta parte da cidade a presença dos supermercados já é menor que na primeira, justificando assim que a feira livre possa oferecer algo mais à população desta área, na sua condição imposta de abastecimento meramente supletivo.

Nas demais regiões administrativas, que correspondem aos subúrbios e áreas industriais das Zonas Norte e Oeste da cidade, abrigando majoritariamente camadas sociais de baixa renda, a legislação é bastante permissiva, podendo-se vender todos os produtos contidos na tabela.

Interessante notar que todo o discurso liberal sustentado pela burguesia brasileira presume um capitalismo concorrencial, mas o que se verifica particularmente entre 1968 e 1979 é a ascensão de um segmento do capital comercial com base numa concorrência inteiramente desigual e arbitrada por um estado tendencioso.

O aparato jurídico que se constrói neste período visa, entre outras coisas, a estabelecer áreas de influência distintas para feiras e supermercados, amortecendo assim o conflito. O que há de relevante nesta política é o fato de destinar ao grande capital justamente a melhor fatia do mercado. À feira livre, seu filho bastardo, o estado oferece as áreas degradadas e miseráveis da cidade maravilhosa.

O Conflito no Plano Ideológico

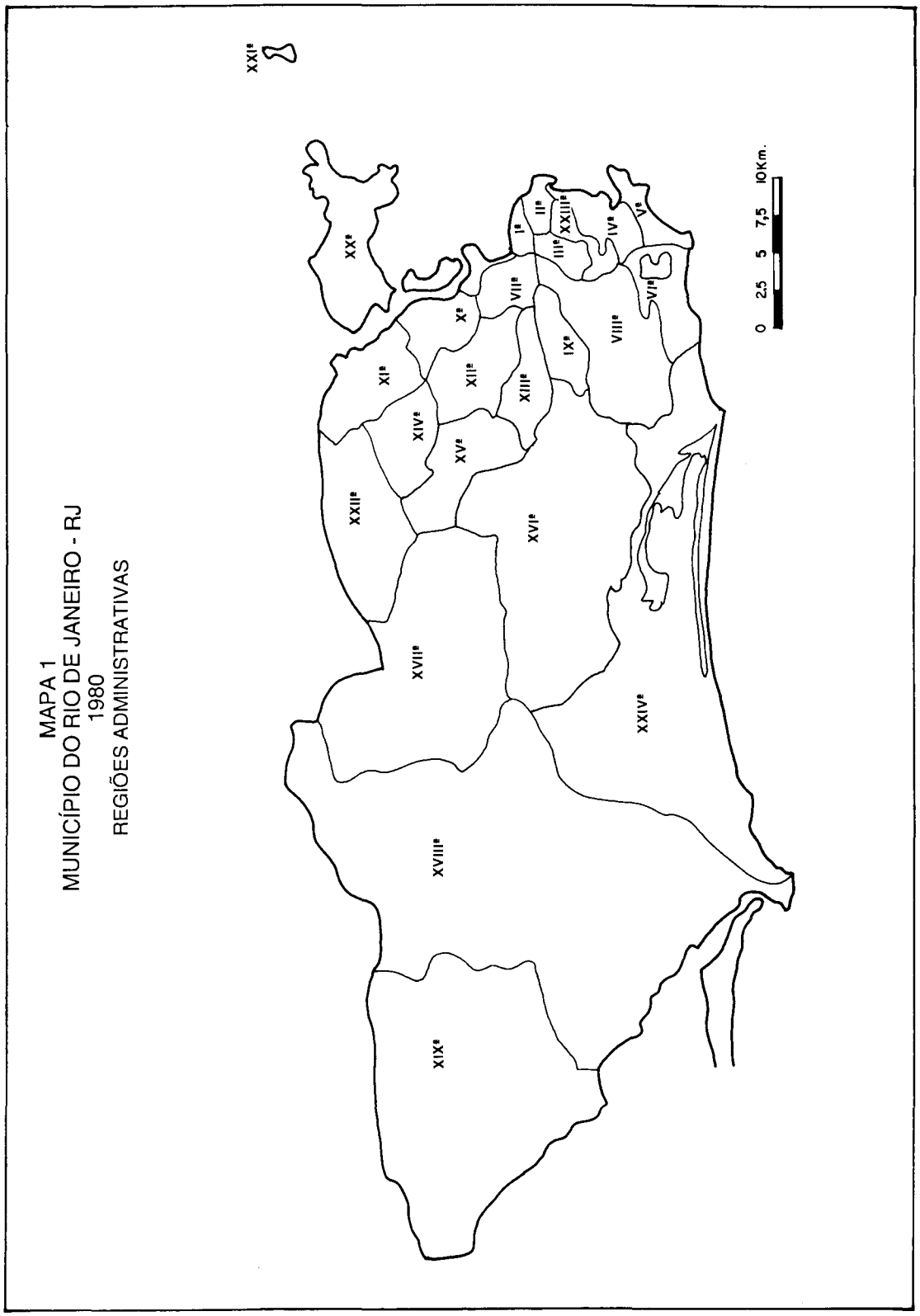
Estamos diante de um processo de monopolização de determinado setor de atividades, e sabemos que um dos principais ingredientes a alimentar este processo é o intenso uso da publicidade. Através dos meios de comunicação de massa, que muito se desenvolveram neste País nas últimas décadas, o capital veicula informações trabalhadas que modificam os hábitos e valores da população. O indivíduo moderno é o terminal de um bombardeio ininterrupto de idéias e sugestões que preenchem seu imaginário e embotam sua percepção.

Os supermercados investem maciçamente em publicidade, divulgando não apenas vantagens oferecidas ao consumidor, mas a própria idéia de que recorrer ao supermercado é

---

[16] Estas infrações são: 1 - vender mercadoria deteriorada, 2 - majorar preços, 3 - fraudar pesagens e 4 - atentar contra a moral e os bons costumes. Atente-se para o grau de subjetividade desta última infração, presente em outro trecho deste decreto, onde se sujeita o feirante à multa se este "apregoar ou produzir qualquer ruído evitável". Tal medida dispensa comentários.

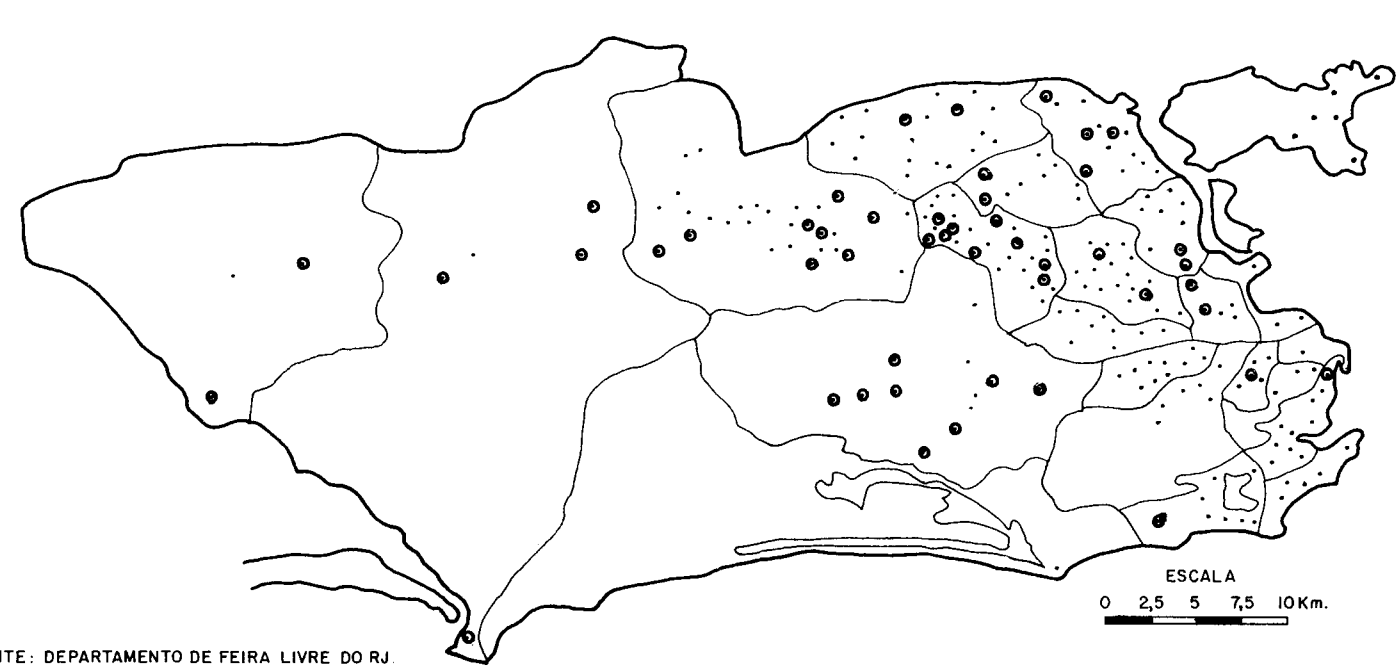
[17] "Governo espera que as feiras desapareçam naturalmente mas 183 continuam ativas". *Jornal do Brasil*, 31/03/1973.


MAPA 1
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
1980
REGIÕES ADMINISTRATIVAS
0 2,5 5 7,5 10Km.
I ª
II ª
III ª
IV ª
V ª
VI ª
VII ª
VIII ª
IX ª
X ª
XI ª
XII ª
XIII ª
XIV ª
XV ª
XVI ª
XVII ª
XVIII ª
XIX ª
XX ª
XXI ª
XXII ª
XXIII ª
XXIV ª

MAPA 2
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
1989
LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES

LEGENDA:

- FEIRA LIVRE PERTENCENTE À LINHA 1
- FEIRA LIVRE PERTENCENTE À LINHA 2



FONTE: DEPARTAMENTO DE FEIRA LIVRE DO RJ

algo positivo e interessante. A produção da imagem do supermercado não se esgota na esfera publicitária. Procura também criar no interior dos grandes estabelecimentos todo um arranjo estético que faça o consumidor sentir que está adentrado por um espaço onde não existe nada que lhe faça lembrar a poluição (visual, sonora e atmosférica), a miséria e os perigos que estão do lado de fora, e que povoam o cenário de nossas metrópoles. O consumidor se sente no paraíso do *american way of life*. Nas palavras de Marshall Berman, a modernidade se implanta de forma irreversível, pois a "vasta maioria de homens e mulheres não pretende resistir à modernidade: eles sentem a sua excitação e crêem na sua promessa"[18].

Cada vez mais os supermercados investem na construção de um universo colorido e fantástico que fascine o consumidor. As preocupações estéticas perpassam cada detalhe: a cor e o formato das embalagens, a apresentação (vestuário e aparência) dos funcionários, etc. Para muitos consumidores, não existe possibilidade da feira livre oferecer produtos de qualidade superior. No supermercado, compra-se algo mais que um produto que possua determinado valor de uso. Ele adquire também um valor simbólico, algo que ultrapassa sua materialidade e satisfaz psicologicamente o consumidor (Ortiz, 1988).

Outro fator importante na conformação da superestrutura ideológica é a imprensa escrita. E nela a feira livre aparece quase sempre no sentido pejorativo.

- "Supermercado revoluciona o comércio" (*Jornal do Brasil*, 26/01/1969): exalta-se a catedral do consumo, sua organização interna, limpeza, segurança, de forma que esta no futuro dominará a distribuição de gêneros alimentícios.
- "Desodorante na feira" (*Jornal do Brasil*, 26/02/1969): enfatiza a sujeira e principalmente o lixo que se acumula ao final de cada feira, expondo os moradores a odores fétidos e doenças.
- "Carioca quer supermercados substituindo feiras livres" (*Jornal do Brasil*, 10/05/1970): apresenta resultados de uma pesquisa de opinião onde a maioria dos entrevistados prefere o supermercado. Podemos confiar nessas pesquisas?
- "Na briga contra o aumento quem paga é o consumidor" (*Diário de Notícias*, 09/02/1974): acusa a existência de feirantes sem matrícula a praticar irregularidades, pois estão livres de multas em sua condição clandestina.
- "As feiras cada vez mais livres" (*Jornal do Brasil*, 22/11/1974): considera as feiras um mercado exótico e afirma em tom de lamento que não tem data para terminar este mercadejar primitivo onde não se cumpre a legislação.
- "Feiras livres são acusadas de encarecer os produtos" (*Jornal do Brasil*, 14/10/1979): trata-se de uma entrevista concedida pelo então Secretário de Agricultura Edmundo Campello, que julga ser a feira livre a ponta que concentra as distorções do abastecimento, gerando grande carestia, com lucros de até 300% nas mercadorias. Afirma que dentro de cinco anos a feira acabará sendo substituída por "varejões" da Central de Abastecimento - CEASA.

Nos anos 80, o enfoque muda. Continuam queixas no tocante à sujeira e feirantes inescrupulosos, o que aliás aumentou muito ultimamente, sem que a imprensa fizesse o estardalhaço da década anterior, demonstrando assim um posicionamento mais realista e menos condicionado pelos interesses de grandes grupos. Chega-se a salientar alguns aspectos positivos da feira livre, como veremos no próximo capítulo.

A NOVA FEIRA LIVRE

Tentaremos agora demonstrar o quanto a feira livre se presta atualmente a uma função bem diferente daquela de 25 anos atrás, envolvendo também agentes sociais diferentes, num processo de redefinição que podemos resumir como um mergulho lento e gradual no universo do setor informal da economia urbana. Neste sentido, procuramos cumprir nosso intento de demonstrar que para uma nova conjuntura econômica, social e política, configura-se simultaneamente uma nova feira livre. Inicialmente, falaremos dos impactos sofridos em sua espacialidade, sobretudo salientando seu novo padrão locacional, para a seguir tratar das mudanças relativas à função e ao significado que esta hoje assume.

[18] Berman (1986, p.297). Cada vez mais descrente na justiça divina num "Juízo Final", o homem moderno deposita suas esperanças no avanço tecnológico.

Os Impactos na Espacialidade

A feira livre carioca nas primeiras décadas deste século apresenta um padrão de distribuição espacial que reflete a preocupação governamental em atingir todas as camadas sociais com esta inovação varejista: tanto Copacabana, reconhecidamente o bairro mais privilegiado da época, como Bangu, bairro nitidamente operário, dispunham de feiras livres.

Não dispomos de dados de fontes oficiais, mas o material encontrado em jornais e as informações contidas em depoimentos de feirantes idosos nos faz pensar que até o final dos anos 50 a feira livre manteve seu prestígio, manifestado e garantido através da própria distribuição espacial privilegiada. É claro que algumas realocações foram necessárias, em função do irremediável incremento de veículos em circulação. Praças e largos passaram a sediar terminais rodoviários, forçando o deslocamento das feiras para ruas próximas. Contudo, estas mudanças locais não afetam a distribuição geral em macroescala: as feiras continuavam a ocupar espaços privilegiados na cidade.

O período que se estende entre 1964 e 1979, conforme vimos anteriormente, foi marcado por fortes pressões sofridas pela feira livre, reduzindo sua expressão no tecido urbano.

O início dos anos 80 marca uma nova etapa para as feiras livres cariocas. O aumento das taxas de desemprego em face da recessão econômica levou a prefeitura a liberar a atuação dos camelôs e a criar uma nova linha de feiras, visando estabelecer 12 000 novas oportunidades de trabalho. Assim foi criada, em 1982, a chamada linha 2, com 72 novas feiras[19]. Para não confrontar com interesses privados, estas novas feiras se localizam em bairros de baixa renda e ocasionalmente em bairros de ocupação recente que, ainda que apresentem melhor poder aquisitivo, carecem de serviços varejistas em quantidade adequada à sua demanda.

Enquanto a Zona Sul (à exceção de São Conrado e Glória), Barra da Tijuca e bairros de classe média como Tijuca, Vila Isabel e Méier não receberam nenhuma nova feira livre, bairros carentes como Realengo, Bangu, Madureira e Irajá tiveram seu número de feiras aumentado em até mais de 100%. Algumas destas feiras se localizam em áreas tão carentes e de tão baixa densidade populacional (loteamentos em processo de ocupação, sobretudo na Zona Oeste) que os feirantes acabaram desistindo e abandonando por completo o local. Segundo dados do Departamento de Feiras Livres, foram canceladas por abandono 26 feiras da linha 2. Não havia nestas áreas condições mínimas para sustentar um comércio periódico. Importante frisar que o feirante, sobretudo aquele da linha 2, somente abandona o local quando a situação inviabiliza totalmente sua presença, de forma que o volume de vendas não permita sequer cobrir os custos operacionais. Verificamos em áreas carentes muitas feiras que subsistem com 10 ou 20 barracas, todas com pequenos estoques e baixo volume de negócios individuais.

Há, portanto, basicamente nas feiras da linha 2 um quadro de instabilidade tal que qualquer mapeamento torna-se obsoleto em muito pouco tempo. O problema se estende, em menor grau, às feiras da linha 1 (ou linha tradicional), devido ao *status* negativo das feiras atualmente. Estas podem ser removidas a qualquer momento em nome de interesses privados os mais diversos[20].

A feira livre atual apresenta uma tendência locacional em direção à periferia. Claro que esta tendência não é espontânea, mas sim decorrente de imposição do Estado. Outro aspecto a caracterizar a espacialidade da feira livre atual é a grande instabilidade e mobilidade. Por motivos diversos, alguns irrelevantes para o interesse público, as feiras não apresentam a estabilidade locacional de outrora. Este comportamento móvel reflete a posição secundária que estas assumem hoje.

Para compreender esta localização e seu significado, é preciso perceber que se trata de dois padrões locacionais superpostos. O primeiro, a linha 1, reflete a importância da feira

---

[19] A linha 2 foi assim chamada por estabelecer um grupo de feiras livres cuja legislação fosse inteiramente distinta das 171 existentes, que passaram a formar a linha 1. O Sindicato dos Feirantes, através de seu secretário Jorge Lima, em entrevista a nós concedida, afirma que a classe não foi convidada a discutir os critérios de localização das novas feiras. Elogia a criação de novos empregos, mas considera casuísta e eleitoreiro o processo de implantação das feiras da linha 2.

[20] Ver, por exemplo, a matéria "Agência Bancária Vai Deslocar Feira Livre", *O Globo*, RJ, 10/12/1985. Interessante notar que enquanto a classe média quer livrar-se da feira em sua rua, as camadas populares a requisitam por nela encontrar uma forma de aumentar os parcos rendimentos familiares. Na Cidade de Deus, por exemplo, feirantes temerosos de assaltos migraram em conjunto, sem autorização oficial, para outra rua. Moradores da rua abandonada queixaram-se, pois vendiam na porta de suas casas comida para os feirantes (lingüiça frita e angu à baiana). Ver "Na Cidade de Deus, Feira Troca de Lugar por Medo", *O Globo*, RJ, 24/05/1984, Jornal de Bairros: Barra da Tijuca.

livre em décadas passadas, de forma que privilegia bairros com maior potencial consumidor: Botafogo aparece com cinco feiras e Copacabana com quatro, ao passo que Campo Grande, Magalhães Bastos e Cidade de Deus têm apenas uma feira cada um. O segundo padrão deriva da linha 2, com nítida tendência a se localizar na periferia. Destacam-se agora Madureira e Bangu, cujo número de feiras em suas respectivas regiões administrativas atinge a quarta parte do total das feiras cariocas.

A superposição destes dois padrões locacionais oferece um panorama misto. Somente um estudo que leva em conta o processo histórico e estabelece periodização pode detectar esta superposição de tendências de momentos distintos, e prever que a tendência em vigor tende a consolidar um padrão de distribuição espacial que reflete o movimento geral da sociedade. Foi este o nosso objetivo: extrapolar a homogeneidade aparente e atingir o que seria a essência desta distribuição espacial, o que lhe dá vida, movimento e aponta tendências em curso. Em outras palavras, perceber que uma determinada localização é a cristalização de processos passados, enquanto a outra reflete um movimento presente. Nas palavras de Milton Santos, seriam duas espacializações distintas, pois se efetivam através de processos sociais próprios de diferentes momentos históricos.

Os Impactos na Função e no Significado

Já foi comentado aqui o quanto as feiras livres desfrutavam de prestígio nas primeiras décadas deste século. Sua função era de grande relevância, pois facilitavam o contato direto entre a pequena lavoura local e o consumidor. A feira livre simbolizava a própria modernidade: ordem e higiene[21]. As feiras não apenas desfrutavam de privilegiada localização, como também eram grandes reuniões de mercadores, muito maiores que as atuais. A feira de Copacabana, por exemplo, ocupava as Ruas Barata Ribeiro e Figueiredo Magalhães, além da Praça Serzedelo Correa. A de Vila Isabel se espalhava por três ruas a partir da Praça Sete de Setembro, enquanto a da Praça da Bandeira simplesmente ocupava esta e mais quatro ruas adjacentes, formando um grande mercado ao ar livre[22]. Trata-se de um desenho muito semelhante às feiras regionais nordestinas: ocupam a praça central e se irradiam pelas ruas que lhe dão acesso.

Além das feiras de outrora agruparem quantidades muito maiores de mercadores, estes operavam com estoques certamente maiores que os atuais. Quase todos os feirantes antigos (91%) afirmaram nas entrevistas que foram forçados a reduzir bastante o montante de mercadorias em cada feira, em função de vários fatores: o menor afluxo de consumidores, a carestia e a invasão de camelôs e clandestinos, aumentando a concorrência interna e desorganizando/denegrindo a feira livre.

Esta redução no volume individual de negócios significa que o atual feirante é um comerciante empobrecido em relação aos rendimentos de outrora, na fase áurea da feira livre carioca. Nossas entrevistas, que atingiram 53 feirantes nos mais variados ramos e situações, permitiram identificar dois perfis nítidos de feirante: um tradicional, representante de momentos pretéritos, e outro moderno, que reflete a feira livre atual.

O grupo dos antigos feirantes, que agrupa 22 entrevistados, apresenta um tempo médio de atividade equivalente a 26 anos, contra apenas sete anos e meio do segundo grupo, com 20 novos feirantes. O total de membros dos dois grupos abrange 80% da amostra total de entrevistados.

O grupo 1 (ou G1), constituído pelos velhos feirantes, conserva em parte hábitos e valores relativos à feira livre dos anos 60: utilizam jaleco branco oficialmente recomendado por questões de higiene, mantêm-se em caráter definitivo nas feiras onde conseguiram obter através dos anos uma freguesia (clientela) cativa, mantendo com ela relações de compromisso e amizade. O feirante moderno, por sua vez, tende a vagar pelas feiras suburbanas, sem formar freguesia, sem vestir jaleco branco e muitas vezes não encarando a feira como opção exclusiva ou definitiva. Trata-se geralmente de um biscateiro, um típico inte-

---

[21] Segundo Silva (op. cit., p.9-10) os fiscais da Higiene Pública não perdoam a menor distração dos feirantes, afirma também que havia rigoroso policiamento: "a feira se encerra impreterivelmente às onze horas, ao som de apitos dos fiscais, e em seguida entra o pessoal da limpeza pública (...) para lavar a rua". Não há qualquer semelhança com as feiras atuais.

[22] As localizações aqui descritas se encontram em mapa anexado à obra de A. Silva, op. cit.

grante do circuito inferior da economia urbana.

A questão da nacionalidade/naturalidade dos feirantes revela diferenças marcantes entre os dois grupos. No G1 o percentual de estrangeiros atinge 36%, chegando a 64% se incluirmos os descendentes destes. São portugueses e italianos, com larga predominância dos primeiros. No G2 inexistem estrangeiros ou mesmo descendentes. Este grupo étnico, geralmente possuidor de melhores recursos materiais, tende hoje a procurar se estabelecer em ramos de comércio com possibilidades de maior retorno.

No G1 encontramos também feirantes que ainda operam com produtos praticamente extintos, como ferragens, louças e salgados.

Enquanto no G1 se verifica o predomínio dos ramos que acabamos de citar, no G2 prevalecem os legumes (dois terços dos legumeiros entrevistados estão neste grupo) e verduras. Ambos são produtos em expansão na feira livre, por dois motivos:

1 - são setores ainda competitivos em relação ao moderno varejo, pela renovação diária e cuidados especiais que lhes são dispensados e que lhes conferem melhor qualidade; e

2 - ao contrário das frutas, aves e pescado, estes setores não requerem maior investimento inicial, estando portanto mais adequados ao perfil do novo feirante. Também se destaca no G2 o setor de biscoitos, também em função da competitividade. O moderno varejo raramente opera com biscoitos de fabricação caseira (mais delicados no manuseio), preferindo largamente os empacotados das grandes indústrias. É, portanto, mais um produto em relativa expansão nesta moderna feira livre, que vai encontrando à sombra do circuito superior seu lugar na modernidade.

A banana é outro produto que depende de cuidados especiais, evitando o manuseio freqüente dos consumidores para não amassar e despencar. Daí apresentar sempre melhor aspecto na feira que no supermercado. O mesmo ocorre com produtos perecíveis em geral: algumas frutas, hortaliças, etc. O supermercado prefere produtos padronizados, pois facilitam a operação comercial em maior escala. Também preferem os produtos embalados industrialmente (empacotados, ensacados, enlatados), pois estes são mais apropriados para o auto-serviço. Nas palavras de Vinícius di Mônaco, assessor da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS -, a indústria fez o supermercado.

No G1, 45% dos entrevistados são filhos de feirantes, contra apenas 10% no G2.

Há um dado que demonstra o quanto o novo feirante realiza negócios em menor escala que o feirante tradicional: o uso de ajudantes na barraca, o que depende de um volume mínimo suficiente para remunerá-los. Mais de 2/3 do G1 utiliza ajudantes, contra apenas 1/3 do outro grupo. Um aspecto importante é a presença maciça de familiares na condição de ajudantes, fenômeno típico do grupo tradicional. Dentre os antigos feirantes que trabalham acompanhados, 87% contam com o apoio de cônjuges ou filhos adolescentes. Este comportamento é resquício de um período em que era usual os filhos de feirantes seguirem a profissão dos pais, pela boa perspectiva de rendimentos que a feira livre oferecia. O esvaziamento dos laços familiares na feira pode ser entendido também como decorrência da instabilidade atual dos feirantes. Esta transitoriedade contrasta com a empresa familiar, sólida e duradoura, com traços lusitanos e patriarcais, que representava cada barraca de feira antigamente.

Atualmente, a figura do camelô é uma constante nas feiras cariocas. Sua onipresença, desafiando a severa legislação da linha 1, chegou a fazer com que estudiosos menos informados o encarassem como elemento estrutural das feiras [23]. Na verdade, o camelô é um elemento conjuntural, fenômeno dos anos 80 no Rio de Janeiro, quando a feira livre passa a apresentar-se como uma atividade desorganizada em face do descaso do poder público, sobretudo no subúrbio (ver Anexo 4). Depoimentos de feirantes e informações colhidas em jornais nos autorizam a afirmar que até a década de 70 a figura do camelô era esporádica, alvo de intensa perseguição.[24] Até então as feiras eram muito mais limpas e organizadas que as atuais, mesmo considerando as tradicionais feiras da Zona Sul, que ainda conservam certo aspecto de higiene e organização exigidos pela clientela local. Quando o grande capital comercial percebeu que era inviável seu projeto de supressão das feiras livres, seja pela sua eficiência em de-

[23] Ver Pandolfo, Maria L. M. A Feira de São Cristóvão - a reconstrução do nordestino num mundo de paraíbas e nortistas, tese de mestrado em Educação na F.G.V., 1987

[24] "Feirantes fazem assembléia para debater feiras da CEASA", Jornal *O DIA*, RJ, 19/08/1979. A matéria elogia a limpeza e ordem nas feiras e cita a ausência de camelôs.

terminados ramos, seja pelo aumento da oferta de força de trabalho em função da recessão, diminuiu a pressão verificada até o final dos anos 70. A fiscalização e a legislação tornaram-se mais flexíveis, sobretudo nos bairros periféricos. Nos bairros de classe média e alta, onde se mantém uma legislação rigorosamente proibitiva, a fiscalização muitas vezes permite algumas infrações, gerando cenário caótico. Na opinião dos técnicos da prefeitura,

> *"a feira vem sendo violentada com a expansão desordenada, atuando sem controle de qualquer natureza: tomou-se um comércio decadente e indesejável, com freqüência decrescente, pela grande incidência de camelôs e desocupados"*[25].

Em nossa classificação, os produtos não-alimentícios, excluindo ramos tradicionais na feira como roupas, calçados e flores/plantas, aparecem sob o rótulo "outros" e constituem o ramo preferido pelos camelôs, chegando a superar um terço do total destes aos domingos, em Campo Grande. Se a invasão dos camelôs é um fenômeno recente, mais ainda o é a presença destes produtos via camelôs, tornando a feira livre suburbana um mercado extremamente variado, retomando assim, e até possivelmente superando, o grande sortimento que a caracterizava na fase áurea. Aparelhos eletrodomésticos usados, sacolas de papel, ferramentas, pequenos utensílios domésticos, pneus usados, brinquedos, enfim, uma gama variadíssima de objetos pode ser encontrada à venda, até mesmo um par de botas usado, pois não há limite: qualquer pessoa pode expor praticamente qualquer objeto nas feiras da linha 2. Desta forma, a feira retoma seu caráter original: o encontro aberto de indivíduos interessados em vender e comprar, ou seja, trocar. Esta característica se apresenta mais expressivamente nos fins de semana, quando muitos trabalhadores engajados em outras funções durante a semana vêm à feira complementar seus rendimentos com a venda de artigos de fabricação própria, de "segunda mão" ou adquiridos de terceiros. Existe hoje, portanto, o "feirante de fim de semana", que faz com que o número de mercadores (camelôs e feirantes) nestes dias seja bem inferior ao dos dias úteis.

Esta retomada do sortimento de mercadorias ocorre principalmente na linha 2, pois na linha tradicional a legislação restringe severamente o leque de produtos a serem vendidos. Em nosso levantamento, não encontramos por exemplo barracas de roupas, calçados, mercearia ou "outros" na feira de Copacabana. Roupas, calçados e "outros" também estão ausentes nas feiras de Botafogo e Glória.

No que tange aos produtos vendidos, muitos foram proibidos pela legislação, outros perderam a concorrência com o moderno varejo. Sobressaem atualmente os setores de frutas, frutas nobres, biscoitos, pescado, legumes e verduras. Considerando nossa amostra, Copacabana lidera percentualmente em frutas nobres e pescado, enquanto Glória lidera em frutas e legumes, e Botafogo lidera em verduras.

Nos bairros menos privilegiados economicamente, destaca-se a venda de frutas populares (banana e laranja), roupas, calçados, artigos de mercearia e fundamentalmente "outros", que abrange utensílios domésticos, ervas, condimentos, enfim, todos os produtos ausentes nos demais setores contidos em nossa classificação. Para exemplificar, consideremos o percentual de barracas e camelôs, pois estes são muitos expressivos nas feiras suburbanas. Bangu lidera o setor de laranja; Colégio lidera em calçados; enquanto Realengo se destaca em roupas e "outros"; cabe a Maria da Graça a primazia em artigos de mercearia.

CONCLUSÃO: OS ELEMENTOS DE PERSISTÊNCIA

Antes de mais nada, alertamos para objeções ao uso do termo persistência em nosso estudo. Sugere-se que o termo fora mal empregado por dois motivos:

1 - persistir significa existir em condições adversas. A pesquisa demonstrou, porém, que as relações de complementariedade com o circuito superior da economia oferecem elementos de sustentação à feira livre, não havendo, portanto, apenas ou fundamentalmente adversidades; e

2 - ao falarmos em persistência subentende-se que estamos nos referindo a um mesmo indivíduo resistindo ao tempo, o que entra em contradição com a radical modificação sofrida

---

[25] Plano de Governo (1986-1989), Prefeito Saturnino Braga, p.92. Em reunião entre técnicos e entidades de classe dos feirantes, foi proposta a redução das feiras da Zona Sul (pelo atravancamento), e retirada dos camelôs, pela concorrência desleal com os feirantes matriculados.

pela feira. Podemos estar utilizando o mesmo rótulo - feira livre - para designar fenômenos absolutamente distintos. Neste sentido, em vez de persistência estaria havendo uma substituição do velho pelo novo.

Apesar das considerações feitas, mantemos o termo persistência, pois nem tudo foi modificado na feira livre. Esta continua sendo um mercado periódico, onde pequenos comerciantes operam através de instrumentos rústicos e técnicos tradicionais de exposição e venda. Alguns aspectos foram extintos ou substituídos, mas algo essencial foi preservado.

A manutenção do termo persistência também se respalda na captação do discurso de determinados segmentos sociais nos anos 60 e 70, que anunciava o término das feiras livres no alvorecer de novos tempos. Esta previsão se tornou perspectiva dominante, presente em jornais e planos oficiais da época, penetrando inclusive na percepção de feirantes e consumidores. Para estes setores da sociedade diretamente envolvidos com a feira livre, o que se revelou nos anos 80 foi uma autêntica persistência. E este estudo quer inserir dentro do possível a perspectiva dos agentes concretos que vivem e constroem a feira nossa de cada dia. Em respeito àqueles que sofreram em face da angustiante expectativa de extinção das feiras, saúdo o presente falando em persistência.

O conjunto de elementos de persistência serve para nos conduzir diretamente a uma noção mais precisa do encaixe da feira livre na modernidade de nossas metrópoles, o que de imediato nos remete ao objetivo central de nossa pesquisa assim anunciado no título: O lugar da feira livre na grande cidade capitalista.

O que chamamos de elementos de persistência foi estruturado em cinco itens. Os dois primeiros se referem à situação conjuntural da feira livre, enquanto os três últimos, apesar de seu inevitável condicionamento conjuntural, podem ser vistos como elementos estruturais, isto é, que fazem parte da natureza desta atividade, seu caráter atomístico e sua inconfundível sociabilidade.

1 - A feira livre enquanto circuito inferior

Vimos que nos últimos 25 anos a feira livre carioca empreendeu um autêntico mergulho no universo do setor informal da economia urbana. Este mergulho, que transfigurou a feira tanto em seu papel quanto em sua geografia, é ao mesmo tempo resultado de uma política de modernização do varejo e das estratégias de sobrevivência dos feirantes, sempre buscando ocupar as brechas deixadas pelo movimento de reestruturação socioespacial, levado adiante pelo Estado e pelo circuito superior.

Mobilidade, flexibilidade e fácil adaptação a novas situações são atributos do circuito inferior. Se a feira livre já os possuía em determinado grau, seu ingresso no circuito inferior fê-la aprimorar tais características. A feira livre já possuía a mobilidade espacial necessária para sobreviver ante o crescente número de veículos em circulação na cidade, migrando gradativamente para logradouros mais afastados. Atualmente, com a situação de abandono em que se encontra, sua mobilidade é ainda maior, pois quase sempre independe de autorização ou iniciativa governamentais. O mesmo ocorre com o feirante, que já não obedece mais à seqüência de feiras/dias da semana contida em sua matrícula. Ele simplesmente vai em busca daquelas que lhe ofereçam maior comodidade e rentabilidade.

2 - A articulação com o circuito superior

Nas primeiras décadas deste século, o feirante era um produtor de alimentos, geralmente um pequeno sitiante em terrenos hoje ocupados pela expansão física da cidade. Com o passar do tempo, por razões já comentadas, a figura do feirante-produtor foi decaindo até a quase completa extinção. Simultaneamente, o setor atacadista se expandiu, criando gigantescas centrais de abastecimento e se concentrando em torno de oligopólios. O feirante atual, este humilde comerciante, encontra-se irremediavelmente atrelado às fontes abastecedoras instituídas[26]. São os feirantes dezenas de milhares de microunidades cujo papel é escoar a produção de imensos complexos agroindustriais. Esta é a função atual dos feirantes, como é, no geral, a função do terciário (errônea e europocentricamente denominado inchado) nas cidades dos países subdesenvolvidos. Como é também, em nível mais amplo, o papel do circuito inferior: garantir a reprodução do capital, difundindo às camadas sociais empobrecidas bens e serviços oriundos/vinculados ao circuito superior. Em outras palavras, um conjunto de peças sujas e quase ignoradas a desem-

[26] Dos 53 feirantes entrevistados, numa amostra que procurou cobrir as mais diversas situações quanto à localização, dia da semana, ramo de vendas, etc., 47 precisam recorrer aos atacadistas, o que demonstra o alto grau de articulação entre ambos.

penhar importante papel no funcionamento geral da engrenagem.

O setor atacadista, seja ele circuito superior ou circuito superior marginal, representa uma fatia do capital à qual interessa a manutenção das feiras, este formidável canal de escoamento de mercadorias que mantém os atacadistas em sua vigorosa posição. Mas a articulação das feiras livres com o circuito superior não se restringe às fontes abastecedoras. Outro poderoso agente muito ligado à *performance* das feiras é o supermercado.

O estágio atual desta relação conflituosa nos inclina a supor que este hoje se configura como mais um fator de persistência para as feiras livres. O embate verificado, tanto na esfera econômica como na jurídico-política e na ideológica, resultou numa espécie de partilha de áreas de influência: a cada um parece caber oferecer determinados bens a determinadas parcelas da sociedade urbana, cumprindo assim distintos papéis no amplo universo da distribuição varejista[27].

3 - As vantagens da periodicidade

A periodicidade, se por um lado faz da feira livre uma atividade rudimentar, apoiada em precárias estruturas de madeira, dota-a de uma forma muito singular de consumir espaço, dele se apropriar por instantes, sem ter o ônus imobiliário de uma ocupação permanente. Assim sendo, se atividades fixas como a indústria, as residências nobres e tantas outras implantações cristalizadas no espaço tendem a deixar sua marca na paisagem, o mesmo não ocorre com as feiras. Estas não deixam rastros: desmancham no ar.

A literatura referente aos mercados periódicos[28], em grande parte respaldada nos princípios da teoria econômica neoclássica, explica o surgimento e a persistência destes mercados justamente pela racionalidade e eficiência de seu comportamento itinerante, que permite ao mercador ampliar demasiadamente seu raio físico de atuação. Sem dúvida, a periodicidade viabiliza a presença de feiras mesmo em locais onde é muito fraca a demanda de consumo. Concentrando em um único dia da semana toda a demanda local, torna-se viável a aglomeração periódica de mercadores.

4 - A qualidade do serviço prestado

É incontestável que a feira livre, em determinados aspectos, oferece ao consumidor um serviço de qualidade superior a qualquer outro congênere. Não fosse esta característica a feira possivelmente não persistiria, pois não haveria este afluxo de volumosa clientela que diariamente garante sua reprodução enquanto atividade comercial.

Em função de sua natureza de atuação em grande escala, aos supermercados muitas vezes é inviável padronizar determinados produtos, oferecer o sortimento desejado ou aquele produto fresco (principalmente em pescado e olericultura), o que é quase uma exclusividade da feira livre. O que enfatizaremos a seguir é o quanto a qualidade do serviço prestado decorre quase sempre do fato de ser a feira livre uma microempresa.

Por ser uma grande empresa, onde os empregados são aqueles que diretamente lidam com as mercadorias e a população, o supermercado carece de vários qualitativos. Não existe o cuidado em manusear adequadamente o produto perecível, daí a preferência por enlatados e empacotados, produtos resistentes à manipulação constante e agressiva. Também não existe no supermercado o tratamento cordial e personalizado da feira livre, por que nesta o freguês fala diretamente com o dono, o maior interessado em executar bem o serviço.

5 - A questão sociocultural

> *"Favorecendo múltiplas relações interpessoais, na feira livre são reafirmadas relações de vizinhança, e a comunicação que se estabelece abrange desde os preços praticados até os últimos acontecimentos políticos, passando pelas receitas culinárias e pelo capítulo da novela das oito. Nesse universo econômico, onde não há notas fiscais, a "pechincha" quebra a informalidade das operações comerciais". (Pandolfo, 1987, p. 27-28)*

A citação acima nos remete a várias dimensões da vida social cotidiana, que utilizam a feira livre como território ritual. Poderíamos adentrar por esta faceta sociológica, mas vamos nos deter aqui à possibilidade de pechinchar, realçada pelo autor.

A pechincha é uma prática que, mais do que a proximidade pessoal entre feirantes e fregueses, revela o lado participativo do ato

27 Basicamente, a feira livre opera atualmente em circunstâncias não atrativas para o grande capital, como por exemplo vender condimentos moídos na hora, em pequenas quantidades, ao fraco mercado consumidor de um bairro periférico.

28 Uma revisão crítica da bibliografia referente aos mercados periódicos, abrangendo quase meia centena de livros e artigos, pode ser encontrada em Bromley (1980).

de comprar na feira. Em meio à passividade generalizada que o consumismo incentiva no homem moderno (seu papel é apenas escolher entre este ou aquele produto), cria-se o consumidor perfeito e o cidadão imperfeito[29].

Neste sentido, a feira livre surge ao indivíduo como uma oportunidade de participação, de construção social do momento vivido, algo freqüentemente negado nas atuais estruturas de varejo e na vida moderna em geral.

Outro aspecto importante da feira livre é a pessoalidade nas relações entre feirante e consumidor, que adentra pelo lado afetivo e chega a estabelecer laços de prolongada amizade e fidelidade mútua, algo impensável no sistema de auto-serviço. É comum o feirante orientar o freguês quanto à qualidade, à natureza e ao uso recomendável de determinado produto. O diálogo é um elemento constante no cotidiano das feiras. Vendedores de ervas medicinais, geralmente espalhadas sobre um pano estirado ao chão, não raramente medicam seus clientes, informando sobre como e quando utilizar determinada erva em função dos sintomas expostos pelo paciente.

Fatos como este demonstram o quanto a feira livre carioca ultrapassa em muito a mera função varejista, tendo inclusive o papel de preservar a oferta de bens e serviços que não se adaptam ao moderno sistema de auto-serviço ou à economia de escala. Neste sentido, funciona como um autêntico museu vivo do cotidiano. Na medida em que se constitui como espaço de preservação de toda uma cultura alimentar e comercial, a feira livre exerce influência marcante na permanência de identidades socioculturais que coexistem na metrópole. Vide o caso da feira de São Cristóvão aos domingos (mas que se inicia nas noites de sábado, como nas grandes feiras regionais nordestinas) que reúne 50 mil pessoas numa grande festa regada à música caipira e produtos sertanejos, como goma de tapioca, feijão-de-corda, carne-de-sol, rapadura, manteiga-de-garrafa, feijão-rajado, etc.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

BARRETO, A. Lima. *Feiras e mafuás*, São Paulo, Mérito, 1953.

BECKER, Bertha. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, abr./maio/jun. 1966: 129-156, 1966.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade*, São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

BROMLEY, R.J. Os mercados periódicos dos países em desenvolvimento; uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, IBGE, 42(3), p. 646-57, 1980.

_____. et al. Análise racional dos mercados periódicos. *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, IBGE, 42(1), p. 183-94, jan./mar., 1980.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro.* Biblioteca Carioca, v. 6, Rio de Janeiro, 1988.

CORDEIRO, N. Abreu & PIRES, Jacira R. Projeto novos espaços para feira livre e esportes. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETURA. São Paulo, *Anais...*, São Paulo, s.d.

CORREA, Roberto Lobato. *A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro, Deptº de Geografia da UFRJ, 1987. (mimeo).

_____. O enfoque locacional em geografia. *Terra Livre*, 1(1), AGB. São Paulo, 1986.

COSTA, Mário. *Feiras e outros divertimentos populares de Lisboa.* Lisboa, Oficinas Gráficas do C.M.L., 1950.

COSTA, Rogério Haesbaert, GOMES, Paulo C. C. O espaço na modernidade. *Terra Livre, (5)*, p. 47-67, São Paulo, AGB, Marco Zero, 1988.

[29] Ver Milton Santos, *O Espaço do Cidadão*, São Paulo, 1985. O autor discute a questão da cidadania diante da massificação do consumo.

GUIMARÃES, Olmária. *O papel das feiras livres no abastecimento da cidade de São Paulo.* São Paulo, USP, 1969 (Série Teses e Monografias, nº 22).

LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco C. T. *História política do abastecimento: 1914 - 1974.* Brasília, Binagre, 1979.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição Brasileira* (cultura brasileira e indústria cultural). São Paulo, Brasiliense, 1988.

PANDOLFO, M. Lúcia Martins. *Feira de São Cristóvão*: a reconstrução do nordestino num mundo de paraíbas e nortistas. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987.Tese de Mestrado em Educação.

PINTAUDI, Silvana Maria. *Os supermercados na grande São Paulo* : contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. Deptº de Geografia, USP, São Paulo, 1981. Tese de Mestrado.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - *Plano de governo: 1986-1989.* 1985.

PSILLAKIS, Homero M. *O shopping center e o varejo brasileiro.* Rio de Janeiro. ABRASCE, s.d.

RAU, Virgínia. *Subsídio para o estudo das feiras medievais portuguesas.* Lisboa, Bertrand, 1943.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SANTOS, Milton de Almeida. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

_____. *As articulações dos modos de produção e os dois circuitos da economia urbana* : Os atacadistas de Lima, Peru. In: ENSAIOS SOBRE A URBANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA. São Paulo, HUCITEC, 1982.

_____. *Espaço e método.* São Paulo, Nobel, 1985.

_____. *O espaço do cidadão.* São Paulo, Nobel, 1985.

_____. *Por uma geografia nova.* São Paulo, HUCITEC, 1986.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*, São Paulo, HUCITEC, 1988.

SILVA, Antonio C. *Feiras livres no Districto Federal* : hábitos e costumes populares. Rio de Janeiro, Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1936.

ANEXO 1

Relação das Feiras Livres que Compõem a Amostra

1 - BOTAFOGO: Rua Visconde de Outro Preto (2ª feira), 85 mercadores, sete entrevistas, em 22/01/90.

2 - GRAJAÚ: Avenida Júlio Furtado (6ª feira), 220 mercadores, sete entrevistas, em 25/08/89 e 02/02/90.

3 - GLÓRIA: Avenida Augusto Severo (domingo), 367 mercadores, sete entrevistas, em 21/01/90.

4 - PRAÇA SECA: Ruas Barão e Gastão Taveira (domingo), 240 mercadores, seis entrevistas, em 28/01/90.

5 - MARIA DA GRAÇA: Rua Conde de Azambuja (3ª feira), 86 mercadores, seis entrevistas, em 15/08/89 e 13/02/90.

6 - INHAÚMA: Rua Dona Emília (domingo), 197 mercadores, seis entrevistas, em 04/02/90.

7 - COLÉGIO: Rua Bezerril Fontenelle (6ª feira), 66 mercadores, cinco entrevistas, em 01/09/89 e 19/01/90.

8 - CAMPO GRANDE: Avenida Manuel Caldeira (domingo), 237 mercadores, nove entrevistas, em 27/01/90.

9 - COPACABANA: Ruas Ronald de Carvalho e Belford Roxo (5ª feira), 507 mercadores, em 18/01/90.

10 - RIBEIRA: Ruas Maldonado e Fernandes Fonseca (sábado), 241 mercadores, em 20/01/90.

11 - PENHA: Rua General Silveira Sobrinho (5ª feira), 147 mercadores, em 25/01/90.

12 - BENTO RIBEIRO: Rua Sapopemba (4ª feira), 96 mercadores, em 24/01/90.

13 - BANGU: Rua da Chita (4ª feira), 147 mercadores, em 17/01/90.

14 - REALENGO: Ruas Cristóvão de Barros, Capitão Teixeira e Santo Ignácio (sábado), 283 mercadores, em 27/01/90.

ANEXO 2

Modelo de Questionário Aplicado aos Feirantes

Local:

Data: Dia da Semana:

Setor:

I - Aspectos Pessoais

Nome:

Idade:

Naturalidade (ou, se estrangeiro, nacionalidade):

Local de Residência:

Tempo de Atividade na Feira Livre:

Ocupação Anterior:

Motivo de Ingresso na Feira Livre (pai ou parente feirante?):

Situação de Trabalho: (ajudante/autônomo, tem licença? Tem ajudante? Sócio/empregado? Carteira assinada? Parente?):

II - Abastecimento

Fonte (local e natureza):

Freqüência:

Motivo:

Condições de Pagamento (Tem crédito? Qual?):

III - Opinião sobre a Feira Livre

Que vantagens a feira livre oferece ao consumidor?

Como vê a relação com comércio fixo?

Como vê a atuação do Governo?

Quais são as perspectivas da feira livre?

ANEXO 3

Classificação Oficial dos Produtos Vendidos na Feira Livre

01 - Verduras, legumes e frutas
02 - Aves abatidas e ovos
03 - Flores naturais, plantas e sementes
04 - Pescado
05 - Coelhos, aves e suínos abatidos
06 - Pescado em veículos especiais
07 - Mercearia
08 - Material de limpeza
09 - Armarinho
10 - Calçados e roupas
11 - Ferragens, louças e alumínio
12 - Balas e biscoitos
13 - Tempero
14 - Aves vivas e ovos
15 - Laticínios e doces
16 - Artefatos de couro e plástico
17 - Artigos de plástico e brinquedos

ANEXO 4

DISTRIBUIÇÃO DE BARRACAS E CAMELÔS NAS FEIRAS PESQUISADAS, SEGUNDO OS BAIRROS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - 1990

BAIRROS	NÚMEROS ABSOLUTOS			NÚMEROS RELATIVOS (%)		
	Total	Barracas	Camelôs	Total	Barracas	Camelôs
MÉDIA	209,2	153,5	55,7	100,0	73,0	27,0
TOTAL	2 929	2 149	780	-	-	-
Copacabana	508	354	154	100,0	69,5	30,5
Glória	366	275	91	100,0	75,0	25,0
Botafogo	84	75	9	100,0	89,5	10,5
Grajaú	220	202	18	100,0	92,0	8,0
Maria da Graça	86	66	20	100,0	69,5	30,5
Penha	147	104	43	100,0	70,5	29,5
Praça Seca	240	187	53	100,0	76,5	23,5
Ribeira	237	213	24	100,0	90,0	10,0
Inhaúma	197	135	62	100,0	68,5	31,5
Colégio	66	49	17	100,0	74,0	26,0
Bangu	161	91	70	100,0	56,5	43,5
Realengo	283	169	114	100,0	59,5	40,5
Campo Grande	237	162	75	100,0	68,5	31,5
Bento Ribeiro	97	67	30	100,0	69,0	31,0

FONTE - Pesquisa de campo - 1989/1990.

RESUMO

A feira livre desempenha importante papel no abastecimento alimentar da cidade do Rio de Janeiro. Espalhada por toda a cidade em grande número, e existindo oficialmente desde o início do século, desfruta de grande prestígio junto à população.

A partir da década de 60, uma nova modalidade de varejo entra em cena: os supermercados. Sua rápida expansão na cidade, a partir da atuação de poderosos grupos econômicos envolvidos, inaugura um período de forte concorrência com as tradicionais feiras livres. O conflito que se estabelece tem como mediador o poder público que, a partir de 1964, assume caráter ditatorial e favorável aos interesses do grande capital. Particularmente, o período que se entende entre 1968 e 1979 verifica uma política de retração das feiras livres cariocas, comprometendo seu desempenho e modificando radicalmente sua distribuição espacial, assumindo novo significado na economia urbana.

Nosso objetivo básico é compreender e dimensionar este processo de reestruturação das feiras livres, considerando sua articulação com o sistema de abastecimento e o advento dos supermercados, dentro de um determinado contexto político, econômico e cultural.

ABSTRACT

The urban fair (feira livre) has an important role on the food provision of the city of Rio de Janeiro. Its formal beginings is in the early twenty century when through a process of diffusion became ubiquous all over the city. It is a kind of periodic market with many characteristics of the so-called lower circuit.

Since the 1960's the urban fair was submitted to a strong competition with the supermarkets. The result was a diminution of the number of urban fairs and also a change of the location pattern, specially between 1968 and 1979.

The purpose of this dissertation is to throw light in the process of restructuration of urban fairs, considering its articulation with other activities.

REORDENAÇÃO ESPACIAL E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA AGRÁRIA: O CASO DAS TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO*

*José Grabois***
*Mauro José da Silva****
*Caio Augusto Amorim Maciel****

FOTO 1

Ruínas do antigo Engenho Condado tomadas por imbaúbas e pelo bananal. Detalhe da boca da antiga fornalha.

* Recebido para publicação em 11 de março de 1992.

** Coordenador da pesquisa. Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

*** Mestrandos em Geografia da UFPE, bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Queremos registrar os nossos agradecimentos ao Professor Orlando Valverde, amigo de sempre, pela colaboração valiosa que nos prestou em vários momentos da pesquisa.

Fica também o nosso muito obrigado aos amigos que encontramos ao longo da nossa rica experiência acadêmica e humana, especialmente em São Vicente Férrer, e tão bem representados pelo Prefeito Honorato Leitão de Melo Jr. e pela Secretária Municipal de Educação, Profª. Eutícia Maranhão do Egito. Consideramos que sem o seu apoio dificilmente conseguiríamos realizar nosso trabalho.

INTRODUÇÃO

A pesquisa objetivou estudar, na área em apreço e na atual conjuntura de crise, a interação da grande lavoura canavieira com as demais atividades agrárias como a cultura da banana, a pecuária, a viticultura e a produção de alimentos de um modo geral e como se relacionam entre si estas últimas. Tentou-se com isto compreender que tipo de mudança se esboça no conjunto dessas atividades, se conjuntural ou não, e como está afetando as relações de trabalho, a estrutura fundiária e os sistemas agrícolas vigentes.

A relevância do tema prende-se não só à originalidade da área, uma complexa transição Agreste-Mata alterada pela existência de um brejo, mas também pelo momento desfavorável por que passa o Programa Nacional do Álcool - PROÁLCOOL.

Acredita-se ser este trabalho uma contribuição ao conhecimento da realidade agrária nordestina, permitindo generalizações mais seguras: entre outras coisas pensa-se que o detalhamento - trata-se de uma área relativamente pequena - contribuiu para uma melhor compreensão não só da definição e das relações entre espaços maiores como a Mata e o Agreste, mas também e principalmente da dinâmica própria dos brejos. Neste contexto é que se pôde correlacionar certas especificidades da área em estudo com o conjunto maior a respeito da evolução da produção e das conseqüentes reordenações espaciais às quais se dedicou particular atenção.

Buscou-se, na primeira parte do trabalho, a definição dos diferentes subespaços e a caracterização das Terras Altas como um palco de múltiplos cenários onde se exprime uma realidade bastante rica, objetivando uma percepção mais sólida das sucessivas mudanças ao longo de sua história.

A segunda parte, tendo em vista fundamentar a análise das formas atuais deste espaço agrário, objetivou o entendimento das várias etapas de sua evolução econômica vista através da sucessão das diversas culturas que, coexistindo ou não, deram especificidade aos diferentes momentos e espaços em que alcançaram maior significação.

PRIMEIRA PARTE

AS TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO: CARACTERIZAÇÃO, DELIMITAÇÃO E SUBDIVISÕES

FOTO 2

Relevo dissecado das Terras Altas na sua Área Nuclear (ao fundo e à esquerda) e na passagem para o Setor Meridional da Faixa de Transição (ao centro e à direita). Foto tomada nas terras do Engenho Patos nas proximidades da vila de Siriji, Município de São Vicente Férrer.

A área em estudo localiza-se no extremo noroeste da Mata Norte de Pernambuco, já na sua passagem para o Agreste. Assim, fica estabelecida uma transição complexa entre três espaços com características fisiográficas, ecológicas e de ocupação muito próprias: a Mata, domínio da cana-de-açúcar, o Agreste com a pecuária, e o Brejo. Este último, outrora um brejo cafeeiro e hoje marcado principalmente pela grande lavoura da banana, mostra ainda traços nítidos da presença da pequena produção.

Os municípios que integram este conjunto são: Machados e São Vicente Férrer a oeste, Timbaúba ao norte, Macaparana a noroeste, Vicência ao sul e Bom Jardim a sudoeste. Contam-se, também, pequenos trechos dos Municípios de Aliança a leste, Buenos Aires ao sul e Orobó a oeste, não se podendo deixar de lado o Município de Natuba no estado vizinho da Paraíba (Mapa 1).

Conforme os resultados do Recenseamento Geral de 1980 feito pelo IBGE[1], a população deste conjunto é predominantemente rural, oscilando suas percentagens em torno de valores altos, desde 86% em Orobó até 65% em Macaparana. Constitui Timbaúba (37%) uma exceção em face da maior importância da cidade, expressivo centro sub-regional. Os municípios de influência agrestina apresentam as maiores proporções de população rural, enquanto que em São Vicente Férrer e nos municípios mais ligados à cana-de-açúcar estas percentagens são um pouco menores (em torno de 70%) por conta do maior esvaziamento do campo e da aglomeração da população na periferia das cidades.

A composição etária da população revela uma situação típica de subdesenvolvimento com forte concentração nas faixas até 20 anos que representam sempre mais de 50% do total. Caso fosse construída, a pirâmide de população revelaria para o conjunto, além da base larga, um ápice pouco pronunciado, já que a população com idade superior a 60 anos fica em torno de 8% do total. Os lados dessa pirâmide seriam côncavos, decorrendo tal conformação não só da mortalidade ainda alta mas também das migrações, fenômeno muito presente na área. O pequeno crescimento demográfico registrado entre 1970 e 1980 (de 8 a 12% no decênio), ficando alguns municípios praticamente estagnados, revela a importância que assumem as migrações, já que, na melhor das hipóteses, tal crescimento representa a metade da taxa brasileira.

A composição profissional é compatível com este quadro, havendo amplo predomínio da mão-de-obra empregada na agricultura sobre as demais atividades. Este setor absorve em torno de 70% da população economicamente ativa desses municípios, com exceção de Timbaúba, onde o percentual é de apenas 38%.

É uma população que apresenta elevada taxa de analfabetismo, em torno de 50% (considerando-se a população com idade igual e superior a 5 anos).

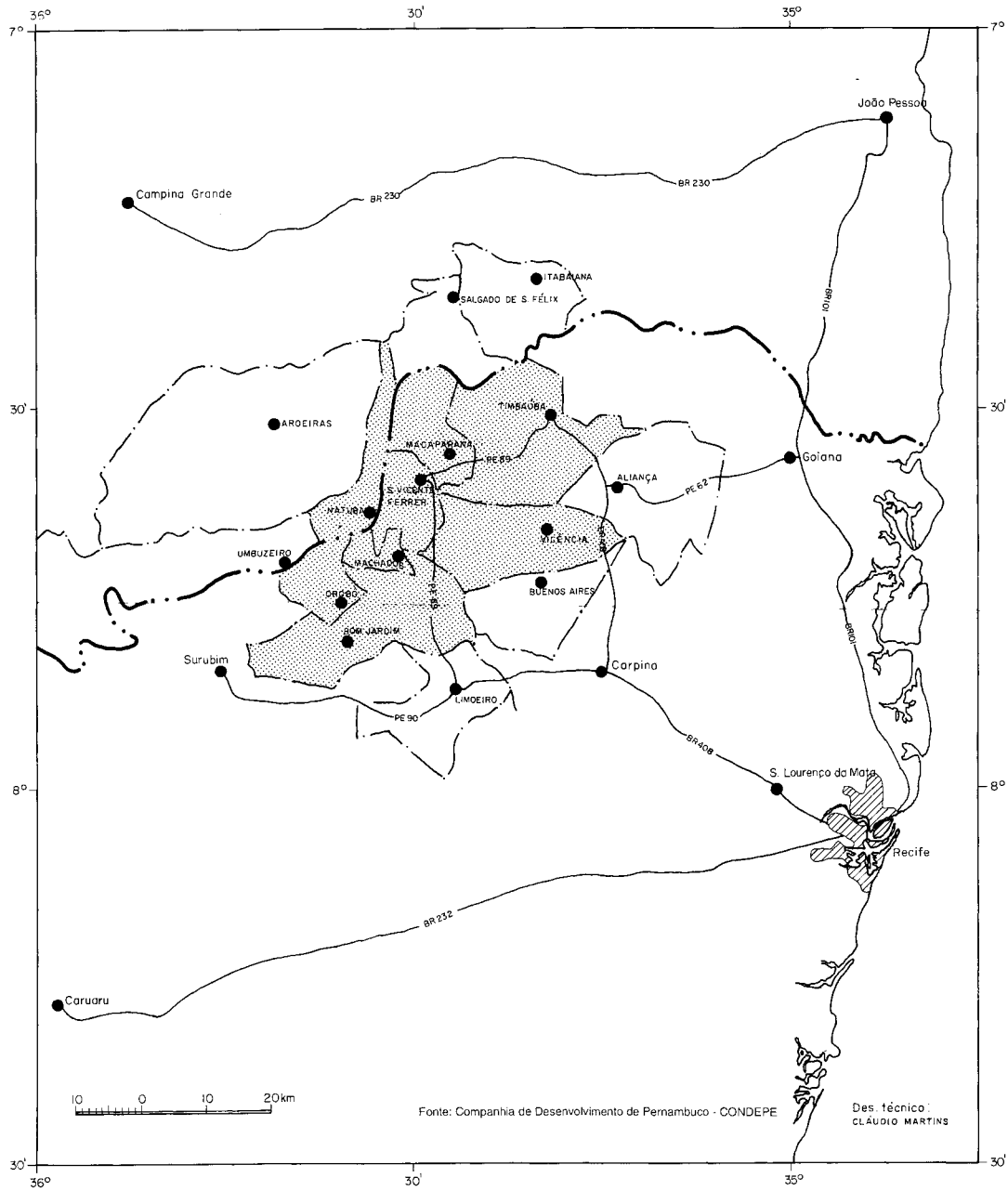
Forma-se um quadro bastante complexo, cujo traço marcante é dado pela serra do Mascarenhas, um brejo que altera as condições da citada transição. Na verdade não se trata apenas desta serra, mas sim de um conjunto de cristas e vales paralelos, marcado por forte tectonismo e dissecação do relevo do qual fazem parte outras projeções da Borborema para leste, mais rebaixadas, dispostas na mesma direção do alinhamento principal, tanto ao norte quanto ao sul. Tais elevações ainda que confiram uma certa feição de brejo às terras circunvizinhas não o fazem de modo tão evidente quanto o eixo principal.

O caráter deste brejo pode ser entendido como o resultado "da interiorização das influências costeiras orientais: do fluxo horizontal, advectivo, dos alíseos "refrescados" pelas descargas da Frente Polar Atlântica - FPA.

O alcance imediato dessas influências, canalizadas, inclusive, pelas calhas dos baixos cursos fluviais, delimita o contorno no interior, muito festonado, da zona da mata. Interceptado o fluxo, afinal, pelas escarpas do 'planalto da Borborema', a massa de ar advectiva é forçada a se elevar, resfria-se adiabaticamente e acentua efeito de condensação e precipitações

[1] Censo Demográfico, 1980. Estado de Pernambuco, Rio de Janeiro, IBGE.

MAPA 1
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO E DIVISÃO MUNICIPAL



CONVENÇÕES

- Limite municipal
- Limite estadual
- Principais estradas asfaltadas, Federais e Estaduais
- Municípios das Terras Altas da Transição Agreste Mata do Norte de Pernambuco.

(efeitos de barlavento). Com o que se estabelecem a sotavento, bruscamente, contrastes com o agreste subúmido e mesmo semi-árido".[2]

Essas características, aliadas à sua localização, nos levaram a denominar a área em estudo de Terras Altas da Transição Agreste-Mata do Norte de Pernambuco a qual denominaremos, doravante, com o sentido de facilitar a leitura, de Terras Altas.

Os terrenos que constituem as Terras Altas são antigos, do Pré-Cambriano, e mostram, como reflexo do predomínio do clima úmido, decomposição generalizada das rochas, o que não exclui a existência de alguns afloramentos importantes. O alinhamento principal, com uma altitude em torno de 600 m (superfície Borborema), se estende, a grosso modo, na direção oeste/leste, até as proximidades de Aliança, perpendicularmente a outro grande alinhamento - a serra do Pirauá - que serve de limite entre os Estados da Paraíba e Pernambuco. A altitude declina para leste mais fortemente a partir do pico do Jundiá, já com 485 m. O extremo ocidental do Mascarenhas forma no estado vizinho, na parte sul do município do mesmo nome, o Brejo de Natuba (Mapa 2).

A área é cortada ao norte pelo rio Capibaribe-Mirim e ao sul pelo Siriji, que representam cunhas de penetração das influências da Zona da Mata Norte. Seus vales são, ao mesmo tempo, exemplos didáticos da forte influência tectônica aí presente: amplos, não são compatíveis com o poder erosivo de rios com descarga tão reduzida.

Em face da diversidade do relevo e da distância da costa, é válido pensar que o clima dominante - AS' de Köppen, quente e com chuvas de outono/inverno - vai apresentar variações. Assim, por exemplo, na área do Brejo pode-se supor uma amenização das temperaturas e uma acentuação das precipitações. Isto contrasta com o extremo ocidental da Zona da Mata, onde Aliança - mais longe que Goiana e de menor altitude que São Vicente Férrer - apresenta um total anual de 724,6 milímetros[3]. Dados colhidos pela EMATER local, no curto período de 4 anos, permitem apenas a indicação de precipitações maiores em São Vicente Férrer, em torno de 1 200 mm anuais.

Segundo Dárdano de A. Lima[4], existem na área três tipos distintos de formações vegetais: a mata tropical subperenifólia (mata seca), o agreste e a mata tropical perenifólia (mata úmida), esta ligada à existência de alinhamentos, como a serra do Mascarenhas, onde se realiza uma condição de brejo. Da mata seca que predomina nas terras mais baixas, até 300 m, passa-se, de modo gradual para ocidente, ao agreste de mata; diversamente, nas áreas dos alinhamentos, ela cede lugar, também de leste para oeste, à mata úmida.

Ainda conforme o autor citado, em comparação com a mata úmida, a floresta subperenifólia mostra uma maior densidade de indivíduos de porte arbóreo que, no entanto, têm menor altura e diâmetro. De acordo com Orlando Valverde, "situada numa região em que as estiagens já são mais rigorosas, cerca de 70 a 80% das espécies arbóreas perdem suas folhas"[5].

Conforme as idéias dos Professores Azis Nacib Ab'Sáber e Orlando Valverde, registradas no trabalho "O Brejo de Natuba: estudo da organização de um espaço periférico"[6], pode-se dizer que a vegetação original do Mascarenhas era uma mata bastante densa, mata atlântica de região serrana com todas as características de mata tropical. Mais do que a chuva é a umidade, preservada em todos os recantos das vertentes e das serranias regionais, que força a existência de um ambiente tropical, úmido e suficiente para manter uma floresta do tipo *Rain Forest,* em que o pluvial é menos importante do que a umidade. É, assim, uma mata de nevoeiro, um *nebelwald* no dizer dos geógrafos alemães. Coerente-

---

[2] Andrade, G. O; Lins, R. C. *Introdução à morfoclimatologia do nordeste do Brasil.* SUDENE, 1963.

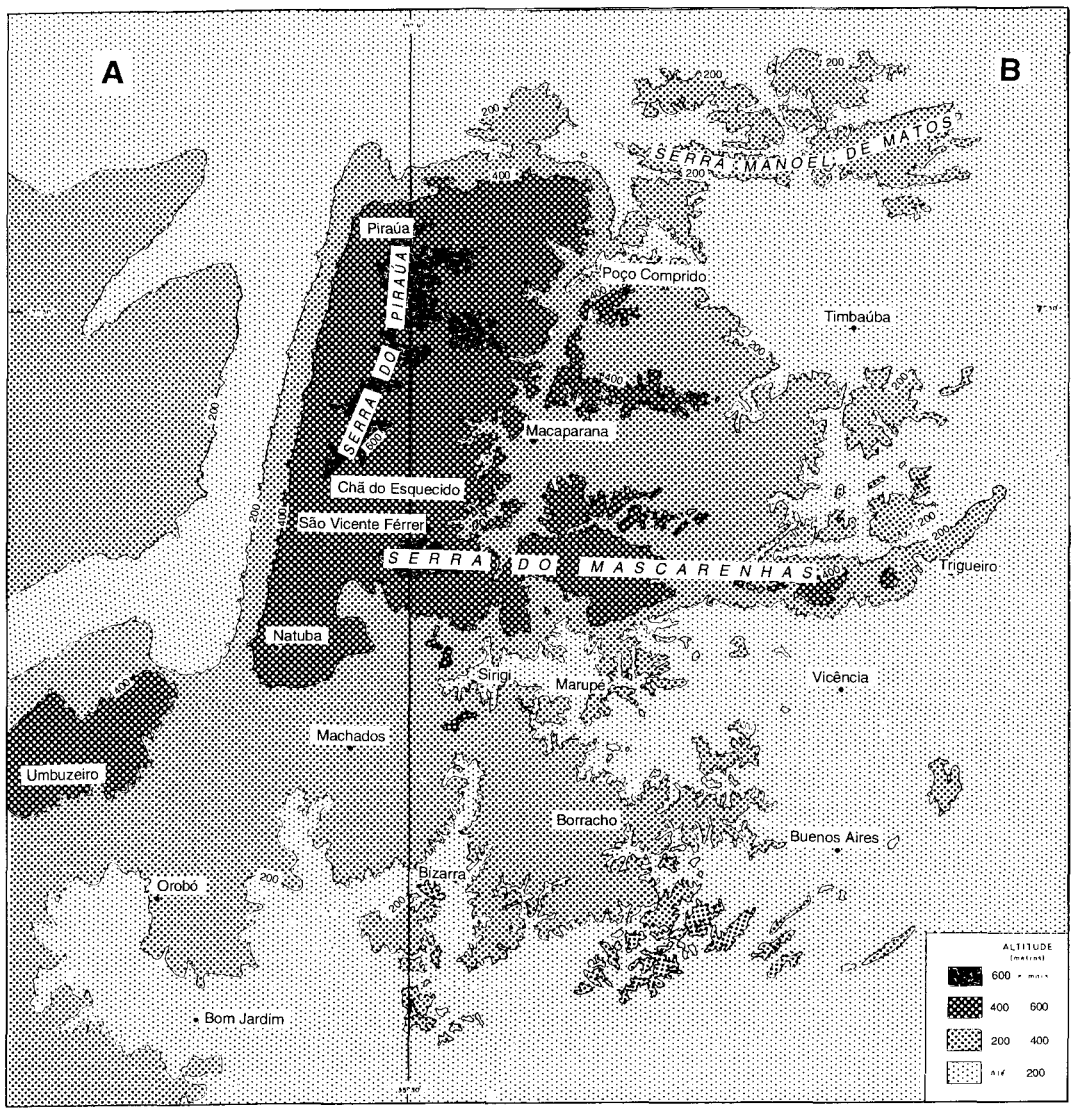
[3] Andrade, M. C. *O vale do Siriji.* Separata da *Revista do Museu do Açúcar,* 1971.

[4] Lima, D. A. *Estudos fitogeográficos de Pernambuco.* Instituto de Pesquisas Agronômicas, 2, 1957.

[5] Valverde, O. O noroeste da mata pernambucana (A região de Timbaúba). *Boletim Carioca de Geografia* , 1961.

[6] Grabois, J; Silva, M. J. O brejo de Natuba: estudo da organização de um espaço periférico. *Revista Brasileira de Geografia,* 53 (2), abr./jun. 1990.

MAPA 2
TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO
HIPSOMETRIA



FONTE: Mapa do estado da Paraíba. Escala 1: 500 000, IBGE, 1970.
Carta Topográfica Folhas Limoeiro e Sapé, SUDENE 1974.
Carta Imagem de RADAR: Folha Surubim, Escala 1: 100 000 - SUDENE, 1984

A - Trabalhado na Escala 1: 500 000
B - Trabalhado na Escala 1: 100 000

mente com estas condições prevalecem os solos profundos, podzólicos e latossolos.

De um modo geral pode-se subdividir a área em dois grandes espaços: a Área Nuclear, a que também chamamos Brejo de São Vicente, onde as feições de brejo se apresentam mais acentuadas e que se acha envolvida em todo o seu perímetro por um cinturão de largura variável que denominamos Faixa ou Anel de Transição Complexa. Esta última constitui um espaço bastante diversificado porque aí se projetam, além das características da Área Nuclear, as influências das terras vizinhas do Agreste e da Mata. Isto nos levou a considerar três setores diferenciados aos quais chamamos de Setor Canavieiro, Setor Meridional e Setor Ocidental (Mapa 3).

A Área Nuclear é um significativo conjunto de grandes colinas cujas vertentes de fortes declividades relacionam-se com vales estreitos de inexpressivas várzeas, evidenciando, além do tectonismo, uma forte dissecação do relevo ligada, neste ambiente de clima úmido, a uma densa rede de drenagem.

É aí que permanecem os resíduos mais importantes da cobertura vegetal. Antes relativamente menos afetada pelos cafezais sombreados, a floresta cede lugar hoje, na maior parte, aos imensos bananais que aí têm se expandido nas últimas duas décadas, constituindo, juntamente com os restos da mata, o traço fundamental desta paisagem. Refletindo uma expansão muito ligada à grande lavoura, os bananais, cuja característica essencial é dada por sua forte continuidade, ocupam indistintamente todos os espaços: os fundos de vales, as encostas e os topos. Deixam alguns pontos altos à mata, numa convivência marcada pelo contínuo recuo desta última.

É também exemplo didático da vinculação da problemática social à ecológica o fato de que nem mesmo a "Mata do Estado", criada no governo Agamenon Magalhães, está sendo poupada. Esta importante reserva florestal de 600 ha, contendo 32 nascentes e localizada nos topos mais elevados da Área Nuclear onde a lavoura do café não chegou, está sendo destruída por posseiros. São cerca de 15 famílias que habitam em casas muito precárias, de taipa e cobertura de palha, localizadas em trechos da sua borda, onde também estão os roçados.

Significativamente chamado outrora de Brejo de São Vicente, dos municípios mencionados é o de São Vicente Férrer o que mais se identifica com a Área Nuclear, tendo aí a quase totalidade de suas terras. Não é por

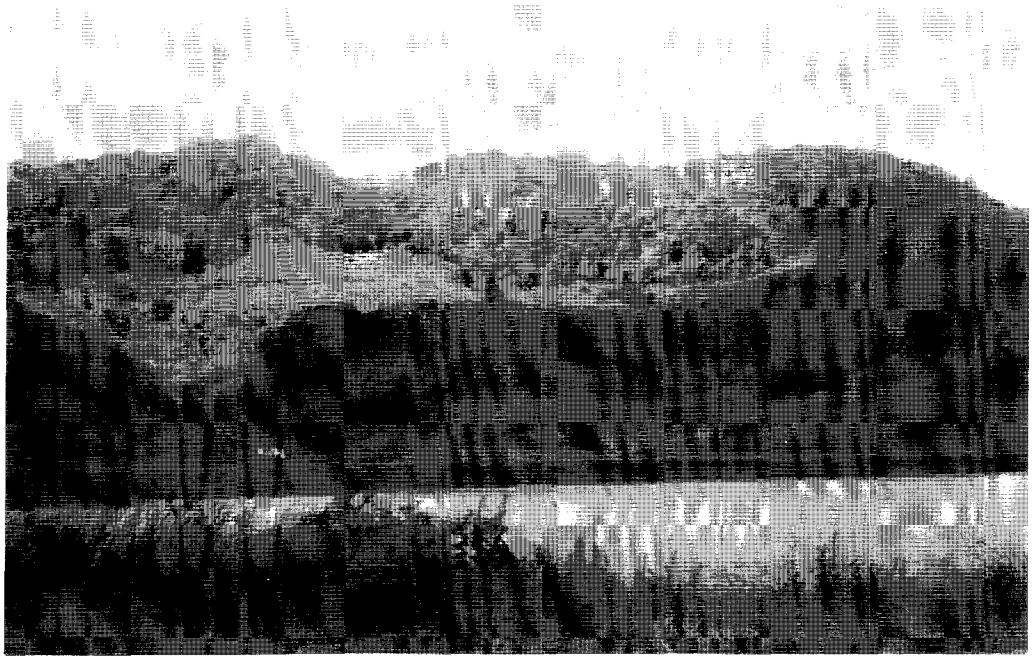
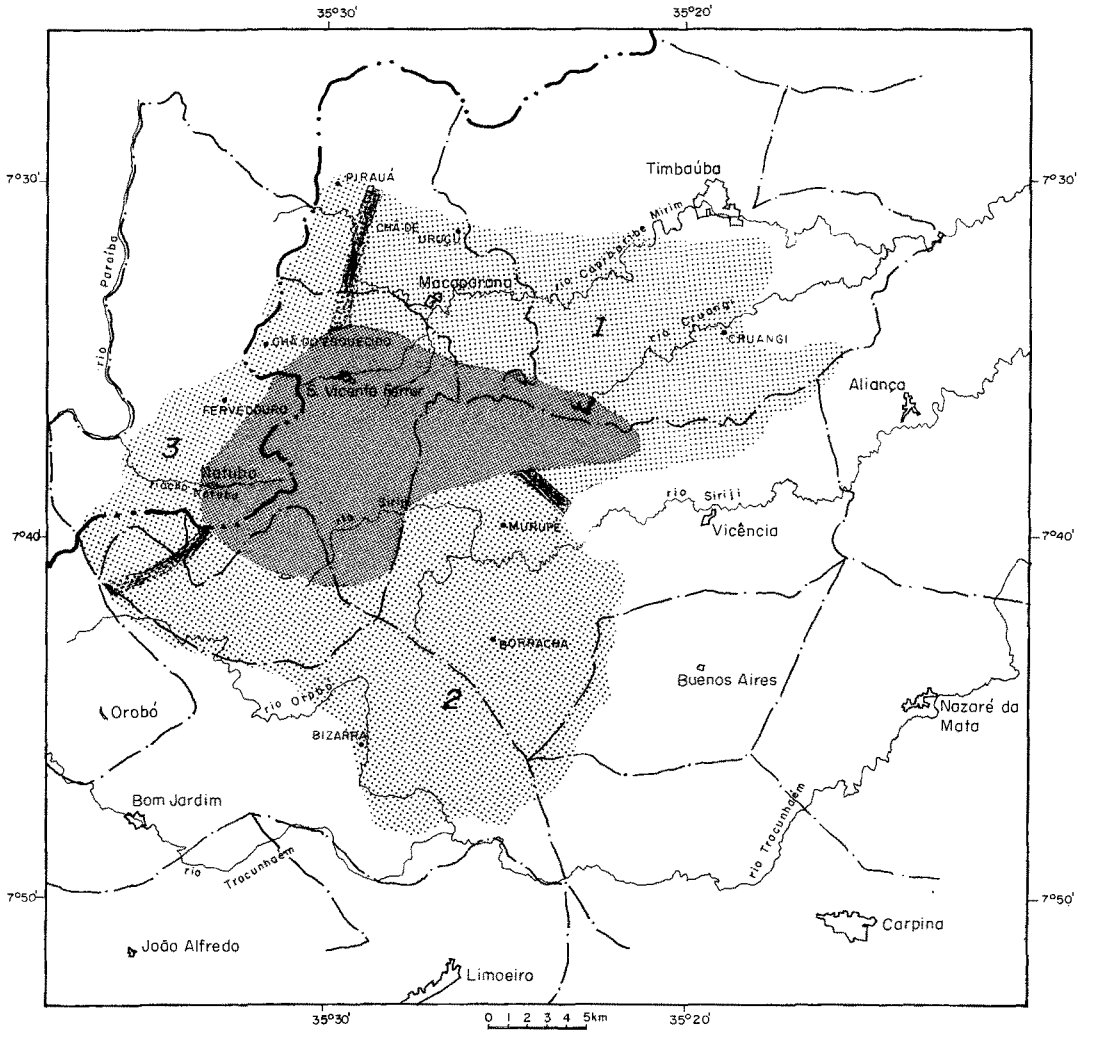


FOTO 3

Grandes colinas ocupadas quase que continuamente por extensos bananais e às vezes por expressivos restos de mata, como é o caso da Fazenda Oito Porcos (São Vicente Férrer), caracterizam a paisagem da Área Nuclear.

MAPA 3
TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO - DELIMITAÇÃO E SUBDIVISÃO



Convenções

- Limite estadual
- Limite municipal
- Rios principais
- Cidades
- Área Nuclear
- Faixa de Transição Complexa

1 - Setor Canavieiro
2 - Setor Meridional
3 - Setor Ocidental

FONTES: SUDENE, CONDEPE e DNER.

Des. técnico: Cláudio Martins

acaso que se pode considerá-lo como centro irradiador da cultura da banana (Mapa 3).

O povoamento, ligado em grande parte às fazendas de café e seus inúmeros "sítios" de moradores, resultou numa forte densidade demográfica na Área Nuclear. Entretanto, da mesma forma que no Anel, ocorre aqui uma certa redução desta densidade, sem que se tenha formado um vazio, com a saída progressiva de moradores, bem como de pequenos proprietários. Ao fenômeno da fragmentação das antigas fazendas com a formação de médias e pequenas propriedades, sucedeu-se o da reconcentração de terras apoiada na valorização da cultura da banana. Possui ainda, porém, áreas que formam espécies de "ilhas" de maior densidade correspondentes a locais ocupados por pequenos proprietários, como Mirim, Siriji, Mata Limpa e Macambira, entre outros.

O habitat é disperso e mais próximo de um padrão *Coup de Plomb*, se bem que de maneira não tão característica como nas terras da Faixa de Transição Complexa. Esta forma é um pouco perturbada na Área Nuclear, tendo em vista a topografia. A forte dissecação do relevo, traduzida nos vales de paredes íngremes e raras várzeas, produz uma certa orientação, com algo de linear, na disposição do habitat segundo os vales, nas suas médias e baixas encostas, ficando rarefeitas as áreas mais altas das colinas. No entanto, o povoamento não se fez exclusivamente pelos vales, havendo um número relativamente grande de pequenas chãs que concentram algumas habitações.

Além das inúmeras casas de pequenos proprietários e moradores, quase todas de dimensões reduzidas, se bem que de alvenaria e telhas, deve-se considerar as sedes dos antigos engenhos ou fazendas. Habitações maiores e bem próximas, freqüentemente distando entre si um ou dois quilômetros, lembram o passado econômico da região, seja através dos terreiros de secagem de café, hoje sem função, seja, com menos freqüência porém, pelos restos de construções de antigos engenhos. Sedes típicas de Brejo, na sua grande maioria, não têm a imponência das "casas grandes" da Zona da Mata que são, além disso, muito mais distantes entre si, revelando propriedades maiores.

A cidade da Área Nuclear é São Vicente Férrer. Com um sítio tipicamente de fundo de vale, estendeu-se de forma linear ao longo do Capibaribe-Mirim, especialmente pela sua margem direita. Aí estão os setores da classe média local, todo o comércio mais importante, a Igreja Matriz, a Prefeitura, o posto de saúde, os bancos, o mercado público, antigo armazém do IBC, etc. Nas terras da margem esquerda, de ocupação mais recente, instalaram-se bairros tipicamente proletários, destacando-se o do Recreio, uma periferia urbana que galga considerável espaço numa encosta muito íngreme. Isto não quer dizer que na vertente oposta inexistam trechos de ruas ou até mesmo pequenos bairros como o da "Caixa d'Água", de população também proletária.

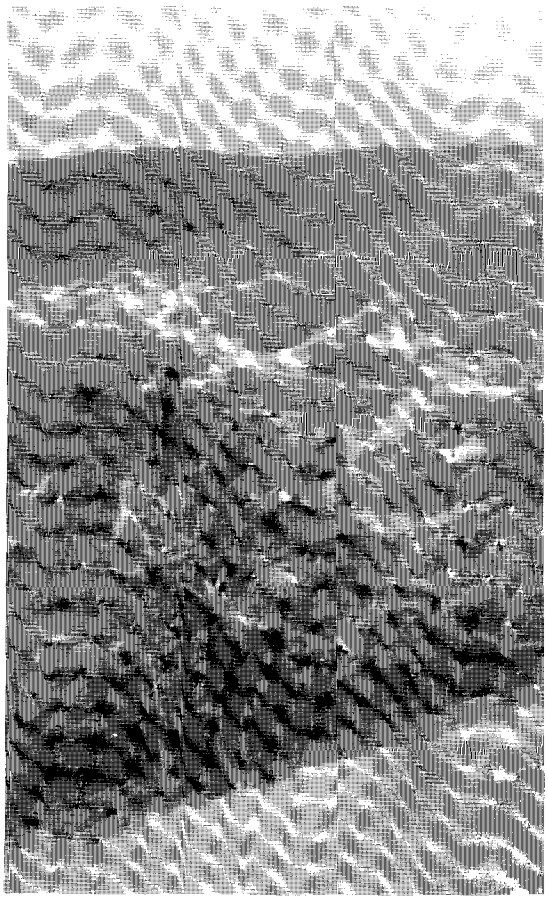


FOTO 4

São Vicente Férrer é a cidade da Área Nuclear. Com sítio tipicamente de fundo de vale, estende-se ao longo do Capibaribe-Mirim, galgando, porém, porções expressivas das encostas onde se organizam as "pontas de rua". O grande alinhamento da serra do Mascarenhas, o tipo de tempo chuvoso (maio de 1990) com predomínio de chuvas finas e forte nebulosidade, os restos da mata no topo das elevações e as culturas feitas em grandes parcelas compõem um quadro muito específico de brejo na sua Área Nuclear.

Típica cidade de brejo, é um centro local pouco dinâmico, de prestação de serviços para uma densa população rural, estando subordinado a Timbaúba que polariza também Macaparana, cidade vizinha localizada no Setor Canavieiro do Anel, maior e mais ativa que São Vicente.

Nas terras da Faixa de Transição Complexa, as altitudes vão se tornando gradualmente menores (com cotas entre 400 e 200 m) e a topografia menos acidentada. No geral a declividade é menos acentuada. A menor dissecação do relevo reflete-se nos vales cada vez mais amplos, com várzeas mais significativas. Estas terras que contornam a Área Nuclear não se apresentam de forma homogênea, refletindo influências dos diferentes espaços vizinhos. Sua tônica é dada pela expansão da grande lavoura, cuja manifestação espacial se cristaliza numa morfologia agrária que tem como traço dominante grandes parcelas de canaviais, bananais e pastagens. Conforma-se, assim, uma "colcha de grandes retalhos", contrastando com a continuidade e predomínio quase absoluto dos bananais da Área Nuclear.

O Setor Canavieiro da Faixa de Transição Complexa domina toda parte norte das Terras Altas, contorna seu extremo leste e congrega ainda parcela importante de terras ao infletir para o sul, onde confronta com o Setor Meridional. Caracteriza-se pelo franco predomínio dos canaviais ligados às usinas Nossa Senhora de Lourdes, Cruangi, Aliança, Barra, Laranjeiras e Olho-d'Água, esta um pouco mais distante.

Do centro para a periferia, isto é, a partir do limite interno do Anel, verifica-se, pela maior proximidade do Brejo, uma presença mais forte dos bananais que aos poucos, porém, começam a dividir espaço com os canaviais, todos organizados em grandes parcelas. Tal é o caso representado didaticamente pelo percurso São Vicente Férrer (Área Nuclear)-Macaparana (Setor Canavieiro do Anel)-Timbaúba. Até Macaparana o espaço vai sendo gradualmente dominado pela cana-de-açú-

FOTO 5

O Setor Canavieiro do Anel de Transição é marcado no seu trecho inicial, entre São Vicente Férrer e Macaparana, não só pela movimentação maior do relevo mas também pelo equilíbrio na ocupação do espaço entre bananais e canaviais, todos em grandes parcelas, compondo uma "colcha de grandes retalhos". Os caminhões na beira da estrada recolhem a cana trazida das colinas, cuja acidentação leva necessariamente ao uso dos "cambiteiros".

car, ocorrendo um certo equilíbrio entre as duas lavouras. Daí em diante, até Timbaúba, realiza-se o domínio pleno dos canaviais. A distribuição espacial destas culturas não tem, entretanto, o mesmo comportamento em todo setor; mais para leste, sobre a serra do Jundiá, onde o Brejo se estreita, os bananais são, por conseqüência, menos importantes. Sua diminuição alcança uma situação extrema na parte oriental do Anel onde eles praticamente inexistem. A isto se associa o fato de estar um espaço bem maior do setor ocupado pela cana-de-açúcar.

Há um contraste flagrante entre este setor e o Meridional no que diz respeito à importância dos canaviais. Não que sejam negligenciáveis neste último; mas no Setor Canavieiro sua presença é maciça e o espaço dos bananais é periférico. A cana extravasa para muito além das vertentes inferiores do vale do Capibaribe-Mirim, em comparação com o que acontece no vale do Siriji. Tal diferença pode ser correlacionada com o relevo, no seu conjunto mais suave em toda a face norte do Mascarenhas, contrastando com as declividades e recortes mais acentuados da vertente sul. Foi mais fácil para a cana, em sua história de sucessivas expansões, ocupar estas terras, onde a mecanização é mais viável. Por influência direta do Brejo constituem um agreste úmido (agreste de mata); seu relevo mais suave, somando-se a esta última qualidade, favoreceu aí a maior expansão canavieira. Portanto, tais terras, denominadas por Orlando Valverde de "apêndice da Zona da Mata", não podem ser desvinculadas do conjunto maior das Terras Altas, apesar do domínio pleno da cana-de-açúcar.

Subindo-se a vertente norte do Capibaribe-Mirim, já em torno do limite externo da Faixa de Transição complexa, observa-se o contato, freqüentemente difuso, dos canaviais com as pastagens. Aí as cercas vivas de avelós, os pequenos açudes, as árvores isoladas e as capoeiras baixas e ralas compõem uma paisagem de Agreste. O contato acontece bem próximo dos limites com a Paraíba, dados pela serra Manuel de Matos, um dos muitos alinhamentos rebaixados da área e de onde provêm alguns dos afluentes da margem esquerda do Capibaribe-Mirim.

O habitat é disperso, do tipo *Coup de Plomb*. Sua distribuição não se faz de modo homogêneo. De um modo geral as áreas periféricas onde é maior a probabilidade de existência de pequenos proprietários, tanto ao norte (Chã de Uruçu, por exemplo) como ao sul (primeiros degraus mais abruptos do Mascarenhas), mostram uma densidade mais forte do que a verificada na área dos grandes canaviais das usinas. Aí ocorre uma certa rarefação, correlata com o processo de esvaziamento conseqüente à expulsão dos moradores. Localmente, entretanto, não se organiza o habitat que representa o modelo atual dado pelas usinas da Zona da Mata. À concentração representada pela usina - fábrica, administração, vila operária - nem sempre se opõe o vazio dos canaviais, forma prevalecente do habitat atual. Ao contrário, na maior parte das terras, ainda é marcante a presença de casas de moradores, evidenciando o que se poderia chamar de uma "paleoforma" do habitat que evoca a paisagem do engenho tradicional com seus moradores. Este habitat, talvez um pouco mais rarefeito do que originalmente, foi observado nas terras da maior parte das usinas locais. As casas são de alvenaria e telhas, existindo uma padronização de planta, material e até mesmo da pintura no caso da Cruangi. Apesar de ilhadas no canavial, não representam apenas o "chão de casa", dispondo de 1 ou 2 hectares (e às vezes um pouco mais) para as culturas de subsistência e fruteiras.

Completam este quadro as construções dos velhos engenhos, próximos das várzeas, todos de "fogo morto". Existem algumas "casas grandes" bem conservadas, enquanto outras estão praticamente abandonadas. Os engenhos em si ou estão em ruínas ou se transformaram, numa adaptação canhestra, em estábulos. Há, além do mais, em alguns deles, construções oblongas, casas geminadas à moda das antigas "colônias" das fazendas de café de São Paulo. Aí ainda vivem moradores sem "sítio" ou que, na melhor das hipóteses, dispõem de um trato de terra mais afastado para trabalhar.

A menor importância econômica desta região comparativamente à Mata é retratada de modo fiel pelo padrão das construções, não só da "Casa-Grande" como da "moita" e da capela: quanto mais nos afastamos para leste, ao longo dos vales do Capibaribe-Mirim e do Siriji, as "casas-grandes" mais modestas e mais identificadas com os engenhos do Brejo

vão se tornando maiores e mais imponentes, aproximando-se das predominantes na Zona da Mata.

A maior significação econômica do Setor Canavieiro fica também evidenciada pelo número e importância das cidades que com ele têm ligação. São elas: Timbaúba, Macaparana e Vicência.

Localizada na transição Mata-Agreste, com a quase totalidade do espaço urbano situada na margem esquerda do rio Capibaribe-Mirim, Timbaúba é uma das principais cidades relacionadas às Terras Altas. Funcionando de certa maneira como uma "Porta de Brejo", tem uma área de influência que extrapola o Setor Canavieiro, atingindo, entre outras, a Área Nuclear. Mesmo estando fora dos limites deste setor, desempenha papel fundamental na sua estruturação com base na expansão generalizada dos canaviais representando a influência econômica da Zona da Mata. Este papel se manifesta desde a centralização de uma vasta gama de serviços até a existência de uma numerosa mão-de-obra de trabalhadores rurais, habitantes das "pontas de rua".

Tais bairros estão tradicionalmente situados em algumas colinas que ladeiam o vale, tal como ocorre em São Vicente Férrer, significando um tipo específico de expansão urbana, concernente à população de baixa renda em terrenos de menor valor; mas a cidade também tem se expandido pelo vale, onde está seu sítio original. Tais terras, mais valorizadas, são ocupadas pela população mais abastada e de classe média, além de embasar todo o conjunto de atividades comerciais, industriais e de serviços. Conforme Orlando Valverde[7], o crescimento urbano data do último quartel do século passado, intensificando-se a partir da ligação ferroviária com Recife, completada em 1888 e que teve como pano de fundo a economia açucareira. Timbaúba reflete, no seu quadro urbano, complexo cenário que acumula ao longo de diferentes etapas, as mudanças dessa economia. Assim, por exemplo, a nova organização das usinas e o esvaziamento progressivo de suas terras com a expulsão de grande parte dos moradores refletem-se na forma de ocupação das colinas, atribuindo-lhes um caráter de bairro periférico.

Tal como São Vicente Férrer, dela distando cerca de 7 km, Macaparana é também um centro local se bem que de importância maior do que a primeira que com ela tem estreita relação hierárquica. Este nível um pouco mais alto de prestação de serviços de Macaparana certamente decorre de sua localização numa área mais rica que é o Setor Canavieiro. No município, por exemplo, está localizada a Usina Central Nossa Senhora de Lourdes.

O sítio original da cidade ocupa uma chã cuja forma alongada se relaciona com o aspecto grosseiramente linear da planta. A expansão urbana, feita tanto sobre a chã - onde se encontram os bairros mais ricos - como descendo a vertente do vale do Capibaribe-Mirim - que abriga a maior parte das "pontas de rua" -, alargou-lhe o traçado original, compatível com o de um *strassendorf*.

Situada no outro "apêndice da Zona da Mata", que é a cunha representada pelo vale do Siriji, no sul do Setor Canavieiro, Vicência é também um centro local mas de significação um pouco maior do que Macaparana. Isto se deve, provavelmente, ao fato de ela comandar o alto e o médio vales do Siriji (onde se encontram as Usinas Barra e Laranjeiras) e por não sofrer a influência tão próxima de uma cidade do porte de Timbaúba que, indubitavelmente, reduz a importância de Macaparana.

Ainda que mais remotamente, deve-se considerar a influência de Aliança que afeta de modo tangencial a parte leste do Setor Canavieiro.

Mais diversificado do que o Setor Canavieiro, o Setor Meridional da Faixa de Transição Complexa tem influência agrestina mais acentuada. Revela os traços de uma economia pastoril muito própria da região vizinha, a qual denominamos de "Agreste de Limoeiro"[8], cuja presença se faz sentir mais fortemente ao sul deste setor, onde ainda são muito importantes as fazendas de gado, se bem que menores e menos modernizadas do que as de Limoeiro. Não é por acaso que a cultura do

---

[7] Valverde, op. cit., 1961

[8] O Agreste de Limoeiro é um espaço pastoril bem típico onde o relevo suavemente ondulado possibilita uma visão plena de grandes extensões de pastagens quase sempre plantadas, pontilhadas de diversas árvores, cortadas por cercas vivas de avelós, mulungu, etc. Estas marcas tradicionais da paisagem agrária não desapareceram com a modernização dos sistemas pastoris. Permanecem nestas terras hoje ocupadas por grandes fazendas modernas, com estábulos de alvenaria muito bem conservados, mecanização, açudes e gado nelore e holandês de boa qualidade.

algodão foi aí tão importante, como ensina Manoel Correia de Andrade. O autor chega a afirmar que as matas cederam lugar primeiramente para o algodão e não para a cana[9]. De forma análoga a Timbaúba ao norte, aqui também se faz sentir a influência de Limoeiro na organização do espaço. Apesar de mais distante das Terras Altas do que essa cidade, Limoeiro desempenhou papel importante como centro de drenagem da produção agrícola e de prestação de serviços estendendo sua influência até a Área Nuclear.

Quanto mais para o norte nos dirigimos, ao longo de uma seção transversal deste setor, diminui a influência da região agrestina vizinha, acentuando-se a da Área Nuclear. Trata-se de um transição bastante rica onde o padrão agrestino não se repete monotonamente, a começar pelo relevo, cada vez mais alto e acidentado. Este padrão é acrescido de outras e variadas formas de ocupação, como por exemplo a utilização de grandes trechos das várzeas do Tracunhaém e afluentes (Orobó e Paulista) com capineiras de capim-elefante, onde antes provavelmente existiam apenas canaviais.

Indicação clara da transição é dada pelo aparecimento e aumento da freqüência, em direção ao norte, dos engenhos, dos quais os primeiros estão, de modo sintomático, totalmente tomados pelas pastagens.

Nesta progressão, o espaço fica dividido entre pastagens e canaviais em grandes parcelas. Em certos trechos, porém, tal padrão não é tão claro. Isto se verifica em torno da localidade de Borracha, situada na Chã da Mulata, onde a presença da pequena produção é expressiva. Além das grandes parcelas de bananais, a paisagem aí é recortada por um grande número de pequenas parcelas de roças com capoeiras em diversos estágios correspondentes a sítios de pequenos proprietários, assemelhando-se a certos trechos da Área Nuclear. A existência de pequenos brejos como este, muito localizados mas expressivos, situados em alinhamentos secundários, acentua a diversidade deste setor. O mesmo se dá no caso de Machados que se encontra numa chã que serve de divisor de águas entre as bacias do Tracunhaém e Siriji. Tais brejos possuem características mais próximas da Área Nuclear do que propriamente do Anel, o que não implica serem rigorosamente iguais. Em Borracha, menor e mais isolado, predominam os bananais, enquanto que Machados apresenta maior diversidade, com canaviais e pastagens importantes.

Ao sul, em direção ao vale do Siriji e daí até o limite norte do setor e refletindo a predominância da grande lavoura, tornam-se cada vez mais importantes os bananais, que se alternam mais com os canaviais do que com as pastagens, cuja importância se reduz.

O habitat é disperso, caracterizando um padrão *Coup de Plomb* muito próprio das áreas de Agreste e de Brejo, praticamente inexistindo algum tipo de linearidade.

As áreas de maior adensamento correspondem, em grande parte, a "sítios" de pequenos proprietários, muitos dos quais antigos moradores do local que adquiriram as parcelas que já ocupavam. Nas terras das fazendas e dos engenhos verifica-se uma crescente rarefação do habitat que decorre da gradual expulsão dos moradores. Tal quadro é coerente com a existência de grandes parcelas de bananais, canaviais e pastagens, refletindo a história recente da grande lavoura, o que não exclui a existência dos moradores cujas casas pontilham a maior parte dessas terras.

As casas ocupam, freqüentemente, as pequenas chãs ou as altas e médias encostas, ao contrário das casas da fazenda e dos engenhos, mais próximas dos fundos de vale, nas encostas inferiores. Isto retrata o esquema clássico da ocupação, destinando-se as melhores terras à grande lavoura e as piores aos moradores e foreiros com suas roças em áreas exíguas.

Ligados a essa ainda densa ocupação existem, além da cidade de Machados, aglomerados de alguma expressão como as vilas de Murupé e Borracha (ambas situadas em chãs) e outros menores como Bizarra e Lagoa Comprida que ocupam vales. Da mesma forma que Machados, comportam-se, em gran-

[9] Andrade, op. cit., 1971, p.62-3.

de parte, como pontas de rua, mantendo embrionariamente funções urbanas relacionadas a uma população da maioria de pequenos proprietários, moradores e ex-moradores. Este fenômeno de gradual mudança de habitat, tendente a uma concentração cada vez maior, também pode ser observado nos pequenos aglomerados rurais construídos pelos proprietários de engenhos e fazendas, consistindo numa forma alternativa do habitat anteriormente disperso dos "sítios" dos moradores.

Representando uma ligação do Brejo com o Agreste (Limoeiro, Bom Jardim e Orobó), Machados é a única cidade do Setor Meridional. Situa-se quase no limite deste setor com a Área Nuclear, afetando, assim, a sua parte sudoeste. Inflúi mais fortemente sobre terras paraibanas do Brejo onde está a cidade de Natuba. Localiza-se sobre uma estreita chã limitada por vertentes íngremes, organizando-se às margens da estrada que dá acesso a Limoeiro. Da mesma forma que a maioria das cidades das Terras Altas, assume uma feição típica de *strassendorf*. Esta forma aí fica mais preservada do que em Macaparana e Vicência, por exemplo, em parte delas condições de um sítio muito limitado, estreito, a que se liga uma expansão linear, com as "pontas de rua" localizando-se nos dois extremos da cidade. Por outro lado, a permanência desta forma alongada pode ser associada a um menor dinamismo e, portanto, fraca expansão urbana.

O Setor Ocidental da Faixa de Transição Complexa ocupa uma área bem mais reduzida do que a dos demais. De ambiente menos úmido, confina com terras do agreste de caatinga pertencentes na sua quase totalidade ao Estado da Paraíba.

Na conformação desta transição Brejo-Agreste seco, articulam-se dois efeitos de sotavento relacionados aos alísios de SE. O primeiro associa-se à existência da serra do Mascarenhas, cuja disposição leste-oeste afeta as terras situadas a noroeste deste alinhamento, verificando-se uma redução gradual da umidade até a serra do Pirauá que se estende com direção perpendicular à primeira, servindo de limite com a Paraíba. O segundo é produzido pela própria serra do Pirauá, cuja direção norte-sul promove diminuição da umidade nas terras que lhe ficam a oeste (Mapa 2).

Este caráter de transição fica evidenciado, entre outras coisas, pela passagem muito nítida da mata úmida do brejo para a mata seca.

As colinas de fraca ondulação e a quase inexistência de vales profundos conferem a esta área de altitude média de 600 m e dominada pelas chãs onde predominam solos arenosos um caráter de acentuada regularidade topográfica.

Esta faixa estreita e certamente a mais seca de todas, apesar de consistir numa modesta periferia e de ser o único setor tipicamente marcado pela pequena produção, também tem suas originais ligadas à grande propriedade, neste caso fazendas de café e gado.

Mesmo com as transformações na economia agrária local, traduzidas na expansão dos bananais e canaviais, verifica-se aí o predomínio quase absoluto das pequenas propriedades que na maior parte têm área inferior a 15 ha. Tal situação revela-se numa paisagem mais assemelhada ao antigo Brejo, onde a tônica é dada em parte ainda pela policultura tradicional expressa nas roças de mandioca, milho e feijão, nas hortas e criação de gado "na corda", e também pelos bananais e parreirais, de implantação mais recente. Tal situação se manifesta, na maior parte dos casos, na forma irregular das parcelas, nas suas pequenas dimensões e no seu arranjo caracterizando uma "colcha de pequenos retalhos". Este quadro de antigas fazendas de café completa-se ao deixar entrever aqui e acolá velhos cafezais abandonados e improdutivos e restos não muito significativos de mata.

Embora sua importância econômica seja incomparavelmente menor que a dos demais setores e a da Área Nuclear, tem esta parte do Anel uma significação especial. Este mundo de pequenos agricultores não tocado na fase atual pela grande lavoura, se bem que dela originado, revela o fenômeno da formação de um expressivo número de pequenos produtores capitalizados, cuja base econômica atual se apóia principalmente na cultura da uva, sendo os bana-

nais, progressivamente, deixados em segundo plano. Se por um lado os parreirais estão, ecológica e economicamente, adequados às condições locais, os solos arenosos, o clima menos úmido e o predomínio de pequenas propriedades, ao contrário, têm desestimulado o plantio de bananais novos que até mesmo vêm sofrendo redução gradual de área.

A predominância da pequena produção, num espaço exíguo, ocupado anteriormente por umas poucas fazendas, resulta numa densidade demográfica maior e muito bem exemplificada pela Chã do Esquecido, onde o adensamento é ainda mais forte.

O habitat se organiza principalmente sobre a superfície suave das chãs que lhe imprimem uma certa orientação, se bem que não se possa falar em linearidade. As casas, na maioria esmagadora de pequenos proprietários, são boas, de alvenaria e telhas, tendo grande parte delas quintal com fruteiras e jardim.

Ainda que não possua qualquer cidade, o Setor Ocidental recebe influência de uma série de pequenos centros urbanos vizinhos. Na maior parte liga-se a São Vicente Férrer e Macaparana, não se podendo porém deixar de lado a influência direta da pequenina cidade de Natuba sobre as terras paraibanas desse setor. Relaciona-se também, ainda que mais distantemente, com Machados e Orobó ao sul.

Sua forte densidade demográfica, no entanto, reflete-se nas vilas (Pirauá e Chã do Rocha) e em pequenos aglomerados como Matinada, todos eles com funções urbanas embrionárias. Chã do Esquecido, ainda sem ser rigorosamente um aglomerado, representa, por sua alta densidade de população, uma fase intermediária de formação de um núcleo, esboçando-se uma rua ao longo de um pequeno trecho da estrada que, vinda de São Vicente Férrer, chega a Pirauá. Nesse trecho se vêem, além das casas, a escola primária, a maternidade, "bodegas", mercadinho, etc. Possui até um espaço, doado por proprietários locais, que é uma espécie de "ponta de rua", que abriga uma população de ex-moradores.

A dinâmica espacial das Terras Altas está intimamente ligada à expansão da economia de dois espaços contíguos, moldados pela grande produção: a Mata e o Agreste. O cenário principal da projeção das influências dessas regiões é a Faixa de Transição Complexa, que ao envolver a Área Nuclear (Brejo de São Vicente) dela também constitui um reflexo. Este último fato não nos permite, assim, negligenciar a existência de uma dinâmica própria das Terras Altas, marcadas de modo especial por sua Área Nuclear. Antigo domínio do café, tendo também como substrato a grande lavoura, ela é hoje palco da expansão dos bananais e seu centro irradiador para significativas porções do Anel.

Antes mesmo de ser tomado pelos bananais, alternativa que aí se apresentou à grande produção, o Brejo de São Vicente significou um limite à expansão dos canaviais a norte, sul e leste. O avanço da pecuária, mais nítido ao sul do que ao norte, teve como limite não a Área Nuclear propriamente, mas sim o vale do Siriji, cunha de penetração da Zona Canavieira da Mata em terras de Agreste. O vale do Capibaribe-Mirim, ao norte, mostra, se bem que de forma muito mais difusa, a mesma passagem, que se realiza na sua vertente norte, já nos limites exteriores do próprio Anel.

Ao mesmo tempo em que o relevo acidentado do Brejo de São Vicente constituiu sério obstáculo a esses avanços, seu caráter de serra úmida favoreceu a cultura da banana. Representa, portanto, juntamente com os vales que o perlongam, uma ruptura do padrão habitual de contato entre a grande lavoura canavieira e a pecuária, que se faz geralmente ao longo de uma faixa em terras agrestinas. Significa, ao mesmo tempo, uma alteração na direção geral desse contato: a confrontação, no comum dos casos leste-oeste, singularmente passa a ser norte-sul. Na realidade, exceto nos vales mencionados, aqui não existe faixa de contato. Ocorre, ao contrário, uma descontinuidade pela interposição de um espaço significativo dado por um brejo bananeiro que pode alcançar cerca de 14 km na sua parte mais larga.

SEGUNDA PARTE

EVOLUÇÃO ECONÔMICA E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO NAS TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE-MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO

"É na medida em que a grande exploração rural se expande e prospera, ou pelo contrário se retrai e entra em decadência, que inversamente o setor secundário [a pequena produção] ... se restringe (no primeiro caso), e no outro se estende e ganha terreno. É que quando a grande exploração se fortalece e prospera, ou, em outras palavras, se torna rendoso "negócio", ela tende a se ampliar e absorver o máximo de extensão territorial e força de trabalho. Sobrarão tanto menos espaço e tempo disponível para os trabalhadores cuidarem de outras atividades. Inversamente, é na medida em que se deteriora o negócio que a grande exploração realiza, que ela se torna menos exigente e é obrigada a fazer maiores concessões àquelas atividades secundárias que se desenvolvem à sua sombra."

Caio Prado Jr.
"A Questão Agrária no Brasil"

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o sentido de embasar a análise das formas atuais da organização do espaço agrário regional, é necessário pensá-la numa perspectiva histórica, buscando a compreensão das diferentes etapas da sua evolução econômica.

A cana-de-açúcar, sem qualquer sombra de dúvida a base permanente da economia, representa 62,8% do valor da produção e 48,9% da área cultivada do conjunto dos municípios estudados. Apesar da sua presença constante nas Terras Altas, a história tem mostrado, em diferentes momentos, uma tradição de coexistência dos canaviais ora com uma ora com outra cultura comercial importante, afora a pecuária sempre muito significativa. Além da cana que na sua expansão percorre trajetória não uniforme, matizando etapas, as outras lavouras comerciais, como a banana, o café e a uva, na sua sucessão, também deram, se bem que em períodos mais curtos, especificidade às diferentes épocas e espaços em que tiveram maior expressão.

Acreditamos, portanto, com base nesta justaposição, ser o estudo de cada um desses produtos, detalhando-se os fatores de produção e sua relação com a morfologia agrária, uma forma cabível de se perceber os diversos momentos da evolução econômica regional.

A Cana-de-Açúcar: Presença Permanente na Organização da Economia do Espaço

O povoamento das Terras Altas datando do final do Século XVII e principalmente do início do Século XVIII, com base nos engenhos bangüês, se fez de modo particular ao longo dos vales dos rios Capibaribe-Mirim ao norte e Siriji ao sul. Resultou da expansão da economia canavieira da vizinha Capitania de Pernambuco. Seu povoamento defasado explica-se por localizar-se na Capitania de Itamaracá, que ao contrário da de Pernambuco, onde a economia dos engenhos já se instalara solidamente, era essencialmente palco da extração de pau-brasil (*Caesalpina echinata Lam.*) "que empobrecia as matas sem que a região ficasse povoada".[10] Esta exploração se fazia nos médios vales do Capibaribe-Mirim e Tracunhaém e no Baixo Siriji. Em contraste com o que aconteceu no sul do estado, domínio pleno da cana-de-açúcar, esta região foi ocupada por plantadores de cana, de algodão, de lavouras de subsistência e por criadores de gado. As primeiras sesmarias do vale do Siriji foram concedidas de 1680 a 1690.[11]

[10] Andrade, op. cit., 1971, p.68.
[11] Id. ibid., p.68.

O caráter policultor está associado a um grande número de foreiros e moradores aos quais os senhores de engenho arrendavam suas terras. Tal prática decorre do fato de não terem eles prórpios recursos para explorá-las totalmente, já que seus engenhos tracionados na maioria por animais - pouquíssimos eram os de roda-d'água, de maior volume de produção, porém mais caros - tinham pequena capacidade de moagem[12]. Obtinham, tradicionalmente, a vantagem de dispor da mão-de-obra das famílias dos moradores e foreiros para sua própria lavoura.

Muitos proprietários eram descapitalizados e, embora possuíssem a terra, não tinham condições de construir o engenho, fornecendo cana para os outros. Eram os chamados lavradores, muitos dos quais sequer possuíam terra. Estavam, conforme Manoel Correia de Andrade,[13] "em segundo lugar na escala social dessa aristocracia canavieira ...".

No Século XVIII, com a passagem da Capitania de Itamaracá para o patrimônio da Coroa (1756) e sua anexação a Pernambuco (1760), intensificou-se o povoamento da região e surgiram no vale do Siriji engenhos e propriedades destinados, sobretudo, à cultura de cana-de-açúcar e de algodão. Vivia-se, então, o período em que a fibra têxtil, cultivada desde o início da colonização, tomou um grande impulso, a ponto de competir com o açúcar, em Pernambuco, no início do Século XIX.[14]

Este caráter policultor acentuou-se com a intensificação e expansão do povoamento no Século XIX. As propriedades assumiam uma feição de fazendas mistas, pois, além da cana, cultura de vale, possuíam café, típica agricultura de encostas. Também eram cultivados algodão, fumo, mandioca, milho e feijão, assumindo, por outro lado, a pecuária papel não negligenciável.

O traço marcante da ocupação das Terras Altas, a policultura, não desaparece ao longo do tempo apesar do avanço dos canaviais; ao contrário, mantém-se, mostrando diferentes facetas conforme o momento: algumas culturas outrora importantes como a do café e a do algodão desapareceram. Outras sofreram mudanças completas no caráter da produção, sendo um exemplo dos mais significativos o da cultura da banana. Das "bolas" - algumas touceiras - dos pomares dos pequenos produtores, passa-se aos gigantescos bananais que hoje são a marca essencial da Área Nuclear. Outro exemplo de transformação, limitado no espaço, mas de grande significação do ponto de vista das relações sociais de produção, é a cultura da uva preta Isabel, localizada no Setor Ocidental da Faixa de Transição Complexa. Constituiu para a pequena produção alternativa importante à cultura decadente do café.

A cana-de-açúcar provavelmente chegou às Terras Altas da Transição Agreste-Mata do Norte de Pernambuco no início do Século XVIII, ocupando principalmente as várzeas dos rios. Não se caracterizava, porém, um domínio pleno, dada a importância que assumia a lavoura de algodão, provavelmente localizada nas encostas e praticada por numerosos foreiros e também pelos próprios senhores de engenho. Esta cultura que trouxe juntamente com a pecuária a influência agrestina para a região só vai desaparecer em meados do Século XX.

Até o final do Século XIX a economia canavieira de Pernambuco esteve basicamente apoiada nos engenhos bangüês. Data desta época o início da sua transformação através do que se convencionou chamar de processo usineiro, cuja manifestação espacial deu-se de forma não homogênea nas diversas áreas afetadas pela cana-de-açúcar.

As necessidades de um maior volume e de melhor qualidade do açúcar ditadas pelo mercado internacional do fim do século passado e o estímulo dos preços altos resultaram na tentativa fracassada de implantação dos engenhos centrais[15] na Zona da Mata nordestina. Neles, a produção era fortemente concentra-

---

12 "... era grande o capital empregado nas construções que necessitava fazer, casa de moenda, chamada de "moita" ao norte de Pernambuco, casa de purgar, olaria, além da casa-grande, da senzala e às vezes, da capela, nas máquinas, na aquisição de negros - um número que normalmente oscilava entre 40 e 70 indivíduos, conforme a capacidade do engenho - em animais - de 30 a 40 bois - em cerca de 10 a 12 carros e uma série, enorme de utensílios. Também cabia a ele pagar o salário de uma série de empregados, como os que dirigiam a moenda, a plantação, os negros e os bois". Andrade, M. C. *A terra e o homem no nordeste*, 1963, p. 67.

13 Andrade, op. cit., 1963, p. 74.

14 Andrade, op. cit., 1971, p.69.

15 "Os engenhos centrais seriam maquinismos possantes, capazes de esmagar canas de vários bangüês e de fabricar açúcar de melhor qualidade e que, de acordo com os estadistas que os idealizaram, separariam a atividade agrícola da industrial. Estes engenhos que seriam montados com garantia da obtenção de juros dos capitais empregados - garantia esta dada pelo governo - pertenciam a companhias estrangeiras, não poderiam cultivar cana, não usariam o braço escravo e como iriam receber a matéria-prima de áreas muito amplas, muito mais extensas que a de um engenho bangüê, deveriam construir estradas de ferro a fim de que estas substituíssem os rotineiros carros de boi no transporte da cana, dos partidos até a fábrica. Os carros de boi se limitariam a levar as canas dos partidos distantes da estrada de ferro até os desvios construídos à margem da mesma. Era a modernização total da indústria açucareira, o início da transformação de uma paisagem relativamente estática já havia três séculos." Andrade, op. cit., 1963, p. 86.

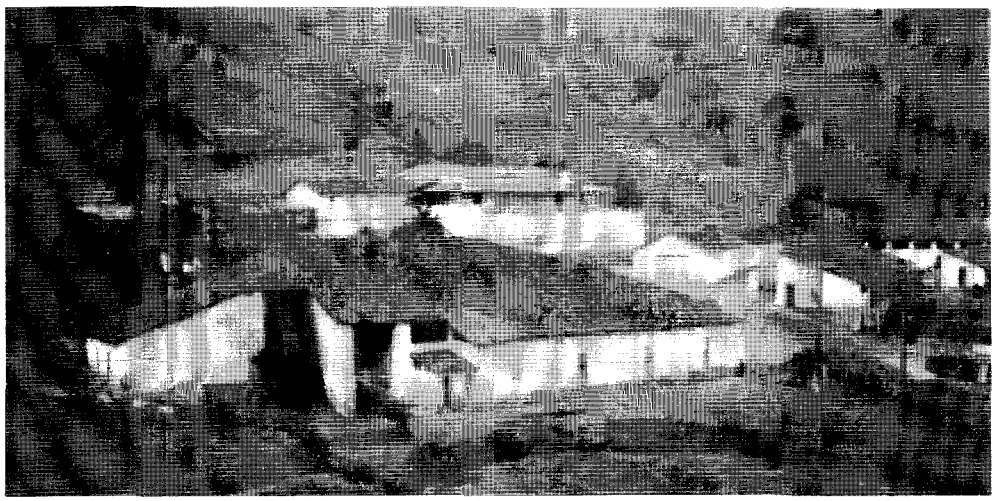


FOTO 6

Sede do Engenho Patos cercada inteiramente de pastagens nas proximidades da vila de Siriji. Exemplo de um passado mais distante, este engenho de roda-d'água (vista à esquerda da construção) representa bem a situação atual de muitos deles: ainda fornecedores de usinas, diversificam, no entanto, suas atividades com o cultivo da banana e a criação de gado. A importância da pecuária neste caso pode estar correlata à proximidade do Setor Meridional da Faixa de Transição, de marcada influência agrestina.

da, ocorrendo total dissociação entre a atividade agrícola e a industrial, cabendo o fornecimento de cana aos antigos engenhos bangüês.

Tais empreendimentos não funcionaram, na maioria, mais do que um ano. As razões do insucesso prendem-se não só à inconstância no abastecimento de matéria-prima mas também ao fato de significarem uma ameaça ao senhor de engenho que teria seu poder diminuído transformando-se, além do mais, em mero fornecedor.

Na esteira deste fracasso, por iniciativa de senhores de engenho mais ricos e a partir das duas últimas décadas do século passado, acentua-se a implantação das usinas.[16] Foram concebidas, tal como os engenhos centrais, como forma de concentração da produção e melhoria da qualidade do açúcar, com o que se preocupavam desde 1870 alguns destes produtores. O processo usineiro foi marcado pela absorção, seja das terras, seja das canas, dos bangüês que não tendo condições de competição transformaram-se em fornecedores.

Nas Terras Altas o processo usineiro aconteceu mais tarde. Apesar da existência, em tempos mais remotos, de três usinas - Aliança de 1914, Cruangi de 1918 e Barra de 1921 -, sua influência se faz sentir, de um modo periférico, mais ligadas à Mata que estavam.[17]

As Terras Altas foram conquistadas mais amplamente pelos canaviais somente nas décadas de 50 e 60. Esta ocupação foi parte de um movimento de maior amplitude, quando, por exemplo, são incorporadas vastas extensões dos tabuleiros de Alagoas com intensa mecanização e adubação química.

Enquanto a Mata é marcada por dois períodos muito distintos no processo usineiro, na área em estudo a absorção dos bangüês se fez com uma defasagem de cerca de meio século. No vale do Capibaribe-Mirim, a Usina Cruangi, situada em pleno Setor Canavieiro da Faixa de Transição Complexa, foi inteiramente reformada em 1950; a Usina Central Nossa Senhora de Lourdes, ainda mais interiorizada e localizada no Município de Caparana, data de 1949. Ao sul, no vale do Siriji, em 1959 foi construída a Usina Laranjeiras.

[16] Conforme Manoel Correia de Andrade, antes mesmo da inauguração dos engenhos centrais, já existiam funcionando em Pernambuco seis usinas, implantadas entre 1874 e 1884, "todas de propriedade de lideres do grupo açucareiro pernambucano". Andrade, M. C. História das usinas de açúcar de Pernambuco, 1990, p. 27. (mimeo.).

[17] A Usina Cruangi, das três a mais adentrada nas Terras Altas e que portanto poderia ter maior influência sobre as mesmas, só se transforma, conforme Valverde, numa usina importante quando de sua reforma em 1950. Valverde, op. cit., 1961, p.48.

De qualquer modo, porém, esta área foi, desde sempre, um espaço periférico, uma porção secundária da economia canavieira pernambucana.

Depois do período de euforia iniciado com a Primeira Guerra Mundial, a economia açucareira foi abalada por uma forte queda de preços no mercado internacional a partir de 1923. A crise, que atingiu seu auge em 1930, prolongou-se até 1940, trazendo como conseqüência o fechamento de muitos bangüês e usinas e sua absorção por outras maiores.

Esse processo de concentração, porém, manifestou-se espacialmente de modo diferenciado, afetando basicamente a Zona da Mata, sem dúvida a região produtora mais importante. Em espaços periféricos, como é o caso das Terras Altas, os bangüês, produtores de aguardente e açúcar de pior qualidade destinado ao mercado regional, ficaram menos suscetíveis aos efeitos da crise internacional. Resistiram por isso muito mais tempo. Os últimos engenhos moentes encerraram suas atividades em fins da década de 50, quando uma nova etapa de expansão usineira se inaugura no Nordeste, desta vez também afetando fortemente as Terras Altas.

Parte desses bangüês, principalmente os do baixo e médio vales do Siriji e Capibaribe-Mirim, por sua maior proximidade das usinas, era fornecedora ao mesmo tempo em que fabricava açúcar e aguardente. Os outros, mais distantes, comportavam-se caracteristicamente como engenhos de brejo, com produção voltada para um mercado regional fortemente influenciado por Campina Grande. Não eram fornecedores. Manoel Correia de Andrade, em sua obra O Vale do Siriji, apresenta uma extensa relação de engenhos numa e noutra condição.[18] Todos os que caracterizam a primeira situação, ou estão fora dos limites das Terras Altas, ou localizam-se no Setor Canavieiro do Anel de Transição onde já existia a Usina Cruangi desde 1918. Os que retratam o segundo caso localizam-se na Área Nuclear ou no Setor Meridional da Faixa de Transição.

Esta distinção de caráter econômico e espacial é mais um elemento que compõe o delineamento de uma periferia complexa, bipolarizada, revelando a um só tempo as influências da Mata na parte oriental e do Agreste, especialmente de Campina Grande, nas terras mais típicas de brejo e que se manifestam em áreas maiores ou menores conforme a época.

A valorização do açúcar, ao findar a Segunda Guerra Mundial, trouxe um novo surto usineiro onde persiste o processo de concentração. Particularmente durante os anos 50/60 as Terras Altas, até então na maior parte preservadas, foram palco desta transformação, pois aumentava a voracidade das usinas, cada vez mais modernas e com maior capacidade de moagem. Assim, as terras em grande parte agrestinas dos Setores Canavieiro e Meridional do Anel assistiram ao avanço dos canaviais que galgaram progressivamente as encostas dos vales do Capibaribe-Mirim e Siriji. Não só substituíram os pomares e roçados de algodão, milho, feijão e mandioca dos numerosos moradores, como também constituíram alternativa de grande valor para os cafezais ainda importantes mas com sinais claros de decadência. Segundo um proprietário de engenho e um dos maiores produtores de banana da região "com o advento da usina a cana subiu. Ao mesmo tempo o café com 60 anos e decadente foi sendo trocado. Os estímulos de preço e crédito ao açúcar foram matando de vez o café; as usinas foram engolindo tudo".

A morfologia agrária correspondente aos engenhos bangüês foi profundamente alterada com o domínio da usina nesta fase. A paisagem, marcada pela ocupação das várzeas e vertentes inferiores com a cana, os altos com a mata e o café, e provavelmente as médias encostas e chãs ocupadas pelos sítios de 4 a 5 ha dos moradores, sofreu gradualmente uma homogeneização. A cana passa a ocupar todos os espaços, desde o vale até as altas encostas, ocorrendo, a respeito do habitat, no mínimo, a sua rarefação.

Esta conjuntura de elevação dos preços no mercado internacional tornou-se ainda mais favorável ao Brasil (que anteriormente não participava do mercado preferencial norte-americano) considerando-se que os Estados Unidos, ao efetivarem o bloqueio econômico a Cuba, no início dos anos 60, redistribuíram pelos outros produtores mundiais as quotas de importação de açúcar que cabiam àquele país, destinando porém pequenas parcelas ao Brasil. A isto certamente se liga a política de modernização e expansão das usinas apoiadas numa série de medidas governa-

[18] Andrade, op. cit., 1971, p.86 e mapa de localização dos engenhos.

mentais implementadas através do Instituto do Açúcar e do Álcool - IAA - ao longo da década de 60 e que muito se acentuaram nos anos 70, visando a tornar o açúcar brasileiro mais competitivo no mercado internacional.

A aceleração das mudanças tecnológicas no parque industrial, com ampliação da capacidade produtiva das usinas, levou necessariamente a profundas alterações do sistema agrícola, ainda na década de 60.

Buscando áreas progressivamente maiores e necessitando de melhor aproveitar as terras cada vez mais escassas e valorizadas, tendo portanto que racionalizar o seu uso, a lavoura canavieira vai abandonando as formas mais ou menos rústicas de rotação.[19] Passa a ser contínua, o que significa, sem dúvida, a intensificação do sistema de cultivo. Adotam-se novas técnicas como o uso generalizado de adubos químicos, de corretivos, defensivos e práticas conservacionistas. Inaugura-se, ainda que em caráter experimental, a irrigação na Usina Cruangi, na segunda metade da década de 50. A procura de rendimentos mais altos por hectare também se manifesta na introdução de variedades novas de cana. Coerente com este quadro de mudança está a gradual mecanização agrícola, relacionada com a ampliação das áreas de cultivo que se liga à questão da disponibilidade da mão-de-obra e aumento da produtividade.

Esse período de concentração de terras e de modernização tecnológica é também marcado, diante das necessidades de ampliação dos canaviais, por alterações significativas nas relações de produção. Neste momento de quebra do quadro tradicional de ocupação, a usina começa a expulsar das terras de seus engenhos os numerosos moradores, piorando-lhes sensivelmente as condições de vida e gerando sérios conflitos. Os assalariados são cada vez menos "foreiros" e "condiceiros", transformando-se em "bóias-frias". A tentativa de regulamentação dessas relações, estabelecida depois de 64 no Estatuto da Terra, que reconhece uma série de direitos dos trabalhadores, acentua fortemente o fenômeno da expulsão.

Cabe, no entanto, estabelecer a diferenciação espacial a respeito dessas transformações. Mais uma vez a periferia se distingue da área principal: este processo foi muito mais intenso na Zona da Mata. Resultou no vazio, cristalizando-se na paisagem somente a forma concentrada do habitat, seja em torno da usina onde classicamente se agrupam a vila operária, a igreja, a administração, etc., seja nos pequenos conjuntos de casas geminadas, freqüentemente próximas das sedes dos antigos engenhos. A esta forma de habitat rural corresponde a concentração nas periferias das cidades próximas. No caso das Terras Altas, além das "pontas de ruas", significativas e freqüentes, persistem formas tradicionais do habitat, se bem que mais diluídas. Os moradores aí ainda são uma realidade; suas casas pontilham canaviais e sua presença certamente pode ser relacionada com a maior dificuldade de mecanização dessas terras e com uma estratégia de arregimentação de mão-de-obra das usinas locais.

Por outro lado, a década de 60 assistiu, a despeito da crise cubana e das medidas de modernização tomadas pelo governo, a conjunturas de superprodução, já que o mercado externo, muito competitivo, não absorvia suficientemente o açúcar nacional. Era preciso, pois, melhorar ainda mais a qualidade do produto e fazer cair seus custos. Estabelecia-se, nos albores da década de 70, a política governamental tão típica da época, que levava o rótulo do "aumento da produtividade". É um momento de mudança: dentro do projeto geral do governo em promover e estimular a concentração do capital o IAA adquire maior importância. Agora mais centralizador, passa a ser um órgão muito presente no planejamento, atuando em diferentes níveis, desde a produção até a comercialização. Correspondendo a esta fase de maior participação estatal, são propostos e incrementados pelo instituto o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar - PLANALSUCAR - e o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira, ambos de 1971.[20]

Essas transformações, que redundaram na forte expansão da agroindústria canaviei-

---

[19] Conforme depoimento de um grande fornecedor "antigamente, quando a cana ficava velha, a gente cercava e botava a criação dentro e trocava o plantio de cana de lugar para descansar o solo". Tal prática, que caracteriza um sistema de rotação de culturas e pastagens, só era exeqüível nos engenhos maiores em face da disponibilidade de terras. Engenhos pequenos, portanto, acabavam por produzir canas de menor rendimento, já que não tinham possibilidade de deixar terras em pousio.

[20] Andrade Neto, J. C. X. *O estado e a agroindústria canavieira no nordeste oriental*: modernização e proletarização, 1990, p. 296-301. Tese de doutoramento. (mimeo.).

ra, alicerçam a concepção e culminaram com a implementação, a partir de novembro de 1975, do Programa Nacional do Álcool - PROÁLCOOL - exprimindo uma outra relação com o mercado mundial. Com base no pressuposto de que a crise econômica brasileira se restringia a uma crise energética, o governo tratava agora de ampliar e multiplicar as destilarias, tendo em vista a produção de álcool carburante para reduzir o déficit da balança comercial que se acumulava com o forte aumento dos preços internacionais do petróleo. Concomitantemente promovia transformações na indústria automobilística com a fabricação de motores a álcool.

Se nos anos 60 houve um avanço considerável dos canaviais, tal expansão atingiu seu paroxismo na década de 70 com a implantação do PROÁLCOOL, estendendo-se até meados da década seguinte. Na década de 60, eles ocupam, de modo especial em Timbaúba e Macaparana, antigas terras de café e algodão, particularmente as áreas de colinas mais baixas e topografia mais suave, correspondentes a grosso modo às terras do setor Canavieiro da Faixa de Transição. Há também um certo avanço para a Paraíba motivado entre outras coisas pelos conflitos trabalhistas em Pernambuco. Nos anos 70, estendendo e alargando as duas cunhas de penetração da Zona Canavieira nas Terras Altas, os canaviais alcançam francamente não só as terras agrestinas de Macaparana e Machados, mas também as do Setor Meridional da Faixa de Transição e, ainda que menos intensamente, a própria Área Nuclear, de relevo mais acidentado e até então menos afetada pela cana-de-açúcar, posto que mais adequada à cultura da banana, já em pleno desenvolvimento.

Nesta expansão última, os canaviais não vão se limitar às Terras Altas. A necessidade de enormes extensões de terras faz com que diversas usinas de Pernambuco, fartamente financiadas pelo Governo Federal, busquem as áreas planas, facilmente mecanizáveis e com mão-de-obra mais acessível do tabuleiro paraibano, onde a cana praticamente ainda se limitava aos vales. Dentre estas, uma das pioneiras, a N. S. de Lourdes, pertence às Terras Altas. Com sede no Município de Macaparana, vai adquirindo terras no estado vizinho, totalizando hoje em dia mais de 50 000 ha, dos quais 42 000 acham-se ocupados com as canas que abastecem as suas três destilarias.

Diante deste quadro é fácil entender as significativas mudanças tecnológicas por que passa a economia canavieira desde os anos 70 até a atualidade. Cresce o emprego de máquinas agrícolas com o uso de tratores menores e adaptados às condições de solo e à topografia ondulada das Terras Altas. Prática muito difundida nos últimos tempos, visando à fertilização do solo, tem sido a do plantio de feijão em todo o canavial depois de cada corte. Além deste processo de fixação biológica de nitrogênio e do uso generalizado de adubos químicos e corretivos, próprios da fase anterior, ressalta a utilização do vinhoto, cuja obtenção e aplicação representam consideráveis investimentos de capital, denotando também a intensificação do sistema agrícola. No caso do tabuleiro paraibano este fenômeno é mais nítido, ocorrendo, além do mais, a irrigação dos canaviais por meios bastante sofisticados. Aí a mecanização é um fenômeno generalizado, tendo-se inclusive experimentado, nos vastos talhões, máquinas de cortar cana. Conforme o depoimento de um usineiro, sua utilização, porém, é menos difundida e restringe-se a ocasiões especiais, quando há ameaça de greve.

Esta situação, no entanto, sofreu mudanças consideráveis com a crise do setor canavieiro a que a década de 80 assiste. Entre outras causas estão, na sua base, como em diversos setores da economia nacional, medidas governamentais visando a economizar recursos públicos. Por um lado a crise se configura com a desvalorização da cana em face de duas situações de depressão de preços: a do álcool, ligada à redução dos subsídios governamentais, e a do açúcar, que, pouco valorizado no mercado interno, sofreu recentemente queda de preços no mercado internacional. Por outro lado, a supressão dos juros subsidiados para os empréstimos agrícolas a partir do início da segunda metade dos anos 80 completa o quadro de dificuldades. Diferentemente da usina que ganha na industrialização, estes problemas resultam muito mais graves entre fornecedores, cujos lucros provêm somente da matéria-prima. Perderam também com o fim das especulações com o dinheiro dos empréstimos governamentais desviado para a aquisição de bens que nada tinham a ver com a lavoura e pagos sem correção monetária em conjunturas inflacionárias. "Comprava-se um caminhão para pagar depois o preço de um pneu" (frase de um

ex-fornecedor da região). Tal conjuntura nos permite a identificação do que se poderia chamar, dentro da crise maior, de uma "crise dos fornecedores".

Mesmo assim a cana continua exercendo, sem sombra de dúvida, papel primordial na economia de Pernambuco, resistindo, na essência, aos abalos sofridos. As mudanças significativas que vão ocorrer nas Terras Altas, traduzidas na perda de parte das áreas de cana-de-açúcar em benefício de outras atividades, ilustram bem quão importante é o marco representado pelas ações governamentais citadas. A sucessão relativamente rápida de reordenações econômicas e espaciais daí decorrente exemplifica didaticamente, neste cenário menos extenso mas muito particular, como um processo geral pode se manifestar de modo diferenciado. Outro exemplo é o tabuleiro paraibano, onde, ao contrário, se consolida a moderna agroindústria canavieira, não obstante a crise.

Nas Terras Altas, diante da desvalorização da cana, do fim dos juros subsidiados e da conseqüente desistência de muitos fornecedores, delineia-se a tendência de as usinas produzirem cada vez mais suas próprias canas, ao contrário do que acontecia até um passado recente, pelo menos até meados da década de 70, quando a maior parte das canas moídas era proveniente de fornecedores.[21] Essa tendência se realiza, seja nas terras ocupadas por antigos fornecedores-arrendatários que as devolveram às usinas, seja em terras novas que elas vorazmente vão adquirindo para manter os níveis de abastecimento anteriores.

Não é exatamente assim que os fatos se sucedem nas áreas produtoras mais expressivas e que se forjaram com o PROÁLCOOL, como é o caso do tabuleiro paraibano, onde desde o início a concentração foi muito forte, ficando plenamente garantido o abastecimento das usinas, sendo os fornecedores principalmente familiares próximos dos usineiros, em geral irmãos e filhos.

Mais um traço da relação espacial e econômica é dado pela migração para a Paraíba de antigos fornecedores, oriundos das Terras Altas, que aí deixaram de plantar cana dedicando-se à cultura da banana ou à criação de gado. Adquirindo terras no tabuleiro para continuar como fornecedores de cana, desfrutando, tal como as usinas, tanto de melhores condições naturais quanto a respeito da mão-de-obra, mais barata e menos organizada, disto resultando custos de produção mais baixos que nas terras de origem.

Cabe indagar neste momento, não só do porquê da migração dos fornecedores para o tabuleiro paraibano e da sua sobrevivência, mas também, e fundamentalmente, perguntar do porquê da permanência das usinas como empresas lucrativas. Esta reflexão nos leva imediatamente ao livro contábil. Tomando cálculos de custo de duas fontes diferentes - uma usina e uma agência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - chega-se à conclusão de que, mesmo sem financiamento a juros subsidiados, ainda é lucrativa a produção de cana. Senão vejamos:

Os cálculos feitos para um produtor por uma agência da EMATER em maio de 1987, levando em conta minuciosamente os gastos em todas as etapas de implantação de um canavial, resultaram num custo total por hectare de Cz$ 18.746,70. O mesmo projeto, admitindo o rendimento médio por hectare em 55 toneladas e considerando Cz$ 357,00 o preço da tonelada de cana, demonstra uma receita bruta por hectare de Cz$ 19.635,00. A receita líquida é, assim, de Cz$ 888,30, traduzida num pequeno percentual, de 4,5%, sobre o montante investido por hectare.

Os cálculos apresentados por uma usina local, tão minuciosos quanto os do exemplo anterior, só que para julho de 1991, mostram que o custo de implantação de 1 ha de cana-de-açúcar é de Cr$ 233.256,00. Os ganhos com 1 ha de cana, que na consideração da usina produz 60 toneladas, chegam a Cr$ 224.880,00, levando em conta que ela atribui o valor de Cr$ 3.748,00 por tonelada. O resultado é um pequeno prejuízo de 3,6% em relação aos gastos realizados. A usina informa, entretanto (o que não acontece no referido projeto da EMATER), que nos anos subseqüentes, com pelo menos três socas, os custos caem fortemente, consumindo 1 ha a quantia de Cr$ 124.522,00, o que resulta agora numa receita líquida substancial, de Cr$ 100.358,00, representando 44,6% sobre o investimento.

Ainda com base nessas informações verificamos a forte participação da mão-de-obra

---

[21] A título de exemplo, cabe mencionar que na safra de 1972/73 a Usina Cruangi produziu apenas 12% das canas moídas. Na mesma época as Usinas N. S. de Lourdes e Laranjeiras trabalharam exclusivamente com canas de fornecedores. Melo, M. L. *O açúcar e o homem*, 1975, p. 91.

nos custos totais[22] (64% na planta e 71% nas socas). Sabendo-se da sua baixa remuneração diante da posição de privilégio que tem o grande proprietário na negociação salarial e mesmo com a queda progressiva do rendimento por hectare ao longo dessas quatro safras e apesar de todos os problemas relativos a preço, podemos dizer que a cana-de-açúcar ainda é um "bom negócio", tal como considera Caio Prado Jr. ao se referir à grande empresa agropecuária[23].

As transformações aludidas vão se cristalizando numa gradual especialização de áreas. É indiscutível a ocupação do tabuleiro paraibano pelos canaviais, ao mesmo tempo em que as formas residuais da antiga economia canavieira, apenas renascidas e ampliadas no curto período de euforia do PROÁLCOOL, abandonam claramente a Área Nuclear que se consolida como domínio pleno dos bananais. Entretanto, a especialização não é um fenômeno geral. No processo de ajustamento muito próprio das Terras Altas, a Faixa de Transição Complexa assume uma maior diversidade, dividindo-se o espaço entre canaviais, bananais e pastagens, como fruto da especificidade desse contato entre regiões tão diferentes.

O recuo dos fornecedores produziu um déficit de matéria-prima para as usinas, particularmente para a mais típica das Terras Altas: a N. S. de Lourdes. Os mecanismos de adaptação engendrados por esta usina prendem-se a uma estratégia de sobrevivência que se liga, numa situação limite, ao projeto de transferência de todo seu parque açucareiro para o Estado da Paraíba, aqui permanecendo a destilaria de álcool. Esta medida, pensada mas até agora não executada, e que constituiria um caso extremo de reordenação, na verdade não se efetivou por conta dos custos elevadíssimos - da ordem de US$ 5 milhões conforme depoimento do proprietário da usina - e das dificuldades atuais de obtenção de financiamento. Diante desta situação concreta, outras estratégias são seguidas pela usina sempre no sentido de se tornar independente dos fornecedores. Isto explica talvez o exemplo mais recente de reordenação espacial, aparentemente paradoxal, que é a compra de terras de velhas fazendas de gado nas porções mais ocidentais das Terras Altas, tipicamente agrestinas, mas cujas condições naturais ainda permitem o sucesso da cultura canavieira. Este fenômeno ocorre nos Municípios de Machados, Orobó e Bom Jardim. Disso resulta a necessidade de realização do transbordo da cana aí produzida para caminhões maiores, de 40 toneladas, em Chã do Rocha, onde foi construída uma ponte pela própria usina. Para esta localidade convergem caminhões menores que podem trafegar em estradas cujas condições não são adequadas aos caminhões de maior porte, mais econômicos. Tanta é a falta de matéria-prima que caminhões ainda maiores, de 60 toneladas, também vão até Itabaiana, na Paraíba, em busca da cana de um fornecedor tradicional da empresa.

Pode-se citar como um primeiro caso de reordenação mais afeito à área em estudo a busca, por antigos fornecedores proprietários, da substituição, se não total pelo menos parcial, dos seus canaviais, cada vez menos rentáveis, por pastagens e/ou bananais. Aqui a "crise dos fornecedores" é em particular acentuada pelas condições naturais, especialmente as da topografia. O decréscimo da rentabilidade prende-se às condições locais de relevo de colinas de ondulação mais ou menos forte que, dificultando a mecanização em diferentes etapas do trabalho agrícola, supondo até mesmo o uso do cambiteiro, aumenta fortemente a necessidade de mão-de-obra. Fica, assim, esta área em posição desvantajosa se comparada com as do relevo suave do tabuleiro, onde se pode obter a maior produtividade possível nas condições atuais do desenvolvimento tecnológico.

Tanto o Setor Meridional como o Setor Canavieiro da Faixa de Transição Complexa, especialmente na sua parte norte, mostram, em função da influência agrestina vizinha onde é patente o processo de pecuarização, uma ampliação das pastagens em detrimento dos canaviais. Esta atividade já não é mais caracteristicamente a criação de gado leiteiro, holandês e jérsei em médias propriedades, tão típicas do agreste até os anos 50 e 60. Hoje é também muito significativa a criação de gado de corte, tanto uma quanto outra, em propriedades cada vez maiores e com pastagens plantadas. Há como que uma reversão da situação anterior, quando áreas de agreste, marcadamente pastoris, localmente denominada de "mato seco" de Timbaúba-Macaparana (Setor Canavieiro), e as terras ao sul e a

[22] A usina não levou em conta, nos custos apresentados, a depreciação das máquinas e equipamentos.

[23] Prado Jr., Caio. A questão agrária no Brasil. p. 22 a 9.

oeste de Bizarra (Setor Meridional) sofreram o avanço dos canaviais nos anos 60 e 70.

A necessidade de terras que a usina demonstra, principalmente a partir dos anos 50 no caso das Terras Altas, levou à expulsão da grande maioria dos moradores, principalmente os foreiros. A usina não queria expulsá-los todos dos seus engenhos, preferindo antes que se transformassem em moradores de condição. Não era só de terras que necessitava para expandir seus canaviais: precisava cada vez mais de braços, e o foreiro, cujo contrato permitia-lhe trabalhar na maior parte do tempo nas terras do seu "sítio", não era tão adequado quanto o morador de condição, obrigado a dar um número muito maior de dias de trabalho. Este choque de interesse entre os trabalhadores e as usinas transformou-se em conflito que um ex-foreiro, morador em "ponta de rua" há mais de 20 anos, denominou de "alvoroço dos tempos de Francisco Julião". O processo de expulsão continua e se acentua com a promulgação do Estatuto da Terra em 1965, no governo Castello Branco. Apesar do esvaziamento do campo e formação de significativas "pontas de rua", o processo não alcançou nas Terras Altas a intensidade com que se efetivou na Zona da Mata, o que é compatível com a permanência de um número razoável de casas de moradores nos canaviais constituindo uma "paleoforma" do habitat rural. Este fenômeno também pode ser visto através da análise de dados secundários contidos no Censo Demográfico de Pernambuco, 1980, do IBGE[24] onde se constata, para quase todos os municípios da área em estudo mais ligado à cana-de-açúcar, a percentagem elevada na zona rural - em torno de 70% - de domicílios cedidos em comparação com os próprios e alugados.

A formação das "pontas de rua" representa um exemplo didático de reordenação espacial como fruto das transformações econômicas e sociais. Todas as cidades das Terras Altas, como se descreveu antes, são marcadas ex-

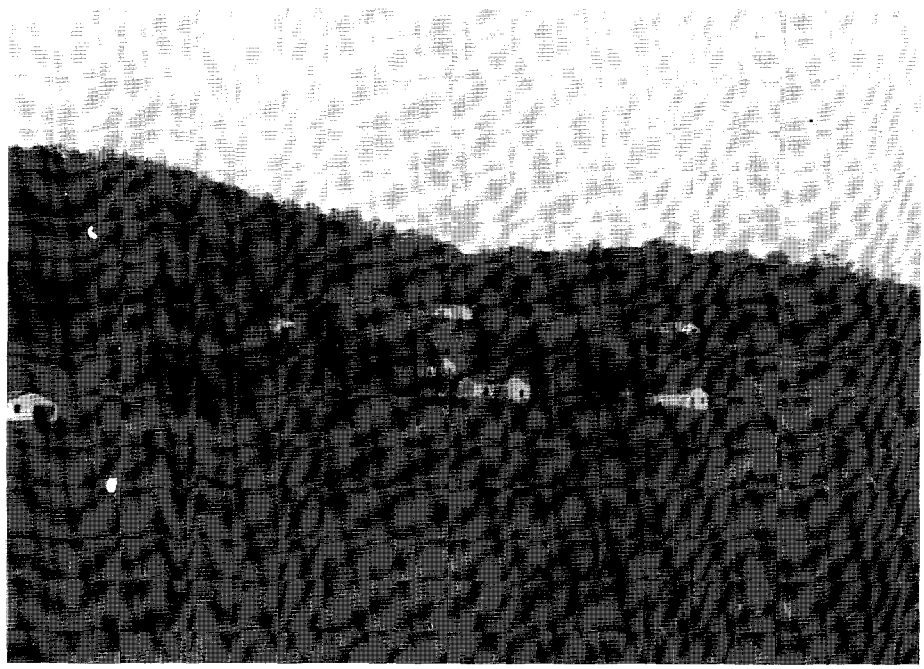


FOTO 7

Vista parcial das terras da Usina Cruangi no Município de Timbaúba, onde algumas casas de moradores com suas pequenas roças em meio ao canavial exemplificam o que se convencionou chamar de "paleoforma" do habitat rural (Autor: Professora Maria José de Araújo Lima).

---

[24] Tabela 4 - "Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação, segundo as mesorregiões, as microrregiões, os municípios, os distritos e a situação do domicílio". In.: Censo Demográfico de Pernambuco, 1980. Dados distritais. Vol. 1, Tomo 3, Nº 10, 1982, IBGE.

pressivamente por estas periferias, onde se aglomera não só, mas principalmente, uma população de ex-moradores e também, em número bem menor, de antigos pequenos proprietários.

É preciso compreender que as migrações campo/cidade vão se diferenciar no que diz respeito à própria origem social do migrante. O pequeno proprietário que vive a realidade da fragmentação da terra por herança (e muitos têm vendido seus sítios) defronta-se também com o fantasma da proletarização e pensa a cidade como forma de ascensão social via educação e emprego urbano. Muitos moram na cidade mesmo sem ter vendido sua propriedade. Outros, mais pobres ao venderem suas parcas terras, vão localizar-se na "cidade", mas na "ponta de rua". Exemplifica didaticamente este quadro a desativação do curso de Técnico Agrícola do Centro de Educação Rural - CERU - de São Vicente Férrer, que mantém apenas os cursos de 2º grau comum e pedagógico.

A perspectiva do morador tem sido nestes tempos também a de vida urbana. É preciso refletir, porém, sobre suas motivações que, na verdade, conduzem ao emprego rural. Na "rua", forma concentrada do habitat, ele pode barganhar melhor o seu salário do que parcialmente isolado no "chão-de-casa" do engenho onde, além do mais, não tem tempo nem espaço para cultivar suas lavouras. Na "rua" tem o conforto mínimo de água, luz e assistência médica mais rápida.

Nestas reflexões há que se considerar também a forte mobilidade espacial do morador que se relaciona com a cidade de uma forma peculiar. Vivendo principalmente de atividade rural, ainda que estando na cidade, freqüentemente se desloca deste meio novamente em direção ao campo de onde retorna depois e assim sucessivamente, numa demonstração clara da instabilidade que permeia a sua participação no mercado de trabalho e nas relações cidade-campo. Tais relações incluem até mesmo o deslocamento semanal de habitantes das "pontas de rua" para Recife, onde vão trabalhar na construção civil.

Tentando uma correlação entre estes fatos e a organização do espaço urbano num nível de detalhamento maior, pode-se pensar numa ligação entre essa estratificação social - moradores e pequenos proprietários - e a estrutura urbana: enquanto os ex-moradores ocupam maciçamente as "pontas de rua", a maior parte dos pequenos proprietários vive em casas melhores na "cidade". Esta estratificação, no entanto, é verificada dentro da própria "ponta de rua" onde antigos pequenos proprietários e/ou pequenos comerciantes no campo vão se instalar em casas um pouco melhores do que o comum dos casos, geralmente organizando-se com um pequeno comércio.

Cabe, além do mais, considerar a reordenação espacial cristalizada nas "pontas de rua" como um processo que se sedimenta há cerca de 30 anos, estando obviamente a ele subjacente a reordenação social: é importante a constatação de que a reprodução da força de trabalho já se realiza na "ponta de rua" há pelo menos uma geração, resultando na formação de um proletariado com peculiaridades marcadas. Esta forma específica de urbanização, representando uma nova realidade agrária, é integrante do mesmo movimento no qual a força de trabalho reproduz-se no meio urbano para ocupar-se majoritariamente e na maior parte do tempo na zona rural.

Este mesmo processo que originou as "pontas de rua" responde também pela formação da referida "paleoforma" do habitat rural. Como entender este paradoxo representado pelo habitat disperso - e certamente menos denso do que o original - das casas dos moradores em seu anacronismo tão claramente manifesto na paisagem? Afinal de contas, em se tratando também de unidades modernas, esperava-se encontrar, como no conjunto da Zona da Mata, além da nucleação em torno da usina, apenas o vazio do habitat e ala correlato.

Que mecanismos poderiam explicar sua sobrevivência, aliás bastante significativa? Esta pergunta se identifica com as reflexões de Heredia[25] ao estudar as transformações da agroindústria canavieira no tabuleiro alagoano. É importante sua leitura no sentido de mostrar que, ao mesmo tempo em que há um processo geral de mudança das relações sociais de produção, estas assumem, conforme o lugar - e cada um tem sua história -, sua especificidade. Apesar de no nosso caso a permanência da paleoforma ser muito menos residual, isto não invalida a citação; pelo con-

[25] Heredia, Beatriz Maria Alasia de. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. MCT/CNPq, 1988, p. 195-6.*

trário, enriquece a análise que ora se desenvolve.

"A análise das relações atualmente em vigor entre o conjunto de trabalhadores e os grandes proprietários - mais especificamente entre esses últimos e os trabalhadores que residem dentro das propriedades - revela que estamos em presença de uma redefinição completa do sistema de posições sociais existentes na área em estudo. As mudanças das relações sociais consubstancializam-se na organização do espaço, fato que pode ser examinado a partir do confronto da distribuição espacial dos antigos engenhos com a das propriedades atuais (fazenda e usinas). Esses são os aspectos que iremos analisar a seguir.

Eram as relações de *morada* que garantiam, no passado, a reprodução econômica e social da exploração canavieira. A reprodução de cada unidade e, portanto, do sistema social engenho pressupunha também a do conjunto de *moradores* e de seus grupos domésticos, por meio de combinação do trabalho no *roçado* individual com o trabalho coletivo no engenho. A relação de dominação estabelecida entre *senhor* e *morador*, com seu grupo doméstico, forneceu sustento ideológico necessário à reprodução desse sistema.

Na situação atual, a reprodução das grandes propriedades e, conseqüentemente, dos grandes proprietários, baseia-se numa grande massa de trabalhadores que, embora possam mesmo residir em áreas internas às grandes propriedades, foram despojados dos meios de produção. Eles dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e estão à disposição dos grandes proprietários.[26]

Essa ruptura, no que diz respeito ao sistema de relações sociais anterior, torna-se clara pela análise das atuais relações entre trabalhadores e proprietários, ainda que se constate a presença de alguns elementos constitutivos da situação anterior. A presença de elementos isolados do todo que a relação de morada significava, longe de expressar uma continuidade dessa relação, é particularmente elucidadora da mudança".

Na tentativa de responder à nossa indagação, cabe considerar inicialmente e numa perspectiva mais geral a nova face da *plantation* cuja intensificação em capital está estruturalmente associada ao gigantismo traduzido em terras e homens. Em termos relativos o sistema é economizador de mão-de-obra, pelo óbvio aumento da produtividade: a lavoura canavieira ocupa espaços cuja utilização seria inexeqüível sem as máquinas. Tal expansão cria, por conta da vastidão das áreas ocupadas, uma necessidade crescente de grandes contingentes de trabalhadores cujo número aumenta em termos absolutos. Outra reflexão pertinente e mais específica é a de que as usinas das Terras Altas, mesmo modernas, encontram-se numa situação de inferioridade a respeito da produção agrícola por causa da topografia menos favorável que lhes diminui a produtividade. Assim, a existência da "paleoforma" do habitat pode ser vista, por um lado, como "permanência" de um passado de forte tradição policultora; indicadora de mudança, esta "permanência" é, por outro lado e principalmente, fruto de uma estratégia recente das usinas e/ou fornecedores de manter um contingente considerável de mão-de-obra o mais longe possível de uma disputa por braços. Tal circunstância, muito nítida na década de 70, caracterizou a "guerra de salários"[27] a respeito dos "corumbas", trabalhadores sazonais vindos do Agreste. A competição continua hoje e é colocada pelas usinas da Mata Sul de Pernambuco e do tabuleiro alagoano que, remunerando melhor, conseguem trabalhadores até mesmo do Município de Natuba, na Paraíba. Para isso certamente também concorre a maior produtividade dessas áreas, calcada na mecanização e nas condições naturais favoráveis, expressas numa topografia de tabuleiro, resultando em ganhos mais substanciais que, sem dúvida, contribuem para atrair trabalhadores de outras áreas.

A Decadência do Café e a Estruturação de um Importante Brejo Bananeiro nas Terras Altas.

A história da Área Nuclear e de alguns trechos importantes da Faixa de Transição a ela mais ligados é, fundamentalmente, a história do café neste brejo. O período mais provável de ocupação, salvo melhor juízo, está contido entre as décadas de 30 e 40 do

[26] Trata-se claramente de uma situação limite muito diferente daquela que caracteriza a "paleoforma" identificada na nossa área de estudo.

[27] Andrade, Bonifácio (Coord.). Migrações sazonais no nordeste (relatório de pesquisa), SUDENE/UFPE, 1981.

século passado. Tais dados, levantados em entrevistas com pessoas idosas da área e que levam em conta a reconstituição do passado de suas famílias, não coincidem exatamente com a informação de Pereira da Costa[28] citado por Manuel Correia de Andrade, onde se afirma que a expansão da cultura do café se fez a partir de Goiana para o ocidente apenas na segunda metade do Século XIX.

"O sítio Quatis era de propriedade de meu bisavô, que foi imigrande português e quando chegou aqui, por volta de 1840, já plantou café" (Depoimento de um pequeno produtor de Chã do Esquecido).

Qualquer que fosse a cultura principal - a cana ou o café - o povoamento com base nos engenhos e seus moradores levou, no campo, a uma densidade demográfica tal que justificou a organização já em 1852 de uma feira no local onde hoje se encontra a cidade de São Vicente Férrer. Certamente o café muito contribuiu para a criação da freguesia apenas 12 anos depois do início da referida feira.

O desenvolvimento da economia cafeeira é marcado por duas etapas de valorização e forte expansão: uma particularmente nas duas primeiras décadas deste século e outra já na década de 30, pós-crise mundial, com a implantação da usina do Instituto Brasileiro do Café - IBC[29] -, em São Vicente Férrer. Enquanto a primeira está mais ligada a Campina Grande, a segunda associa-se à gradual mudança de sentido dos fluxos comerciais, assumindo o mercado de Recife peso cada vez maior.

A partir do final dos anos 50 desenha-se a crise do café que culmina com o desaparecimento de sua cultura no rastro da política de erradicação levada a efeito a partir dos meados da década de 60, abrindo caminho para o primeiro surto bananeiro.

As etapas do desenvolvimento desta economia agrária, além dos traços que imprimiram na paisagem rural, refletiram-se fielmente no meio urbano, disso constituindo São Vicente Férrer um exemplo didático. Na porção ocidental do caminho que demandava à Paraíba, organizou-se a parte mais antiga da cidade. Evidenciando a ligação dos primeiros tempos, quando Campina Grande era o principal mercado, e significativamente voltada para o estado vizinho, a centenária Igreja Matriz marca exemplarmente o espaço. É um dos seus mais expressivos símbolos arquitetônicos, tanto pelo porte como pela posição de destaque, erguida que está numa colina dominando o vale onde se localizou o núcleo original. Este foi organizado perto de uma capela edificada em terras de antigo patrimônio e posteriormente demolida, dando lugar à Matriz.

A segunda etapa de expansão do café na região, quando Recife aparecia como principal mercado, é também a de maior dinamismo na evolução urbana da aglomeração que até o final do segundo quartel deste século assistiu a seu maior crescimento, tornando-se cidade em 1953 quando do desmembramento de Macaparana. Somando-se aos raros sobrados da fase final da cafeicultura, construíram-se aos poucos numerosas casas melhores deste pequeno centro dominado por comerciantes e proprietários rurais, onde, entretanto, a maioria esmagadora das habitações é bastante modesta. Simboliza este período de aumento de produção e melhoria de qualidade a implantação em 1937 da usina de beneficiamento de café do IBC no extremo leste de São Vicente. Seu armazém é outro significativo marco arquitetônico. Hoje transformado em mercado público, chama a atenção por seu tamanho desproporcional, dando a justa medida da importância que tinha este produto na região.

As transformações econômicas e sociais que se esboçam na década de 60 e se desenvolvem até a atualidade refletem-se no crescimento urbano, conferindo a São Vicente Férrer uma estrutura muito diferente daquela dos tempos do café. Desde há 30 anos passados formou-se o bairro do Recreio, importante "ponta de rua" cujo dinamismo contrasta com a estagnação decorrente da falência da cafeicultura, evidenciada claramente por um hiato nas demais porções da cidade. Só recentemente verifica-se o surgimento de novas ruas e casas, em número reduzido e correspondente apenas a uma parcela da população de melhor situação econômica. Este crescimento, agora ligado à cultura de banana, ocorre nas cercanias do mercado público.

Somam-se aos referidos símbolos arquitetônicos, situando-se também nos dois extremos da cidade, construções ou restos de construções que, da mesma forma que as primeiras, são testemunhos de sua evolução econômica. Tal é o caso do antigo Engenho Gracioso desativado em 1947 e do qual res-

[28] A cultura do café em Pernambuco, *Jornal do Recife* de 21 de março de 1878. In: O VALE DO SIRIJI,1971, p.76.

[29] Na época ainda Departamento Nacional do Café - DNC -, posteriormente substituído pelo IBC em 1952.

tou apenas a chaminé que ocupa o centro da maior praça de São Vicente, na sua entrada principal. Da mesma forma, a existência de pelo menos quatro sedes de antigas fazendas de café no extremo oposto mostra bem o passado desta pequena aglomeração de fundo de vale, cercada de colinas ocupadas em diferentes momentos de sua história por cafezais, canaviais e bananais, todos muito próximos dos limites urbanos.

O brejo, caracterizando uma área compatível com o que se pode considerar "Tierra Templada", cujos topos alcançam 600 m e que se achavam inteiramente recobertos pela mata pluvionebular, configurou um espaço de eleição para a cultura do café, aí inteiramente sombreada. Os cafezais, localizando-se em colinas de diferentes altitudes, podiam ocupá-las inteiramente ou não, desde os cumes até a baixa encosta, aproximando-se do fundo do vale; em outras situações, localizavam-se num ou noutro trecho das vertentes. Nas colinas de maior amplitude, com afloramentos freqüentes e fortes declividades, não havia cafezais na alta encosta e nos topos. Aí persistia, íntegra, a mata.

Com esta agricultura de encostas, predominante, contrastava a da cana-de-açúcar que se limitava às estreitas e pouco freqüentes várzeas, conformando muito mais o que Manuel Correia de Andrade denomina de "fazendas mistas" do que propriamente engenhos. E mais: tal característica tendia, na Área Nuclear - que pelas suas condições de topografia mais acidentada limitava a expansão da cana -, a mostrar um peso muito maior da economia cafeeira em comparação com as terras circundantes e de topografia menos hostil da Faixa de Transição. Esta área de mata, que por assim dizer escondia os cafezais, estava pontilhada de sítios de moradores. Com sua tradicional policultura, onde sobressaía a mandioca, eles constituíam a mão-de-obra fundamental dos cafezais de fazendas na maioria mais modestas e de poucos escravos.

Chamam a atenção ainda hoje, se bem que totalmente sem função, apenas testemunhando a antiga atividade, os terreiros de secagem do café, localizados na frente das casas-grandes, compondo, junto com as "moitas", o quadro clássico das fazendas mistas, tão típicas deste brejo.

O fato de a cultura do café ser sombreada não significou necessariamente a preservação da vegetação original. Uma das formas

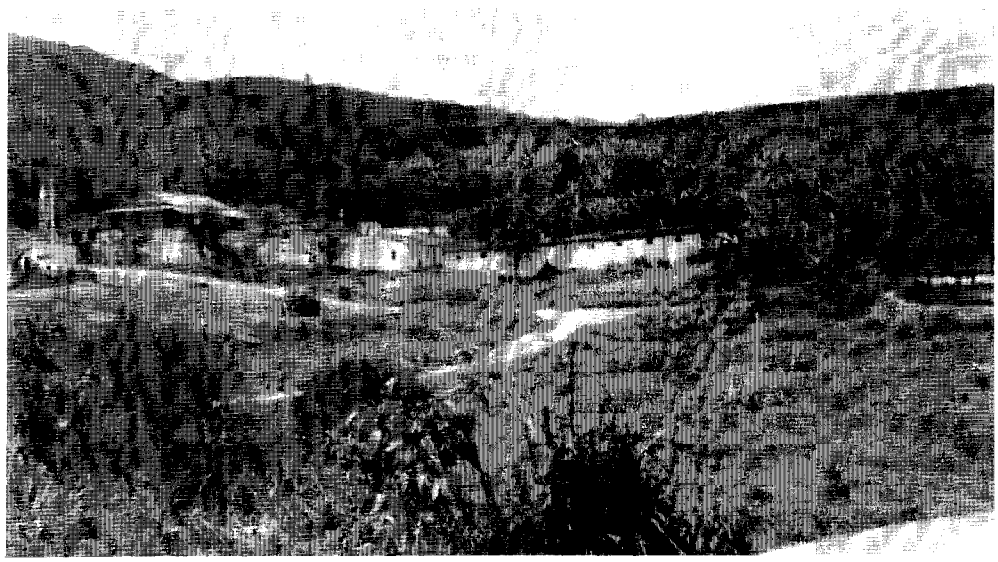


FOTO 8

Vista do Engenho Cipó Branco, situado na Área Nuclear. As colinas hoje inteiramente recobertas pelos bananais eram antes ocupadas pela mata que abrigava os plantios de café, neste caso tão ou mais importantes que a própria cana-de-açúcar. À esquerda da foto aparecem a chaminé e a parte da "moita" transformada em estábulo. A casa-grande tem a sua frente e a seu lado o terreiro de secagem de café. No centro da foto estão casas geminadas, "quartos" de trabalhadores temporários. A construção alongada mais para a direita é um antigo depósito de café.

FOTO 9

Terreiro de secagem de café do Engenho Cipó Branco na frente da casa-grande. No centro da foto, servindo como jarro, aparece um antigo tacho usado na fabricação de açúcar; na margem direita observa-se uma antiga forma de ferro para a fabricação dos "pães de açúcar".

de obter o sombreamento, talvez menos freqüente, era a de "ralear" a mata, realizando uma broca seletiva, removendo-se espécies menores e algumas árvores ao longo do que um velho e experiente trabalhador, morador de engenho, denominou de "trilha". Abriam-se aí covas com espaçamento de 3,5 m ("18 palmos") destinadas ao transplante das mudas de café. A outra "trilha" distava também 3,5 m da vizinha, sendo o cafezal plantado segundo linhas de maior declive. Quando as mudas vingavam, fazia-se uma limpa ao longo da picada.

O fato de existir a broca seletiva não significava que mais tarde, com o cafezal já formado, não se procedesse à derrubada da mata. A remoção mais intensa das espécies arbóreas podia significar não só a etapa seguinte desse tipo de sombreamento como também a fase inicial da implantação de cafezais, neste caso geralmente associados à cultura de mandioca. Ao desmatamento correspondia, qualquer que fosse a etapa que ele estivesse representando, o plantio do ingá (*Inga bahiensis* Benth.), mulungu (*Erythrina velutina* Willd.), jaqueira (*Artocarpus integrifolia*, Linn.) e cajueiro (*Anacardium occidentale* Linn.), além da preservação de algumas espécies arbóreas pioneiras como o camundongo (*Pithecolobium polycephalum* Benth.) e a piaca (?). O transplante das mudas de café era feito depois do plantio da mandioca que forneceria a sombra necessária para o cafezal novo, por dois ou três anos, depois do que era removida. Já então existia o sombreamento definitivo, dado o rápido crescimento da maioria das espécies selecionadas. Além da mandioca, que possuía valor comercial, era comum o plantio de culturas de subsistência enquanto o café crescia.

A técnica de sombreamento do café e as transformações sofridas pela vegetação original ficam bem ilustradas pelas palavras de um senhor de engenho de Macaparana: "Eles sempre deixavam algumas árvores da própria mata; faziam picadas na mata. Depois de muitos anos iam "pelando" a mata, tirando as madeiras e aí é que plantavam o caju, o mulungu e o ingá. Os "paus" plantados só eram semeados depois de tirar toda a mata. Muitos não deixavam os "pés de pau" da mata porque eram muito altos e na chuva a "pingueira" derrubava a flor do café. Quando des-

cobriram isso, todo mundo pôs a mata abaixo e plantou o ingá".

Neste ambiente de clima úmido e de relevo acidentado, o plantio segundo as linhas de maior declive e o desequilíbrio representado pelos desmatamentos parciais ou totais acarretaram sérios danos ao solo, não obstante as já tardias tentativas de defesa contra a erosão através do *mulching*. O sistema agrícola prevalecente trazia além disso o problema do esgotamento do solo, já que não supunha o uso de adubos.

Nos engenhos e fazendas de café os moradores constituíam a principal força de trabalho. Residentes com suas famílias nas terras de uma propriedade não podem ser vistos, porém, sem diferenciação: distinguem-se, pelo menos, no quadro tradicional, os "foreiros" e os de "condição". Ambos dispunham de terras para cultivar - o "sítio". Os primeiros pagavam o "foro" em dias de trabalho previamente combinados e proporcionais à área cedida pelo dono das terras, não tendo a obrigação de trabalhar outros dias. Tal não era o caso do morador de condição, que conforme acordo trabalhava certo número de dias pagos, se bem que de forma aviltada. Além disso, era obrigado a dar os dias de "cambão", trabalho gratuito, geralmente uma vez por semana.

Nestas condições de uma remuneração tão baixa é que se deve compreender o significado da colheita de café - paga por produção - para essa massa de trabalhadores. Os depoimentos muito claros de um senhor de engenho e de um pequeno proprietário convergem para caracterizar este momento como se fosse o de uma "festa". Ambos ressaltam que nessa época "o povo ganhava dinheiro", o que pode significar que o pagamento recebido nas outras épocas era menor. Como reflexo que se fazia sentir na cidade, a vida econômica e social intensificava-se.

"Antigamente, além de ser mais bonito, tinha uma sobrevivência para o povo carente maior; pois no inverno era muito difícil de entrar dinheiro nesta região porque nem todo dia tinha trabalho. O café dava prioridade a esse povo; todo mundo queria colher café para ganhar dinheiro. *A feira também era melhor*" (pequeno proprietário de Chã do Esquecido).

"Era uma lavoura boa: no inverno tinha muito serviço. As safras do café e da cana não coincidiam; então tinha trabalho sempre para todos, inclusive as mulheres e as crianças também colhiam. *Tinha dinheiro na época da colheita*. Uma caixa de café valia mil réis e com este dinheiro dava para comprar um quilo de carne. Os trabalhadores podiam trabalhar em qualquer propriedade e fazer dinheiro" (senhor de engenho de Macaparana).

Estava também relacionado a esta economia um outro tipo de "foreiro" que desfrutava melhor situação econômica, sendo geralmente pequeno ou médio proprietário. Não moravam na fazenda ou engenho e pagavam o "foro" ao proprietário seja com seu próprio trabalho, seja contratando trabalhadores por sua conta.

No período de entressafra do café, os homens dividiam seu tempo entre o próprio roçado, os tratos no cafezal e a colheita da cana sem choque na seqüência do calendário agrícola. Assim, as mulheres desempenhavam um papel fundamental nas pequenas unidades de produção dos moradores: além de ajudar o marido levando-lhe diariamente a comida ao local de trabalho, basicamente era quem cuidava, com a participação das crianças, do roçado da família no qual os homens faziam os trabalhos iniciais, mais pesados. Na época da colheita do café, ganhando por caixa colhida, trabalhavam todos os membros da família, especialmente mulheres e crianças.

É preciso ressaltar o papel da cultura da mandioca, dada a importância que teve como lavoura comercial complementar. Sempre associada, direta ou indiretamente, à expansão cafeeira, sendo ainda mais antiga, estava muito ligada não só aos moradores mas também ao proprietário da fazenda. Era comum que cada fazenda de café tivesse sua casa de farinha, para onde convergia a produção dos moradores que pagavam a "côngrua" de 10% sobre a farinha produzida. No entanto, também o proprietário era produtor de mandioca, que poderia ou não estar diretamente associada ao cafezal novo.

O beneficiamento do café era feito de modo mais ou menos rústico com despolpadoras ("motores") que existiam nas fazendas e engenhos mais importantes e que também beneficiavam café dos produtores menores das vizinhanças. O produto continha muitas impurezas e não era classificado. O comércio era dominado por atravessadores de São Vicente Férrer e Campina Grande e na maioria dos casos o café era comprado na porta do produtor, destinando-se principalmente a esta praça.

A implantação da usina do IBC e a melhoria da ligação rodoviária com a capital feita na segunda metade dos anos 30 significam uma mudança da orientação, na direção do mercado de Recife. Este centro podia absorver uma quantidade maior, já produzida pelo brejo, e ao mesmo tempo de melhor qualidade, o que se liga a nova forma, mais concentrada, de beneficiamento promovida pelo Estado.

A década de 50, especialmente na sua fase final, assiste ao início da derrocada do café diante da queda dos preços no mercado internacional. Da mesma forma que antes agira com o fito de promover o desenvolvimento desta cultura, agora o Estado trabalha em sentido contrário. Interessado em valorizar o café diante das pressões baixistas do mercado mundial, o Governo Federal, em meados da década de 60, adotou a política de "erradicação de cafezais improdutivos", pagando ao produtor por pé de café arrancado e mais ainda se houvesse substituição por outra cultura. A derrocada do café insere-se num quadro de morbidez onde se somaram, num círculo vicioso, vários efeitos negativos. Entende-se por que a queda dos preços apressou a sua decadência diante das dificuldades representadas, por assim dizer, pelo envelhecimento mais rápido dos cafezais e a conseqüente queda dos rendimentos por conta da erosão, do esgotamento do solo, do não emprego de adubos e, finalmente, do ataque generalizado da "broca" (*Hypothenemus hampei*, Ferrari). Esta praga, que bem representou a sua agonia, ao que tudo indica veio com o café trazido do Espírito Santo para ser beneficiado na usina do IBC de São Vicente Férrer. É fácil compreender neste quadro a sua última cena: a erradicação.

Os depoimentos de um comerciante e de um proprietário rural dão a exata medida da importância que teve o café para São Vicente quando a respeito da sua decadência afirmam que "... a cidade quase foi à falência". "Justamente no fim do ciclo do café ... foi a bancarrota, ninguém pagava nada ao banco e todo mundo ficou inadimplente; o comércio quase que fecha porque não tinha a quem vender. Acabou a atividade econômica do campo e aí o pessoal começou a plantar roça". Ao mesmo tempo o comerciante valoriza extremamente a ação de alguns grandes produtores, pioneiros do desenvolvimento da cultura da banana em maior escala, tendo-os como verdadeiros "salvadores" de São Vicente.

Nesta conjuntura de falência da economia cafeeira a pequena produção desempenhou um papel fundamental, via cultura da mandioca, na sustentação das grandes propriedades, principalmente na Área Nuclear. Os sítios dos moradores, reduzidos nas suas dimensões quando da maior valorização do café, são aumentados em número e tamanho, em algumas grandes propriedades talvez por mais de uma década, dos anos 60 para os anos 70, enquanto se gestava a cultura da banana em larga escala.

Mesmo assim verifica-se uma redução mais ou menos intensa da área cultivada com mandioca para quase todos os municípios das Terras Altas de 1960 para 1970.[30] É, no entanto, a passagem dos anos 70 para o início dos 80 que mostra de maneira particularmente drástica a redução do cultivo deste produto, além da diminuição ocorrida em outras culturas alimentares como o milho e o feijão. Este fato tem sua contrapartida no crescimento da área ocupada com os bananais no mesmo período (Tabela). Tal fenômeno se acentua fortemente durante os anos 80, a ponto de a EMATER de São Vicente Férrer avaliar para 1991 que a área cultivada com bananais no município ultrapasse os 3 500 ha.

Com a expansão dos bananais, novamente aí entra em refluxo a maré da pequena produção: gradativamente as terras dos moradores com suas roças são retomadas pelos proprietários para serem ocupadas por uma cultura muito mais valorizada. Já no início da década de 80 a produção de mandioca praticamente entra em colapso e diminuem as casas de farinha em funcionamento.[31]

"Quando arrancaram o café, os sítios dos moradores pegaram a crescer e os moradores permaneceram. Eles [os moradores] começaram a ir embora, quando veio a banana, pois eles [os proprietários] plantam a banana até no terreiro do morador que ficou sem sítio. Do alugado não dava para viver e foram embora. Uns vão para a *rua*; outros, que têm arte,

[30] Deve-se, porém, manter uma atitude crítica em relação aos dados do Censo de 1960 que, a cada momento, se compulsados com situações concretas, mostram-se freqüentemente inconsistentes.

[31] "A expansão da cultura da mandioca na década de 60 e início dos anos 70 tem importante testemunho nas numerosas casas de farinha - algumas de boa qualidade, feitas em alvenaria e equipadas com motor - construídas nessa época. Hoje (1990), uma vez ultrapassada a alternativa da mandioca, em função do surto bananeiro e da queda forte do preço do produto, elas estão, na maioria, fechadas ou produzindo, com base em energia humana, apenas para a família do proprietário" ."Teve farinhada que só deu para pagar os trabalhadores". "A praga que deu foi a roça ter ficado dispendiosa". (frases de um produtor e comerciante de Natuba, PB), (Grabois;Silva, op.cit., 1990).

TABELA

ÁREA TOTAL E ÁREA OCUPADA NAS TERRAS ALTAS DA TRANSIÇÃO AGRESTE - MATA DO NORTE DE PERNAMBUCO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1960-1970

MUNICÍPIOS	ANOS	ÁREA TOTAL (ha)			ÁREA OCUPADA (ha)						
		Total	De pastagens naturais	Plantadas	Tipo de Cultura						
					Banana	Café	Cana	Feijão	Mandioca	Milho	Uva
TOTAL	1960	1 944 065	1 780 871	163 194	16 261	(1)85 600	259 183	363 831	181 535	325 520	(2)
	1970	2 385 563	2 174 731	210 832	26 338	26 997	273 877	269 527	127 888	313 596	210
	1980	2 235 132	1 734 226	500 906	26 299	17 461	380 509	274 588	75 341	270 016	355
Bom Jardim	1960	5 240	5 009	231	340	(1)390	77	6 556	4 712	7 820	(2)
	1970	5 994	5 430	564	768	20	223	5 004	3 684	5 530	-
	1980	7 649	5 835	1 814	438	6	719	3 456	1 962	2 972	-
Limoeiro	1960	29 231	26 141	3 090	223	(1)48	468	22 776	4 550	23 364	(2)
	1970	10 573	10 449	124	1 765	-	372	7 934	4 227	8 024	-
	1980	12 104	6 934	5 170	579	-	495	1 400	784	1 631	-
Macaparana	1960	689	589	100	365	(1)541	1 147	103	411	152	(2)
	1970	2 112	1 462	650	718	126	3 054	370	776	431	1
	1980	3 031	1 570	1 462	427	12	4 286	182	139	156	3
Machados	(3)1960					(1)					(2)
	1970	586	452	134	945	168	-	504	705	805	-
	1980	845	835	10	1 058	27	319	487	943	654	-
Orobó	1960	2 920	2 715	205	118	(1)764	27	2 769	3 099	2 308	(2)
	1970	3 620	3 078	542	502	850	-	2 881	1 302	3 513	-
	1980	5 477	3 608	1 869	169	182	327	941	339	1 025	-
São Vicente Férrer	1960	555	424	131	620	(1)1 182	810	71	691	253	(2)
	1970	1 146	885	261	971	496	1 127	167	386	227	60
	1980	1 782	1 360	422	1 258	146	1 645	130	184	137	133
Timbaúba	1960	4 068	3 779	289	230	(1)223	6 697	802	779	944	(2)
	1970	6 656	5 330	1 326	173	-	7 792	701	253	791	-
	1980	7 878	4 969	2 909	188	-	11 262	308	163	343	-
Vicência	1960	1 047	936	111	590	(1)329	6 991	64	700	212	(2)
	1970	1 944	1 691	253	1 881	30	9 022	23	511	45	-
	1980	2 401	1 058	1 343	876	-	10 253	24	217	72	1

FONTE - IBGE, Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1980.

(1)Dados obtidos indiretamente, dividindo-se o volume da produção pelo rendimento médio por hectare. (2)Dados não registrados pelo censo. (3)Tornou-se município após 1960.

vão para a *cidade*" (palavras de um antigo morador ainda vivendo num engenho local).

Tais fatos ilustram fartamente o papel histórico da pequena produção sempre ligada a produtos menos valorizados e/ou dificuldades de acesso à terra, denotando claramente sua posição de subordinação.

Este papel fica também evidenciado por um outro tipo de pequeno produtor: pequenos proprietários que formaram durante algum tempo a base de sustentação e desenvolvimento da banana em escala comercial para depois serem aos poucos alijados do processo, quase que inteiramente assumido pela grande produção.

A crise do café trouxe no seu bojo tentativas diversas de substituição que no entanto não se sucederam linearmente. Pelo contrário, elegeram-se alternadamente e em diferentes momentos culturas que no comum dos casos coexistiram, tornando-se umas mais importantes que outras conforme a época.

Assim, no caso da Área Nuclear, não se pode dizer que houve uma substituição imediata do café pelos bananais. Além da mandioca, cuja importância já se mostrou, é preciso levar em conta a fruticultura praticada regularmente nas pequenas e médias propriedades. Com as tentativas malsucedidas da cultura da banana-maçã, por exemplo, alternou-se a citricultura, com destaque, aí, para a laranja-baía, bem como uma retomada da cultura da uva no Setor Ocidental da Faixa de Transição. A cultura da laranja, que não se restringia à Área Nuclear, teve vida curta, ao contrário do que aconteceu com os bananais, diante da queda dos preços imposta pela cadeia de comercialização. Sua desvalorização não compensava os gastos realizados nos tratos dos laranjais tomados pela praga da gomose ou podridão do colo (*Phytophthora* spp.) que os liquidou.

Praticamente, na seqüência da crise do café e desenvolvimento dos dois surtos bananeiros, uma das raras alternativas de cultura comercial que vai se mantendo viável para a pequena produção é a dos parreirais.

Na Área Nuclear, depois de percorrer um longo caminho onde se esboçaram várias tentativas, a grande produção se fixou na cultura da banana. Enquanto isso, no Setor Canavieiro ocorreu o caso mais direto de mudança, onde os cafezais em declínio foram substituídos pelos canaviais em ascensão numa das fases da expansão usineira.

Percebe-se, então, que a diversidade da vida econômica das Terras Altas sempre marcada pela presença da pequena produção foi muito afetada pela banalização inerente à grande lavoura dos tempos atuais. Isto lhe alterou profundamente os mecanismos de organização espacial, daí resultando mudanças substanciais em sua fisionomia que, no entanto, ainda guarda vestígios da antiga configuração.

Constitui a cultura da banana um dos melhores exemplos de mudança da paisagem agrária. Sua evolução, porém, não se efetivou linearmente, comportando três momentos distintos. O primeiro, que pode ser entendido como fase embrionária em que foi gestada a grande expansão dos bananais, caracterizou-se pela sua coexistência com os cafezais. Sucedem-se dois períodos que se diferenciam qualitativa e quantitativamente, significando surtos que ocorreram em conjunturas muito específicas: à erradicação dos cafezais corresponde o primeiro *boom* bananeiro e à crise do PROÁLCOOL relaciona-se o segundo, de magnitude muito maior e ainda em curso.

A fase embrionária está associada a um gradual crescimento de importância dos mercados urbanos, principalmente os locais (o que não exclui o Recife e João Pessoa) e a concomitante valorização do produto. Se bem que de caráter comercial, a produção de banana era ainda bastante limitada, cultivando-se variedades tradicionais como a "maçã", a "comprida" e a "prata" através de técnicas rotineiras, inexistindo diferenças a respeito dos sistemas agrícolas praticados por grandes e pequenos produtores. Nesta época, a comercialização, também dominada por atravessadores, era feita através de feiras abastecidas diretamente pelas áreas produtoras. Coerentemente com volume e natureza da produção, e com estas características de comercialização próprias de mercados restritos, o meio de transporte mais usual era a tropa de muares. Tal era o caso da feira de Limoeiro para onde se destinava grande parte da produção de São Vicente Férrer, destacando-se a de banana-comprida.

Deve-se ressaltar, portanto, que a cultura da banana não substituiu os cafezais de maneira brusca, pelo menos nesta primeira fase em que a produção, antes caracteristicamente de moradores, vai aos poucos passando à órbita dos proprietários. A gradual consolidação desta alternativa em larga escala, que

redundaria mais tarde nos surtos bananeiros, está muito bem descrita por Andrade,[32] como segue:

"Em 1904 já a *serra* [Mascarenhas] abastecia as feiras da redondeza com banana-comprida e banana-anã. Era, porém, considerada planta de *foreiros* e *moradores*, por dar insignificantes rendimentos, com seus baixos preços nos mercados. Quando a banana conseguiu cotação mais elevada, os proprietários passaram não só a cultivá-la como a adquirir para isso os sítios dos *foreiros*. Hoje é uma cultura de proprietários, tendendo a ficar terminantemente interditada a arrendatários e moradores. Os preços altos fizeram até com que muitas das fazendas de café do alto vale passassem a ter sua economia baseada no café e na banana. Por isso, em muitas áreas, cafezais e bananais se sucedem e até se interpenetram, firmando associações, quando os cafezais ainda são novos. Desde 1945, porém, que uma praga conhecida localmente por *mosaico*, o *mal-do-panamá*, vem destruindo os bananeirais, sobretudo da variedade *maçã*, o que tem causado grande prejuízo aos cultivadores".

Já percebia o autor, em 1957, a tendência que se manifestaria fortemente uma década depois.

A eclosão do primeiro *boom* bananeiro em 1969/70 associa-se às mudanças muito nítidas na produção, não só por conta do aumento do volume mas também por alterações no sistema agrícola e pela introdução da variedade *pacovan* oriunda dos perímetros irrigados do sertão.

No entanto, a configuração do surto, feita paulatinamente ao longo de uma década, deve ser necessariamente compreendida num contexto mais amplo de mudanças de âmbito nacional. No decorrer dos anos 60, na passagem da fase embrionária para o primeiro *boom*, o crescimento dos bananais, ainda que não fosse desprezível, sofria limitações impostas pelos mecanismos de comercialização. Não obstante a participação dos grandes produtores e a ampliação dos mercados urbanos locais e regionais, as formas de comercialização eram mais acanhadas e os produtores, mesmo grandes, não tinham como negociar os preços; as dificuldades se acentuavam diante das deficiências da rede viária e dos meios de transporte.

Este quadro bem se identifica com uma época - os anos 60 - em que o Brasil passa por transformações muito grandes. Assim, não se pode excluir este pequeno brejo, vivendo suas mudanças, do conjunto maior onde a urbanização cada vez mais acelerada, a criação das Centrais de Abastecimento Sociedade Anônima - CEASAs - e o surto rodoviário, entre outros fatores, alteram, profundamente, as condições de comercialização e, portanto, de produção. Estas mudanças, uma vez alcançando as Terras Altas, vão redundar no primeiro *boom* bananeiro.

A participação dos grandes produtores[33] no desenrolar do que denominamos primeiro surto bananeiro é dele inseparável em todos os momentos. Se na fase de gestação seu papel já era importante, nesta ele é fundamental. Pioneiros foram os grandes produtores, principalmente Fernando Régis, proprietário da fazenda Oito Porcos, os que introduziram e disseminaram a nova variedade de banana, bem como inauguraram as mudanças no sistema agrícola.

A banana *pacovan*, pela sua qualidade, traduzida em paladar semelhante ao da "prata" e tamanho maior, alcança comparativamente maior valorização. Experimentada com sucesso nos perímetros irrigados do semi-árido, esta variedade adaptou-se muito bem às condições ecológicas do brejo. Além do tamanho, apresenta a vantagem adicional do maior número de frutos por cacho, possibilitando, assim, rendimentos por hectares superiores aos da banana "prata". Significativamente os produtores locais identificam a banana *pacovan* de segunda, de menor tamanho, pelo nome "prata". Sua disseminação está ligada também a outras facilidades evidentes de adaptação: além de ser mais resistente ao mal-do-panamá (*Fusarium oxysporum* f. sp. *cubense* (Ef. s.) Sn & H.) que liquidou a banana-maçã, é tolerente ao ataque de nematóides que inviabilizaram a banana-comprida.

---

[32] Andrade, op. cit., 1971 ,p. 77-8.

[33] Um parâmetro inicial de diferenciação entre produtores no qual podemos nos apoiar com segurança é a área cultivada com os bananais. Como se verá no transcorrer da análise a respeito dos produtores, esse critério é inseparável de uma série de outras características que permitem uma diferenciação mais completa dos tipos, a saber: maior ou menor capitalização, tecnificação do sistema agrícola, produção, melhor ou pior qualidade das frutas, inserção na cadeia de comercialização e diferentes níveis de renda. Pelas observações de campo e conforme o próprio julgamento que os produtores fazem da posição de cada um no processo produtivo, chegamos a alguns limites que porém não devem ser encarados rigidamente. Não se trata apenas de mera avaliação quantitativa e o parâmetro área cultivada não pode ser absolutamente isolado dos demais, pois é a sua interação que nos permite compreender a natureza de cada categoria.

Assim, estabelecem-se para pequenos produtores áreas de no máximo 20 ha, sendo mais freqüente a concentração em limites inferiores a 10 ha. Os médios produtores estariam situados numa faixa compreendida entre 20 e menos de 100 ha, área a partir da qual já se caracteriza o grande produtor. Os maiores

O cultivo da nova variedade vem acompanhado de mudança no sistema agrícola, dentre as quais ressalta a prática do desbaste. Com o sentido de evitar a competição entre os bananeiras e a conseqüente perda de qualidade, deixam-se apenas três indivíduos em cada touceira, removendo-se as "filhações" excedentes.

"Fernando Régis trouxe as mudas do Ceará [na verdade de São Gonçalo, Paraíba, conforme informações da família]. Trouxe também as novas técnicas e era muito criticado por isso. Me lembro que a gente passava na beira da estrada e o pessoal ficava olhando aquele monte de banana arrancada [do desbaste] com uma pena danada, achando que era o maior desperdício; eles diziam que quanto mais vaca mais bezerro" (palavras de um pequeno produtor de Siriji).

Além da prática mencionada e de outros cuidados com os bananais, traduzidos nas limpas e no uso de inseticidas e fungicidas, empregavam-se, de modo generalizado, os adubos químicos e orgânicos.

O pioneirismo desses produtores mostrou-se também na conquista de novos mercados regionais e até mesmo em âmbito nacional, como é o caso da importante praça de Belém. Grandes produtores e possuidores de caminhões próprios, tendo sua produção complementada por numerosos produtores menores, não lhes foi difícil, diante da qualidade do produto, a consolidação dos referidos mercados.

Entretanto, as origens da produção de banana estão intimamente relacionadas com a pequena produção - "cultura de moradores e foreiros". Seu desenvolvimento em etapas posteriores, apesar de francamente comandado pelos grandes proprietários, não pôde prescindir da participação de inúmeros pequenos produtores. Considerados, pelo menos até um certo momento da evolução da economia bananeira, como sustentação do conjunto da produção, como entender o seu progressivo alijamento da mesma? Buscando compreender os mecanismos do seu processo de integração no primeiro *boom* tentaremos explicar o seu afastamento na fase atual.

Com o desmoronamento progressivo da economia cafeeira, a substituição dos cafezais pelos bananais foi também vantajosa para os pequenos proprietários. Esta fase inicial, quando a tecnificação não era expressiva, nivelava, a esse respeito, grandes e pequenos. Menos exigente que a cafeicultura tanto em trabalho quanto em capital e mostrando ganhos compensadores praticamente durante todo o ano, ao contrário do café, a cultura da banana parecia estar (e naquele momento de fato estava) perfeitamente adequada às condições e necessidades do pequeno produtor. Não é difícil imaginar com que facilidade os pioneiros, ao disseminarem a nova variedade, conseguiram influenciar um grande número de pequenos produtores, muitos dos quais possuidores de "sítios" de café. Sua fragilidade neste quadro de decadência e a possibilidade de ganhos maiores com um produto melhorado, depois de tentativas frustradas com outras culturas, explicam o direcionamento tomado.

"A banana trouxe muitas facilidades. Quando houve a troca café/banana, os pequenos acharam melhor, pois era mais fácil de trabalhar. Quando era época de colheita de café era muito trabalhoso, tinha muito cuidado. O chão era de um tijolo especial, tinha as máquinas de despolpar e um monte de outras coisas. Lembro muito de minha família comentando que a banana era melhor de trabalhar. O café se começava a colher no mês de junho, ou seja, em pleno inverno. Botava no terreiro ou no secador; aí bota pra dentro, cuida. Enquanto estava verde podia pegar chuva; mas maduro se estragava. Era uma trabalheira danada".

Ressalta neste momento, além dos grandes produtores e da expressiva massa de pequenos que cegamente os acompanham, a categoria dos médios produtores, que mostram um certo nível de capitalização. Seu papel, semelhante ao dos pequenos, foi de sustentar o significativo aumento do volume produzido, o que evidentemente permitiu continuidade e progressão dos fluxos comerciais e, portanto, a sedimentação das relações entre a área produtora e os mercados consumidores, firmando-se São Vicente como importante produtor de banana, já numa escala regional. Tal situação altera-se profundamente na fase seguinte, quando se cristaliza uma tendência de desaparecimento ou redução do número desses produtores.

Neste universo, o papel do pequeno proprietário, muito mais que o dos médios, caracteriza uma clara posição de subordinação relativamente aos grandes produtores. Ela transparece não só na produção da banana e sustentação dos fluxos comerciais, mas também e classicamente na produção de alimentos a baixo custo e no fornecimento de força

de trabalho para as grandes fazendas e engenhos. Historicamente seu papel é perfeitamente comparável ao dos moradores. A este respeito, aliás, devemos lembrar que são muitos os casos, além daqueles ligados à divisão por herança, em que parte das terras de várias propriedades grandes, por efeito de pressão social própria do início dos anos 60, como já se explicou, é subdividida em pequenas unidades e freqüentemente adquirida por moradores que já ocupavam estes locais.

Representando um resíduo da antiga paisagem de foreiros, tal fenômeno constitui exemplo de um tipo específico de reordenação do espaço, muito mais limitado, porém, que aquele dado pela substituição generalizada dos cafezais e da mata pela monocultura da banana.

Esta reordenação espacial nos remete a uma reflexão a respeito das transformações ocorridas nas relações sociais no quadro em que se realiza a passagem da economia decadente do café para a fase seguinte de estruturação do brejo bananeiro. O antigo quadro supunha a existência de numerosos moradores que "davam" dias de "cambão". O desaparecimento do café e a expansão bananeira promoveram alterações nesse sistema. A necessidade de terras bem como os conflitos decorrentes das transformações nas relações sociais dos anos 50 e 60 levaram à expulsão quase que generalizada dos moradores na Área Nuclear. O fato de aí a maioria da mão-de-obra rural passar a viver na "ponta de rua", recebendo salário por trabalho sazonal, não significa necessariamente, apesar de esta ser a forma dominante, que a ela seja exclusiva. Os proprietários buscam formas alternativas de expropriação dos trabalhadores, disto consistindo exemplo muito comum a formação de bananais ou sua renovação pela simples concessão da terra ao trabalhador para que ele faça a "broca" da capoeira ou a remoção do bananal velho e aí cultive seu roçado durante um ano ou ano e meio, tendo obrigação deixar o bananal pronto. Apenas as despesas com insumos cabem ao proprietário. Não seria esse um mecanismo de substituição do velho "cambão", com a vantagem adicional de que o patrão, além de não ter qualquer vínculo com aquele que seria um morador, não lhe paga qualquer dia de salário? Isto não ocorria no quadro clássico, onde, além dos dias gratuitos, os outros eram pagos. Se é lícito falar de "modernização conservadora" estamos aí diante de um exemplo cristalino.

"A cana é mais estruturada que a banana; o pessoal da banana embroma as leis sociais. A cana já é mais organizada e paga impostos. Se pagarem no pé dos produtores de banana eles se lascam" (frase de um grande produtor da região).

Esta afirmação é importante no sentido de mostrar que a cana, pela natureza da produção - a usina -, pela tradição - luta dos trabalhadores - e pela legislação, é muito mais suscetível de fiscalização do que a banana. Esta é uma evidência do caráter secundário da banana em relação ao produto nobre, sedimentado ao longo da história. Além do mais, a escala do empreendimento usina, representando relações capitalistas mais avançadas, é incompatível com relações sociais mais atrasadas, como exemplo quando um trabalhador usa a terra por um ano ou ano e meio "pela planta", deixando gratuitamente o bananal formado.

Em que contexto podemos situar esse tipo específico de relação social? O fenômeno decorre de uma estrutura fundiária fortemente concentrada à qual se soma um excedente de mão-de-obra especialmente por ocasião do segundo *boom* bananeiro. Nesta conjuntura a cana-de-açúcar é atingida fortemente pela crise do PROÁLCOOL e coincidentemente a grande maioria dos pequenos produtores de banana é alijada da produção, aumentando ainda mais a oferta de mão-de-obra. Podemos, porém, identificar as raízes do fenômeno ainda mesmo por ocasião do primeiro surto, quando do desaparecimento da cultura do café, que significou, entre outras coisas, uma diminuição da capacidade desta economia de absorver mão-de-obra. A safra do café não coincidia com a da cana, o que não ocorre com a cultura de banana, agravando-se o problema do desemprego na entressafra da cana.

A falência do café significou a ruptura de um equilíbrio da economia e da sociedade. Inicialmente mantido de forma precária na fase embrionária da expansão bananeira, mostrou-se inviável durante o segundo momento de expansão da cultura da banana. É um outro mundo que se organiza, é uma outra época em que não mudam apenas os produtos, mas essencialmente as relações de trabalho e a tecnologia, com evidentes reflexos na organização espacial.

A partir de meados da década de 80 as Terras Altas sofreram uma expansão dos bananais, de intensidade até então desconhecida. A Área Nuclear, quase que inteiramente por eles dominada, deixa pouco espaço para algumas manchas de canaviais e pastagens. Na Faixa de Transição Complexa, mesmo estando longe de ser dominantes, os bananais tiveram um crescimento expressivo, tanto no Setor Meridional como, principalmente, nas terras ocidentais do setor Canavieiro, vale dizer, no Município de Macaparana.

Esta expansão que configura o segundo surto da banana, depois de uma fase de estabilização do primeiro, é simbolizada pelo rápido aumento da área cultivada em São Vicente Férrer que, dos 1 258 ha em 1980, atinge, em 1991, na estimativa da EMATER local, mais de 3 500 ha. Este último dado, além do mais, demonstra a importância da banana para São Vicente Férrer: 3 500 ha significam que praticamente 1/3 das terras do município (112 km²) estão ocupadas com bananais.

Atuaram nesta nova fase fatores tais como: as dificuldades do PROÁLCOOL e o que denominamos "crise dos fornecedores" com o conseqüente aumento do número de grandes produtores de banana; continuidade do processo de urbanização e ampliação dos mercados; sedimentação paulatina dos fluxos comerciais e afirmação dos grandes mercados desde o primeiro *boom*; valorização do produto por sua qualidade; aprimoramento tecnológico da lavoura; e, finalmente, franca disponibilidade de mão-de-obra a baixo custo.

Até o início dos anos 80 a banana já havia ocupado seu espaço na Área Nuclear, cuja topografia não foi favorável à lavoura canavieira, mesmo no auge do PROÁLCOOL. Pode-se compreender que neste momento de expansão da cana a banana ficasse restrita à Área Nuclear, marcando uma fase de estabilização do primeiro *boom*. Só mais tarde é que viria novo desequilíbrio, inerente à própria economia canavieira, atingindo mais fortemente pequenos e médios fornecedores. Entretanto não se pode negligenciar o fato de que a banana tem sua própria dinâmica, tornando-se seu cultivo tão vantajoso que grandes produtores de cana começam a se interessar por ela.

O declínio do PROÁLCOOL, com a queda relativa dos preços e a supressão dos juros subsidiados para os empréstimos agrícolas, trouxe uma tendência de retração da cultura da cana, que veio se acentuando gradualmente, de modo particular entre os fornecedores. Destes, os que têm terras próprias passaram a optar total ou parcialmente, além do gado, pelos bananais. Muitos fornecedores de cana, com o sentido de obter uma renda suplementar que lhes facultasse o pagamento da mão-de-obra dos canaviais, passaram a diversificar a sua produção introduzindo a cultura da banana. Observa-se, assim, neste processo de reordenação da economia, o surgimento de novos grandes produtores e o forte desenvolvimento dos que foram pioneiros. Alguns são proprietários de vastas áreas de até 600 ha cultivados com banana. Verifica-se a tendência ao desaparecimento do fornecedor de cana tradicional que muda de produto e/ou busca novas áreas mais adequadas à cana.

No entanto, a opção pela banana feita por fornecedores de cana não é um fenômeno próprio do segundo *boom*. Desde o primeiro surto bananeiro eles não só se apoiavam na valorização desse produto como também buscavam se afastar de uma relação quase sempre conflituosa com os usineiros, mormente quando as possibilidades de especulação com o dinheiro dos empréstimos oficiais se esgotam com a supressão dos juros subsidiados.

Esta situação é bem retratada nos depoimentos seguintes:

"Sempre tive idéia de substituir a cana porque achava que o usineiro era quem determinava tudo e a troca era desigual. Parti para me livrar da mão do usineiro; fui plantar banana para ser um pequeno senhor. Prefiro ser um pequeno senhor do que um grande escravo. Lido com muitos homens que vêm aqui plantar banana. Comecei a plantar a *pacovan* em 1970" (palavras de um grande produtor de banana de São Vicente Férrer).

"Hoje está melhor do que no tempo do café. Quem não está ligado à usina nem vendeu suas terras a ela, está plantando banana. Antes estes proprietários, como fornecedores de cana, viviam endividados e estavam sempre sujeitos à usina. Hoje, com a diversificação, eles colocam a cana onde querem. Já estão fornecendo até para a Laranjeiras" (palavras de um médio produtor de banana de São Vicente Férrer).

A escolha da banana como alternativa no segundo *boom* por parte de muitos outros produtores, dentre os quais numerosos forne-

cedores, tem base numa produção e numa estrutura de comercialização já consolidadas.

"Os fornecedores escolheram a alternativa banana em primeiro lugar porque era uma alternativa já em andamento e provada; eles achavam que a banana já tinha mercado estabelecido" (palavras de um grande produtor de banana de São Vicente Férrer).

A questão é, contudo, muito mais complexa, não se reduzindo meramente a uma mudança do produto. Observada de maneira simplista, pode parecer apenas uma troca em que o fornecedor de cana, depois de comparar a rentabilidade de cada uma das culturas, escolhe a banana por achá-la melhor negócio. É preciso considerar um outro lado da questão, qual seja, o de uma conjuntura desfavorável da cana, como que empurrando, total ou parcialmente, os fornecedores para a produção de banana. Esta reflexão é compatível com a frase diversas vezes ouvida: "é muito difícil sair da cana; não se sai de uma vez". A isto se relaciona a permanência de muitos grandes fornecedores como tal, apesar da diversificação que promoveram em suas propriedades. Historicamente a cana é o pano de fundo da economia e somente uma conjuntura muito negativa pode explicar tal acomodação que, no entanto, está longe de ameaçar sua posição de liderança.

"O ideal para o homem equilibrado é ter cana, banana e boi. O produtor tem que ter a banana para ajudar, devendo plantá-la nos lugares acidentados. Aí elas convivem bem ... a crise da cana foi amenizada pela banana; mas a coisa já passou dos limites, chegando perto da superprodução. *Se o produtor sair totalmente para a banana não tem volta para a cana"* (grifo nosso) (palavras de um usineiro da região).

Esta última afirmação que sublinhamos mostra bem a importância histórica da cana-de-açúcar e a relação de dependência entre fornecedor e usineiro. Percebe-se como é difícil para o fornecedor abandonar bruscamente esta condição: os custos de implantação de um canavial novo são altos; o fornecedor não dispõe de muito capital; a usina freqüentemente desempenha papel de banco, prendendo-o por isso.

Este movimento, próprio da grande produção, teve como contrapartida um outro, de sentido oposto, dado pela exclusão gradual dos pequenos produtores deste universo. Com o aumento da produção e conseqüente rebaixamento dos preços o mercado tende a se estabilizar, beneficiando obviamente os grandes produtores que, com base em maior volume produzido e melhor qualidade da banana, tem maior poder de barganha.

Neste momento de queda de preços o problema fundiário aparece mais fortemente para os pequenos produtores de banana, especialmente os da Área Nuclear, que vão aos poucos desaparecendo. É uma situação clássica onde se percebe com clareza como a questão fundiária está intimamente ligada à natureza da produção e ao sistema agrícola praticado. Sem crédito, eles são pressionados pelos altos custos exigidos por uma produção de melhor qualidade que não podem assumir, aí se incluindo a renovação dos bananais.[34] Obtendo baixos retornos pelos seus frutos predominantemente de segunda e em face do elevado preço da terra, acabam por vender suas propriedades aos grandes produtores vizinhos, preocupados em ampliar seus bananais. Tal fenômeno não acontece por acaso: ele é fruto, na verdade, de uma política agrária que na sua essência favorece apenas a concentração.

"A banana dá um dinheirinho; mas hoje o terreno já está cansado e já requer uma técnica diferente. Hoje tem que cuidar. O estrume, no início, ninguém botava; às vezes traziam de uma granja dessas e era de graça. Agora é caro. Os grandes usam sistematicamente adubação com esterco de galinha ... O pequeno tem vontade de botar estrume mas não sabe o tempo certo. Quando bota estrume não faz as outras coisas. No geral não bota nem esterco de gado porque um caminhão de 10 toneladas está a Cr$ 30.000,00 (março de 1991). Quando bota adubo químico vai ao vendedor e pergunta: "qual é o adubo da banana?" O vendedor empurra o que tem: num ano vende o NPK 18-18-18 e no outro é

[34] É preciso correlacionar a estrutura fundiária - as reduzidas áreas dos pequenos produtores - com o sistema agrícola segundo o qual é produzida a banana. Nele se supõe a necessidade de renovação periódica do bananal que produz satisfatoriamente até cerca de oito anos no brejo. Antes que o envelhecimento aconteça para o conjunto, impõe-se uma substituição parcelada sem que haja na verdade terra disponível para isso. Como se sabe, o bananal novo demora em torno de um ano e meio para produzir, o que conduz diretamente à idéia de que é preciso espaço suficiente para que inexistam perdas substanciais na produção. Este é o grande dilema da pequena produção: uma renovação tardia implica necessariamente queda de rendimento e de qualidade.

Além da questão do preço que cai, há que se considerar que o custo de renovação do bananal é bem maior do que o custo de manutenção, por menos mão-de-obra assalariada que se empregue.

o 20-10-20 sem nenhum critério ou análise. Irrigação nem se fala. Então os pequenos vêem os ricos chegarem num terreno pior do que o deles e tirarem banana de primeira, enquanto que as dele só dão 'loré'. Eles têm que comer daquilo e sustentar a família. Às vezes eles têm o 'sítio' de banana e mais uma 'quadra' no engenho; o 'sítio' é muito pequeno e não compensa manter. Às vezes os pequenos produtores são pequenos proprietários e trabalham fora, 'alugado'. Se não fizerem isso não dá para viver. Têm 'sítios' pequenos demais e isso é motivo para vender a terra, porque não compensa. Eles vendem o 'sítio' e compram casa aqui na 'rua' ou então vão trabalhar em outro lugar" (palavras de um pequeno produtor de Siriji).

Apesar das dificuldades mencionadas, nem todos os pequenos produtores de banana mudam de produto ou vendem suas terras. Mesmo não sendo capaz de acompanhar os importantes saltos qualitativos e quantitativos decorrentes da tecnificação e ampliação dos mercados na fase atual, resta ainda uma alternativa à pequena produção. Diante da estratificação social que permeia o processo de urbanização e que resulta num mercado menos exigente mas expressivo, o pequeno agricultor tende coerentemente a fixar-se numa produção de bananas de segunda. É claro que sua situação não é boa. A pior qualidade de suas frutas bem como a pequena quantidade levam-no a uma comercialização quase sempre desvantajosa e a preços muitos baixos.

"... Os preços são sempre diferenciados; banana de rico é um preço, banana de pobre é outro ... a qualidade pode ser até a mesma, igualzinha, mas o preço é diferente" (palavras de um pequeno produtor em Siriji).

No contexto atual da urbanização e esvaziamento do campo é importante lembrar a intensificação do comércio de certo tipo de frutas como jaca, manga, abacate, mamão, etc., que antes não tinham muito valor comercial e que no seu conjunto ainda não consistem em objeto de grande produção. A banana de segunda seria para este pequeno produtor apenas mais uma destas frutas, possivelmente a mais importante, recolhida em pequenas quantidades na porta dos sítios pelos caminhões dos atravessadores.

Depois de uma fase de euforia, quando foi usada pela grande produção que agora se firma com um produto de qualidade, há como que um retorno da pequena produção a épocas anteriores, em fase do declínio da rentabilidade de seus bananais. Isto compõe, sem qualquer sombra de dúvida, o quadro clássico da relação de subordinação entre pequena e grande produção.

Também para os médios produtores, a cultura da banana é agora menos compensadora, pois, entre outras coisas, o volume de sua produção não lhes dá suficiente poder de barganha frente aos comerciantes. Cabe-lhes, capitalizados que são, alternativa de se orientar em direção da viticultura nesta fase atual de valorização da uva preta Isabel, tal como fizeram numerosos pequenos produtores de banana de algumas áreas do Setor Ocidental da Faixa de Transição Complexa.

Assim, o segundo surto bananeiro representa uma dupla ruptura, onde, se por um lado agravam-se os conflitos entre fornecedores e usinas, por outro e posteriormente marginaliza-se a pequena produção. O primeiro *boom* foi de substituição do café, cultura comercial falida, não sendo tão evidentes os conflitos entre a nova lavoura e a cana, como viriam a se tornar na etapa atual.

Diferenças substanciais entre as duas etapas também podem ser detectadas a respeito do sistema agrícola e da comercialização. Os bananais são cultivados conforme sistemas agrícolas intensivos, tanto de mão-de-obra quanto de capital. Esta característica é dada em primeiro lugar pela soma considerável de trabalho empregada no bananal, desde a derrubada da mata ou a broca da capoeira até os constantes tratos culturais como limpas, desbaste, desfolha, tratamento de mudas, controle integrado de pragas de doenças e renovação periódica. Ao mesmo tempo, considera-se algum tipo de investimento de capital, seja na aquisição dos adubos, seja na construção de "banquetas" ("terracetes") e ainda na calagem do solo, no uso de inseticidas, fungicidas e herbicidas e, principalmente, na irrigação.

Desde a inauguração do primeiro surto bananeiro, mais ligado do ponto de vista tecnológico ao emprego de métodos tradicionais, assiste-se à aplicação de tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas numa rápida progressão, que vai desde a mudança das variedades cultivadas até a irrigação e combate biológico de pragas como o moleque-da-bananeira (*Cosmopolites sordidus* Germ.). Obviamente tais mudanças significam uma intensificação do sistema em capital; deve-se levar em conta, entretanto, não só a participa-

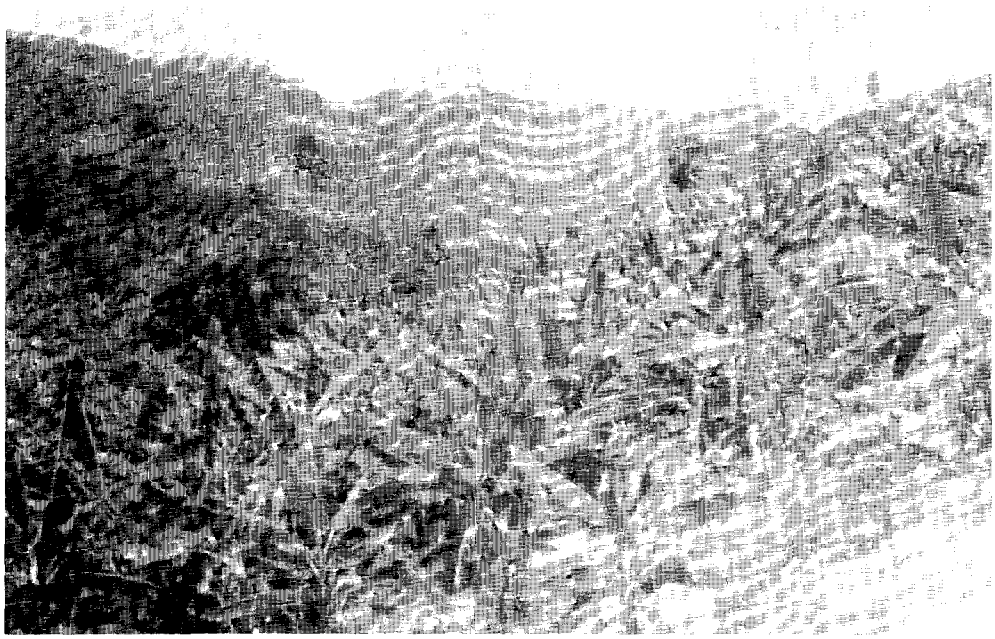


FOTO 10

Vale ocupado inteiramente com bananais novos nas terras do Engenho Condado, na Área Nuclear. O plantio mais tecnificado tem aí como exemplo a correção da acidez do solo por meio de calagem cujos sinais são vistos no canto inferior direito da foto.

ção de mão-de-obra numerosa em todas as etapas do processo, mas também e principalmente o fato de ela ser paga a preços vis como já se mostrou anteriormente (ver a este respeito citação e comentário na p. 156).

Mesmo que o bananal proteja o solo contra a erosão, dada sua característica de entouceiramento e folhas largas, as dificuldades impostas pelo relevo acidentado numa região de clima úmido às quais se acrescenta o desequilíbrio decorrente do desmatamento levam os produtores a adotar medidas conservacionistas visando a manter a qualidade dos frutos e, portanto, seu preço compensador. Ressaltam o plantio em "banquetas" construídas em curva de nível e a prática do *mulching*, cobertura feita com as folhas e pseudocaules que são mantidos sobre o solo quando da colheita, do desbaste e do desfolhamento.

Tais práticas, associadas ao uso constante de adubos e à correção da acidez do solo através da calagem, parecem ser mais próprias do período atual. Demostra também ser uma preocupação mais recente com o sentido de se evitar a disseminação de pragas e doenças, seu combate mais sistemático através da aplicação não só de inseticidas e fungicidas, mas também do controle biológico por meio de armadilhas. Ao mesmo tempo tem-se praticado a erradicação dos bananais atacados por doenças, substituindo-se a variedade afetada por outra que seja resistente.

Além de todos esses cuidados e tendo em vista manter o nível de produção do bananal, é comum a prática, entre os grandes produtores, da renovação dos bananais em intervalos mais curtos, o que evidentemente implica maior disponibilidade de terras.

É certamente a irrigação, hoje generalizada entre os grande produtores e absolutamente ausente entre os pequenos, o aspecto que melhor simboliza as diferenças do ponto de vista tecnológico entre os dois surtos bananeiros. O ambiente úmido de brejo, com sua rede de drenagem permanente, facilita sobremaneira a implantação de sistemas de irrigação a partir mesmo do primeiro passo que é a construção de pequenas barragens, seja nos fundos de vale, seja próximo das nascentes nas altas encostas. A irrigação é praticada com ou sem ajuda de motobombas e se faz tanto por gravidade como por aspersão. Tem caráter complementar, visando

apenas a vencer as dificuldades próprias da estação seca deste clima tropical.

Se por um lado ela significa o investimento mais alto no bananal, traz em contrapartida vantagens dentre as quais desponta a de manter equilibrada a produção durante o ano todo, o que vem significar lucros bem maiores no período que corresponde à entressafra. Enquanto num bananal irrigado a redução do volume produzido nos meses de entressafra é de no máximo 30%, o que ocorre num bananal sem irrigação é uma queda que chega a 70% em relação à safra. Vale salientar que a produção só não é constante porque a irrigação praticada não tem caráter permanente. Além do mais, deve-se considerar o aumento do rendimento por hectare, a redução da perda por tombamento quando se evita o estresse hídrico da planta, um certo controle do processo de amadurecimento dos cachos e, finalmente, a melhoria da qualidade traduzida em tamanho e uniformidade dos frutos com evidente redução do número dos de segunda. A menor freqüência dos frutos de segunda se verifica também nas áreas de solos argilosos ("barro vermelho") mais adequados à bananeira, do que nas de solos arenosos que retêm menos água. Considerando-se então um bananal irrigado em "terras boas", a participação dos frutos de segunda é da ordem de 10%; sem irrigação, ainda em solos adequados, a proporção é de cerca de 1/3, elevando-se a mais da metade nas áreas de solos menos favoráveis. Enquanto que na Área Nuclear os solos mais arenosos das chãs aparecem com uma freqüência menor, eles são muito comuns nas terras da Faixa de Transição, em que mesmo com a irrigação os resultados não são tão bons quanto na área principal de produção. Não é por outro motivo que as pequenas propriedades da Área Nuclear são vorazmente procuradas e compradas pelos grandes produtores. As chãs arenosas permanecem, pela mesma razão, como redutos típicos dos pequenos agricultores.

A realização de uma ou outra dessas práticas de modo isolado não significa necessariamente a modernização do sistema agrícola, que deve ser entendida, ao contrário, como o uso integrado e conjunto das inovações técnicas. Da mesma forma, a constatação de que esta"modernização" se apóia no emprego maciço de mão-de-obra aviltada nos conduz claramente, mais uma

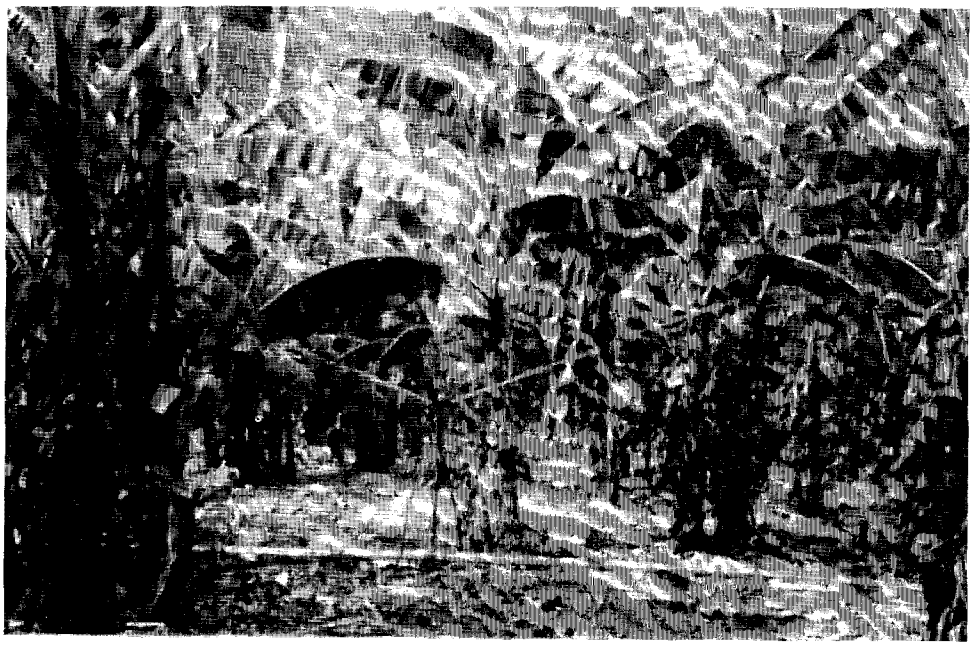


FOTO 11

Detalhe de bananal irrigado por aspersão no Engenho Condado.

vez, a uma realidade social contida na expressão "modernização sem mudança".

A cultura da banana nas Terras Altas, centralizada por São Vicente Férrer, teve na conquista progressiva de mercados regionais e em seguida de âmbito nacional sua mola propulsora, estando este fato ligado a uma série de fatores combinados que resultaram de mudanças estruturais da economia brasileira nos anos 60. A área produtora beneficiou-se do asfaltamento das estradas que facilitou o contato com os centros urbanos do litoral, do desenvolvimento das telecomunicações e da indústria automobilística e, finalmente, das significativas alterações da estrutura de comercialização exemplificada pela construção das CEASAs, compatível com a ampliação dos mercados urbanos. Fica evidente a importância assumida pelo fator posição nas transformações sofridas por essa área.

O início do primeiro surto bananeiro caracterizou-se pela conquista dos mercados de Recife e João Pessoa, cuja rápida saturação levou grandes produtores, que então comandavam também a comercialização, a buscar centros consumidores mais distantes, dentro e fora do Nordeste. É dessa época a conquista da importante praça de Belém e secundariamente a de Brasília. Tal busca revela a necessidade premente de facultar o alargamento dos horizontes de uma cultura que se tornou a alternativa para uma economia que vinha de longo período de estagnação. A fase atual não é propriamente de conquista de novos mercados, mas sim de sedimentação e ampliação dos mesmos.

Conforme um dos maiores produtores locais de banana, as principais praças compradoras são, nesta ordem: Salvador, Recife, Belém, Maceió, Aracaju, Natal, João Pessoa, São Luís e Brasília. Esta última, bem como Teresina e Fortaleza, só é abastecida eventualmente.

Na medida em que o mercado se estabiliza, ao longo do segundo surto, os preços altamente compensadores da fase inicial mostram um comportamento de queda decorrente do forte aumento da produção. Estas circunstâncias favoreceram essencialmente os grandes produtores. Puderam suportar o problema com lucros razoáveis, se bem que não tão altos quanto antes, baseados num volume considerável de frutos de primeira, mais valorizados. Tais produtores, sintomaticamente, não pararam de ampliar e investir em seus bananais. Especializaram-se num produto melhor, mais fino, capaz de conquistar outros grandes centros além do Recife.

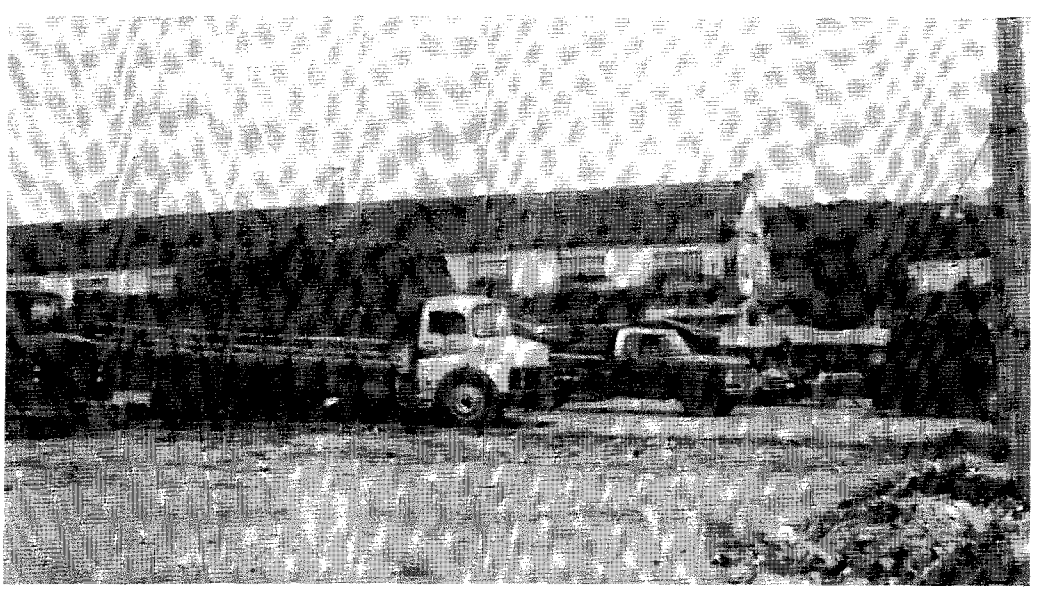


FOTO 12

Caminhão carregado de banana com destino a Salvador. Ao fundo o Mercado Público Municipal, antigo armazém do Instituto Brasileiro do Café - IBC - em São Vicente Férrer.

FOTO 13

"Tombo" da banana num ponto de concentração em beira de estrada. Diante das dificuldades impostas pela acidentação do relevo é muito comum o emprego de tropas de burros que transportam as bananas até as margens das estradas onde as mesmas serão transferidas para os caminhões.

Nada melhor que a cadeia de comercialização para revelar, através de seus aspectos contraditórios, a existência de diferenças essenciais entre o mundo comprador e o mundo vendedor: num dos extremos pode estar a comunicação via telefone DDD e noutro o transporte em tropa de burros! O comércio da banana envolve uma intrincada rede de drenagem da produção onde coexistem picadas, estradas de terra e de asfalto. Esta rede contém alguns nós - as cidades - eventualmente utilizadas como pontos de concentração e transbordo, destacando-se São Vicente.

Os grandes caminhões não podem ser carregados junto à maioria dos bananais, dada a óbvia dificuldade imposta pelo relevo acidentado. Freqüentemente um ou mais veículos menores (caminhões, caminhonetes e tratores com reboques) e até mesmo tropas de burro realizam os passos intermediários de carregamento, levando as bananas seja para a margem das rodovias e estradas mais próximas, seja para os pátios de "tombamento" das cidades.[35]

O comércio é dominado, em parte, por atravessadores, comerciantes que não necessariamente têm ligação direta com a produção. Por outro lado, alguns grandes produtores, possuidores de caminhões, também realizam este papel, comprando, tanto quanto os primeiros, a produção dos demais.

Dada a dispersão da oferta, o pequeno produtor é sempre prejudicado nesta rede de coleta. Sem poder de barganha pelas pequenas quantidades que pode oferecer ao comprador, vê-se freqüentemente discriminado, ao ter seu produto, ainda que em parte de primeira, desvalorizado. Geralmente a compra é feita "uma pela outra" (preço único para frutas de primeira e segunda), o que implica perda.

[35] A mudança de um meio de transporte para outro geralmente maior é chamada vulgarmente de "tombo".

"A banana é bom negócio para o grande produtor que tem muita terra, muito dinheiro e que pode ele mesmo comercializar sua produção. O pequeno tem que se sujeitar ao atravessador que compra por quanto quer e classifica do jeito que quer" (palavras de um pequeno produtor de Chã do Esquecido).

A complexidade dessa cadeia de comercialização, da qual participam diversos tipos de intermediários e transportadores, fica exemplificada pelos depoimentos de alguns deles.

"É melhor vender direto na feira, 'na pedra', do que na CEASA, sai mais barato; mas isso não é fácil de fazer porque já há muitos que trabalham assim e além do mais você não tem segurança que vai vender toda sua carga. Os atravessadores daqui [Macaparana] vendem direto para a CEASA e os de lá é que vendem para Belém, Sergipe e Bahia. Também vendem para os feirantes" (pequeno intermediário proprietário de caminhão em Macaparana).

"Esta banana vou mandar para Carpina. Comprei de um produtor pequeno e vou vender para a feira; vendo em grosso. A banana eu abafo e vendo já madura. Três ou quatro se juntam para encher um caminhão; eu sou o que chamam de mangaieiro" (palavras de um pequeno intermediário que faz seu trabalho com um único animal, na localidade de Borracha).

"Quem compra de fora telefona, já tem contatos estabelecidos; manda dinheiro pelo banco. Em João Pessoa e Salvador faz diretamente assim, enviando os caminhões" (palavras de um intermediário que freta caminhões para transportar sua mercadoria).

A par da evidência da forte concentração da renda na área em estudo, que tem como contrapartida, por exemplo, a pobreza visível nas cidades, o assunto comercialização nos leva a uma séria reflexão. Sabendo-se que não são boas as condições de vida da maioria da população deste brejo bananeiro, verifica-se que ele experimenta uma situação no mínimo curiosa ao produzir tanta riqueza, dela usufruindo muito pouco, até mesmo em termos fiscais. Ilustra didaticamente tal situação a não cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS - sobre a fruticultura. A respeito dos impostos, os ganhos são indiretos, através de uma relativa intensificação do comércio e dos serviços locais, seja pela massa de trabalhadores, seja por proprietários e comerciantes envolvidos na produção e circulação dessa riqueza; devemos levar em conta, porém, o importante aspecto de que boa parte dos proprietários e grande número de comerciante de banana não vivem na região, não trazendo para ela nem mesmo esse benefício.

A reordenação espacial inerente ao segundo surto bananeiro é, na verdade, apenas uma acentuação do domínio dos bananais em terras afetadas na fase anterior. Por tudo que se disse, é fácil a verificação do fenômeno da especialização das áreas produtoras, firmando-se o brejo como espaço típico de produção de banana, tendendo a integrar-se em circuitos comerciais de amplitude crescente e com base na grande produção.

A formação, como já se explicou anteriormente, da "colcha de grandes retalhos" em largas porções da Faixa de Transição onde o espaço é dividido por canaviais, bananais e pastagens, propõe o importante problema da relação entre diferentes atividades no âmbito de grande produção. Coloca-se, mais especificamente, a questão das perspectivas de coexistência da lavoura canavieira com os bananais em expansão.

Num quadro de indiscutível domínio canavieiro, podemos entender a especialização de certas áreas com bananais como um tipo de reordenação fortemente vinculada à dinâmica da economia canavieira. Sua expansão resultou e está em parte a serviço da cana que abandona espaços atualmente inexeqüíveis para sua cultura, diante da evolução dos mercados, do desenvolvimento tecnológico e das relações de trabalho.

Assim, o moderno fornecedor de cana, freqüentemente ao mesmo tempo um grande produtor de banana, com os ganhos provenientes da mesma pode também tecnificar seus canaviais. Pode inclusive comprar terras planas no tabuleiro da Paraíba e mecanizá-las. Mesmo tendo reduzida margem de lucro com as canas que vende à usina e não ganhando mais com a especulação com o dinheiro dos empréstimos sem correção, prefere continuar também como fornecedor pela garantia da absorção total de sua produção. Subjacente a isto estão o fantasma da desvalorização da banana e, fundamentalmente, a história de uma região construída pela agroindústria da cana. A reordenação da economia e do espaço poderia ser representada, num caso extremo, pela figura do ex-fornecedor das Terras Altas que, aí optando pela cultura da banana e se capitalizando, pôde ressurgir com a face modernizada em outras terras como as do tabuleiro paraibano.

A Cultura da Uva e a Capitalização da Pequena Produção

Apesar de praticada há muito tempo na região, a cultura da uva é pouco importante em relação às da cana e banana nas Terras Altas. A variedade quase que exclusivamente cultivada é a uva preta Isabel, de mesa, de menor valor no mercado. Ocupa atualmente uma área de cerca de 250 ha na estimativa feita pelo proprietário de uma pequena indústria vinícola local. Apesar disso, tem em relação a Pernambuco uma posição destacada, pois, levando-se em conta o Município de São Vicente Férrer, verifica-se que sua área ocupada com parreirais correspondia em 1980, conforme dados do IBGE, a 37,5% do total do estado (ver tabela). O rendimento por hectare mais baixo destes parreirais fica evidenciado pela pequena participação, de apenas 12,94%, de São Vicente em relação ao total estadual. Considerando que praticamente o restante da produção de uva de Pernambuco cabe aos perímetros irrigados do Semi-Árido, estas percentagens demonstram a sua superioridade na quantidade produzida por hectare. Deve-se ressaltar ainda que esta produção, particularmente concentrada em Petrolina, é de variedades que além de serem mais produtivas têm melhor qualidade e são mais valorizadas.

Com esta motivação é que a EMATER, tanto a de São Vicente quanto a de Natuba (PB), vem tentando realizar experimentos com as variedades Itália e Rosada, proveniente de Petrolina.

É uma cultura essencialmente ligada a pequenos proprietários que na maioria vão constituir uma pequena produção familiar em grande parte capitalizada.

As áreas produtoras de uva localizam-se principalmente no Setor Ocidental da Faixa de Transição e complementarmente na Área Nuclear. No primeiro estão as mais importantes, Chã do Esquecido, em São Vicente, e Fervedouro, em Natuba. Destaca-se também em São Vicente o estreito, situado próximo do limite externo da Área Nuclear.

Hoje em dia, organizados em pequenas parcelas, seja pontualmente como em Natuba, seja em manchas mais expressivas como em Chã do Esquecido, os parreirais localizam-se preferencialmente nas encostas das colinas, algumas até com declividade forte. São cada vez menos encontrados nas superfícies suborizontais dos fundos de vale representando neste caso resíduo da antiga morfologia agrária. Completam esta paisagem os bananais situados na alta encosta ou no topo das colinas, às vezes também ocupados com capoeiras. Existem ainda "roças" de milho, feijão e mandioca, bem como pastagens, todas de pequenas dimensões.

Os parreirais ocupam uma posição periférica na porção ocidental das Terras Altas que aí confronta com o Agreste, mais seco. Associaram-se, no comum dos casos, às chãs arenosas que no decurso do povoamento desta região foram sendo deixadas, pela sua pior qualidade, à pequena produção. Têm, assim, historicamente, em relação ao conjunto da economia, caráter complementar.

As numerosas propriedades deste setor mais seco da Faixa de Transição originaram-se de fazendas não só de café mas também de gado, muitas delas alcançando o vale do Paraíba, pois que podiam ter "cerca de 2 léguas" de extensão (12 km). De sua fragmentação por herança resultaram propriedades cada vez menores localizadas em áreas periféricas do brejo, com piores condições de clima e solo.

A cultura da uva mostrava-se, portanto, adequada ecológica e economicamente à pequena produção numa área onde prevalecia e ainda prevalece a pequena propriedade, freqüentemente inviabilizada pela prática de sistemas agrícolas extensivos e com produtos desvalorizados. O depoimento de um pequeno produtor deixa muito clara a importância da alternativa representada pela cultura intensiva da uva como mecanismo que facultou melhorias no nível econômico da unidade familiar.

"Quando meu pai me deu o terreno, era plantado com café e jaca; então, com pouca experiência conservei o cafezal e fui plantando uns pés de banana entre os pés de café e plantando milho e feijão. Nesta época passava muita necessidade, isso faz mais ou menos 25 anos [1965]. Criava uma vaquinha de 'meia' e fazia farinha em casas de farinha da família, mas pagava a 'côngrua'. Comecei a ver que outras pessoas que tinham uva viviam em situação melhor; passei a plantar uva e a vida aos poucos foi melhorando. A partir daí não parei mais de plantar uva" (palavras de um pequeno produtor em Chã do Esquecido, proprietário de 7,5 hectares, três dos quais ocupados com parreiras).

Cultura introduzida provavelmente na parte final da década de 20 (1926 ?), na fazenda Estreito, teve uma lenta disseminação, coe-

xistindo desde essa época com todas as grandes lavouras comerciais que se alternaram nas Terras Altas. Sempre menos importante que estas, somente na atualidade é que tem logrado maior êxito do que a cultura da banana, apenas no caso específico do Setor Ocidental, onde os bananais se acham em retração.

Caracteriza-se, pelo menos até a década de 40, como uma cultura praticamente de "fundo de quintal", que se liga a uma comercialização extremamente limitada e de caráter local.

"Lembro-me, quando tinha 7 anos de idade, de um velho morador que trazia uvas do Estreito num balaio para vender a cinco tostões" (produtor de uva de Chã do Esquecido com 64 anos).

A uva atravessa parte do ciclo do café e vai justamente se tornar importante no ocaso dos engenhos rapadureiros e de aguardente, assumindo maior importância comercial em meados da década de 50, quando para ela se abre o mercado de Campina Grande. Depois de um período de estagnação na década de 60, os vinhedos sofreram forte impulso a partir do final dos anos 70, acentuando-se o crescimento no início da década seguinte. Tomando como referência o Município de São Vicente Férrer, percebe-se esta evolução ao se comparar a área cultivada com parreirais: 60 ha em 1970 e 133 ha em 1980 (Tabela).

O primeiro período de evolução da viticultura, sem contar a fase inicial da produção doméstica, está diretamente vinculado à existência do mercado de Campina Grande. Tradicionalmente o comércio entre esta cidade e o brejo era feito por tropeiros. Centro redistribuidor de mercadorias para o Sertão, era abastecido por esses comerciantes em açúcar, rapadura e aguardente, dentre muitos outros produtos. Os anos 50 assistem ao fechamento dos últimos engenhos rapadureiros das Terras Altas, o que vai interferir decisivamente na atividade comercial. Nesta ocasião, conhecedores das oportunidades do mercado campinense, onde eram elevados os preços da uva preta Isabel, e em busca de uma alternativa que lhes permitisse continuidade no seu negócio, os tropeiros passaram a abastecer regularmente o novo mercado.

"Quando os engenhos deixaram de moer e acabou a aguardente, conheci a uva em Campina Grande. Comprei uva em São Vicente por dois mil réis e vendi por doze. Ganhei muito dinheiro com a uva que comecei a levar

FOTO 14

Um antigo bananal e parte de uma capoeira foram removidos para dar lugar a um parreiral novo numa colina de suave ondulação em Chã do Esquecido. Notam-se, no terreno já preparado em curvas de nível, tocos e pseudocaules das bananeiras derrubadas.

para Campina Grande em 1955, gastando dois dias de viagem" (palavras de um ex-tropeiro em Chã do Esquecido).

Data dessa época a primeira expansão significativa dos parreirais, demonstrando, ainda que em pequena escala, como a comercialização interfere decisivamente na organização das áreas produtoras.

Este período é marcado pela forma espontânea com que se organiza a produção. Não se percebe qualquer ação governamental, seja de propaganda, financiamento ou assistência técnica. Tanto assim que, quando os parreirais foram atacados pelo míldio (*Plasmopara viticola* Berk & Curtis e pela podridão das raízes (?) na década de 60, os produtores assistiram, inermes, a esta agressão que tanto prejuízo causou. É também uma fase caracterizada - e estamos tratando aqui da pequena produção - pelo baixo nível de investimento nesta lavoura, refletido no rudimentarismo do sistema agrícola. Carentes de energia e equipamentos que fornecessem água aos parreirais, os produtores plantavam-nos em leirões nas várzeas que dispensavam a irrigação. Os problemas decorriam, ao contrário, das dificuldades de drenagem às quais certamente associam-se os prejuízos mencionados, responsáveis em parte pela estagnação que se seguiu.

As latadas eram rústicas e em vez do arame estendido sobre as estacas colocavam-se varas; às vezes nem mesmo isso existia: alguns produtores descreveram algo semelhante ao envaramento empregado na cultura do tomate. As estacas podiam ser obtidas na própria mata, nada custando ao produtor. Atualmente, em face do desmatamento, elas são compradas, e seu custo alto, que representa cerca de 40% do total da latada, é motivo de queixa dos agricultores que chegam mesmo a adquiri-las no Ceará!

Tampouco se usavam defensivos, buscando-se deixar o parreiral mais afastado das outras culturas por conta da propagação de pragas e doenças que poderiam afetá-lo. O único adubo utilizado era o esterco de curral.

A retração da cultura da uva coincide com o final da fase embrionária da banana. As dificuldades da viticultura por insuficiência de apoio técnico ocorreram no momento em que a banana estava em expansão. A participação crescente dos pequenos produtores, inclusive os do Setor Ocidental, por conta do surto bananeiro, e os problemas que afetavam as videiras contribuíram para que ela permanecesse em segundo plano. Apesar de as condições ecológicas não serem ideais, a cultura da banana, especialmente enquanto se mostrava valorizada, compensava as dificuldades da pequena produção em obtê-la com boa qualidade num ambiente menos propício. Neste contexto é que se pode entender a fase de estagnação da cultura da uva. Propriedades pequenas, mesmo na época do primeiro surto bananeiro, não permitiam grandes lucros aos produtores. Em tese e de certa forma na prática, a uva lhes dava melhores retornos. Suas dificuldades não eram meramente de mercado e sim ditadas por problemas técnicos e de capitalização. Esta coexistência, que se prolonga até hoje, mesmo diante da redução dos bananais, é bem própria da pequena produção: enquanto a banana permite a sobrevivência da unidade no dia-a-dia, visto que sua colheita é constante, a uva representa ganhos mais substanciais e concentrados em duas safras anuais.

A partir do final dos anos 70, depois das vicissitudes da primeira fase, verifica-se uma retomada da cultura da uva, já, no entanto, em bases diferentes no que se refere tanto às técnicas de cultivo como a uma participação cada vez mais efetiva do Estado na produção. É um momento não só de expansão dos parreirais mas também de uma nítida mudança de morfologia agrária relacionada a alterações substanciais no sistema agrícola. A viticultura deixa de ser de vale para caracterizar uma agricultura de encostas apoiada na irrigação, antes inexistente. Este deslocamento significa uma adequação maior ao ambiente, pois os solos das encostas, bem drenados, não favorecem, como os da várzea, os problemas fitossanitários.

Com a efetivação da assistência técnica pelas agências da EMATER, mudanças significativas no sistema agrícola passam a ocorrer: não mais se cultiva em leirões, abandonando-se as várzeas úmidas, introduz-se o sistema de irrigação por aspersão ou sulcos, planta-se em "terracetes" ou "banquetas" construídas em curvas de nível, pratica-se o *mulching*, conhecem-se melhor as pragas e doenças e os meios de combatê-las. O financiamento da produção através do Banco do Brasil, enquanto os juros eram subsidiados, consistiu também em estímulo ao crescimento dos parreirais nesta fase.

Teve a cultura da uva seus altos custos de implantação amplamente financiados pelo governo, desde o início desta fase até mea-

FOTO 15

O fato de os parreirais localizarem-se hoje nas encostas obriga os produtores a plantá-los em "banquetas" feitas em curvas de nível. Pode-se observar restos de cobertura morta e a evidência de irrigação na parte direita da foto. Tem sido comum entre os pequenos produtores a substituição dos bananais pela cultura da uva: aqui uma ou outra "filhação" de bananeira testemunha este fato.

dos da década de 80. Por exemplo, de 1982 a 1986 o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor - PAPP -, financiou, através da EMATER, cerca de 200 projetos de implantação e melhoria de parreirais. Por outro lado, sendo um sistema intensivo de mão-de-obra, a viticultura está adequada aos pequenos produtores que dispõem de pouca terra e mão-de-obra suficiente para manter uma atividade agora grandemente modernizada. Esta modernização promovida e dirigida pelo Estado, através da eletrificação rural, da irrigação e das mudanças radicais dos outros passos do sistema agrícola, facultou-lhes a acumulação em meios de produção.

Diante disso a pequena unidade de produção familiar tradicional sofre na região alterações substanciais no processo de trabalho que anteriormente poderia ser chamado de camponês.[36] Cria-se uma situação bastante complexa onde, se por um lado persistem traços marcantes desse processo de trabalho, acrescentam-se, por outro, características próprias de relações capitalistas. Propriedade dos meios de produção, trabalho familiar ainda importante, submissão à cadeia de comercialização mesclam-se com a acumulação dos meios de produção e emprego de trabalhadores assalariados permanentes. O processo de acumulação em meios de produção foi, pelo menos na fase inicial, inteiramente dirigido pelo Estado através do sistema bancário oficial. Atualmente assiste-se à continuidade do processo, uma vez que esses produtores continuam investindo em meios de produção, seja ampliando e equipando seus parreirais, seja adquirindo terras nesta área ou na região vizinha do Agreste, onde passam a criar gado.

[36] Entendemos, de acordo com Graziano da Silva, que são quatro os elementos fundamentais para definir produção camponesa. "a) Utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção; b) A posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) Produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o autoconsumo, seja produzindo (alimentos ou outras mercadorias) para a venda. Deve ficar claro que, embora a produção se destine em grande parte para o autoconsumo, não se trata unicamente de produção de alimentos; por outro lado, não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar uma produção voltada para o mercado com a terra, a mão-de-obra e os meios de trabalho subtraídos da produção para subsistência. Sob esse aspecto, a produção camponesa pode ser vista como uma produção mercantil simples; d) Não é fundamental a propriedade mas sim a posse da terra que mediatiza a produção, como mercadoria. Sendo assim, não só o proprietário, como também o parceiro, o arrendatário, o posseiro podem se configurar como formas de produção camponesas". Silva, J. G. da (Coord.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1980.

"A existência de uma avaliação positiva da capacidade empresarial de certos grupos, por parte do comando dos organismos diretores da política de desenvolvimento agrícola, orienta sua ação na direção destes grupos, os quais aparecem representados como tendo maior potencial de aproveitamento das novas condições colocadas à sua disposição.[37]

Tal comentário, elaborado por Lovisolo a respeito da comunidade de Cândido Godói no Rio Grande do Sul, parece-nos ter paralelo com o que ocorre em Chã do Esquecido. Leva-nos, ao mesmo tempo, à indagação do porquê tal política não se orientou, por exemplo, também para os numerosos pequenos produtores de banana do Distrito de Siriji, na Área Nuclear. Se pudessem, além do simples empréstimo de custeio, ter financiamento para irrigar sua terra, como tentaram sem sucesso em diversas ocasiões junto a órgãos governamentais, estariam hoje em situação bem melhor, não precisando abandonar seus bananais como tem sido freqüente. Cabe a hipótese de que a viticultura nunca foi uma competidora que ameaçasse, mesmo longinquamente, a cultura da banana. Este não seria o caso de pequenos produtores tecnificados que iriam competir com os grandes, na própria área de eleição da cultura.

A modernização, porém, não livrou os produtores de uva da submissão à cadeia de comercialização. Esmagados pelos atravessadores que comerciam um produto perecível e têm, assim, posição de privilégio na barganha dos preços, continuam, como dantes, a ter seu trabalho expropriado.

A fase atual de expansão mostra que, apesar de Recife ter assumido importância como centro consumidor da uva Isabel, Campina Grande ainda se mantém como importante mercado. É centro redistribuidor da uva não só para a Paraíba, como para o Rio Grande do Norte e até mesmo Pernambuco. Os comerciantes de Natuba que trabalham na CEASA de Campina Grande vendem para compradores de Cajazeiras, Patos, Guarabira, Serra Branca e Sumé, na Paraíba, Mossoró e Caicó, no Rio Grande do Norte, e São José do Egito, em Pernambuco.

Mesmo apresentando uma receita bruta de no mínimo quatro vezes a dos bananais (num cálculo médio anual por hectare) o caráter acentuadamente mais intensivo da produção de uva, tanto em trabalho quanto em capital,[38] tem afastado até o momento os grandes produtores. Explica também provavelmente este fato a questão do menor valor da uva preta Isabel, cujos retornos talvez não lhes sejam atraentes no momento em que se ocupam da importante cultura da banana. No entanto, alguns médios e grandes produtores de banana têm voltado suas vistas para a viticultura, organizando parreirais, alguns deles situados entre os maiores da região. Acreditamos que as tentativas ainda em fase muito incipiente de difusão das variedades Itália e rosada, de maior rentabilidade, estejam a indicar o caminho da grande produção.

É interessante a percepção aqui do quadro clássico do povoamento de áreas vizinhas pelos brejos que representam centros dispersores. Neste sentido é didático o avanço do povoamento desde a porção ocidental das Terras Altas sobre a área vizinha do Agreste do Município de Natuba. Aí, além de mudanças que começam a ser introduzidas no sistema pastoril que se torna menos extensivo, têm sido realizadas experiências com as variedades de uva mencionadas, vindas de Petrolina, já que em terras de brejo elas não deram bons resultados.

Vive-se um momento muito importante da própria gênese da reordenação do espaço, delineando-se a ocupação mais densa de uma região classicamente rarefeita. O avanço do povoamento com base na pecuária se apóia nos dois extremos, na história: de um lado há a tradição da pecuária extensiva das terras de caatinga e, de outro, de onde parte o repovoamento, existe a tradição agrícola em pequenas propriedades que leva certamente à intensificação do sistema pastoril. No mesmo sentido esboça-se uma possibilidade de ocupação ainda mais densa caso as perspectivas dos experimentos com a uva se confirmem.

É digno de nota que este movimento de reordenação espacial que atinge as terras secas paraibanas é grandemente fruto da expansão dos pequenos produtores em seu processo de capitalização.

Revela-se na atualidade uma tendência geral de diversificação da produção e intensificação dos sistemas agrícolas nestas unidades do Setor Ocidental da Faixa de Transição. Reforça o caráter intensivo desta agricultura

---

[37] Lovisolo, H. R. *Terra, trabalho e capital.* Produção familiar e acumulação. UNICAMP, 1989.

[38] Somente a construção da latada e o esterco para a adubação de fundação de 1 ha alcançavam, em julho de 1991, a cifra de Cr$ 1.500.000,00.

dos parreirais a sua associação com hortaliças e leguminosas também de caráter comercial. Prática realizada quando da poda das videiras, significa um interessante exemplo de aproveitamento de espaço, de tempo ocioso, de otimização de equipamento de irrigação e, finalmente, do aproveitamento residual do adubo. É, ao mesmo tempo, mais um elemento de equilíbrio econômico para as pequenas unidades. Há uma compreensível preocupação do agricultor (que está em vias de abandonar a cultura da banana que não lhe é mais interessante) com problemas a respeito da comercialização e mesmo da produção da uva. Assim, além da diversificação dentro da própria unidade, este agricultor busca realizá-la fora, tratando de comprar terras mais baratas no Agreste onde complementa sua economia com a criação de gado.

A originalidade do Setor Ocidental, por tudo que já se disse, pode ser compreendida ao longo da história pelo fato de ser a única área das Terras Altas a mostrar um número expressivo de pequenos produtores capitalizados.

CONCLUSÃO

A originalidade das Terras Altas da Transição Agreste-Mata do Norte de Pernambuco reside na grande diversidade de suas paisagens. Como o próprio nome pretende indicar, as condições deste espaço já por si de certa complexidade pelo contato Mata-Agreste são profundamente alteradas por um conjunto montanhoso onde se configura a existência de um importante brejo no alinhamento principal que é Serra do Mascarenhas. A tônica da organização regional aí se apóia fortemente, ficando a influência do relevo evidenciada ao compararmos a região em apreço com a maior simplicidade com que se realiza a transição da Mata para o Agreste, por exemplo em Limoeiro, mais ao sul, onde não existe qualquer acidente mais expressivo de relevo.

Desta diversidade participaram ao longo da história, além da pecuária, três importantes culturas comerciais de caráter intensivo: a cana-de-açúcar, o café e a banana, não se negligenciando a cultura comercial da uva, também intensiva, mas quase que exclusiva de pequenos produtores. Este caráter multifacetado da área é reforçado pelo fato de que com as lavouras intensivas, realizadas no âmbito da grande produção, sempre estiveram associadas culturas na maior parte extensivas, próprias de pequenos produtores, representando uma necessidade estrutural da primeira em todas as fases do povoamento. É isto que gera o paradoxo aparente dado por lavouras extensivas realizadas em pequenos espaços.[39]

A combinação no tempo e no espaço entre a multiplicidade de culturas e de sistemas agrícolas, ao lado de uma malha fundiária muito contrastada, além de revelar as interações entre três ambientes distintos - Mata, Agreste e Brejo -, redundou na formação de um grande número de tipos de produtores: usineiros, fornecedores de cana e produtores de banana em vários níveis, pequenos produtores, uns capitalizados e outros em vias de proletarização.

Assim, fomos levados a considerar inicialmente dois grandes espaços: a Área Nuclear, onde as feições de brejo se apresentam mais acentuadas e que se acha envolvida pelo segundo, a Faixa de Transição Complexa. Esta última, por ser muito heterogênea, dado que aí se projetam, além das características da Área Nuclear, as influências das terras vizinhas do Agreste e da Mata, foi subdividida em três setores: Canavieiro, Meridional e Ocidental. As terras da Faixa de Transição têm como traço marcante a expansão da grande lavoura, cuja manifestação espacial se cristaliza numa morfologia agrária predominantemente de grandes parcelas de canaviais, bananais e pastagens. Conforma-se, assim, uma "colcha de grandes retalhos" contrastando com a continuidade e o predomínio quase absoluto dos bananais da Área Nuclear.

A natureza complexa desse espaço fica também evidenciada por se tratar de uma área historicamente bipolarizada, manifestando-se aí as influências de Recife e de Campina Grande. Durante muito tempo e pelo menos até meados da década de 30, Campina Grande teve influência mais forte sobre boa parte das Terras Altas, particularmente as de sua metade ocidental, onde se inclui o brejo de São Vicente. Importante centro redistribuidor de mercadorias para o Sertão, drenava, através de tropas de muares e depois

[39] Auxilia a reflexão sobre o assunto o tema do tamanho mínimo da propriedade que pode ser visto no artigo "Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil" de autoria de Leo Waibel. In: "CAPÍTULOS DE GEOGRAFIA TROPICAL E DO BRASIL". Rio de Janeiro, IBGE, 1958. p.239/40.

de caminhões, a produção dos engenhos, traduzida em pães-de-açúcar, rapadura e aguardente. Era também seu mercado comprador mais expressivo de café. Sua perda progressiva de importância se relaciona com o fechamento dos últimos engenhos na década de 50 e a falência do café materializada na erradicação dos anos 60. Ao mesmo tempo, com o crescimento progressivo do mercado de Recife, desde a década de 30, quando é construída a usina do IBC em São Vicente Férrer, a influência desta importante cidade agrestina vai cada vez mais se reduzindo. Atualmente seu papel mais importante como mercado comprador está se restringindo à comercialização de parte da uva. A influência da mata, simbolizada pela metrópole e que já se fazia sentir desde o século passado especialmente sobre a metade oriental das Terras Altas, está, desde há muito, fortemente sedimentada em todos os seus recantos.

As Terras Altas foram palco de sucessivas mudanças econômicas e sociais, reordenações que se concretizaram numa série de paisagens, umas de caráter atual e outras representando formas de ocupação referentes a um passado mais ou menos distante, reduzindo-se algumas a meros remanescentes neste verdadeiro palimpsesto que é o espaço agrário.

Das formas estudadas, as mais antigas referem-se às mudanças ocorridas na economia do café e da cana. Nas terras de café, os pequenos bananais que aí pontilhavam as fazendas foram, ao longo do tempo, se tornando cada vez mais importantes, acabando por substituir de forma maciça os decadentes cafezais sombreados e as matas. Destes restam hoje pontos isolados sem qualquer valor econômico. Com o desaparecimento dos cafezais a paisagem também se altera pela diminuição gradual do número de sítios de moradores. Por outro lado, a cultura da banana em larga escala é responsável por uma forte diminuição das pequenas propriedades bananeiras na Área Nuclear. A banalização marca o fim do quadro tradicional do brejo. A maior homogeneidade que daí decorre contrapõe-se à diversidade da fase anterior do café, quando a organização espacial estava mais próxima da expressão "colcha de pequenos retalhos".

A cana-de-açúcar, por sua vez, marcou, em diferentes épocas de sua expansão, sucessivas mudanças no panorama das Terras Altas. A antiga paisagem dos engenhos, com o canavial ocupando as várzeas e quando muito a encosta inferior das elevações, cede lugar a outras, ao longo de diferentes surtos usineiros. Os canaviais vão subindo gradualmente as colinas, atingindo tal expansão seu paroxismo quando da implantação do PROÁLCOOL. Neste processo, muito ligado à Faixa de Transição, a cana substituiu cafezais decadentes e expulsou boa parte dos moradores das terras dos engenhos adquiridos pelas usinas. Todavia, o esvaziamento do campo não se realizou de forma tão completa nas Terras Altas, quanto o foi em áreas mais antigas da Zona da Mata onde o vazio do habitat é a tônica. Persiste, em muitos engenhos e fazendas, o cenário marcado pelo habitat disperso das casas dos moradores com seus pequenos pomares e algumas com pequenos tratos de terra de 1 a 2 ha para suas roças.

A contrapartida do esvaziamento manifesta-se na formação das "pontas de rua" desde o início da década de 60 em todas as cidades da área estudada. A percepção desta forma de habitat urbano nos permitiu - e aí reside o valor de sua análise - compreender a totalidade do espaço maior onde se dão as relações cidade/campo. O que ocorre no meio rural, sintetizado de um lado pela cana e a expulsão dos moradores e de outro pela banana e a saída dos pequenos proprietários e moradores, reflete-se de maneira clara e insofismável na organização dos espaços urbanos desses pequenos aglomerados. Alguns, pelas suas funções urbanas pouco mais que embrionárias, com forte peso da função de residência de trabalhadores rurais, podem até certo ponto identificar-se com uma forma de habitat grupado que lembra aldeias. Evidencia-se também claramente, aí, a íntima relação entre as duas grandes lavouras, numa interação que é histórica no sentido de que reflete o papel da grande produção como elemento fundamental da organização espacial nos seus mais diferentes aspectos, até mesmo na formação e crescimento destas pequenas cidades e "pontas de rua".

Neste contexto pode-se entender também a ação e o cuidado das diferentes prefeituras, como por exemplo a de São Vicente Férrer que, desde o começo da década de 60, vem procurando obter terrenos bem próximos da cidade e urbanizá-los. Propiciar a implantação de calçamento, escadarias, água, luz e inclusive material de construção para as casas teve o sentido de organizar "pontas de

rua" não só mais acessíveis como também mais confortáveis para as pessoas oriundas do campo. O fato desta "ponta de rua" não ser espontânea tem um significado profundo, refletindo claramente uma relação de dominação para manter um número satisfatório de trabalhadores, "homens livres" disponíveis para trabalhar tanto na cana quanto nos bananais.

Na Faixa de Transição, como conseqüência das dificuldades do PROÁLCOOL, ocorreu um avanço considerável dos bananais que ocuparam em grande parte terras destinadas à cana-de-açúcar pertencentes a fornecedores que a substituem, total ou parcialmente, pela banana. Tipo de reordenação mais recente, fixou-se com maior nitidez nas terras do Setor Meridional onde canaviais, bananais e pastagens dividem o espaço, estabilizando na atualidade a mencionada "colcha de grandes retalhos". No Setor Canavieiro o avanço dos bananais foi mais limitado, restringindo-se à sua porção oeste.

O Setor Ocidental, afetado por uma forte difusão dos bananais no primeiro surto, mostra atualmente, através dos pequenos produtores, uma fase de refluxo desta cultura. Há uma tendência nítida de multiplicação e crescimento dos parreirais que, fundamentalmente associados a pequenos produtores capitalizados, configura, pela diversidade e reduzido tamanho das parcelas, o quadro da "colcha de pequenos retalhos". Provavelmente este setor é, pela estrutura fundiária, morfologia agrária e sistemas agrícolas, o que mostra uma organização espacial mais próxima da paisagem clássica dos brejos, em vias de desaparecimento na Área Nuclear.

O fenômeno da diversificação não é exclusivo da grande produção, ocorrendo de forma nítida entre os pequenos produtores do Setor Ocidental que se acham capitalizados. Cultivadores em pequena escala de banana, café e roçados tiveram na uva, cultura comercial intensiva, sua maior possibilidade de acumulação. Ao contrário, os pequenos produtores proprietários ou moradores de outras áreas (particularmente a Nuclear) tiveram cada vez menos oportunidades de se capitalizar. Além da banana tinham como produto comercial a farinha, obtida de suas roças de mandioca, muito representativas de uma policultura extensiva e na maior parte de subsistência, classicamente ligada a produtores descapitalizados.

Em qualquer dos casos, porém, é patente a relação de subordinação mantida com os grandes produtores, através seja da produção, seja da comercialização ou do fornecimento da força de trabalho. Isto não significa duvidar, contudo, das melhores condições de vida dos produtores de uva.

Podemos aprofundar a reflexão sobre o caso dos produtores de uva do Setor Ocidental através da sua comparação com outro tipo de produtor, descrito por Lovisolo,[40] que é o agricultor capitalizado da comunidade de Cândido Godói (RS). São eles incomparavelmente mais capitalizados e modernizados do que os produtores de uva. Lá o produto principal - a soja - está inserido num importante mercado tanto interno como internacional. A uva tem, na melhor das hipóteses, um limitado mercado regional. Em Godói, se por um lado existe acumulação em meios de produção (totalmente dirigida pelo Estado tal como em São Vicente), por outro inexistem assalariados permanentes, ocorrendo apenas emprego temporário. A evolução das forças produtivas caminhou neste caso pela intensificação dos sistemas agrícolas em capital, o que gerou tempo ocioso para a mão-de-obra familiar que passa a desenvolver ainda outras atividades dentro da unidade produtiva. No caso dos produtores vicentinos o sistema agrícola ainda é fortemente intensivo de mão-de-obra, apesar da capitalização nos meios de produção. Por causa disto vai existir necessidade de assalariamento permanente, inclusive com moradores, nas pequenas propriedades. Isto estaria caracterizando a existência de relações capitalistas (apropriação de mais-valia) no interior da unidade familiar de produção. Algumas destas unidades, mesmo sendo pequenas, não operam com base em trabalho familiar, apoiando-se inteiramente em mão-de-obra assalariada. Aqui as forças produtivas evoluíram de forma diferente, criando-se o paradoxo (?) de que, numa área mais pobre, com mercados limitados para sua modesta produção obtida conforme sistemas agrícolas menos aperfeiçoados, existem relações capitalistas não verificadas no outro caso. Nesta situação é de se supor uma exploração ainda mais forte da mão-de-obra do que a realizada em caráter temporário em

[40] Lovisolo, op. cit., 1989.

Godói. Deve ser para isto levado em conta o passado da região em estudo, onde as antigas fazendas de café com seus moradores foram se fragmentando, gerando grande número de pequenas propriedades e, ao mesmo tempo, fortes contingentes de trabalhadores sem-terra, "homens livres" que se empregam nas fazendas, engenhos e também nas pequenas propriedades. Esta não é a história de Godói; não há aí o passado de latifúndio, *plantations* e moradores e sim uma sociedade de pequenos proprietários, na origem camponeses alemães e italianos.[41]

Além dessas transformações que significaram sucessivas reordenações do espaço no âmbito das Terras Altas, deve-se considerar outras, ocorridas fora dos seus limites mas que se realizaram com base na sua dinâmica interna. Há dois casos exemplares e que refletem diferentes perspectivas - da pequena e da grande produção - no processo de reprodução ampliada do capital, ainda que enormes diferenças os separem: o avanço usineiro em direção do tabuleiro paraibano e a marcha da pequena produção do Setor Ocidental sobre as terras vizinhas do Agreste de Natuba.

Na verdade, as usinas, ocupando terras muito distantes da sua área de origem, dão um salto compatível com a sua condição de grande empresa e este salto não deve ser medido apenas pela mencionada descontinuidade. A enorme quantidade de terra (algumas usinas possuem 50 000 ha, o que significa praticamente cinco vezes a área do Município de São Vicente Férrer!) e as importantes destilarias construídas na fase pioneira do PROÁLCOOL mostram também a sua natureza. Terras planas, mecanizáveis, significam de saída melhores condições de obtenção da renda diferencial I[42] porque sua topografia, compensando a pobreza dos solos, está muito mais inserida no contexto atual da evolução tecnológica, componente importantíssimo da evolução das forças produtivas. Nesse contexto estão estabelecidas as condições de obtenção da renda diferencial II que decorre de investimentos em calagem, adubação e mecanização generalizada, que chega a incluir máquinas de cortar, eventualmente usadas em momentos de negociação salarial, com o sentido de aumentar o poder de barganha da usina.

Fica claro que este movimento de reordenação é muito mais amplo, ligando-se à expansão geral da economia canavieira que, por um determinado momento de sua história, também passou e permanece pelas áreas onduladas das Terras Altas (bem como ocupou expressivas porções do Agreste da Paraíba e de Pernambuco). Retoma seu caminho em busca de espaços maiores e planos, chegando à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, saltando as terras já tradicionalmente ocupadas do restante da Mata Pernambucana. O processo usineiro, a partir de Pernambuco, se realiza hoje nessas áreas do mesmo modo que o fez há 30 anos no tabuleiro alagoano.

O outro caso de reordenação que extrapolou os limites das Terras Altas pode ser visto no que ocorre atualmente a partir do Setor Ocidental em direção do Agreste de Natuba, onde se instalam pequenos produtores que se capitalizaram especialmente na cultura da uva. Consiste em mais um exemplo significativo de expansão de povoamento dos brejos para áreas vizinhas mais secas, revestindo-se além do mais de valor didático, pois que está em vias de realização.

Ilustra o fenômeno o caso de um produtor de Chã do Esquecido, dono de uma propriedade de 14 ha. Adquirindo terras na parte seca de Natuba, pratica uma pecuária menos extensiva. Numa área de 55 ha coloca 60 animais, na época chuvosa, e 30 na época seca, em pastos plantados com capim *buffel*. Construiu açudes em volta dos quais estão capineiras, armazenando a ração daí proveniente em silos trincheira. Tem realizado, ao mesmo tempo, experimentos com variedades de uva Itália vindas de Petrolina sob orientação da EMATER de Natuba.

Trata-se, sem dúvida, de um exemplo muito claro de mudanças nos sistemas agropastoris que redundam numa reordenação do espaço trazendo consigo alterações sensíveis na morfologia agrária. A explicação deste fato reside na área de procedência dos novos povoadores, tradicionalmente agrícola e onde predominam sistemas intensivos. Pela sua própria origem os produtores não podem reproduzir o esquema clássico prevalecente no

---

[41] Sobre o assunto convém consultar Valverde, O. *Planalto meridional do Brasil*. Guia de Excursão nº 9, Rio de Janeiro, 1957 e Waibel, op. cit., 1958.

[42] Entendemos, conforme Lovisolo, ser a renda diferencial I a que deriva de vantangens comparativas na esfera da produção (fertilidade e localização de terras), enquanto que a renda diferencial II decorre da aplicação de capitais e tecnologia. Lovisolo, op. cit., 1989, p.183.

Semi-Árido, onde o grande fazendeiro faz transportar seu gado na época mais seca para as serras porque nelas ainda há possibilidade de pastagens. A "serra" do pequeno produtor é o brejo onde está sua propriedade inteiramente ocupada com a produção agrícola; nesta "serra" o gado não chega. Dispondo de recursos financeiros não muito elevados, não pode comprar uma grande área: coerentemente trata de mudar-lhe o sistema pastoril.

O brejo deve ser compreendido como um ambiente onde as grandes culturas comerciais intensivas combinam-se com as pequenas culturas extensivas de moradores e pequenos proprietários fornecedores de força de trabalho. Este quadro de grandes culturas ávidas de mão-de-obra e, por conseguinte, de famílias numerosas e com pouca terra, resulta numa demografia própria dos brejos, onde é marcada a superpopulação relativa e o conseqüente extravasamento para as áreas vizinhas.

É muito importante, assim, que nos demoremos na reflexão a respeito das relações destes dois espaços contíguos. O quadro descrito para o brejo tende a se reproduzir, de forma adaptada, porém, na área mais seca vizinha. Este caso não é o único, no entanto. Ao contrário, e por isso o exemplo é importante, ele é correlato às situações representadas no Agreste de Esperança (PB), tão bem analisado por Prost[43] e no Brejo da Madre de Deus (PE).

No primeiro caso a expansão do povoamento a partir do Brejo Paraibano resultou numa marcada transformação de parte da vizinha região do Curimataú. Surge em lugar da tradicional fazenda de pecuária extensiva uma paisagem de Agreste muito mais densamente povoada do que o comum desta região. Aí, em pequenas propriedades em torno de 10 ha, ainda se produz, conforme sistema agrícola intensivo, a batata-inglesa que substituiu a cultura mais antiga de mandioca.

No segundo caso, conforme nossas observações de campo, a influência do brejo sobre a área semi-árida do Município de Brejo da Madre de Deus se realiza num movimento de descida da horticultura da cenoura, inicialmente cultivada nas áreas de brejo como alternativa de cultura comercial à lavoura cafeeira, então decadente. A origem desta horticultura liga-se ao brejo; mas a ampliação contínua do mercado representado por Recife e depois por outras capitais nordestinas fez com que esta produção tivesse que ser aumentada e estendida ao longo de todo o ano. A época das chuvas, no entanto, dificultava esta cultura e sua expansão em grande escala só se tornou possível nas terras semi-áridas da depressão de Fazenda Nova, no sopé do brejo. Aí a paisagem que reflete a forma clássica da pecuária extensiva está longe de se apresentar tão transformada como no caso do Agreste de Esperança. Evidencia, entretanto, a mudança materializada ainda que de forma pontual nas bordas de açudes ou de forma grosseiramente linear ao longo de alguns baixios importantes onde foram organizados grandes conjuntos de canteiros de cenoura irrigada.

A originalidade das Terras Altas, calcada na sua diversidade, manifesta-se também pelo fato de aí existir um brejo, ele próprio tendo caráter muito particular: localiza-se num alinhamento de aproximadamente 40 km que se estende com direção leste-oeste, desde a Zona da Mata de Pernambuco até o Agreste de caatinga já em terras da Paraíba.

Pensamos os brejos não apenas como "linhas úmidas", importantes zonas produtoras de alimentos para as áreas secas vizinhas. Além de considerar que nem sempre os brejos identificam-se com "ilhas", como bem ilustra o objeto do presente trabalho - uma "península" talvez -, buscamos entendê-los como fruto diversificado de um processo histórico geral que, por conta de condições naturais específicas, gerou processos locais muito próprios, levando à sua diferenciação das áreas vizinhas.

O Brejo de São Vicente é dominado pela mata úmida do tipo pluvionebular à qual estão associados solos típicos como os podzólicos e os latossolos. Estas condições, ligadas à altitude e acidentação do relevo, caracterizam plenamente um ambiente de brejo. Pelo seu contato com a Zona da Mata assume, no entanto, um caráter original. Limitando-se nos seus extremos (leste e oeste) com ambientes naturais e formas de ocupação muito diversas, adquire a feição típica de brejo muito mais do lado ocidental do que a leste. Aqui, apesar das condições ambientais serem semelhantes às do conjunto, a menor altitude e acidentação do relevo relacionam-se com a marcante influência da zona canavieira, daí resultando uma paisagem muito mais identifi-

[43] Prost, G. O agreste de esperança. A fronteira Cariri-Agreste de Esperança. *Revista Brasileira de Geografia*, 1968.

cada com a mata do que com o brejo. Isto nos remete à questão se esta área é efetivamente um brejo ou um simples prolongamento elevado da Mata, hoje ocupado com canaviais. Ambiente natural e história estão indissoluvelmente ligados e, assim, somos novamente remetidos à conceituação de brejo como um conjunto de interações onde à especificidade das condições naturais corresponde, sem sombra de dúvida, uma especificidade das formas de ocupação que se diferenciam das regiões vizinhas.

No brejo, as condições naturais mais hostis para o cultivo da cana-de-açúcar por conta da acidentação do relevo e o fato de terem sido elas as últimas áreas a serem ocupadas resultaram na formação de uma economia e de uma sociedade de senhores de engenho muito típica e diferenciada daquela da Mata, disto constituindo exemplo clássico o Brejo Paraibano onde se destacou Areia, berço de uma verdadeira aristocracia rural. Apesar da sua importância, tais engenhos produziam muito menos riqueza do que os da Mata, diferenciando-se não só pelo menor volume produzido e pelo tipo de produto (açúcar de pior qualidade, rapadura e aguardente) mas também pelo mercado a que se destinava à produção (Agreste e Sertão).

Outro exemplo clássico de especificidade de ocupação dos brejos é o de que eles foram as únicas áreas produtoras de café no Nordeste e isso se deveu às suas condições naturais, compatíveis com as de "Tierra Templada".

O Brejo de São Vicente, com suas grandes propriedades e agricultura intensiva, sempre apoiada na pequena produção, muito numerosa, viu passar ao longo de sua história a economia dos engenhos, o ciclo do café e agora os bananais. Foi palco de sucessivas fragmentações fundiárias e formação de inúmeros minifúndios convivendo com fazendas e engenhos, caracterizando uma situação clássica dos brejos. Não é, assim, por acaso que se pode falar de uma demografia específica de brejo, de altas densidades e tradicionalmente marcada pelas migrações as quais se acentuam fortemente na medida em que tais áreas são afetadas pelo fenômeno relativamente recente da reconcentração de terras.

A pesquisa corrobora, enfim, o fato de que ao pensarmos na abordagem das relações entre espaços diferenciados não podemos, em momento algum, negligenciar a questão da escala. Sua menor extensão não nos autoriza a considerar o brejo simplesmente como uma "área de exceção",[44] uma espécie de "corpo estranho" num organismo maior, mas sim, ao contrário, como um conjunto integrado e que tem, como qualquer outro, uma forma peculiar de se relacionar organicamente com os espaços vizinhos.

BIBLIOGRAFIA

Ab'SÁBER, A. N. Os sertões: a originalidade da terra.*Ciência Hoje*, v. 3, n. 18, maio/jun. de 1985, SBPC, Rio de Janeiro.

ANDRADE, B. X. (Coord.). *Migrações sazonais no Nordeste*. SUDENE/UFPE, Recife, 1981. (Série População e Emprego, 11).

ANDRADE, G. O., LINS, R. C. *Introdução à morfoclimatologia do Nordeste do Brasil*. XVII Congresso Nacional de Geologia, Recife, SUDENE, 1963.

ANDRADE, M. C. de. O vale do Siriji. Separata da *Revista do Museu do Açúcar*. Ano IV, v. 2, n. 6, Recife, 1971.

_____. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1963.

_____. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. 1. FUNDAJ, Recife, Massangana, 1989. (Série República, n. 1).

ANDRADE NETO, J. C. X. *O estado e a agroindústria canavieira no Nordeste Oriental*: modernização e proletarização. Recife, 1990. Tese de Doutorado. (mimeo).

BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

BRAGA, R. *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. 4 ed. Natal, Editora Universitária. UFRN, (Coleção Mossoroense. v. CCCXV). s/d.

[44] Lins, R. C. (Coord.). As áreas de exceção do agreste de Pernambuco. SUDENE/PSU/SRE - 1989.

CARTA do Estado de Pernambuco. 1:600 000. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.

CARTA do Estado da Paraíba. 1:500 000. Rio de Janeiro, IBGE, 1972.

CENSO DEMOGRÁFICO. Estado de Pernambuco. 1960, 1970 e 1980, Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO. Estado de Pernambuco. 1960, 1970 e 1980, Rio de Janeiro, IBGE.

GALLI, F. (Coord.). Manual de fitopatologia, v. II - doenças das plantas cultivadas. São Paulo, Ed. Agronômica Ceres Ltda.,1980.

GALLO, D. et al. Manual de entomologia agrícola, 2 ed. São Paulo, Editora Agronômica Ceres Ltda., 1988.

GRABOIS, J., SILVA, M. J. O brejo de Natuba: estudo da organização de um espaço periférico. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, *53* (2), p. 33-62, abr./jun. 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1980.

HEREDÍA, B. M. A. *Formas de dominação e espaço social* : a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo, Marco Zero, MCT/CNPq (Brasília), 1988.

LIMA, D. A. *Estudos fitogeográficos de Pernambuco*. IPA. 2 ed. Recife, 1960.

LINS, R. C. *Áreas de exceção do agreste de Pernambuco*. Recife, SUDENE, 1989. (Série Estudos Regionais, n. 20).

LOVISOLO, H. R. *Terra, trabalho e capital*. Produção familiar e acumulação. UNICAMP, Campinas, 1989.

MELO, M. L. *O açúcar e o homem*. IJNPS, Recife, 1975.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SUDENE. Levantamento exploratório - Reconhecimento dos solos do Estado de Pernambuco. Recife, SUDENE, 1972.

MOREIRA, R. S. *Banana* : teoria e prática de cultivo. Campinas, Fundação Cargill, 1987.

NIMER, E. *Climatologia do Brasil*. SUPREN. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

OLIVEIRA, A. U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo, Ática, 1986.

PRADO JR., C. A questão agrária no Brasil. São Paulo. Brasiliense, 1979.

PROST, G. O agreste de esperança. A fronteira Cariri-Agreste de Esperança. *Revista Brasileira de Geografia*, XXX, n. 3, Rio de Janeiro, IBGE, 1968.

SANTOS, J. V. T. *Colonos do vinho*. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, HUCITEC, 1978.

SUDENE. *Carta escala 1:100 000*. Folhas LIMOEIRO e SAPÉ, 1972.

_____. *Carta imagem de radar escala 1:100 000. Folha SURUBIM, 1984.*

TRICART, J. *Cours de géographie humaine*. Fascicule I - L ' habitat rural. 2. ed., CDU, Paris, 1956.

VALVERDE, O. O uso da terra no leste da Paraíba. *Revista Brasileira de Geografia, XVII (1)*, Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

_____. Planalto meridional do Brasil. Guia de Excursão nº 9 do XVIII Congresso Internacional de Geografia. CNG, Rio de Janeiro, 1957.

_____. O noroeste da mata pernambucana. (A região de Timbaúba). Separata do *Boletim Carioca de Geografia* n. 1 e 2, ano XIII. Rio de Janeiro, 1961.

_____. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1984.

VOLSKY, V. La Géographie Économique. Revue Internationale de Sciences Sociales, v. XXIV, n. 1, Paris, UNESCO, 1972.

WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.

RESUMO

Este estudo de caso visou a contribuir para generalizações mais seguras a respeito da realidade agrária nordestina. Seu objetivo essencial foi o de estudar um espaço que representa uma transição entre o Agreste e a Mata, no norte de Pernambuco, e que tem, por conta da existência de um brejo, um caráter de marcada complexidade. Procurou-se analisar, nesse momento de crise que afeta particularmente a lavoura canavieira, as suas interações com as demais atividades agrárias, como a cultura da banana, a pecuária, a viticultura e a produção de alimentos, sem negligenciar-se as relações entre essas últimas. Buscou-se compreender que transformações se realizam nessa economia agrária e como elas se ligam às relações de trabalho, à estrutura fundiária e aos sistemas agrícolas.

O trabalho está dividido em duas partes, tratando a primeira da caracterização e da definição dos subespaços do que denominamos Terras Altas, visando a um conhecimento mais aprofundado das transformações que essa região sofreu ao longo do tempo. Liga-se, assim, à segunda parte, onde se abordam as diversas etapas da evolução da economia agrária local, que se cristalizam em sucessivas reordenações espaciais, cuja análise considera-se como eixo principal do trabalho.

RESUMÉ

Cette étude de cas a permis de contribuer à la compréhension de connées générales sur la realité agraire du Nordeste. L'objectif essentiel a consisté à étudier un espace de transition entre l'"Agreste" et la "Mata" du nord du Pernambouc et qui presente une grande complexité en fonction de l'existence d'un "brejo" (houtes terres humides). On a tenté l'analyse, dans une conjoncture de crise qui affecte particulirement la production de canne-à-sucre, des relations que cette culture maintient avec celles de la banane, de la vigne, des aliments et avec l'élevage, comme aussi des relations entre chacune de ces productions. On a cherché à comprendre les transformations de cette économie agraire et leurs liens avec les relations de travail, la structure foncire et les systmes agricoles.

L'étude est divisé en deux parties: la premire traite de la definition et de la caracterisation des sous-espaces de l'espace que nous avons appelé Terres Hautes afin d'approfondir l'analyse des transformations que cette région a connues. Ainsi, en seconde partie on aborde les diverses étapes de l'évolution de l'économie agraire locale, au cours desquelles se cristalisent diverses reorganisations spatiales dont l'analyse est le principal axe du travail.

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DOS ORIGINAIS

Os originais entregues para publicação devem obedecer às seguintes normas:

1 - Texto datilografado em papel branco tamanho ofício, em um só lado, em espaço duplo, com margem de 3 cm, sem rasuras ou emendas que dificultem sua leitura e compreensão.

As laudas deverão ser numeradas, seguidamente, comportando até 72 batidas por linha e com 30 linhas por página.

Obs.: texto oriundo de autores do IBGE será datilografado em lauda-padrão fornecida pelas Diretorias. Devem ser remetidas 02 (duas) vias do trabalho;

2 - A primeira página do original (folha de rosto) deve conter título, nome completo do(s) autor(es), qualificação profissional, com indicação das atividades exercidas, dos órgãos a que estão vinculados, do endereço para correspondência, bem como colaboradores, agradecimentos e auxílios recebidos;

3 - O título deve ser conciso, específico e descritivo, registrando as palavras-chave que representem o conteúdo do artigo;

4 - Os artigos devem ser acompanhados de um resumo informativo, de modo a expressar seus pontos relevantes, datilografados em espaço duplo e folha separada, em português e inglês, contendo, aproximadamente, 200 palavras;

5 - As notas explicativas devem ser numeradas numa seqüência única e datilografadas em folhas separadas, com indicação dos números respectivos;

6 - As tabelas, inseridas nos textos, devem ser apresentadas em folhas separadas e precedidas de títulos que permitam perfeita identificação dos dados, com registro dos correspondentes números de ordem, nos locais de inserção;

7 - No caso de listagens e tabelas extensas, e de outros elementos de suporte, podem ser empregados apêndices;

8 - As fórmulas matemáticas devem ser apresentadas com clareza, para evitar problemas de interpretação;

9 - Não devem ser utilizadas reproduções de ilustrações elaboradas através do sistema "plotter";

10 - As fotografias devem ser nítidas, em preto e branco, contrastadas, de preferência em tamanho 6 x 9 cm, nunca superior a 12 x 18 cm; os gráficos desenhados a nanquim, em papel branco ou vegetal: os dados e dizeres que acompanham os desenhos, em letra de forma; as legendas das ilustrações, datilografadas em folhas separadas e numeradas de acordo com a figura respectiva, com indicação no texto, pelo número de ordem, dos locais de inserção das figuras e, ainda, menção da fonte e permissão para reprodução, quando já houverem sido publicadas;

11 - O formato de impressão máximo de encartes estabelecido para os documentos cartográficos da RBG é de 50 x 55 cm. Sempre que haja redução ou ampliação do documento cartográfico original, deverá constar deste apenas a escala gráfica.
O desenho original deve ser feito em material estável. No caso de documentação cartográfica de precisão ou quando a densidade de informações contidas num mapa ou cartograma dificulte a sua leitura, será excepcionalmente permitida a impressão em cores. Em caso contrário, os valores cor serão substituídos por hachuras, retículas ou símbolos gráficos compatíveis com a escala.
Os documentos cartográficos devem ser precedidos de títulos que permitam perfeita identificação e em suas legendas devem constar: classificação, nomes ou siglas das Unidades da Federação representadas, ano da publicação, escala, projeção (exceto nos cartogramas) e as convenções cartográficas menos conhecidas.
A documentação cartográfica utilizada com o nome ou sigla da fonte e outros elementos complementares compatíveis à escala devem ser descritos de modo sucinto. No caso de mapas e cartogramas deve existir flexibilidade na disposição dos títulos, legendas e outras referências, utilizando-se os espaços vazios oferecidos pelo próprio desenho. Deve ser estabelecida uma graduação de importância, adotando-se diferentes tamanhos de tipos nos dizeres da legenda.
A moldura, em torno do desenho de um mapa ou cartograma, deve garantir uma margem no papel. Para as cartas pertencentes ao mapeamento sistemático, devem ser obedecidas as normas e especificações inerentes a cada carta, de acordo com a escala e classificação (contatar com o órgão responsável por esse mapeamento ou com a Comissão de Cartografia).
As cartas, mapas ou cartogramas, inseridos ou anexados, devem ser referenciados no texto por um número de ordem correspondente.
As legendas e outras referências devem estar destacadas do desenho e afastadas das margens. No caso de cartas do mapeamento sistemático, ver as normas e especificações de cada tipo de escala. É aconselhável que, para a elaboração de uma base precisa, sejam utilizados os documentos cartográficos realizados pelo IBGE ou por outros órgãos integrantes do Sistema Cartográfico Nacional;

12 - As citações bibliográficas no texto devem ser feitas de acordo com o Projeto ABNT 14.01.01.005 - Apresentação de citações em documentos;

13 - As referências bibliográficas devem ser numeradas em seqüência única e apresentadas em folhas separadas com indicação dos números respectivos. Devem ser redigidas segundo a norma brasileira respectiva (ABNT - NBR - 6023 Referências Bibliográficas), contendo indicação por extenso dos títulos dos periódicos, quando se tratarem de referências de artigos. A exatidão e adequação das referências a trabalhos consultados e mencionados no texto são de responsabilidade do autor; e

14 - Quando houver necessidade de dividir o trabalho em capítulos, seções e partes, esses devem ser numerados, progressivamente, com o objetivo único de orientar o diagramador na aplicação de recursos gráficos que permitam substituir essa numeração, ordenação de títulos e subtítulos.